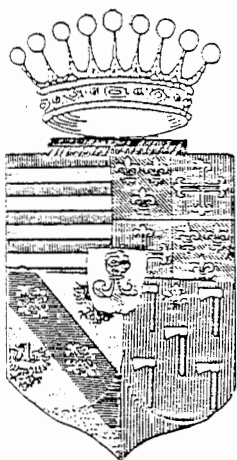


## VELHAS CASAS XI

### a do Arco, na Rua de Santa Maria, em Guimarães



Volta às páginas das «Velhas Casas» Gonçalo Gonçalves Peixoto, Cónego de Braga, Abade de Telões e Vila Cova, «filho d'algo», instituidor do morgadio dos Peixotos<sup>1</sup>. Olhem: — Lá está ele! Sai de sua casa, na Rua de Santa Maria, em Guimarães. Podemos imaginar, em sua companhia, um ou mais criados. Trazem sacas pesadas, cheias de libras. Para onde vão?

Em 1272 tinham chegado a Guimarães os Frades Pregadores, os Dominicanos<sup>2</sup>. Escudados nos seus estudos teológicos espalham e pregam a palavra de Deus. Vieram para ficar, para levantar uma Igreja, um convento. Para a construção do novo mosteiro, ali onde mais tarde se erguerá a Torre de Nossa Senhora da Piedade<sup>3</sup>, na compra de casas e quintais muitos os ajudam, uns por devoção, outros por medo

---

<sup>1</sup> Ao debruçar-me sobre a casa do Cónego Gonçalo Gonçalves Peixoto, na Rua de Santa Maria, limito-me, por outras palavras e ligeiros acrescentos a repetir o escrito no meu *Velhas Casas V, Azurém*, Guimarães, 1977, Casa de Pousada, pp. 5 a 9. V. também Vaz Osório da Nóbrega, *Peixotos, subsídios para a sua genealogia*, Braga, 1973.

<sup>2</sup> Frei António do Rosário, «Convento de S. Domingos e a Colegiada, Guimarães», in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, 1981, vol. III.

<sup>3</sup> Conta o P.<sup>e</sup> Torcato Peixoto de Azevedo nas *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, escritas em 1692 e publ. no Porto, Typ. da Revista, 1845, que o convento foi fundado no lugar «em q ora está a torre da Sr<sup>a</sup> da Piedade, hoje

às penas eternas. Contribue também com as suas esmolas o Cónego Gonçalo Peixoto: em breve mais um sino repica nas alegrias, dobra nas dores, soa pelos ares do pequeno burgo vimaranense.

Entrega para as obras do novo convento duzentas e trinta e cinco libras, mais cem para a «cobertura», cem para o refeitório, cem para comprarem «o erdamento de Durão Fernandes», dez para as «pitanças» dos frades, cinquenta para as celas<sup>4</sup>. Dá. Recebe o pão e o vinho dos seus casais espalhados pelas freguesias de Azurém, de Gominhães, do Paraíso, de Pencelo, de Polvoreira, de S. Cristóvão de Selho, por outras. Uns foram por ele comprados, alguns são herdados<sup>5</sup> de sua avó materna,

---

de S. Domingos e ficou da parte de fora da villa». Diz que «aí se conservou até 1323 quando foi mandado derribar por El-Rei D. Diniz pela razão de quando seu filho D. Affonso lhe quiz tomar Guimarães, a gente do principe fazia grande damno aos defensores da villa, de cima do dito mosteiro». Em 1375, principiou a 2.<sup>a</sup> fundação do convento, num sítio mais abaixo do primeiro onde se mantém, embora modificado, até hoje.

Não sei dizer se quando da 1.<sup>a</sup> fundação do convento já haveria neste local, muralhas onde encostasse. D. Afonso III num documento de 1265, refere-se à construção dos muros de Guimarães «por elle mandados fazer» (Arq. da Colegiada de Guimarães, Livro dos Privilégios, Tomo I, fl. 6). El-Rei D. Dinis, que os continuou, escreve em 1318, a propósito dos prejuízos (danos, perdas de «herdamentos, carros de pedra e madeira «para esse labor», etc.) causados à Colegiada «pella construção dos muros da villa que eu hj mandei fazer» (id. perg. n.º 76). As cotas são as antigas; publicou-as o Abade de Tagilde, ao trasladar estes documentos no *Vimaranis Monumenta Historica*, Pars II, Vimarane, MCMXXIX, pp. 392-393. D. Dinis foi grato a quem por ele defendeu Guimarães; não regateou as suas mercês.

<sup>4</sup> Testamento do Cónego Gonçalo Gonçalves Peixoto, nota 13.

<sup>5</sup> As herdades foram: Pousada, em S. Pedro de Azurém onde a avó mandara plantar boas vinhas, 4 casais em S. Pedro Fins de Gominhães («... quatro casaes que foram dorrace manteiga he provado que quando eram seus que entrava hy o moordomo e ora trageos por seus gonçallo gonçallves abbade de vila cova seu neto que he homem filho d'algo e trageos honrrados», in «Inquirições de D. Afonso III, 1258», 1 quinta em S. Cristóvão de Selho («Inq. Gerais de D. Dinis, 1290) «*Peixotos*» (nota 1); em S. Miguel de Paraíso o campo de «Subtus lagens... et stetit ibi unus paridinaris, et levaverunt inde petrum hereditatem Urraca Manteiga ... et in amoedo jacet una leira et tenente illam Urraca Manteiga («Inq. Gerais, 1258), todas no *Vimaranis* (nota 3).

Das compras temos notícias: 2 casais em S. Pedro de Fins de Gominhães, onde fez honra, 1 herdade e mais casais em S. Cristóvão de Selho, o casal de



CASA DO ARCO

Foto de José Luís Vieira Braga

Dona Urraca Manteiga, a muito rica senhora<sup>6</sup>, também benfeitora do Convento de S. Domingos<sup>7</sup>.

Mais uma vez encontramos o Cónego Gonçalo Gonçalves Peixoto. É em Braga, a 8.5.1292. Está sentado entre os seus pares. Elege o Cabido, por indicação de El-Rei D. Dinis e na vaga pela morte do Arcebispo D. Frei Telo, a D. João Martins de Soalhães, Cónego de Coimbra<sup>8</sup>, chegado de Roma, envolto no prestígio da paz conseguida, a recusar, por ora, a eleição<sup>9</sup>. Meses depois, «aos três dias por andar outubro», voltamos a encontrar a Dom Gonçalo Gonçalves Peixoto, Cónego da igreja de Braga, Abade das igrejas de Telões e Vila Cova: sentença sobre uns pardieiros na Rua de Santa Maria<sup>10</sup>. A 6.6.1294 recebe a fiança da casa e hortas por ele dadas aos dominicanos<sup>11</sup>, a 3.1. do ano seguinte «escamba» propriedades com o Cabido de Guimarães<sup>12</sup>; Mencionam-no como «Cónego de Braga e Guimarães».

---

Domingos Reimondo, o da Laje e outros em S. João de Pencelo. Também há referências ao seu casal do Souto em S. Pedro de Polvoreira (Inq. Gerais de D. Dinis, 1290, 1301 e 1308 in *Vimaranis*, (nota 3).

<sup>6</sup> Sobre D. Urraca Manteiga v. *Vimaranis* (nota 3), «*Casa de Pousada*» (nota 1), «*Peixotos*» (nota 1), A. de Almeida Fernandes, *A Burguesia Vimaranesa nos séculos XII e XIII*, p. 19: «... na escala das castas dos Manteigas (com a singular figura de Urraca Manteiga, possuidora de mais de vinte casais seus na terra de Guimarães, de parte em muitos outros...)» e José Mattoso, «As famílias nobres da região de Guimarães», p. 323 (estes dois últimos in *Actas* (nota 2), vol. III.

<sup>7</sup> V. P.<sup>o</sup> António José Ferreira Caldas, *Guimarães*, Porto, 1882, p. 104.

<sup>8</sup> Texto e nota 67 do «*Peixotos*» (nota 1).

<sup>9</sup> Sobre este prelado, Cónego da Sé de Coimbra e na de Lisboa, enviado a Roma para tratar a paz com a Santa Sé, o que conseguiu, Bispo de Lisboa e Arcebispo de Braga, v. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1915, vol. I, e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 29, pp. 304-305, Soalhães (D. João Martins).

<sup>10</sup> Sentença sobre cazas e pardieiros na rua de Santa Maria», 1292, Tomo I (1721) das Sentenças da Fazenda do Cabido da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, fls. 47 e 48, Arq. Municipal A. Pimenta (o original está no A.N.T.T.). Foi transcrita nos «*Peixotos*» (nota 1), p. 65.

<sup>11</sup> »1294.VI.6. — Fiança pelo Convento e Prior de S. Domingos» (A.N.T.T., Col. G.es, Doc.s Part.s, maço 15, n.º 26, copiada no «Convento de S. Domingos e a Colegiada» (nota 2).

<sup>12</sup> «Escãbo das propriedades nelle declaradas», Tomo I (1717) das Transcrições e Escambos do Cabido da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira,

Estes são os documentos onde nos surge: a dar, a escambar, a sentenciar, a aumentar o seu grande património. Os traços do seu viver, do seu pensar tão longínquo do nosso mundo, vão aparecer já, arrancados ao seu testamento, escrito a 28.5.1302<sup>13</sup>, nestas suas casas da Rua de Santa Maria, uma das «cabeças» do morgadio que então institue.

Teme, amedronta-se como todos os homens «polla soberba e pollo pecado do primeiro homeen adom» com o «dia postumeiro» da vida. Confessa a Fé ensinada por nosso «redeptor deus e noso Senhor Jesus xcrispto», tida e ensinada pelos Santos Apóstolos e outros Santos Fiéis de Deus. Sente-se com «todo o meo siente hacordo e com toda mynha memorja nembrado e com todo meu entendjmento comprido». Cogita, ordena o que quer para depois da sua morte.

Naquele tempo o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro era uma grande construção românica, de três naves. A alegrá-la uma vistosa galilé; esculpidas na pedra, as armas das famílias fidalgas. Na capela que «fez no cabido», junto à sacristia, está sepultado o Cónego Peixoto. Ouvem-se os tristes cânticos das «Misas de Requiem muito officiadas» — no dia do enterro, no 1.º sábado, no 30.º dia, nas 3 aniversárias, em diversas datas; os frades a desfilar em procissões por cima da sepultura. E na capela onde está enterrado, «o altar bem coberto com boas vestimentas

---

fls. 102 e 103 (o original encontra-se na T.T.), Arq. Mun. A. Pimenta. Copiada de «*Peixotos*» (nota 1). É sobre a troca do casal do Outeiro Levado, freguesia de S. Cristóvão de Selho com o Cabido de Guimarães. Sobre essa quinta ver a nota 46 do meu «*Casa de Pousada*» (nota 1).

<sup>13</sup> A pública forma deste curioso testamento, escrita em pergaminho em 1382 (in Arq. Part. da Casa de Pousada), está copiada integralmente nos «*Peixotos*» (nota 1). Está datada de 20.12., foi pedida por Álvaro Gil, Abade de Unhão, perante Pero Anes, tabelião d'el Rei em Guimarães e Gonçalo Reimão, Juiz da mesma vila por sua autoridade e teve como testemunhas: João Pires, Jerónimo Eanes, Vasco Martins, Jerónimo Lourenço, Afonso Fernandes e Afonso Domingues «tabalijãaes da dita villa», além de João Azedo, Afonso Gil, Diogo Gil e outros. O testamento foi feito a 28.5.1302, assinado por Pero Salgado e escrito em pergaminho, sobrescrito e assinado por Martim Anes, tabeliães em Guimarães, sendo testemunhas presentes Jerónimo Lourenço, abade de Cavez, Frei Domingos de Pulha e Pero Anes, escudeiro. V. nota 7 do meu «*Casa de Pousada*» (nota 1).

e bom calice», o lampadário a arder dia e noite para sempre, uma Missa cada dia até ao fim do mundo, dita por dois frades alternados. À segunda-feira reza-se a Missa dos Anjos, à terça a dos Apóstolos, à quarta a das Almas (é a «dos passados»), à quinta a «do santo espyryto». Sexta-feira é a Missa da Cruz, no sábado a de Santa Maria, no domingo a da Santíssima Trindade. Às portas do Mosteiro, as filas de pobres, dos doentes, o sufocante cheiro da miséria, as mãos estendidas a receberem no 30.º dia as vinte libras em pão e carne. Para o comer dos frades e o cumprimento das missas, das procissões, das pagas de Natal, entrudo e Páscoa, espalhara Gonçalo Gonçalves Peixoto terras, libras, maravedis <sup>14</sup>.

Destacamos uma figura: D. Martinho Peres, o Dom Abade de Pombeiro, respeitado pelo Rei e pelos Arcebispos, a engrandecer o Mosteiro, a recolher o legado de Gonçalo Peixoto: a sua cama (isto é: «hum allmadraque de frouxel, um chumaço e uma faceira e uma colcha das mylhores»), o seu leito dourado, o seu «halifafe» de penas de ganso, um vaso de prata e a trotar, vivo, a sacudir a crina, cansado de levar o Cónego por caminhos e pedras, o seu «azemollo murzello». Tudo «por o muyto dom que me sempre fez e por hamor que sempre com elle ouve».

Podemos percorrer todas as confrarias em que «sou metido», cumprimentar os Cónegos de Braga «Senhores e companheiros e amigos» de Gonçalo Gonçalves Peixoto, dele a receberem duzentas libras para adquirirem «herdamentos no seu couto de Fayões», lembrar o Arcebispo Dom Frei Telo «Que me fez muito bem e muita mercê» <sup>15</sup>. Contaremos as esmolas para S. Domingos, de Guimarães, para S. Gens, de Montelongo, em Telões

---

<sup>14</sup> Foram: 1/3 do casal da Ribeira de Meadela, em Montelongo, freguesia de Esturãos (Fafe), 120 e tal libras por uma vez e 60 anualmente, os 8 maravedis que pagava todos os anos «pelo herdamento de Domingos Cachopo», etc. Têm também a faculdade, no caso dos herdeiros serem «njgrejentes» nos legados, de ficarem com toda a herança.

<sup>15</sup> Além desta soma dada em vida, deixa-lhes o dinheiro que se lhes devia das prebendas com condição de fazerem comemorações pela sua alma e pela do Arcebispo D. Frei Telo «e outros que bem me fizeram» (partindo entre si os rendimentos) e mais 10 libras anuais.

e Vila Cova. Paramos em Santa Maria de Guimarães<sup>16</sup>, obrigadas as suas casas nessa rua a darem, para sempre, ao Cabido e à sua igreja, quatro libras de boa moeda antiga, todos os anos, até ao fim dos tempos. E não esqueceremos a albergaria para pobres, fundada por Gonçalo Peixoto em duas das suas casas na Rua de Val de Donas. Vestidos os homens com camisas e bragas «senhas capas e saias de burel», ataviadas as mulheres com «senhas pelles e camisas». Dormem em leitos de palha com feltros e chumaços, metem os dedos nas gamelas nas «pitanças de pao, carne e pescado», no Natal, no Entrudo, na Páscoa, no Espírito Santo. Agasalhados, consolam-se com algum vinho, rezam em «gynolhos» por seu benfeitor<sup>17</sup>.

«— A sua bênção Senhor D. Gonçalo».

«— Deus te abençoe, meu filho».

São os filhos de Maior Airas: Gomes Gonçalves Peixoto e Teresa Gonçalves. São os de Clara Martins: Vasco e Rui Gonçalves Peixoto. É o filho de Maria Gonçalves, é Durançã Gonçalves de mãe não citada. Haverá mais? Filhos de gança, no dizer antigo, legitimados alguns por mercês régias, contemplados e encaminhados no testamento de seu pai<sup>18</sup>, o Cônego Gonçalo

---

<sup>16</sup> Aos frades de S. Domingos, fora as esmolos citadas no texto, deixa 5 libras «em dia de cena domini que cojma por pitança pera todo o sempre e elles cantem missa muito hoffiçada muito de requiem». Para Montelongo vão as casas de..., todo o herdamento que aí tem com o quinhão de devesas e moinhos e o Casal da Meadela a troco duma Missa anual de esmola e 1 maravedi a cada clérigo que assista. Aos clérigos de Telões, pelo Casal da Boroa, 2 maravedis anuais e 100 libras para a sua Igreja, aos de Vila Cova outras 100 libras e o herdamento de Figueiró «e ffaçam cada duas anjversarjas cada anno huma em dja de mjnha sepultura e outra tres dias depois ho hoonjum Santorum». Aos Cônegos de Guimarães, 4 libras anuais, o direito que tinham em certas terras pela troca com o casal do Outeiro Levado, 1 libra por ano aos do coro e várias aos clérigos que lhe acompanharem o enterro; pede Missa de Santa Maria no altar maior, e «procissões sobre os passados». Nos seus legados lembra também as Donas de Amarante, a Confraria de S. Vicente, em Guimarães, a do Capelão, outras em Guimarães e Braga e os «poberees vergonçosos em guimarãees».

<sup>17</sup> O herdeiro fica obrigado a dar 50 libras por ano para a manutenção desta albergaria. V. Nota 11 do meu «*Casa de Pousada*» (nota 1).

<sup>18</sup> Sabe-se de Gomes Gonçalves Peixoto, sucessor, legitimado a 2.7.1292 (El-Rei D. Dinis), Teresa Gonçalves, a quem deixa 50 libras, Vasco Gonçalves Peixoto e Rui Gonçalves Peixoto, legitimados no mesmo dia que o irmão, havendo

Gonçalves Peixoto, seguem diferentes caminhos. Entre todos, e entre os irmãos e sobrinhos do instituidor do vínculo de Pousada<sup>19</sup>, no meio do faiscar dos maços de prata que deixa<sup>20</sup>, a partir de 1308, data provável de sua morte<sup>21</sup>, a um só seguimos: Gomes Gonçalves Peixoto, seu filho e sucessor.

Cónego em Guimarães, como seu pai<sup>22</sup>, 1.º administrador do vínculo de Pousada, senhor de toda a magnífica «sucessão»<sup>23</sup>, da pequena azêmola ruça, do breviário do pai, de dois «moyos de mylho em Guimarães», preso ao cumprimento de muitos legados, mora também na casa da Rua de Santa Maria «com seu saydo e suas pertenças». Em Guiomar Esteves, natural

---

geração do primeiro (nota 12, 2.º parágrafo do meu «*Casa de Pousada*» (nota 1)), Duranção Gonçalves, também citada no testamento e o filho de Maria Gonçalves, de quem se desconhece o nome e a quem manda «Servir em Vila Cova pella minha alma».

<sup>19</sup> Para a vasta parentela do Cónego Gonçalo Peixoto e para evitar repetições, v. o meu «*Casa de Pousada*», pp. 5 e 7 e «*Peixotos*», pp. 20-21 (nota 1).

<sup>20</sup> Deixa mais de 30 maços de prata. Para todos estes legados e muitos outros v. a nota 10 do meu «*Casa de Pousada*» (nota 1).

<sup>21</sup> P. 22 e nota 68 do «*Peixotos*» (nota 1).

<sup>22</sup> Id., p. 22 e nota 67.

<sup>23</sup> Lê-se no testamento: «... item mando e quero que se ffaça soçesam das mjinhas casas de gujmarâaes em que eu moro na rua de Santa Maria com seu Saydo e com as suas pertenças e tambem as que fforam dos dos (*sic*) gaffos como as outras de huma parte e da outra e a mjnha quintãa e ho meu herdamento de pousada com aquelles casaaes que perteençem a esa quintãa e os casaaes de carvalhal e ho casall das searas e vjnhas e devesas e souts... Rotos e por Romper com todollos outros seus djreitos e peertenças de monte em ffonte assy de ffecto como por Roto e por Romper desa quintãa de pousada e dessees casaaes e dos da qujntãa e casall do carvalhal que vasquo gonçallves filho de clara martins comprou de domingos Rejmondo e doutro casall de Riba de Selho porque hey de aver cada anno cjnquo maravedis e meio os quaees casaaes o dicto vasquo gonçallves de mjm donou a quall doaçam ffoyy feyta por pero salgado tabeliam de guymarâaes e as mynhas casas de valle de donas e as outras que sam a par das de Jeronimo tñhoso e sam seis (?) por todas com as almoijnhas e seus saydos e com todas as suas pertenças e outro casall de polvoreira com as outras compras que hj fiz dos herdamentos aJa a Igreja de gujmarâaes ho seu dyreito pollo escambo que me deram do casall em outeiro levado e os outros çertos djreitos aJaos todos esa soçesam tambem do casall como dos outros herdamentos que hj sam e mando que a soçesam que a tenha gomes gonçallves ffilho de moor airas...».



da vila tem três filhos: Álvaro, Vasco e Rui Gomes Peixoto. Em Domingas Martins, de Montelongo, tem outro: Gil Gomes Peixoto. A todos e a cada um «*Dom denis pela graça de deos Rey de portugal e do Algarve A quantos esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e mercê a... (o nome) filho de Gomes gonçalves peixoto e de guyomar esteves morador em guymarãens sem casamento despenso com al e façoo legitimo que al aia toda onrra quan aquelles filhos dalgo que son legitimos per mym em testemunho desto dei ao dicto... Dante em lisboa nove dias de novembro elRey o mandou Joham Dominguiç de portel a fez Era de mil trezentos e sessenta e um Anos (Cristo 1323) — Stevam da Guarda*»<sup>24</sup>.

Vistas estão ambas as «cabeças» do morgadio do Cónego Peixoto. Uma, a quinta de Pousada, em Azurém, roqueira, as pedras a falarem no silêncio do tempo. A outra, na rua principal da vila, na de Santa Maria, no bulício da gente a passar, apressada, para as missas, as feiras, o serviço do Duque, as janelas bem abertas para os acontecimentos, os sucessos, a vida. Passam as duas, de pais para filhos, do Cónego Gomes Gonçalves Peixoto, para Gil Gomes Peixoto, clérigo de missa, e, deste, para Álvaro Gil Peixoto, abade de Unhão<sup>25</sup>. Sucedem-se os senhores do vínculo de Pousada. Não os impede «*sser filho de clerigo pojs llijtimado ffor e estes que ham daver que seja cleriguo ho melhor*». A crescer à sombra da Colegiada da Senhora da Oliveira, parte-se, por fim, este ramo, por falta de descendência, em Diogo Álvares Peixoto, filho do abade de Unhão e legitimado por D. João I a 2.8.1401<sup>26</sup>.

Vai a «sucessão» para outro ramo: o de Vasco Gomes Peixoto, o filho terceiro do Cónego Gomes Gonçalves Peixoto. Nos «*Peixotos*», nas «*Velhas Casas (V)*», já estão publicadas a procuração passada em Santarém, em 1408, a um seu filho, Gonçalo, e a sua segunda mulher Maria Nicolas para arrendarem,

---

<sup>24</sup> Copiado de «*Peixotos*» (nota 1), pp. 72-73.

<sup>25</sup> Id., p. 73, traslado dum doc., onde se diz ser senhor da sucessão do vínculo, Álvaro Gil. É um empraçamento dum casal em Polvoreira, feito a 8.4. da era de 1394 (Ch. 1356).

<sup>26</sup> Id., p. 74.

emprazarem, venderem ou penhorarem os seus bens, e a entrega, em 1409, a esse mesmo filho, dos haveres de sua mãe Maria Airas, primeira mulher de Vasco Gomes Peixoto. Graves desavenças de família assolam a sua casa em Miragaia, no «enxido do pixoto». Quem o conta, anos mais tarde, é seu confessor, Frei João da Costa, frade de S. Francisco. Aqui o repetimos<sup>27</sup>.

Arrependido de ter prejudicado, com algumas escrituras, sua segunda mulher, e o filho deste seu casamento Rui Vasques Peixoto, aflige-se Vasco Gomes ao ver este menino «sob o poderio» de outro seu filho João Vasques Peixoto, comendador da Faia. *«E nam ousava dizer mais»*. Mas diz: *«... porcoanto se nom queriam partir suas filhas<sup>28</sup> do dicto Jooham baasques peixoto seu filho E sua manceba da cabo delle dicto basco peixoto cando asy doente dise que se veese E que ele se levantase que eles fariam toda a sua vontade mas sua vontade era proprea que a dicta maria njcolas sua mulher e o dicto Roy vaasques seu filho ouvessem alguma cousa d'alguns bens que a ele pertenciam de deryto»*. Abandonada (há quanto tempo?), estraga-se, aos poucos, a casa dos Peixotos, na Rua de Santa Maria. As pingas, a solidão, o mofo alastram nas paredes. Dessa desolação foge João Vasques Peixoto, comendador da Faia e de Veade, o que, no dizer dos nobiliários, partiu para as cruzadas contra os turcos. Em 1428 passa-lhe o Convento de Pombeiro recibo da tença de Natal pois é o administrador do vínculo de Gonçalo Gonçalves Peixoto<sup>29</sup>.

Na Rua de Santa Maria, a 30.7.1429, o abade de Freitas e o abade de S. Jorge de Castelões medem e descrevem umas casas. São as do morgadio de Pousada *«as duas com seus enxidos e com seu balcão que atravessa a rua d'uma para outra casa»*. João

---

<sup>27</sup> Id., p. 79 e as notas 23 e 31 do «Casa de Pousada» (nota 1).

<sup>28</sup> Eram: Violante Vasques Peixoto x com Martim Esteves Barbato, escudeiro, confrade da Confraria de S. Miguel o Anjo, em Guimarães, moradores na Rua de Santa Luzia, que litigiaram por causa de Pousada («Casa de Pousada», nota 1), e Isabel Vasques Peixoto, mulher de Gil Lourenço, escrivão da puridade d'el Rei D. João I e alcaide-mor de Miranda do Douro, c.g. V. o meu Eugénia da Cunha Peixota ou Morgado do Parto Suposto, Braga 1977.

<sup>29</sup> É o recibo de 300 reais brancos e diz respeito à tença de Natal de 1427. Nota 25 do meu «Casa de Pousada» (nota 1).

Vasques Peixoto, Comendador da Faia, aluga-as<sup>30</sup>, com a condição de as reformarem e nelas viverem, a um grande fidalgo: Martim Vasques da Cunha, e a sua mulher Mécia Vasques de Andrade.

Com veneração, com cuidado olha-se para o relicário de prata, a «arqueta dos Cunhas»<sup>31</sup>, a linda testemunha duma família fidalga e poderosa a pousar então em Guimarães: os Cunhas, Senhores da Tábua<sup>32</sup>. Beija o povo o anel de D. Luís Vasques da Cunha, Dom Prior da Colegiada de Guimarães; abrem alas os escudeiros para darem passagem a D. Rui da Cunha, seu

---

<sup>30</sup> Nota no liv. acima mencionado, aqui transcrita (na parte que interessa): «Num catálogo manuscrito feito pelo Abade de Tagilde, citam-se os seg.tes documentos relativos à administração do Morgadio, pelo Comendador da Faia... — nº 3 Prazo de duas casas com seus enxidos e com seu balcão que atravessa a rua d'uma para outra casa, sitas na rua de Santa maria. Emprazadas por João Vasques, Comendador da Faia e adm.or da Capella instituida por Gonçallo Gonçalves Peixoto, em Pombeiro. Foram vedores: Pedro Affonso, Abade de Freitas, e Martim Peres, Abade de S. Jorge de Castelões. Foram emprazadas a Martim Vasques da Cunha e m.er. Mecia Vasques de Andrade e com obrigação de as reformarem e povoarem, pois estavam derruidas. Sentenceado o prazo pelo Vigário Geral de Braga João Fernandes a 30.7.1429....».

<sup>31</sup> Esta notável peça faz parte do Tesouro de Nossa Senhora da Oliveira da Real Colegiada de Guimarães. Encontra-se em exposição no Museu de Alberto Sampaio da mesma cidade. Mencionada em quase todos os estudos sobre ourivesaria portuguesa, também a ela me refiro em *Velhas casas (IX) Casa de Sezim*, Guimarães, 1985.

<sup>32</sup> Segundo alguns nobiliários, descendem, por varonia legítima, de D. Paio Guterres, companheiro de D. Afonso Henriques e fundador dos Mosteiros de S. Simão da Junqueira, Santo Estêvão de Vilela e do Souto junto a Guimarães. Dizem ter adoptado o apelido Cunha por quebrar com cunhas as portas de ferro de Lisboa quando da tomada da cidade aos mouros. Para outros, a origem do nome foi o facto de se meter tanto entre a moirama, nas batalhas, que parecia uma cunha. Casou com D. Usenda Trastamires (Nobs.). Um seu bisneto instituiu o morgado da Tábua; morreu s.g. e o vínculo passou para o irmão segundo: Vasco Lourenço da Cunha. Deste foi 3.º neto, na varonia, Vasco Martins da Cunha, o «Moço», vassalo d'el Rei D. João I, senhor de Penalva, Sinde, Azere, terras de S. Gião (1383), terras de Lanhoso (1386), e alcaide-mor do Castelo de Lanhoso (1389), sucessor a seus maiores. Seu primogénito passou-se para Castela, não sucedendo, por essa razão, no morgado de Tábua; dele se apossou o 3.º filho, pai de D. Rui da Cunha. V. Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Impressão diplomática do original manuscrito, existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, prop. e ed. de Agostinho Azevedo Meireles e Domingos

irmão e sucessor no Priorado. Criado, desde menino, em casa do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, ascende D. Rui da Cunha ao cargo vago por morte (?) de seu irmão, por 1424. Dom Prior de Guimarães faz frente a D. Fernando da Guerra, Arcebispo de Braga, em 1431. Dentro da Colegiada, armada a sua gente, recusa-se a abrir as portas da igreja, a dar entrada ao Arcebispo. Não se contenta com as honras do Priorado, escaramuça por vezes em Ceuta, combate em Tânger no infeliz ano de 1437<sup>33</sup>.

Clarões de glória iluminam esta estirpe dos Cunhas, negras deserções a amesquinham. O avô paterno, Martim Vasques da Cunha, tomara voz pela infanta Dona Beatriz, Rainha de Castela. É depois fiel servidor de D. João I, batalha a seu lado. Qual é o seu filho a não se distinguir em Trancoso, nos cercos, a combater, com valentia, contra as lanças castelhanas? Qual é o seu filho, depois de erguer bem alto as nove cunhas das suas armas, a não se voltar para Castela, ? servindo os reis inimigos contra a Pátria. Quase só Vasco Martins da Cunha, o «Moço», o filho terceiro, por alcunha o «Rabo de Asno» ou «Rabo Azedo», pai dos Dons Priores de Guimarães, de Martim Vasques da Cunha, de Afonso da Cunha, cativo em Fez, de Aires da Cunha, escudeiro do Infante, de Fr. João, Provincial do Carmo, de Lopo Vaz da Cunha, senhor do Padroado de Castro Laboreiro<sup>34</sup>, escapa a essa triste mancha.

Sabíamos da estadia em Guimarães de D. Luís, de D. Rui, e de Lopo Vaz da Cunha. Vemos, agora, o primogénito Martim Vasques da Cunha a habitar esta casa na Rua de Santa Maria. E à lembrança vem a expedição a Ceuta, onde, junto com o Rei, os Infantes, muitos fidalgos, foi também como capitão.

---

de Araújo Afonso, Braga, 1940, Tomo X, Cunhas; Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, ms. de 1690, publ. por Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcelos, António Augusto Ferreira da Cruz e Eugénio Eduardo de Andréa da Cunha e Freitas, Porto, 1948, Tomo III, vol. 1.º, pp. 460-467. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Imp. Nacional-Casa da Moeda, 1973, 1.º vol., VIII Cunhas e, já agora o meu estudo citado na nota anterior.

<sup>33</sup> Humberto Baquero Moreno, «Rui da Cunha D. Prior da Colegiada de Guimarães», in *Actas do Congresso Histórico* (nota 2), vol. V.

<sup>34</sup> V. nota 32.

Corria o ano de 1415. A 25 de Julho parte uma grande Armada; expedição de há muito e em segredo preparada. Sábado, ao dobrarem o Cabo de S. Vicente, prestam homenagem às «reliquias daquele sagrado promontório». Naus, galeras, fustas, todos os navios, à uma, recolhem as suas velas. Quedam-se, parados, ao sabor das ondas, Rei, Infantes, fidalgos, povo, rezam no silêncio das suas almas crentes. Soltam logo as velas, cheias de vento, contra o azul do mar, a levá-los para a aventura sonhada, o corpo a pedir luta, a imaginação povoada de triunfos. Fundeiam em Lagos.

Na quarta-feira partem para Faro, obriga-os a calmaria a lá ficarem até sete de Agosto. Proas no estreito, aguardam a noite para entrarem despercebidos. «Entre as Algeciras» esgueira-se a Armada. Tremem os mouros de Gibraltar, mandam presentes ao Rei de Portugal; do alto do penhasco, olhos assustados seguem os movimentos da frota portuguesa. Estende-se um forte nevoeiro. As galeras, as fustas, os pequenos barcos ainda passam ao largo de Ceuta. Em Málaga param os de alto bordo. Procuram encontrar-se, avançam. Sala Ben Sala, Senhor de Ceuta, desconfiado com estes movimentos, fechara já as portas da cidade, pedira auxílio aos vizinhos. Alvo da moirama é já o Navio Almirante, o mais chegado à praia. Mouros, em batéis, provocam pequenas escaramuças. Na véspera da Senhora da Assunção D. João I muda o rumo. Vira para o lado oposto: espera o resto da Armada. Sopra o Levante. A angústia toma os corpos, alteram-se as ondas: é a tempestade. Contornam os barcos a ponta de Almina, refugiam-se em Algeciras. Aliviados, os «infiéis» despedem os reforços.

Passou o Levante. Os portugueses atacam Ceuta. Saltam em terra. Com os alfagemes, os dentes cerrados, os homens de Sala Ben Sala defendem a sua cidade, as suas mulheres, a sua honra, a sua vida. Nas estreitas e caiadas ruelas, Martim Vasques da Cunha, sucessor do Morgadio de Tábua, todos os outros cavaleiros, à frente os destemidos Infantes, atiram fora as peças das armaduras, a empecilhar, lutam com sanha. Combatem com o entusiasmo da vitória, a crença de aumentarem a Fé, o delírio

da glória, a cegueira da guerra<sup>35</sup>. Corre o sangue. Ceuta é nossa!

Rui Vaz Peixoto, o irmão pequeno «em poder do Comendador da Faia», agora escudeiro do Conde de Barcelos e, certamente, também curtido pelas sortidas nas praias de Marrocos, reclama os seus direitos. Chama por testemunhas a Afonso Martins, filho de Martim Afonso, carnicheiro do Conde, Álvaro Martins, filho de Martim Afonso, Cónego em Guimarães, Fernão Robalo, sapa-teiro, Fernão Vasques, cereiro, criado de Martim Anes anadel, Álvaro Domingues, da Porta da Torre Velha, e outros. Neste dia, 30.5.1434, frente à porta principal da igreja de S. Francisco, em Guimarães, pede a Frei João da Costa, frade nesse mosteiro e antigo confessor de seu pai, um atestado a provar a sua condição de filho legítimo<sup>36</sup>. Tem todo o interesse em o provar: promulgara-se um mês antes a Lei Mental. Salvo dispensa régia a sucessão dos morgadios na linha dos primogénitos e legitimidade está assegurada.

Encostado à amizade do Infante D. Pedro, prospera D. Rui da Cunha. Prepara, em Guimarães, o Conde de Barcelos com Martim Vasques da Cunha e outros fidalgos, as Cortes de Lisboa<sup>37</sup>. A seguir, vexada a «triste raynha», a viúva d'el Rei D. Duarte, toma a regência o Infante, Duque de Coimbra. A Roma, com mais dois embaixadores, vai D. Rui da Cunha. Trazem a dispensa papal para o casamento do jovem Rei com sua prima D. Isabel, filha do Infante. Depois, conforme cresce o mal-estar entre D. Pedro e seu Real sobrinho e genro, esbate-se o poder do Dom Prior de Guimarães. Nas casas onde vive seu irmão, Martim Vasques da Cunha, as do vínculo do Cónego Gonçalves

---

<sup>35</sup> D. Jerónimo de Mascarenhas, *História de la Ciudad de Ceuta*, escrita em 1648, publ. segundo a direcção de Afonso de Dornellas, Comemorativa do 5.º Centenário da Tomada de Ceuta, Academia das Ciências de Lisboa, 1918.

<sup>36</sup> «Testemunho de Fr. João da Costa frade de S. Francisco, confessor de Vasco Peixoto, asseverando que Rui Vasques Peixoto era fº legítimo havido de legítimo matrimonio d'aquelle com Maria Nicolas», escrito em Guimarães a 30.5.1433. Pergaminho n.º 16 da Colecção de Pergaminhos Avulsos, Arq. Mun. A. Pimenta, V. a nota 24 do «*Casa de Pousada*» (nota 1).

<sup>37</sup> Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira, antecedentes e significado histórico*, Coimbra, 1979, vol. I.

Peixoto, estes sucessos, Ceuta, Tânger, onde também combateu o futuro Senhor de Tábua, ecoam pelas paredes, pelo arco a unir as duas partes da casa.

Curiosos, param na Rua de Santa Maria, a 8.8.1446. Está aí João de Sousa «tabaliam d'elRey do paaço da dicta billa». Chega Rui Vasques Peixoto, irmão do comendador da Faia. E fala:

— «É verdade que meu irmão João 'baasquez Peixoto', comendador, me abriu mão, por um instrumento feito no tabelião, da capela e sucessão ordenada por nosso bisavô Gonçalo Gonçalves Peixoto. Esta casa é uma das cabeças dessa sucessão».

Com gestos largos, com espalhafato, põe as mãos nas portas. Por pedra, terra e telha toma posse corporal da casa de seus maiores, alugada a Martim Vasques da Cunha.

— «Por esta posse fico também senhor da quinta de Pousada em Azurém, de todos os outros casais do vínculo».

Concordam, pois são testemunhas Gonçalo Martins, abade de Polvoreira, Vasco Afonso, morador em S. Paio de Vizela, Alvaro Roiz, escudeiro de Rui Vasques Pereira, o «Moço», muito mais gente e os alfaiates Afonso Periz de Viseu e Vasco Afonso<sup>38</sup>. Pertence a casa do Arco a Rui Vasques Peixoto?

El-Rei D. Afonso V atinge a maioridade. Dois anos depois larga a regência o Infante D. Pedro. Pouco antes de Alfarrobeira D. Rui da Cunha é afastado do cargo de Dom Prior de Guimarães. Toma, pelo Infante, parte na batalha. Perde todos os seus direitos civis e canónicos. Distribui El-Rei por outros os seus bens<sup>39</sup>. No tesouro da Senhora da Oliveira fica o rico e lindo

---

<sup>38</sup> «Instrumento de posse dumas casas da rua de St<sup>a</sup> Maria, da quinta de Pousada e d'outras propriedades do morgadio da capella de Gonçallo Gonçallves Peixoto, tomada por Rui Vasques Peixoto em virtude da cedência que do dito morgado lhe fez seu irmão João Vasques Peixoto, Comendador da Faia. dada a posse e lavrado o instrumento por João de Sousa, tabelião a 8 de Agosto de 1446. Foi testemunha, entre outros Gonçalo Martins, Abade de S. Pedro de Polvoreira». Transcrito em «*Peixotos*» (nota 1), p. 80. Doc. n.º 9 da Col. de Pergaminhos Avulsos, Arq. Mun. A. Pimenta. Citado no texto e nota 34 de «*Casa de Pousada*» (id.).

<sup>39</sup> Nota 37.

cofre de prata dourada, dádiva dos Cunhas<sup>40</sup>. Seu irmão primogénito, Martim Vasques da Cunha, deixa, também, a casa da Rua de Santa Maria, onde alguns anos viveu<sup>41</sup>.

Faz muita pena Frei João Vasques Peixoto, comendador da Faia e de Veade na Ordem de Malta. Deitado, na sua cama na quinta de Pousada, prostrado pela dor, o pé inchadíssimo. Sem remédio, o mal a avançar, a trespassá-lo, a tirar-lhe a posição e o descanso. É a gota, há anos «que geme e não se levanta». A pedido de Rui Vasques e para descarregar sua consciência, a 19.2.1451 conta como tivera o morgadio sendo o irmão pequeno, sabendo bem que a ele lhe pertencia. Entrega a Rui Vasques Peixoto as chaves dum portal na quinta de Pousada, pede aos que os rodeiam que acompanhem o irmão na posse, por estar impossibilitado de o fazer. Ordena a todos os caseiros do morgadio que desse dia em diante só acudam a Rui Vasques como verdadeiro senhor e a mais ninguém<sup>42</sup>. Na casa da Rua de Santa Maria já habita outro inquilino: o irrequieto fidalgo Fernão de Sousa<sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> Nota 31.

<sup>41</sup> Foi senhor do Morg. de Tábua, terras de Lanhoso, etc. Teve, de sua mulher Mécia de Andrade, 2 filhos: Álvaro da Cunha e Vasco Martins da Cunha, suc., Fid. da Casa de D. Afonso V. Deve ter estado em Alfarozeira pelo partido do Rei, beneficiou dos bens confiscados aos partidários do Infante. Foi alcaide-mor do Castelo de Lamego (1454) e membro do Conselho d'el Rei (1473). V. *A Batalha de Alfarozeira* (nota 37), II vol., p. 798. Os seus netos morreram em combate em África; ficou só uma neta, D. Mécia da Cunha, herdeira, mulher de Pero Gomes de Abreu, c.g. O morgadio de Tábua foi-lhe tirado judicialmente por um descendente do filho segundo de Vasco Martins da Cunha, o «Moço», ao provar ter o avô dela usurpado o vínculo ao dele *Nobiliário*, nota 3. Nessa linha se manteve o morgadio. Representam-no hoje, e ao título de Conde da Cunha, os Teixeira Homem Brederode.

<sup>42</sup> «Desistencia do Morgadio e Capella, instituidos por Gonçallo Gonçalves Peixoto, feita pello Comendador da Faia João Vasques Peixoto, bisneto do instituidor. Lavrada na quinta de Pousada pelo taballião Diogo Lopes a 19 de fevereiro de 1451, estando doente e entrevado o dito Comendador». Pergaminhos n.ºs 11 e 34 da Colecção de Pergaminhos Avulsos, Arq. Mun. A. Pimenta. V. «*Casa de Pousada*», pp. 14 e 15 (nota 1) e «*Peixotos*» (id.), pp. 81-82. Neste trata-se da descendência do Comendador da Faia e transcreve-se o documento.

<sup>43</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma Rua de Elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, 1989, onde se lê nas pp. 131-132: «... nos Livros da Fazenda do Cabido, n.ºs 4 e 5, Arq. Mun. A. Pimenta, fls. 5vº e 4vº



O senhorio: Rui Vasques Peixoto, senhor do Morgadio dos Peixotos de Pousada, escudeiro do Duque de Bragança. O inquilino: Fernão de Sousa, da Botelha, fidalgo, dos Sousa Camelos. A casa: a do Arco, na Rua de Santa Maria. Com eles, com a casa, segue a história a contar, ajudada pelos documentos.

Rui Vasques Peixoto violenta os caseiros da Colegiada no casal do Souto, em Polvoreira; é condenado a 24.10.1452 por sentença de Luís Afonso, Mestre Escola de Braga<sup>44</sup>. Em partilhas demandam-no também sua irmã, Violante Vasques Peixoto, e marido, Martim Esteves Barbato; defrontam-se por cinco anos, são «enmygos mortaaes»<sup>45</sup>. D. Afonso V, por carta dada em Évora a 8.2.1453, legitima-lhe um filho: Álvaro<sup>46</sup>. Correm da mesma maneira, céleres, os dias de Fernão de Sousa; a 3.7.1453 concede-lhe El-Rei a jurisdição da terra de Rossas em sua

---

respectivamente, relativos aos anos de 1453 e 1454, está escrito que as casas do Comendador da Faia na rua de Santa Maria, então de seus herdeiros «trazia-as» Martim Vasques da Cunha». E na p. 133: «... as casas do Arco, antigamente do Comendador da Faia e agora (1455) pertencentes a Rui Vasques Peixoto, pagam censo ao Cabido e estão aforadas a Fernão de Sousa, Livro da Fazenda 7, fl. 5vº, Arq. Mun. A. Pimenta e Col. Guimarães, DP, maço 64, n.º 34, Torre do Tombo». No doc. mencionado na nota anterior, lê-se sobre as mesmas casas (1451): «onde moram Fernam de Sousa e sua mer».

<sup>44</sup> José Marques, «A Colegiada no Priorado de D. Afonso Gomes de Lemos (1449-87)», in *Actas do Congresso Histórico*, (nota 2), vol. II.

<sup>45</sup> «Sentença de Dom Afonso, Duque de Bragança na demanda entre seu escudeiro Rui Vasques Peixoto e cunhado Martim Esteves Barbato, escudeiro, m.or em Santa Luzia, dada em Barcelos a 14.7.1453», Pergaminho n.º 38 da Col. de Pergaminhos Avulsos, Arq. Mun. A. Pimenta, trasladado no séc. XVIII pelo Tab. Mendes Ribeiro, doc. n.º 336 do Arq. Part. da Casa de Pousada, transcrito em «Peixotos» (nota 1), p. 82 e citado na «Casa de Pousada» (id.), p. 17 e nota 36.

<sup>46</sup> «Carta d'el Rei D. Affonso 5º legitimando Alvaro Peixoto, filho de Rui Vasques Peixoto e de Maria Gonçalves, molher casada. Dada em Evora a 8 de fevereiro de 1453. Tem o sello real pendente, em cera. Perg.º n.º 17 do Catálogo do Abade de Tagilde sobre os pergaminhos de Pousada e Livro 2º das legitimações da Leitura Nova», fl. 31, ANTT. V. «Casa de Pousada» (nota 1), a nota 39 e «Peixotos» (id.), a nota 89. Rui Vasques Peixoto teve mais filhos: Rui Vasques Peixoto, o «Moço», x c.g., Mécia Rodrigues, ainda viva em 1493 (Leg.ºs por Carta de 10.2.1466), Nuno Peixoto, Pedro Peixoto, João Peixoto, Leonor Peixoto, Brites e Leonor Afonso. V. no 1.º Livro acima citado a p. 19 e notas 39, 40 e 41.

vida<sup>47</sup>. «Fidalgo da casa do Duque de Bragança meo tyo», Fernão de Sousa não deve apreciar toda a beleza dos montes, das fragas, das grutas, toda a frescura dos ribeiros, a tristeza dos desfiladeiros, a maravilha da serra nas terras que lhe pertencem. Na sua Torre do Bairro, onde há um sinistro cárcere<sup>48</sup>, pensa, talvez, o da Botelha nos javalis, nos lobos, nas aves, presas fáceis para as suas caçadas no senhorio de Rossas, em breve seu de juro e herdade<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> «Carta da jurisdição da terra de Roças em sua vida, a Fernão de Sousa, Fidalgo da casa do Duque de Bragança, meo tio, dada em Evora a 6.7.1453». Braamcamp Freire, «Chancelaria de D. Afonso V» (Chancelaria de D. Afonso V, fl. 19, ANTT), in *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, 1905, vol. III.

<sup>48</sup> «Foi senhor desta freguesia Fernão de Sousa Botelho, casado com D. Ignês de Sotto-Maior, que era viuva de Lopo Gomes de Abreu, senhor de Regalados e Valadares... Depois passou este senhorio para a Corôa... Ainda existe a torre do Bairro, com seu carcere, edificio muito antigo, e que foi solar do dito Fernão de Sousa Botelho», in Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno — Dicionário*, Lisboa, 1878, vol. VIII, p. 216, Roças ou Rossas, freguesia, Minho, no concelho de Vieira, comarca da Póvoa de Lanhoso. Repete o escrito no P.<sup>o</sup> Carvalho, *Corographia Portuguesa*, Braga, 1868.

Nos meados do século XVII, era senhor da Torre do Bairro, Gervásio de Pena e Miranda, instituidor do vínculo de Ruivães (f.<sup>o</sup> de Mateus de Pena e sua mulher Ana Machado e sobrinho-neto, por sua avó mat. Ângela Miranda, de Fernão Afonso Leborão, marido de Mécia Barbosa — v. o meu «*Casa de Sezim*» (nota 31), nota 204 —, sendo bisneto, por esse lado, de Damião Leborão e sua mulher Ana Machado de Miranda. Foi seu neto por varonia legítima, António José de Magalhães Leborão de Almeida (1707-78), senhor do morgadio de Ruivães e x com D. Antónia Maria de Meneses Cardoso, da Casa da Portela, S. Jorge de Selho. Filho destes foi António Luís de Miranda de Magalhães e Meneses, F.C.A. (1775), morgado de Ruivães, senhor da quinta da Torre do Bairro, avô de D. Maria Genoveva Josefa Clara de Miranda Magalhães x com João Baptista de Carvalho e Silva, que foram pais do Dr. Severino José de Miranda Magalhães (1829-91), M.C.F.R., Bacharel em Direito, senhor das casas de Dentro na freguesia de Ruivães, Cuqueira na freguesia do Mosteiro e Torre do Bairro na freguesia de Rossas, todas no concelho de Vieira do Minho. V. Artur Vaz-Osório da Nóbrega, *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga*, Assembleia Distrital de Braga, vol. IV, 1974, Concelhos de Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, pp. 40-51 e 66-73.

<sup>49</sup> «pellos muitos serviços prestados nas partes de Africa como no Reino (ANTT, Além Douro, l.<sup>o</sup> 3, fl. 257), em *Uma rua de Elite na Guimarães Medieval* (nota 43), p. 180.

Em Guimarães, um certo borburinho. Gonçalo Anes, Juiz, João Gonçalves, «escrivão dos contos d'el Rei nosso Senhor na Comarca de Entre Douro e Minho», dão voz de prisão a dois meliantes: Gil Porto e seu «parceiro». Intervém Fernão de Sousa, fidalgo da Casa do Duque: os presos não irão para a cadeia, dá-lhes guarida e protecção. Indignados, estremecem os homens do Concelho.

«— Como se atreve o fidalgo a ir contra a Justiça! Basta de excessos! É lembrar-lhe já, 'um privilégio que Guimarães tinha em o qual se contem que nenhum fidalgo nem infançam não houvesse casa de morada na dita villa contra a vontade dos moradores della'».

«— Que ousadia levantarem-se contra um fidalgo!». Defrontam-se, estala 'o preito e demanda'. Por fim, aquietam-se. Todos aprovam 'de se guardarem e comporem'. A 12.1.1458 estão em Barcelos, a ouvir o Duque de Bragança, senhor de Guimarães. Procuradores e mensageiros do Concelho e dos moradores de Guimarães; falam o Juiz e o Escrivão dos Contos: 'ao concelho aprazia que Fernão de Sousa vivesse na villa em esta guisa que ele venha por proveito dos ditos moradores e fiquem todos em bom amoroso e amisade'. Não terá tensão contra pessoa alguma, 'antes ficarão todos amigos e bem-querentes e suposto são todos de boas obras', tanto os habitantes 'como os que andam de fora por mandado do senhor duque'. Ficarà a Justiça livre de prender quem quiser como 'El-Rei manda', acolhendo outra vez a Fernão de Sousa, comó vizinho. Com condições: se continuar os desmandos, indo 'contra estas cousas', pagará o fidalgo cinquenta coroas de ouro para a Arca dos Cativos. Ao insistir, entregará outras tantas moedas. À terceira falta 'seja degredado e levado a fora da dita villa e termo e nunca mais em ella viva', sendo sempre o senhor Duque o juiz e executor da ditas penas. 'E o dito senhor duque considerando e vendo que isto hera serviço de Deos e d'el Rei Nosso Senhor e seu delle e honra e proveito de Fernão de Sousa e do Concelho manda que assim se cumpra e guarde para sempre'».

Apraz ao Duque de Bragança firmar tudo «desta guisa». A 30.1.1458, frente aos Paços do Concelho da vila de Guimarães, chama o pregoeiro todos os homens bons do concelho. Com a sua voz forte, entre tambores e arautos, proclama o

acontecimento<sup>50</sup>. Rumo a casa Fernão de Sousa sobe a Rua de Santa Maria.

Recorre o Cabido da igreja da Colegiada de Santa Maria de Guimarães, apela o «honrrado chantre» ao «Reverendo em Christo Padre e Senhor Dom Fernando por mercê de Deus e da Santa Igreja de Roma Arcebispo dessa mesma e Primás». O réu é Rui Vasques Peixoto, administrador do morgadio dos Peixotos. Há uns doze anos que não paga ao Cabido as quatro libras anuais, em boa moeda antiga, pelas suas casas na Rua de Santa Maria, conforme ordenou em seu testamento o instituidor do vínculo. Todos os anos faz o Cabido «petiçom» ao Morgado. Sem resultado: Rui Vaz Peixoto «nom curou nem cura» de pagar a dívida. A 27.11.1460 é dada a sentença: nos próximos dois meses entregará o réu 48 libras de boa moeda antiga, e mais 16 dos quatro anos da demanda, sob pena de excomunhão<sup>51</sup>. Rui

---

<sup>50</sup> Pergaminho n.º LI da Colecção dos Pergaminhos da Câmara, Arq. Mun. A. Pimenta. Eram frequentes os conflitos entre a nobreza e os habitantes da vila. Lê-se em João de Meira, *O Concelho de Guimarães*, Porto, 1907: «...os vexames dos fidalgos, que, como já dissemos, começam agora a aparecer em Guimarães, sucedem-se todos os dias. Nas mesmas cortes de 1428 dizem os procuradores do concelho que os fidalgos costumavam roubar as lanças e os escudos aos lavradores que os tivessem (Chanc. de D. Afonso V, livro XIII, fl. 113).

Nas cortes de 1439 queixam-se os procuradores que o fidalgo Gonçalo Pereira e outros estendiam demasiado os limites das suas honras, a ponto de as aumentarem dez vezes mais que o seu tamanho real (ANTT, Além Douro, L.º II, fl. 37). Nas de 1446 voltam a insistir dizendo mais que Gonçalo Pereira estabelecêra juiz e cadêa em duas quintas suas, onde prendia, sem que para tal tivesse autoridade e jurisdição (Chanc. de D. Afonso V, liv. 5, fl. 53vº). Nas mesmas cortes os procuradores acusam Fernão Coutinho, possuidor do Couto de Belmir, de prender filhos de lavradores, contra a sua vontade, para como creados o servirem (id.).

Ainda nestas cortes os procuradores de Guimarães dão capitulos contra Ruy Vaz que, apesar dos privilégios da villa, nella se havia estabelecido, comprando casas para sua morada e retendo a cadeia do concelho para sua cavalaria e palheiro. Ruy Vaz abrigava malfeitores, dava pancada nos judeus e judias, e tomava no termo do concelho aos lavradores, carneiros, gallinhas, e até palha, para seu sustento e dos seus cavallos (id.).

<sup>51</sup> «Sentença q. obriga as cazas na rua de stª maria do morg.do de Pousada», ANTT, Col. Guimarães, Docs. particulares, cx. 8, mç. 56, n.º 18. Doc. copiado no «Livro das Sentenças do Cabido» (nota 10), pp. 67 e segs., trasladado em «*Peixotos*» (nota 1), pp. 88-90, e v. também «*Casa de Pousada*»

Vasques Peixoto, Morgado de Pousada «clérigo do Arcebispado de Braga»<sup>52</sup>, apela para Roma; réu é, agora, o cabido de Guimarães.

Subdelegados por autoridade apostólica são D. João Álvares, Prior do Mosteiro de Roriz, da Ordem de Santo Agostinho, da terra de Refoios, e Dom Frei Vasco Tinoco, abade do Mosteiro de Santa Maria do Bouro, da Ordem de S. Bernardo, por ordem do «Santíssimo nosso senhor o Papa Pio Segundo». Mostra Rui Vaz Peixoto um rescrito «bullado da sua verdadeira bulla de chumbo pendente por cordão de linho canomo segundo uso da corte de Roma». Por muito «enfermo e doente» escusa-se o Prior do Mosteiro de Roriz de examinar a causa, o mesmo faz «seu colega nesta cauza e negócio». Pedem «que de seus prazeres cometa» o assunto a Diogo Dias, Bacharel em Degredos, Mestre Escola da Igreja do Porto. «Mui ledos», ambos os Priores, entregam-lhe a 1.7.1464 os papéis para serem examinados. Confirma a sentença o Porto, a 1.12.1464, perdoando as custas ao litigante; com pouca satisfação do cabido. É cumprido o processo. Cinco anos depois, a 18.3.1469, como Rui Vaz Peixoto «nunca mostrara seguimento», apelação deserta, manda mais uma vez o Mestre Escola do Porto dar execução à sentença<sup>53</sup>.

---

(nota 1), p. 18. Sobre estas demandas lê-se em *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval* (nota 43), pp. 110 e 111: «... Questão mais séria ocorreu entre os conegos e Rui Vasques Peixoto (administrador dos bens da sucessão de Gonçalo Gonçalves) por causa de 4 libras de censo, impostas sobre umas casas na rua de St<sup>a</sup> Maria, onde em 1455, morava, por aforamento do dito administrador, o fidalgo Fernão de Sousa. Numa primeira fase, o Cabido reclamou o débito de 48 libras ao referido fidalgo o qual se defendeu de o fazer «empurrando» a questão para Rui Vasques Peixoto (ANTT, Col. Guimarães, Documentos Particulares, mç. 64, n.º 34); em 1460 ainda se arrastava o problema, data em que o citado administrador foi condenado a pagar os anos em atraso, mais 16 libras do tempo da demanda (ibidem, mç. 56, n.º 18)». V. também «A Colegiada no Priorado de D. Afonso Gomes de Lemos» (nota 44).

<sup>52</sup> Único documento que vimos em que aparece como clérigo. Pelos muitos privilégios a que as ordens menores davam direito, compreende-se bem que Rui Vaz Peixoto as tenha tomado. V. «*Casa de Pousada*» (nota 1), a nota 37.

<sup>53</sup> «Outra sn<sup>a</sup> contra o mesmo morg<sup>o</sup> de Pousada», doc. original no ANTT copiado no Livro das Sentenças do Cabido (nota 10), trasladado em «*Peixotos*» (nota 1). Em *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval* (nota 43), acrescenta-se

E como o Morgado de Pousada não procura a absolvição da pena de excomunhão nem paga as 64 libras em atraso, D. Fernando da Guerra, Arcebispo Primaz, castiga-o com novas penas<sup>54</sup>.

Tomaram ordens menores em Braga dois dos filhos de Rui Vasques Peixoto: Álvaro Vaz Peixoto e seu meio irmão Rui Vaz Peixoto, o «Moço»<sup>55</sup>. Logo despem a alva sobrepeliz; ambos casam. O mais velho, dizem que clandestinamente<sup>56</sup>, com a viúva de Henrique Henriques, Estribeiro-Mor do Duque, Dona Inês de Carvalho<sup>57</sup>. Dona Helena Vieira<sup>58</sup> é a mulher do segundo. Recatadas, pouco habituadas a aparecer, não julguem poder voltar já para o aconchego das suas criadas, os suspiros das suas devoções. Esperem mais um pouco! Dona Inês de Carvalho acenará vários adeus a seu marido Álvaro Vaz Peixoto, Morgado de Pousada «pessoa muito onrrada e de renda e de merecimento». Lá vai ele com os homens, armas e cavalo<sup>59</sup>

---

a p. 111: «... Em 1472 foi passada carta de sequestro para os bens de Rui Vazquez, por este se negar ao pagamento da referida «pensão» (Ibidem, mc. 56, n.º 33).

<sup>54</sup> *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval* (nota 43).

<sup>55</sup> Álvaro tomou ordens menores a 8.6.1471 e Rui Peixoto, seu meio-irmão a 18.9.1473, Matrículas de Ordens do Arcebispado de Braga, liv. 3.º, Arq. Dist. de Braga, v. nota 89 em «*Peixotos*» (nota 1).

<sup>56</sup> Assim o diz o Gayo (nota 32), Tomo XXIV, Pinheiros, §§ 17 e 28.

<sup>57</sup> Filha de Diogo Afonso de Carvalho, Corregedor da Prov. de Trás-os-Montes, Dezembargador de D. Afonso V, a quem o mesmo Rei doou um reguengo na quinta do Mouquido em Barcelos por mercê de 14.1.1444 em troca do Casal de paços e está sep. na igreja da Colegiada de Barcelos («Nobiliário de Manuel de Sousa da Silva», Códice n.º 304 da Bib. Nac. de Lisboa (Bib. Pombalina), Liv.º 2.º tit.º 34, fl. 310 e segs.) e de sua mulher Branca Pinheiro. Neta pat. de Afonso Lourenço de Carvalho, que em 1385 entregou Guimarães a D. João I, e de sua mulher Maior Roiz (V. o meu *Velhas Casas X, Paço e Honra de Gominhães* Guimarães, 1988, onde menciono estes Carvalhos a pp. 256-259) e materna de Martim Gomes Lobo, Ouvidor do Duque de Bragança e sua mulher D. Maior Pinheiro.

<sup>58</sup> Filha de Afonso Vieira, escudeiro e de sua mulher Paula de Azevedo, neta pat. de Martim Afonso Vieira e mulher Maria Gonçalves de Sousa, e mat. de Francisco de Azevedo, morto em Diu, e mulher Ana de Araújo, no Gayo (nota 32), Tomo III, Azevedos e o meu *Velhas Casas VIII, Casa do Cano ou Salvador*, Guimarães, 1982, aonde falo destes Vieiras.

<sup>59</sup> «Certidão do Instrumento de inquirição de serviços de Francisco Peixoto de Carvalho, feita no ano de 1535; Tabelião Cristóvão do Vale. A cópia está no Arq. Part. da Casa de Pousada, aí relatam-se os feitos de seu pai, Álvaro Vaz Peixoto, nas guerras com Castela.

para as guerras contra Castela, a acompanhar o Senhor Duque D. Fernando.

São os últimos tempos do reinado de D. Afonso V. À porta, os reinos de Castela e Aragão, unidos, a formarem uma nação. Lá, também, o socorro a prestar à «Beltraneja», a pobre sobrinha do Rei português. E ainda a miragem, naqueles campos e planícies, de incorporar à nossa a Coroa castelhana. Zamora, Toro, espadas a chocarem-se, setas a zumbirem.

Na quinta do Outeiro Levado onde vive reza Dona Inês de Carvalho. E Dona Helena Vieira ouvirá durante anos as queixas de seu marido Rui Vaz Peixoto, o «Moço» contra o irmão primogénito. Acabará, «de viz contra o irmão» ao demandá-lo por todos os bens arrebanhados que também são seus<sup>60</sup>. Depois de tudo isto, mas só então, podem ir remotas senhoras minhas, para as agruras, as poucas alegrias duma família, a formar-se à sombra da Colegiada e neste quase findar do século XV a ter «em todos os seus moimentos e Jazigos espadas e escudos».

Álvaro Vaz Peixoto, está na Praça da vila de Guimarães a 6.2.1481. Responde ao requerimento do Cabido da Senhora da Oliveira; está prestes a pagar as muitas libras devidas por seu pai, obrigação imposta nas suas casas da Rua de Santa Maria<sup>61</sup>. Em breve parte para Deus: Francisco Peixoto de Carvalho, Brites, Isabel, Guiomar, Catarina, Álvaro, Vasco, Jorge e Lançarote Peixoto, que irá morrer à Índia<sup>62</sup>, são os órfãos que deixa<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Fora dos bens vinculados, havia, para partirem: duas casas na Rua dos Banhos, no Porto, encostadas à muralha; metade de 2 quinhões da quinta da Portela, freguesia de S. Jorge; metade da quinta do Outeiro Levado, freguesia de S. Martinho de Candoso e os bens móveis: 1 cavalo murzelo (cor de amora preta), a valer 3 mil réis; 6 porcos no valor de mil réis; 10 ovelhas que valiam 10 réis; 3 cubas; 1 tunel de vinho; roupa de cama; cadeiras; 4 tábuas; tudo, fora o tunel, a valer 2 mil réis e muita coisa miúda: gamelas, espetos e outras alfaias no valor de 600 réis. De tudo se apossara Álvaro Vaz Peixoto. A 15.1.1493, morto já Álvaro Vaz, Rui Peixoto continua a demanda, juntamente com os outros seus irmãos, e cita a cunhada, Inês de Carvalho. Esta ganha a causa. «Snt.ça de absolvição que obteve Ignês de Carvalho, v<sup>a</sup>», doc. n.º 317 do Arq. Part. de Pousada in «*Casa de Pousada*» (nota 1), p. 22.

<sup>61</sup> Doc. na nota 53.

<sup>62</sup> Assim está escrito no testamento de sua mãe; nota 60 de «*Casa de Pousada*» (nota 1).

<sup>63</sup> Todos tiveram muita geração. «*Casa de Pousada*» (nota 1), pp. 31-34.

Fernão de Sousa, senhor de Rossas, ainda traz alugadas as Casas do Arco, pertencças dos Peixotos. As vizinhas, onde também habita já são suas. Faz obras, quer pedra. Recorre ao cabido. Cedem-lhe pedras talhadas: uma de canto lavrada duma parede da casa grande da quinta de Urgeses, descoberta, outra lavrada dum recanto «que já fora casa» e mais outra: «de camto ou cassy camto derribada de outra paçoo» da mesma quinta de Urgeses, a «qual pedra jaz em monte a par das dictas paredes», transformadas na ocasião em celeiro. E vêm os carretos. Por tudo, compromete-se, o fidalgo, «e a sua geração» a pagar ao cabido, «per cemsso» e por ano, duzentos reais brancos, «per as suas cassas ou paaços em que elles ora vivem e pera que a dicta pedra querem»<sup>64</sup>. Ao calor do verão, desse ano de 1481 inicia-se a reconstrução. Em regra, vão ficar as casas pegadas; a 1.2.1487 o cabido da Colegiada «alegando ser proveito da sua mesa capitular escamba para sempre» as casas que tinha na Rua de Santa Maria com Fernão de Sousa, «que já as trazia à mão». Em troca dá o fidalgo o seu casal de Carude, na freguesia de S. Mamede do Prado<sup>65</sup>. Em 1495 Fernão de Sousa e sua segunda mulher Dona Mécia de Brito, pagam, por aforamento perpétuo, pelas casas do Arco na Rua de Santa Maria, aos herdeiros de Álvaro Vaz Peixoto, 350 reais<sup>66</sup>.

Rui Vaz Peixoto, o «Moço», acabada a demanda, tutor de seu sobrinho, o Morgado de Pousada, vai entregar-lhe a administração da casa. Começa o longo inventário. Dá Rui Peixoto, o «Moço», escudeiro, juramento aos Santos Evangelhos de «Bem

---

<sup>64</sup> ANTT, Col. Guimarães, Docs. Particulares, mc. 62, n.º 26 in *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval* (nota 43).

<sup>65</sup> Ibidem, mc. 65, n.º 31. E no livro acima citado lê-se: «... tudo indica que este documento supracitado apenas se limitasse a legitimar uma situação já confirmada una anos antes — 1471 — já o Cabido obtivera de D. Afonso V uma carta de privilégio para os lavradores de Carude, pelo facto de os cônegos terem havido de Fernão de Sousa, a troco de umas casas e hortas que tinham junto às dele...» (ANTT, Além Douro, liv. 4). O extrato desta carta, escrita em Coruche a 29.1.1471, foi publicada por João Lopes de Faria, «Arquivo da Colegiada de Guimarães», in *Revista de Guimarães*, vol. XXXII, n.º 2, Abr.-Jun., 1922.

<sup>66</sup> ANTT, Fundo Antigo, n.º 272, fls. 441 e 441 vº, in *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval* (nota 43).



e inteiramente nomear e dar a inventario todollos os bens da dita administração», a entregar a seu sobrinho Francisco Peixoto de Carvalho. Principia a 3.1.1499<sup>67</sup>, «primeiramente nas casas da villa de Guimarães e depois nas herdades e casaes de fora». O «homem bom e medidor das herdades» vai percorrê-las todas; ficaremos pela casa da Rua de Santa Maria.

«Rua de santa Maria — casas em que vive o Senhor Fernão de Souza, fidalgo, as quais tem hum balcão que passa por cima da dita rua toda emtravez com seu enxido detraz que vai ter as ortas de Maçoullas entre soão e Aguião e parte de Aguião com hum Patio e Quintal dante Porta que se diz forão casas de Santa Maria de Oliveira, da ditta villa, e do vendaval com casas do dito Fernam de Souza que jazem misticas com as ditas casas da Capela (as do Arco, dos Peixotos, aqui inventariadas), que se diz forão do Mosteiro de Lorvão e de travessia com a ditta rua pubrica de Santa Maria com o seu balcão, e que atravessa a dita rua por cima com arcos de pedra e sam todas de sobrado e de Longoo com balcão medida por dentro tem vinte varas e de ancho sete varas a terssa trazia por afforamento para sempre que lhe foi feito por os administradores em que se faz menção que lhes aforarão pellas levantar que jazião derruidas e de enxido tanto como as casas sete varas e tersa e de longuo athe o portazo de Massoulas vinte e sete varas e terssas o qual aforamento Mostroce e paga em cada hum anno a Capella e administradores trezentos e cinquenta reis e as paredes todas das ditas casas em que estão armadas e o balcão que assim diçe o dito Senhor Fernam de Souza por juramento dos Santos Evangelhos e o enxido tem suas Arvores de lrangeiras, e estão feitas de novo as ditas casas».

Jura Fernão de Sousa bem descrever a casa onde mora, e em 1502, confrade da Senhora do Serviço<sup>68</sup>, a antiga irmandade dos tabeliães<sup>69</sup>, testemunha um emprazamento. Reina El-Rei

---

<sup>67</sup> «Certidão do Tombo Antigo do Morgado dos Peixotos que foi feito no anno de 1499». Doc. n.º 67 do Arq. Part. da Casa de Pousada.

<sup>68</sup> Como tal e com outros vem num emprazamento da Confraria a 8.11.1500, Pergam.º n.º CCCLVI em Abade de Tagilde, *Catalogo dos Pergaminhos existentes no Archivo da Insigne e Real Colegiada de Guimarães*, Lisboa, 1909, p. 123.

<sup>69</sup> Id., Perg.º n.º CLXXIII, de 24.4.1390 onde se lê, entre outras coisas os estatutos desta confraria «a melhor que ha em esta villa de guimarães onde a dita Senhora he servida de muitos fieis christãos».

D. Manuel, o Venturoso. Dá, esbanja tenças e mercês a quem o merece, a quem a corte lisonjeia, esquece por vezes as honras para os grandes feitos, a prolongarem Portugal pelo mar adiante. 104.000 cruzados despende com Fernão de Sousa, nesse mesmo ano de 1502: é o devido «pelo derradeiro terço de seu casamento»<sup>70</sup>. Das casas pegadas à do Arco sai, rápido, Bartolomeu Rodrigues, azemel de Fernão de Sousa<sup>71</sup>, vai a mais um recado. Da mesma porta sairá Afonso de Lemos, escudeiro do senhor de Rossas<sup>72</sup>, grave, às vênias, cumpridor dos seus deveres.

Se tivesse visto mais documentos varria e lavava a Rua de Santa Maria. Punha-a a cheirar a sabão, a alfádega, a alecrim e a flores silvestres. Pendurava em cada janela uma colcha, branca, de linho, ou festiva, de damasco escarlate. Ficava tão linda! Enxutava os porcos a refocilarem-se nela, recolhia os cães, ávidos a coçarem as pulgas, tapava-lhe as misérias que visse. Apinhava-a de gente composta e alegre, enchia-a de música, de tambores, cobria-a de pétalas de flores. E deixava passar, num pasmo beatífico a El-Rei D. Manuel I, o Venturoso, Rei de Portugal e dos Algarves d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, da Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, passos atrás, seu filho, o Infante D. Henrique, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, caminho da Casa do Arco.

Por falta de documentação vou deixar Craasbeck<sup>73</sup> dizer o que colheu das antigas memórias de André Afonso Peixoto. Regressavam El-Rei D. Manuel e seu filho o Infante D. Henrique numa peregrinação a Santiago da Galiza em 1502. Param em Guimarães em romagem à Senhora da Oliveira. Pousam nas casas

---

<sup>70</sup> «Caderno da Sisa da Marçarya para 1502», pub. no *Archivo Histórico Português* (nota 47), vol. II, p. 24.

<sup>71</sup> Pelo menos nos anos de 1479-81. Livros das Fazendas do Cabido, n.º 11, fl. 5vº, e n.º 12, fl. 6vº, Arq. Mun. A. Pimenta, in *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval* (nota 43), p. 124.

<sup>72</sup> Id., Livros n.ºs 11, fls. 6; 12, fls. 7; 12-A; fls. 11 e 13, fl. 11vº, que se referem aos anos de 1479, 1481, 1515 e 1520.

<sup>73</sup> Francisco Xavier da Serra Craasbeck, «Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho», ms. datado de 1726 na Bib. Nacional. Há cópia no Arq. Mun. A. Pimenta.

do Arco, onde vive Fernão de Sousa, o da Botelha, e sua mulher, Dona Mécia de Brito. Acompanha El-Rei esta senhora à igreja, aí ouvem a Santa Missa<sup>74</sup>. Sem provas, deixo a Rua de Santa Maria na sua vida de todos os dias, os eclesiásticos, os fidalgos, o mulhierio, os comerciantes a irem, a virem. Os pobres a pedirem, os cavalos, o gado a atravessá-la, os grupos a juntarem-se, a dispersarem-se. Deixo para um dia, se o comprovar a música, a festa, as flores.

Em 1505 Fernão de Sousa, Fidalgo da Casa do Duque de Bragança e Francisco Peixoto de Carvalho, administrador da Capela dos Peixotos, apresentam uns autos a El-Rei D. Manuel. Remete-os o soberano para Diogo Borges, Provedor das capelas, «ospitais rezidos orfãos em a Comarca e Contadoria de Entre Doiro e Minho» e mais juizes do Reino. Diz Fernão de Sousa «trazer huas casas», pertencas da Capela de Gonçalo Gonçalves Peixoto. Tem-nas por prazo de «enfatiota» e de «foro paga dellas 350 reis» aos Peixotos. São místicas e umas já suas, pretende fazer-lhes grandes benfeitorias. Quere-as. Escamba-as com Francisco Peixoto de Carvalho. Troca-as pelos casais de Pecenejira, na freguesia de Espinho<sup>75</sup>, e o do Mourisco, em Mogege, e as grandes casas que tinha na Rua das Flores<sup>76</sup>. Por isso, no inventário velho da Casa da Pousada lê-se; na descrição da Casa do Arco, da Rua de Santa Maria, à margem e noutra letra:

---

<sup>74</sup> André Afonso Peixoto, «Memórias Históricas e Antiguidades de Guimarães», ms. donde Craasbeck colheu estas informações. Hoje julgo que desaparecido, é louvado pelo P.<sup>e</sup> Nicolau de Santa Maria na *Chronica dos Conegos Regulares*, na oficina de Inácio Rodrigues, Anno de MDCCL, Cp. 10, n.º 6 e citado por Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, ed. da Coimbra Atlântida, MCMLX, 1.º Tomo e pelo Abade de Tagilde, «Monographos Vimaranenses», in *Revista de Guimarães*, n.º 1, etc. André Afonso Peixoto † a 15.4.1642. Nunca vi este ms., cito-o e ao autor a p. 104 de «Casa de Pousada» (nota 1).

<sup>75</sup> Emprazados poucos anos antes. «Prazo do casal de Pecenejira, freg. de Espinho, emprazado por Fernão de Sousa, fidalgo da Casa Real e do Conselho d'el Rei e mulher D. Mecia, moradores na rua de St<sup>a</sup> Maria, Guimarães a Martim Gil e mulher, feito pelo tabelião Nuno de Vargas a 4 de Março de 1493». — Cartório do Morgado de Pousada, Azurém, Pergaminhos. É o n.º 25.

<sup>76</sup> «Cert.am da Provisão da Subrogação de huas casas na Rua de St<sup>a</sup> Maria por dous casais, hum nas freg.s de Mogege e Espinho e huas casas na Rua das Flores», 1505. Escrivão: Francisco Dias. Arq. Part. da Casa de Pousada.

«O Senhor Francisco Peixoto de Carvalho trocou estas casas com Fernão de Sousa e este lhe largou as casas da Rua das Flores, as terras de Espinho e os casais do Mosteiro em Mogege»<sup>77</sup>.

A história dos Peixotos, morgados de Pousada, continuará noutro estudo<sup>78</sup>. A casa do Arco permanece na Rua de Santa Maria. Só que agora — 1505 — por uma troca, já não é dos sucessores do Cónego Gonçalo Gonçalves Peixoto. Pertence a quem há muitos anos a habita e deseja: Fernão de Sousa, o da Botelha, senhor de Rossas.

\*

Quando era inquilino vimo-lo a receber terras e mercês pelos seus serviços em África; pela sua posição, soube-se do seu entusiasmo em defender os meliantes, apegado aos seus privilégios de fidalgo. Acompanhamo-lo nas obras, nas trocas e quase o vimos a receber um Rei em sua casa. De Fernão de Sousa, senhor da Casa do Arco, por um escambo de 1505, não há muito a dizer nos anos a seguir. Aproveita-se então para falar da sua família.

Bisneto, na varonia, de D. Álvaro Gonçalves Camelo, Prior do Crato na Ordem do Hospital, Marechal do Exército d'El Rei D. João I, Meirinho-Mor de Entre Douro e Minho, efémero senhor de Guimarães por mercê régia, são seus avós Álvaro Gonçalves Camelo, filho legitimado do Prior, senhor da Lágua, Nogueira e outras terras veador da Fazenda do Porto, e sua mulher Dona Inês de Sousa, dos senhores de Mortágua. É filho terceiro de Fernão de Sousa Camelo, morto em Tânger, na escalada de 1437<sup>79</sup>, assim como João de Sousa, seu irmão, o filho segundo.

---

<sup>77</sup> Nota 67.

<sup>78</sup> «*Casa de Pousada*» (nota 1).

<sup>79</sup> O bisavô, D. Frei Álvaro Gonçalves Camelo, (f.º de Gonçalo Nunes Camelo e mulher D. Aldonça Roiz Pereira) acompanhou D. João I de quem recebeu as maiores honras (v. Fernão Lopes, *Crónica d'el Rei Dom Joam Primeiro*). Foi Prior do Crato na O. do Hospital, Marechal do Exército, Meirinho-mor de Entre Douro e Minho e, apesar de ser um dos melhores guerreiros de D. João I, por uma questão com o Rei, esteve preso no Castelo de Coimbra. Perdoado, voltou a exercer todos os cargos. Foi senhor de Atalaia, Baião, Lajes, Moios de Bitouro, Penela, Ouguela e S. Cristóvão de Nogueira. recebeu também d'el Rei, por Carta datada de Santarém a 26.1.1403, a vila de Guimarães «com

Casado em primeiras núpcias com Dona Inês de Soutomaior, filha de D. Leonel de Lima, 1.º Visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>80</sup>, ouve Fernão de Sousa anos antes da casa ser sua

---

toda a sua jurisdição, mero e mixto império», e muitas outras terras incluindo as Caldas de Vizela «ataa que aja outra dignidade que ell se contente», in Abade de Tagilde (que não viu o documento) «Caldas de Vizela, notas históricas», *Revista de Guimarães*, n.º 1. Legitimou um filho, de nome igual ao Pai: Álvaro Gonçalves Camelo, que foi senhor das Lajes, Santo Estêvão de Nogueira, etc., Vedor da Fazenda do Porto, e que casou com D. Inês de Sousa, dos senhores de Mortágua, ilustríssima família com varonia real. Deste casal foi 3.º filho, Fernão de Sousa Camelo, que viveu na época d'el Rei D. Duarte e morreu no assalto a Tânger (1437). Casou este, primeiro com uma senhora da família dos Botelhos, Padroeiros da Igreja de S. Clemente de Basto, s.g. Dela recebeu, pelo menos, parte da quinta da Botelha, incluída nesse padroado. Passou a segundas núpcias com D. Ana Maria de Sousa e Alvim, viúva, c.g. de Vasco Fernandes de São Payo e filha de Pedro de Sousa e Alvim. Dela teve, entre outros filhos, a Fernão de Sousa, o da Botelha (quinta que fora de sua madrastra, ou por outra da primeira mulher de seu pai). Casou por fim, e pela terceira vez, com sua prima D. Brites de Sousa (mãe do Bispo de Évora) de quem teve filhos, falecidos meninos. V. D. António de Lima, «Nobiliário», ms. escrito em 1639 e fielmente copiado em 1749, Sosas, pp. 28 e segs. e Camelos, pp. 47vº-50vº; *Nobiliário das Famílias de Portugal* (nota 32), tit. de Sosas: § 66; Sosas Chichorros, § 70, senhores de Baião e § 316 Sosas Camelos, senhores de Rossas e Quinta do Alcube; *Pedatura* (nota 32), Tomo I, 1.ª parte, pp. 317 e segs. (Sosas Camelos) e *Brasões da Sala de Sintra* (id.), p. 236, Sosas.

<sup>80</sup> D. Inês de Soutomaior, viúva, c.g. de Lopo Gomes de Abreu, senhor de Regalados, era filha de D. Leonel de Lima, suc. a seu irmão mais velho nas terras de seu pai (1429), criado do Inf. D. Duarte, partidário da «Triste Rainha» e depois do Inf. D. Pedro. Enviado por este como embaixador a Castela (1442), foi 1.º Visconde de Vila Nova de Cerveira com a prerrogativa do título de Dom (C. de 1476, passada em Tormes, sendo o 1.º Visconde que houve em Portugal), Alcaide-mor de juro e herdade de Ponte de Lima, tendo levantado o seu castelo. Combateu em Alfarrobeira contra o Infante, em Alcácer (1458) e em vários outros lugares em África e Castela. Fundou em Ponte de Lima o Convento de Santo António e † a 13.4.1495 com 92 anos, e de sua mulher D. Filipa da Cunha. Neta pat. de Fernão Eanes de Lima, fidalgo galego que passou a Portugal, senhor, por mercê de D. João I, de Fraião em Coura, S. Martinho, Santo Estêvão, Facha, Geraz do Lima, Arcos de Valdevez com o bellissimo Paço de Giela e jurisdição cível e criminal dessas terras, e de sua mulher D. Teresa da Silva, dos senhores de Vagos. Os avós maternos foram: Álvaro da Cunha, 3.º senhor de Pombeiro (f.º de João Lourenço da Cunha e m.ºr D. Leonor Teles, depois Rainha) e sua mulher D. Beatriz de Melo. V. Nobiliários mencionados na nota anterior: o de D. António, pp. 13vº e segs, o Gayo, mesmo tit. § 274, Viscondes

bater com reverência à sua porta<sup>81</sup>. Atrás de uns boatos, vai-se ver o que se passa.

Em Guimarães nasce, pelo menos, um filho a Fernão de Sousa e a sua mulher Dona Inês de Soutomaior. Qual deles? João de Sousa de Lima, o sucessor, ou uma das meninas, Dona Catarina ou Dona Margarida? Para madrinha da criança, a Guimarães chega Dona Brites da Silva, irmã de Dona Inês, dama que seu pai, o «bisconde», o único que havia em Portugal, retirara do Paço «pro dizerem q el-Rei D. Afonso V tratava amores com ella».

João Fernandes de Sousa, filho dum primo co-irmão do da Botelha, Fernão Martins de Sousa, senhor de Baião, namora Dona Brites da Silva. Aproveitam-se da vinda a Guimarães: fogem. «Tornão a continuar os amores no Castelo da Guela o q. ventado pelos f.os do Visconde, saltarão com elle e o saltarão às maos querendo-o matar D. Brites se poz diante q não matassem seu marido, e perante el e o Visconde seu pay, a tornou a receber, e esteve alguns dias quieto e depois se veio a Bayam e só pela braveza, com q o tomarão os cunhados, ou por algum outro respeito, e como em vingança desta afronta, se cazou 2<sup>a</sup> vez com D. Cn<sup>a</sup> da Guerra que primeiro se chamou D. Cn<sup>a</sup> Coutinho f<sup>a</sup> de G.l<sup>o</sup> Vaz Coutinho o q morreo degolado pelas mulheres q matou e neta de Alv<sup>o</sup> Piz de Tavora, o velho, o qual casamento foi a furto, e contra a vontade do dito seu avô porque sabia do 1<sup>o</sup> casamento». Corre demanda, parte o bígamo

---

de Vila Nova da Cerveira, *Pedatura*, id., pp. 434 e segs.: Limas, os Marqueses de Ponte de Lima onde vem a biografia do Visconde. V. também António Lambert Pereira da Silva, *Nobres Casas de Portugal*, Porto, Liv. Tavares Martins, II vol., p. 237, Paço de Guela, Humberto Baquero Moreno, «Um Fidalgo Minhoto de Ascendência galega: Leonel de Lima», in *Actas do 1.º Colóquio Galaico-Minhoto*, 1.º vol., Ponte de Lima, 1981, onde é estudada a personalidade do Visconde e «O Convento de Santo António dos Capuchos», in *Arquivo de Ponte de Lima*, vols. V e VI, 1984 e 1985.

<sup>81</sup> Ignoro qual foi a primeira residência de Fernão de Sousa em Guimarães. A casa de seu sogro nessa vila foi, antes de 30.12.1448, «derribada» pelo Duque de Bragança, que considerava Leonel de Lima «um tredor». Carta do Duque de Coimbra ao Conde de Arraiolos, pub. no *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1968, vol. IX, doc. 211, citada em «Um Fidalgo Minhoto...» (nota anterior), p. 263 e na *Batalha de Alfarrobeira* (nota 37).

para Roma. Na jornada tem a notícia que «D. Cn<sup>a</sup> tinha feito de si mau recado». Ou por isso, ou por remorsos volta para a mulher legítima «a fazer vida com ella». Mas, em Dona Catarina Coutinho, tem também «filhos espúrios ou nascidos da sua boa fé...»<sup>82</sup>.

Agora, depois de falar na sua família, chegados a 1505, nesta Rua de Santa Maria, conhecemos a Dona Mécia de Brito<sup>83</sup>, a segunda mulher de Fernão de Sousa, e os filhos deste segundo casamento: Martim Vaz de Sousa, Dona Joana, Dona Francisca, Dona Isabel e Dona Brites, já crescidos, a levarem com os seus irmãos, os do primeiro casamento, para diferentes luzes e cambiantes a história da Casa do Arco.

São variados os tons para pintar as vidas de Dona Margarida de Sousa, filha do primeiro casamento, e de suas irmãs Dona Isabel e Dona Brites de Sousa, já filhas de Dona Mécia. Começa-se por um branco muito puro e fresco a amarelecer aos poucos a sua infância de meninas fidalgas, cedo metidas entre as rezas e muros dum convento: o de Santa Clara, em Vila do Conde. Mas longe, muito longe estão a maior parte das freiras da severa regra do doce S. Francisco: a mais rígida castidade, a mais austera pobreza, a maior obediência, iluminada pela alegria do amor e da confiança em Deus. Vêm outras cores mundanas e atraentes: querem soltar os cabelos, usar fitas e rendas, ter as conversas e amizades que lhes apeteçam, mascarar-se, brilhar nos outeiros. É um grande arco-íris a atraí-las fora do alcance dos seus votos. Nos princípios do século XVI institui-se a Observância, a limitar os seus ímpetos, a obrigá-las a voltar ao cinzento do viver santificado.

Dona Joana de Meneses, Abadessa de Santa Clara, levanta-se contra a Observância, considera-a uma afronta à sua autoridade.

---

<sup>82</sup> D. António de Lima, «Nobiliário» (nota 79), «Tittº de hum ramo de Camellos q descendem do Prior do Crato D. Alvº glz», p. 148.

<sup>83</sup> Filha de Martim Vaz de Mascarenhas, Comendador de Aljustrel e de sua mulher Isabel Correia, neta pat. de Fernão Martins Mascarenhas, Fid. e criado do Inf. D. João, Com.<sup>or</sup> da O. de Santiago; neta mat. de Martim Correia, Guarda-mor do Inf. D. Henrique e de sua mulher D. Leonor da Silva, Dama da Rainha D. Isabel. V. o Gayo (nota 32), Tomo XVIII, Mascarenhas, § 11.

Estende-se o vermelho dos grandes conflitos. Chega a Vila do Conde o Bispo de Ceuta<sup>84</sup>, manda, sem resultado, diversas embaixadas a Dona Joana de Meneses «uma velha da costa», segundo escreve. Fala-lhe «mansamente» à porta, debalde: não se abre o convento. Por sua ordem, lê o corregedor os seus «capítulos»; não os querem ouvir as freiras. Dá-se-lhes um prazo de três horas para reconsiderarem. Firmes nos seus devaneios resistem a Abadessa e mais irmãs à ameaça da excomunhão: não cedem. Recorre o Bispo ao poder secular. Arrombam as portas do convento. Castigam-se Dona Joana de Meneses e quase todas as irmãs, prendem-nas e mandam-nas para longe, quase todas regressam a casa<sup>85</sup>.

«1512 — Partiram de Guimarães D. Margarida de Sousa, filha de Fernão de Sousa, morador na Rua de Santa Maria, e de sua 1.<sup>a</sup> mulher D. Ignês de Lima, f.<sup>a</sup> do Visconde, e suas irmãs D. Isabel de Sousa e D. Brites de Sousa, filhas do mesmo e sua 2.<sup>a</sup> mulher D. Mécia de Brito que haviam saído do Mosteiro de Vila do Conde na ocasião da reforma, vindo para casa de sua Mãe e foram para Viana a fundar Convento de Santa Anna»<sup>86</sup>. Regressam aos tons claros os fachos da Fé bem acesos nas suas vidas.

---

<sup>84</sup> Era Fr. Henrique de Coimbra, Religioso Franciscano e anteriormente Dezembargador da Casa da Suplicação em Lisboa. Acompanhou Pedro Álvares Cabral na Armada da Descoberta do Brasil e rezou a primeira Missa nas terras de Vera Cruz. Impulsionou a evangelização franciscana no Oriente. Escolhido em 1505 para Bispo de Ceuta, exerceu também diversos cargos na metrópole; governou durante algum tempo a Arquidiocese de Lisboa. Em 1512 cedeu por contrato, ao Arcebispo de Braga, as terras da sua jurisdição entre Minho e Lima, recebeu em troca Olivença, Campo Maior e Ouguela, pertencas do Arcebispo. † em Olivença, terra metropolitana do seu bispado africano, a 14.9.1532.

<sup>85</sup> Joaquim Pacheco Neves, *O Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, edição da Câmara Municipal de Vila do Conde, 1982.

<sup>86</sup> João Lopes de Faria, «Ephemerides», mss. existentes e oferecidos pelo autor à Sociedade Martins Sarmento, Guimarães. Lê-se na *Pedatura* (nota 32), Vol. I, Tomo I, p. 334: «Estas chamavão-se D. Margd<sup>a</sup> e D. Izabel q̃ não querendo aceitar a reformação se sahirão e despois foram fundadoras do Recolhimento de S. Anna de Viana q̃ logo fizerão Convento lançando fora as Beatas que nelle estavam por sentença». À grande amabilidade do Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Rosa de Araújo, a quem muito agradeço, devo o ter lido no *Archivo Viannense*, vol. I (e único), 1891-95, Viana, Tip. a vapor de André Joaquim Pereira e F.<sup>o</sup>, os — Estudos e



Pelas «temças e graças» chegam em 1510 a Fernão de Sousa 60\$000 vindos do Almojarifado de Alenquer<sup>87</sup>. Para Dona Mécia, sua mulher, vêm em 1523, 20\$000 «de temça emquanto for mercê d'el Rey»<sup>88</sup>. Em 1535 na Casa do Arco, pode ouvir-se a voz de Dona Mécia «viuva do Senhor Fernão de Sousa, que santa gloria aja, fidallguo e morador nesta villa». Informa sobre a limpeza de sangue de Baltasar de Faria, a ingressar no Colégio de Salamanca<sup>89</sup>. Depois é o silêncio.

Outro é o rumo de João de Sousa de Lima, o primogénito de Fernão de Sousa, senhor de Rossas, como seu pai; é casado com Dona Teresa de Melo e Albuquerque, filha de Antão Gomes de Abreu<sup>90</sup>. Capitão da Fortaleza da Mina, deixa-nos escancaradas uma páginas de sacrifício, de prosperidade, de morte. Das escaldantes terras de África, na Mina, brota o oiro, transbordam riquezas. Em sua defesa ergue-se o forte, construído por ordem do Rei de Portugal. Para o governar, durante três anos, com alçada sobre os capitães de outras fortalezas da Costa, base das

---

Notas por Luís de Figueiredo da Guerra—, «A Fundação do real Convento de Sant'Anna em Vianna». Aí está escrito na p. 136: «Por instrumento de 17 de Agosto de 1512 o Senado de Vianna recebeu Dona Margarida de Sousa, freira de St<sup>a</sup> Clara de Vila do Conde, filha de Fernão de Sousa da Botelha, de Guimarães, para abbadeça do seu mosteiro, que, muito embora tivesse a invocação de Santa Anna, adoptara a regra beneditina de Santo Amaro, com a condição de não acceitar religiosa alguma sem licença da Camara desta villa, ficando a cargo da mesma senhora o obter a sua confirmação d'El Rei. Parece que D. Margarida se demorou a impetrar a licença regia, porque, pouco depois de se acolher aqui com suas irmãs D. Izabel e D. Brites ou Beatriz, veio ordem para sahirem do Mosteiro; todavia reclamando a Camara, consentiu D. Manuel por carta de 4 de agosto de 1513, que voltassem ao nosso convento, mas sob a obediencia do Provincial da Ordem de S. Francisco, foi então D. Margarida confirmada abbadeça por acordão de 19 de agosto de 1513, mandando-se desde logo vir de Roma as bullas necessárias para a fundação do mosteiro».

<sup>87</sup> *Archivo Histórico Português* (nota 47), vol. II — «Os cadernos de assentamentos — Almojarifado de Alenquer».

<sup>88</sup> Id., p. 109 — «Livro das Tenças d'El Rei (1523)».

<sup>89</sup> Armando de Jesus Marques, *Baltazar de Faria, embaixador em Roma de D. João III, informação sobre a sua vida, Guimarães, 1535*, Guimarães, 1976.

<sup>90</sup> e de sua mulher D. Isabel de Melo. V. Gayo (nota 32), Tomo I, Abreus, § 25 N 9.

Armadas a cruzarem os mares, senhor e dono, chega João de Sousa, na sucessão de nomes ilustres. Lá morre.

Três das outras filhas de Fernão de Sousa contraem bons casamentos: Dona Catarina de Lima com Mem de Brito, Juiz das Alfândegas de Lisboa, Dona Joana de Sousa com Henrique Correia da Silva, senhor da Torre da Murta e Dona Francisca de Sousa com Cristóvão de Távora, Capitão-Mor de Sofala, senhor da Torre da Caparica e da villa de Ranhados. São três casas ilustres<sup>91</sup>; para conhecer a sua descendência e a dos filhos varões de Fernão de Sousa, esboçada no quadro a seguir, o melhor é desenrolar um desses mapas, de lindas cores, de rotas, árvores e animais exóticos. E viver com os seus netos o deslumbramento do Portugal de quinhentos, o cantar do mar imenso dominado pela Cruz de Cristo.

Sousas, Britos, Silvas, Távoras aliados a outras Casas lançam-se pelo mundo. Quatro netos, quantos bisnetos morrem gloriosamente em Alcácer Quibir? Outros ficam cativos, caem esquartejados em Arzila, defendem Mazagão, governam o Rio de Janeiro. Há também capitães de naus e capitães gerais, a deixarem rasto pelas praças da Índia, onde um bisneto é Vice-Rei. Para contar a vida dos netos, dos bisnetos, dos trinetos de Fernão de Sousa, das fidalgas casas dos seus descendentes, não chega a memória para dizer toda a glória, toda a epopeia dessa nobreza a perder-se pelo mundo; empurrada pelos ventos para um alto lugar na História Pátria. Seriam páginas e páginas, vividas, estudadas, escritas e por escrever — as do Império Português — a evocar, com uma trémula lágrima de saudade pelo passado, de vergonha pelo presente. E outras folhas, a pedirem esquecimento, mas igualmente vivas: entre os netos, está D. Cristóvão de Moura, valido de Filipe I, estão mais alguns envolvidos

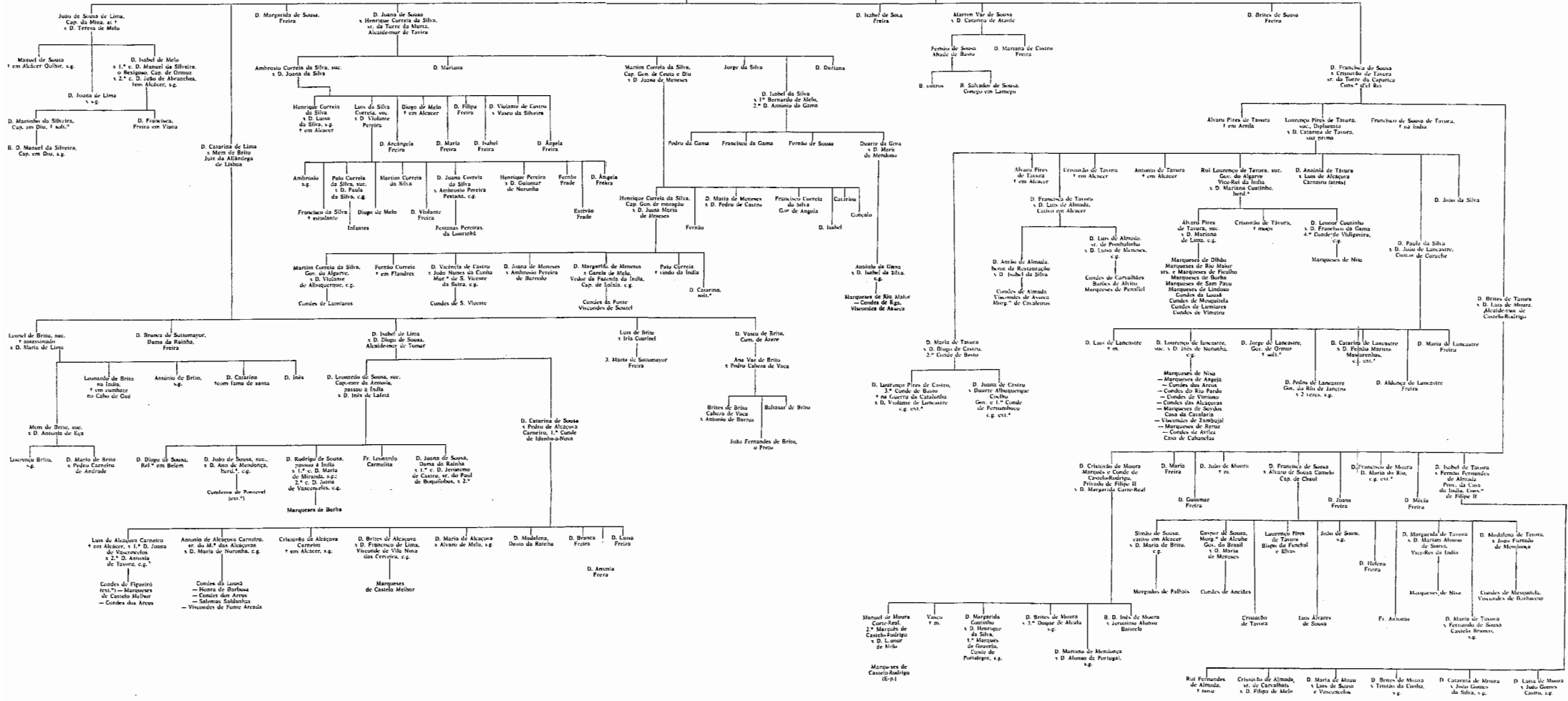
---

<sup>91</sup> Compuz este quadro com a ajuda de nobiliários e sem documentar. Por se tratar de famílias muito estudadas, penso não haver enganos. Na descendência dos trinetos de Fernão de Sousa, para não tornar o quadro gigantesco, omito muitas casas, refiro só algumas: ponto de partida de outras. Informou-me a Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira que Fernão de Sousa teve mais dois filhos, que tomaram ordens menores e constam dos Livros das Matrículas de Ordens do Arcebispado de Braga, Arq. Dist. de Braga.

## FERNÃO DE SOUSA, SR. DE ROSSAS

x l.º c. D. Inês de Lima

x 2. c. D. Mécia de Brito



pela causa castelhana, a aceitarem os títulos, as comendas, as honras de um rei estrangeiro, que servem e julgam seu.

Não sei se Martim Vaz de Sousa, o filho segundo de Fernão de Sousa, acompanhou na gesta a seu irmão, cunhados e sobrinhos. Lê-se que foi marido de Dona Catarina de Ataíde<sup>92</sup>. Em 1515 e ainda em 1520, pertencem-lhe os Paços da Rua de Santa Maria, os do Arco, «como filho do antigo proprietário»<sup>93</sup>.

Vai chegar ao fim o senhorio dos Sousas, da Botelha, na Casa do Arco. Em 1574, morre em Viana do Castelo, então Viana da Foz do Lima, Martim Vaz de Sousa<sup>94</sup>. Deixa todos os bens, ao Convento de Santa Ana de Viana<sup>95</sup>, onde sua filha, Dona Mariana de Castro, fora freira.

---

<sup>92</sup> Filha de Gonçalo Pinto, suc. a seu pai, alcaide-mor de Chaves, e de sua mulher D. Guiomar de Castro, neta pat. de Gonçalo Vaz Pinto, senhor de Ferreira de Tendais e de sua m.<sup>er</sup> D. Catarina de Melo, neta mat. de Fernão de Sousa, senhor de Gouveia e de sua m.<sup>er</sup> D. Mécia de Ataíde.

<sup>93</sup> Livros da Fazenda do Cabido (nota 71), n.<sup>os</sup> 12-A, fl. 11 vº e 13, fl. 1. Nos mesmos, mas dos anos 1662-63-64, ao serem referidas as casas pegadas às do Arco e fazendo parte delas, lê-se: «... que as trouxe Martim Vaz de Sousa são escambadas pela qt<sup>a</sup> de carude junto ao Prado forão de fernão de Sousa seu pay, forão de Frcº de Babo e ora seus herd.ros...».

<sup>94</sup> No Arq. Dist. de Viana do Castelo, segundo a informação de lá enviada, não há livros de assentos de óbitos das freguesias da cidade referentes a esta data. Não a posso confirmar.

<sup>95</sup> Na *Pedatura* (nota 32), Tomo I, 1.<sup>a</sup> parte, p. 334, lê-se em nota: «morreu em Viana em 1574 e legou toda a sua fazenda ao Mosteiro de Santa Ana d'aquela vila». Mais notícias dá o Dr. Luís Figueiredo da Guerra (nota 86): «... os irmãos de Dona Margarida de Sousa, ... particularmente protegeram o convento: João de Sousa, quando aqui recolheu uma filha, lhe dotou uma quinta, de renda superior a 200 alqueires de pão; e Martim Vaz de Sousa, alcaide-mor de Bragança, levantou à sua custa o dormitório, e depois veio acabar os seus dias na casa que construiu junto ao mosteiro, mandando executar o retábulo do altar-mor, e por ultimo testou todos os seus bens para a comunidade, por disposição de 28 de novembro de 1573 e de 19 de Julho de 1574 (anno em que falleceu), legando-lhe a tença de quinze mil reis annuaes no almoxarifado de Pinhel, como consta da lápide brazonada que aqui mandou collocar seu neto Salvador de Souza no anno de 1600».

GENEALOGIA DOS FERREIRA DE EÇA, MORGADOS DE CAVALEIROS  
SENHORES DA CASA DO ARCO (15??-1817)

Agora são campos e campos, lindos milheirais a descerem suaves, a vista a encantar-se nos pedregulhos soltos, sobrepostos dos muros, no profundo verde da ramaria, na terra bem trabalhada. Domina-os, num pequeno alto, a Casa; julgo ser o único solar medieval do concelho de Vila do Conde. Pedras dos princípios da nacionalidade, divisões a defrontarem os céus por falta de telhados, capela restaurada, relógio de sol, a sombra a marcar o tempo. Séculos a ressuscitarem nas paredes, a transformá-las, a derruí-las, a deixarem-nos sentir todo o seu antigo esplendor, ouvir todo o pesado silêncio das pedras a morrerem. É a quinta de Cavaleiros, na pequena freguesia de S. Martinho do Outeiro, a entrada principal, portão de armas apeadas<sup>96</sup>, na vizinha paróquia de Bagunte, doze quilómetros do mar, termo de Vila do Conde.

*«Eram, os Ferreira de Cavaleiros, fidalgos orgulhosos que chicoteavam os habitantes de Rio Mau quando estes se não descobriam à sua aproximação»<sup>97</sup>.*

— «No tempo dos Condes a quinta era muito maior do que é hoje. Pagava trezentos e sessenta carros de milho e mais sete para os cães. E foros: pescado, galinhas, eu sei lá, era uma grandeza! Vinham de todos os lados. O celeiro para guardar tudo isso é enorme, só visto! Agora acabou tudo. Os senhores Condes venderam esta quinta em Lisboa, em hasta pública. Quem a comprou foram umas pessoas de Averomar, foi o que sempre

---

<sup>96</sup> Consta-me que esta pedra d'armas (dos Ferreira de Eça? do Conde de Cavaleiros?) foi parar a um museu do Porto. Até agora foram infrutíferas as minhas buscas.

<sup>97</sup> Monsenhor J. Augusto Ferreira, *A Igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos*, Col. «Ciência e Religião», Póvoa de Varzim, Liv. Povoense ed., p. 38 acrescenta: «Por causa do «Couto de Bouçó», propriedade subsidiária da grande quinta da Varzea ou da Varge, um dos meus antepassados, António Martins Gaio, desafiou um dos Ferreiras para duelo junto da igreja velha de Amorim, e matou-o. Teve que fugir, mas como tivesse armado uma caravela e desse caça aos piratas argelinos, D. Manuel I perdeu-o-lhe, restituiu-lhe os bens e deu-lhe outros. Está sepultado na matriz de Vila do Conde».

ouvi dizer. Olhe minha senhora olhe! O que vê daqui é a parte mais estragada. Dizem que o filho do senhor engenheiro a vai restaurar...»<sup>99</sup>.

Solar de Cavaleiros, dos Ferreira de Eça, senhores de terras estendidas por todo este litoral, terras do termo de Barcelos, chãs nas praias, a subirem devagar pelos montes. Casa que queria ver, de que quero falar, por mim e meu Pai há anos procurada. Só agora vista. Ferreiras de Eça, fidalgos muito antigos, a adquirirem, em fins do século XVI, a casa do Arco, em Guimarães, Rua de Santa Maria. Mas até aí...

Remotos linhagistas principiam esta família com D. Álvaro Rodrigues Ferreira, rico homem em Lião, senhor da «villa de Ferreira hoje em Castella», pai de D. Fernando Álvares Ferreira «que viveu em Portugal no Paço de Ferreira, freg.<sup>a</sup> de S. João de Eiriz, conc. de Aguiar de Souza», rico-homem d'el Rei D. Sancho I, a receber «muitos herdamentos no dito concelho». Seguem com quem dizem seu filho: Pedro Ferreira «que deu em 1222 foral à vila de Ferreira e edificou nela o mosteiro de S. Pedro para os templarios». Avançam com um filho deste: Estêvão Pires Ferreira, sucessor, pai ou irmão de Martim Ferreira, o celebrado Martim Narizes.

Há outras versões. Villas Boas na «*Nobiliarchia Portuguesa*» diz descenderem os Ferreiras de «Ruy Pires, bisneto de Fernão Geremias, hum dos fidalgos que vierão a este Reyno com a Rainha Dona tareja, foy o primeiro que se chamou Ferreira, tomando o apelido de Ferreira das Aves, de que foy senhor, e he solar deles». Há quem os faça proceder de «D. Diogo Procellos, Conde ou governador de Burgos em 884, por sua filha e herdeira D. Julia ou Julia Bello, sr.<sup>a</sup> donatária de Burgos, que foi casada com D. Nuno Belerides, Berelides ou Bechildes, sobrinho do Imperador Carlos Magno»<sup>99</sup>; e também quem os julgue

---

<sup>98</sup> Devo esta informação à Sr.<sup>a</sup> Alice Gonçalves Leitão, da freguesia de S. Martinho do Outeiro, a quem agradeço toda a ajuda prestada.

<sup>99</sup> Jaime Pereira de Sampayo Forjaz de Serpa Pimentel, *Livro de Linhagens*, ed. do autor, MCMXXII, Tomo IV, p. 61.

oriundos de Santilhana, a virem de remotos Condes do reino das Astúrias<sup>100</sup>!

Continuam os linhagistas com os sucessores de Estêvão Pires Ferreira. Com os Martim, os Estêvãos, os Gomes, os Aires, numa grande sucessão de senhores morgados, as opiniões a divergirem quanto à ordem, as gerações, a cronologia a sofrer, por vezes os maiores atropelos. Dispersos, esparsos, nos prazos e escrituras das suas propriedades, voam ou voaram os dados a aclararem estas incertezas. Por não ser possível agarrá-los, escutemos, por uma vez, o Gayo:

— «Na ascendencia e descendencia desta Familia ha m.tas duvidas, eu tenho visto tratar de varios modos por Genealogicos de boa Nota, nos seguimos a dedução que della faz Jose Freire Monterroyo, e diremos as diferenças que nos mais temos achado p<sup>a</sup> a vista de tudo cada qual seguir o que lhe parecer»<sup>101</sup>.

Lidos o Gayo e suas fontes, Alão de Moraes a basear-se na documentação do cartório do Mosteiro de Cete<sup>102</sup> e o manuscrito de D. Miguel de Sottomayor<sup>103</sup>, parece-me o melhor ser traçar um quadro a resumir as suas interpretações.

Investigar, remexer estes elementos todos. Ouvir as lendas, tentar saber as verdades. Primeiro os vínculos:

Começar com o estrépido do último dos exércitos castelhanos a quererem «senhorear-se» de Guimarães. Dizem-no alojado na Veiga de Favas, na freguesia de Santa Maria de Atães, «distante desta villa meio quarto de légua para nascente». Irrompe Martim Ferreira, da Casa de Cavaleiros, à frente dos seus homens. «Dá sobre os castelhanos com tanta força», que, os que não mata, fogem em tropel pela fronteira de Chaves. «Por não virar nunca o rosto ao inimigo», recebe Martim Ferreira «uma honrada cutilada pelos focinhos». À conta da cicatriz, passa à tradição como

---

<sup>100</sup> Visconde de Sanches de Baena, *Indice Heraldico*, Lisboa, Typ. Universal, 1872, p. LXVIII.

<sup>101</sup> *Nobiliário das Famílias de Portugal* (nota 32), Tomo XIV, Ferreiras.

<sup>102</sup> *Pedatura* (id.), vol., IV, Tomo I, Ferreiras.

<sup>103</sup> D. Miguel de Sottomayor, «Memórias Genealógicas», ms. baseado nos escritos de seu pai, o Dez.<sup>or</sup> D. Carlos Manuel de Macedo de Sottomayor e Castro (1890).

	GAYO	SOTTOMAYOR	ALÃO DE MORAES
1) PEDRO FERREIRA (f.º de Estêvão Pires ferreira)	Viveu nos reinados de D. Sancho 2.º, D. Afonso 3.º e D. Dinis no conc. de Aguiar de Sousa. Nom.º por seu irmão (Martim Narizes) em 1294 na Cap.ª do Most.º de Ferreiros, Fid. ilustre, sr. da quinta de Vila Verde junto ao rio Ferreira. freg.ª de S. João de Etriz, da quinta de Gondezende, freg.ª de Medelo, conc. da Maia e de casas compradas em Penamaior, cond.º de Refoios, no reinado de D. Dinis.	Diz aproximadamente o mesmo.	Não o menciona.
2) MARTIM FERREIRA	Seu f.º, suc. na quinta de Vila Verde onde viveu reinando D. Dinis e D. Afonso IV. Testou a mesma quinta no Mosteiro de Cete, aí mencionia Cavaleiros, x com D. Ouruana Martins.	não f.º mas irmão de Pedro, suc., vass. de D. João I, achou-se na batalha de Monterey, x com Violante da Cunha. Admite confundir os seus dados com os do neto (abaixo)	Cavaleiro, fes test.º na era de 1386, deixou a Quinta de Vila Verde e o casal de Sangunheiro que fora de seu pai e a m.ª dum casal em Negrelos em vida, a sua m.ª Ouruana Martins, e a sua morte seu f.º Estêvão fizesse biscatar uma Cap.ª em Cete pelo Prior de Casreiro, a que obrigava a quinta da Porta. Na era de 1402 houve demanda com o Abade de Cete por umas casas que lhe deixava.
3) ESTÊVÃO FERREIRA	f.º ou irmão (o mais certo) do acima, inst.º do vínculo de Cavaleiros com Cap.ª em S. Simão da Junqueira a 5.7.1365. Em 1384, no Porto, tirou cópia autenticada do test.º de seu tio Martim Ferreira, a instituir vínculo. X com D. Maior Martins, sr.ª do Morg.º de Recezinhos e Terroso.	Omite-o como morgado, menciona-o como sobrinho de Pedro Ferreira	Herd.º de seu pai e seu test.º com sua mãe. Inst.º do morg.º de Fajozes a excluir fêmea (dá cópia dos bens e obrigações do vínculo). Sua m.ª Mor Martins traz em dote o morg.º de Terroso e Recezinhos.
4) GOMES MARTINS FERREIRA	seu f.º, ou segundo alguns seu neto, suc. x com Maria da Cunha	F.º de Martim Ferreira, n.º 2, contemporâneo de D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, a acompanhar «com mais de 60 a cavallo». Cita Vaz Pinto que lhe nega g. e Andrade que lhe dá D. Maior Lourenço como m.ª.	Não o menciona.
5) MARTIM FERREIRA, O VELHO	f.º ou irmão do acima, achou-se na Batalha de Monterey, vass. de D. João I, que em 1384 lhe doou as terras do termo de Parada. Seg.º escritura de 1400 x com Violante Afonso da Cunha, de Farelães.	segundo D. João I que lhe doou os coutos de Mieyra Ferreira e o Casal de Cavaleiros onde inst. morg.º. X com Violante da Cunha, de farelães	Sucedeu na Cap.ª de seus pais e avós. X com D. Violante da Cunha.
6) GOMES MARTINS FERREIRA	Suc., achou-se na tomada de Ceuta, x com D. Isabel Pereira de Lacerda	Diz o mesmo.	Primogénito, achou-se em Ceuta com seus irmãos João Ferreira e Álvaro Ferreira, Bispo de Coimbra, x com Isabel Pereira, s-g.
7) AÍRES FERREIRA, O VELHO	Sr. do morg.º, irmão ou f.º do acima, com quem se continua.	Sr. de Cavaleiros, Couto de Frazão, Marvila, Corvos, Vedor das Obras Reais, com quem se continua.	Suc. a seu irmão. Dizem-no Porteiro-mor de D. Afonso V e D. João II. Com ele se continua.



Martim Narizes<sup>104</sup>, o feito e um vínculo por ele instituído, a ecoarem através do tempo.

Mais um: o morgadio de Estêvão Ferreira, cavaleiro, senhor duma capela em S. Simão da Junqueira, onde quer ser enterado e jaz sua mãe. Vincula os seus bens na quinta de Cavaleiros, «julgado de Faria», a 5.7.1355. Dobram os sinos: por sua avó Margarida Esteves, por seus tios Rui Gomes e Constança Gomes, por suas mulheres Mor Martins e Mécia Vasques, por Priores, um Abade, por outros, nas Missas mandadas rezar na Junqueira e em Santa Maria de Galegos, termo do Prado. Aparecem seus filhos: quatro, a assegurar o futuro do morgadio «sempre em varões». Um, Rui Ferreira, a receber na herança paterna, as fazendas na Maia e em Varzim, a dar 100 libras por ano para as obrigações do vínculo. Na sua falta o seguinte: Martim Ferreira, Arcediago do Couto. E os mais novos: Álvaro e Gomes Ferreira. Lê-se também, na instituição em codicilo esta cortesia: se o Arcebispo de Braga visitar o Mosteiro da Junqueira, «por ser tit<sup>o</sup> lhe deem», 6 litros de vinho branco e um açafate de fruta e «nam avendo lhe dem dez soldos de moeda antiga»<sup>105</sup>.

Agora uns restos de uma torre em Terroso, Póvoa de Varzim, lugar de Paranho. Era a cabeça do morgadio de Terroso e Recezinhos instituído em 1385<sup>106</sup>, por Mor Martins, primeira mulher de Estêvão Ferreira, herdado de seu pai Martim Anes Fariseu. Estende-se assim a Casa de Cavaleiros por mais terras e montes. Frente ao mar não muito longe, as gerações a crescerem em poder e força.

---

<sup>104</sup> *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães* (nota 3), Cap. 96, p. 39.

<sup>105</sup> É o morgadio chamado de Fajozes. A sua instituição, obrigações, etc. lêem-se na *Pedatura* (nota 102), p. 202. Estêvão Ferreira, segundo se escreve fez testamento a 3.1.1341.

<sup>106</sup> Eugénio de Andréa da Cunha e Freitas, «O castelo de Paranho, em Terroso (Póvoa de Varzim)», in *Póvoa de Varzim (Boletim Cultural)*, vol. II, n.º 2, onde se lê que esta honra pertencia aos Redondos e que uma senhora desta família, D. Maior Lourença, instituiu em 1385 um morgadio em Terroso e Recezinhos (este no con. de Penafiel), a favor de seu criado, Martim Anes Fariseu, cuja filha Maria Martins, herdou o morgadio. Foi esta a primeira m.<sup>er</sup> de Estêvão Ferreira «Inst.or do morgado de Fajozes e sr. do casal de Cavaleiros, em Outeiro, Vila do Conde». Assim se uniram estes vínculos. Em Terroso ainda há vaguíssimos restos da torre do morgadio, também conhecido por de Cavaleiros.

Depois um feito:

Aos registos da História vai-se buscar aquela véspera de S. Tiago do ano de 1415, já aqui lembrada. À vista de Santa Catarina de Ribamar, largam as velas para a conquista de Ceuta. Capitão das galeras é o próprio Rei, das naus é o Infante D. Pedro. Acompanham esta jornada alguns dos filhos de Martim Ferreira, o Velho, senhor de Cavaleiros, Álvaro Ferreira, depois Bispo de Coimbra<sup>107</sup> e João Ferreira<sup>108</sup>, prestes a serem, como os outros fidalgos, armados cavaleiros em África.

Chega a vez de dois ou três personagens a não poderem faltar neste estudo. Veja-se:

Dão os nobiliários realce a Gonçalo Aires Ferreira, filho segundo, fidalgo da Casa do Infante D. Henrique, «por cujo mandado foi à Ilha da Madeira e foi hũ dos 1.os Povoadores della». Afirmam-no «o 1º homẽ aquẽ naquelle novo mundo insulano nacerão filhos e assi chamou a hũ o 1º Adão Glz ferr<sup>a</sup> e ao outro que foi femea Eva Glz ferr<sup>a</sup>»<sup>109</sup>. Bate o mar nas falésias da Ilha, povoada no seu branco casario, na fartura das fajãs, no despenhar dos caminhos; pela muita descendência destes

---

<sup>107</sup> Eleito em 1431, começou o seu governo no ano seguinte. Teve muitas questões com o Cabido, que invocou a autoridade do Inf. D. Pedro. Morreu em 1444, deixando g. Entre outros, foi seu bisneto, Aires Ferreira x com Isabel Velez, escudeiro, que em 1521, em Coimbra, arrematou a água do rio Mondego, desde a foz do Ceira até a foz do Arieiro, para fazer um caneiro para pescar. Pagava foro ao Duque de Coimbra. «Carta de confirmação do aforamento da água do Mondego, desde a foz do Ceira à foz do Arieiro, termo de Coimbra, com o foro e condições mencionadas para fazer um caneiro para pescar a Aires Ferreira», *História Florestal, Aquícola e Cinegética*, org. pelo Prof. Eng.º Baeta Neves, Lisboa, 1983, vol. IV, p. 298. Ignoro se este é o Aires Ferreira, «Cavaleiro da nossa casa», a quem a 25.7.1522, El-Rei D. Manuel tomou contas de 6.988.810 reais «que nos annos passados recebeu do nosso almoxarifado de Coimbra, de que foy recebedor, e pella chancellaria da comarca de estremadura, de que foy chanceler...». «Cartas de quitação d'El Rei D. Manuel», publ. no *Arquivo Histórico Português* (nota 47), vol VIII, p. 401.

<sup>108</sup> *História de Ceuta* (nota 35).

<sup>109</sup> Henrique Henriques de Noronha, *Nobiliário da Ilha da Madeira*, Tomo I, copiado do original, ed. da Bib. Genealógica Brasileira, 1947, Ferreiras, p. 259 e muitos outros nobiliários.

Ferreiras, ligados ou não à Casa de Cavaleiros<sup>110</sup>. O tempo, as crónicas, os documentos, continuam a chamar de muitos lados.

Crónicas a não dispensarem em dar a todas as figuras notáveis, remoto avoengo de feitos ilustres. Linhagistas a ilustrarem Casas com ramos enxertados, a florirem nas artes, nas armas, na santidade. Agarraram Gomes Ferreira, Cónego de Santa Cruz de Coimbra, da família de Cavaleiros<sup>111</sup>. Identificam-no com Dom Frei Gomes, Abade de Santa Maria de Florença, a gozar dos favores do Papa Eugénio IV, a corresponder-se com El-Rei D. Duarte, a entregar a Rosa de Oiro ao Reino de Portugal. Dão a este o apelido Ferreira. Aos poucos avoluma-se a mistificação. Como filho e neto dos de Cavaleiros, a notabilizar a Casa, passa para muitos o insigne Prelado<sup>112</sup>.

Volta-se a porto mais seguro: aos sucessores dos vínculos. Prossegue-se com Aires Ferreira, o Velho, remate do quadro comparativo.

Forte garupa, boas espáduas, saudáveis, cheios de vigor, é o que espera encontrar Aires Ferreira nos cavalos que vai comprar a mando d'el Rei D. Afonso V. Rezam as crónicas<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> Não consegui documentar a ligação dos Ferreiras da Ilha da Madeira com a Casa de Cavaleiros, embora venha em todos os livros consultados. Muito gostaria de o fazer: descendo, por minha bisavó, D. Amélia Sofia Jardim de Morais Lamego, dos da Madeira. Também não documentei a ascendência de Lopo Ferreira, morador em Bragança, por 1490, progenitor dos Ferreiras dessa cidade.

<sup>111</sup> O *Livro das Linhagens* (nota 99) e as «Memórias Genealógicas» (nota 103), dizem que morreu a 20.4.1448. Ambos, levados por crónicas anteriores, confundem numa só duas personagens diferentes: Dom Frei Gomes, Abade de Florença e Gomes Ferreira, Cónego de Santa Cruz. O mesmo acontece na *Grande Enciclopédia* (nota 9), vol. XI, Ferreira (D. Gomes —). Mais autores seguiram o equívoco, e acrescentam o apelido Ferreira ao Abade de Florença. O primeiro livro citado dá a essa figura (dois abades confundidos num só), a seguinte filiação: Afonso Gomes Ferreira, alcaide-mor do Castelo de S. Romão por Carta de 1387 e por avô, Martim Ferreira, o Velho. No segundo livro diz-se que o pai era Martim Ferreira, Fid. do tempo de D. João I.

<sup>112</sup> Eduardo Neves, *Dom Frey Gomes*, Braga, 1963, I vol. Nesta documentada biografia são desfeitos todos os enganos. Prova-se que o Dom Abade de Florença, natural de Lisboa é filho de João Martins e que «o cognome de Ferreira atribuiu-lhe o cronista manuscrito D. Teotónio de Melo... erro que D. Nicolau de Santa Maria na «Chronica da Ord. dos Conegos Regrantes», P. II, IX, CXXVI, perfilhou e pôs a circular.

<sup>113</sup> Gayo (nota 32) e *Memórias Genealógicas* (nota 103).

que morreu em Salamanca ao desempenhar a sua missão. Falam também no inventário, feito no ano de 1473, onde constam todos os seus filhos. Os de sua primeira mulher Dona Genebra Pereira, dos Sam Payo, senhores de Vila Flor: Martim, Gomes, Álvaro, Lopo Vaz, Dona Ana e Duarte<sup>114</sup>. Os da segunda, Dona Isabel Fogaça: os Ferreira Fogaça, capitães na Índia, ao tempo do grande Albuquerque, e sua mana Dona Leonor<sup>115</sup>.

O renovar da vida na natureza, onde tudo é novo e pouco se sabe, dá sempre lugar ao mais conhecido. Num terreno mais firme, baseado em documentos, os cambiantes menos esbatidos ajudam a continuar Cavaleiros com os filhos de Aires Ferreira, o Velho, «Senhor de Cavaleiros, Coutos de Frazão e Marvilla de Corvos, Alcaide-Mor de Trancoso, Sr. da qt<sup>a</sup> da Curveira e Padroeiro da Igreja de S. Paio de Portela, Vedor das Obras reaes de Entre Douro e Minho», morgado de Fajozes, Terroso, Recesinho e Vila Verde.

Com ligações a Guimarães o filho segundo de Aires Ferreira: Gomes Ferreira. Por Carta, de 27.11.1487, datada de Santarém, concede-lhe, D. João II, muitas rendas e foros nos almoxarifados de Guimarães e Barcelos<sup>116</sup>. Por uma dessas mercês é seu o

---

<sup>114</sup> Não vi este inventário. Segundo os nobiliários citados na nota anterior, os filhos do 1.º matrimónio que constam do dito doc. são: Martim Ferreira, suc., que ficou tutor dos irmãos e tinha à data 22 anos, Gomes Ferreira (v. adiante), Álvaro Ferreira de Sampaio «progenitor dos de Argemil», Lopo Vaz de Sampaio, que foi para a Índia, D. Ana x com Estêvão Pinheiro, c.g. (Casa de Pindela) e Duarte Ferreira, c.g. extinta.

Lê-se no «Aparato genealogico», ms. do P.<sup>e</sup> Manuel Marcelino Pereira (1827) que Ana Ferreira, m.<sup>er</sup> de Estêvão Pinheiro era filha de «Lopo Ferreira e Isabel da Cunha (de Violante de Sá, de Braga, dizem outros) irmã de Francisco Ferreira, Comendador de Conigos e de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Lamas, no bispado de Miranda». E noutro ms. «Lopo Ferreira é de Braga e irmão de Alvaro Ferreira, dez.or dos Agravos do Porto. O casamento foi em Bragança». (Inf. do Dr. João Afonso Pinheiro Machado (Pindela)). Se assim for a m.<sup>er</sup> de Estêvão Pinheiro, não é de Cavaleiros, mas sim de Bragança (v. nota 110).

<sup>115</sup> Consta serem filhos do segundo casamento: Pedro Ferreira Fogaça, † na Índia sendo Capitão de Socotorá; António Ferreira Fogaça, Cap. na Índia; Luís Ferreira Fogaça, id.; João Ferreira Fogaça, chamado «o de Bragança» e D. Leonor Ferreira, m.<sup>er</sup> de Rui Vaz Leite. Dos homens não houve g.

<sup>116</sup> J.J. Gomes Guimarães, Abade de Tagilde, «Couto de Ronfe», in *Revista de Guimarães* (nota 65), 1899. Aí se lê: «Gomes Ferreira ainda era donatário do

«Couto de Belmir», chamado no correr dos tempos Couto de Ronfe «metido na terra de Guimarães... tem jurdiçam civell e crime e tem de termo em sy quarto de meia légua». É seu, de juro e herdade, para «elle sua mulher e descendencia por varões», é-lhe confirmada a doação «em Viana, a par de Alvito», a 27.10.1490 e reconfirmada em 1499 <sup>117</sup>. Casado com Dona Maior de Sottomaioir, dela temos notícias através da Alfândega de Vila do Conde. No correr dos anos de 1512, 1513 e 1514, recebe «Dona Maior, m.er de Gomes Ferreira» «em tenças e graças» 100.000 reais em cada ano <sup>118</sup>. Têm filhos.

Alão de Moraes na *Pedatura* menciona um Gomes Ferreira «Sr. da Terra de Jales em tras os montes por doação do conde de Ourê q lhe confirmou El Rei Duarte», casado sem geração com Dona Catarina de Meira e que teve os seus coutos do termo do Porto e quinta de Frazão coutados por D. Afonso V. Não lhe dá filiação <sup>119</sup>, diz também que à sua morte em Tânger, o senhorio de Jales voltou para a família da mulher, de quem enviuvava. Gomes Ferreira, senhor do Couto de Ronfe, Gomes Ferreira, Donatário dos Coutos no Porto e quinta de Frazão, não serão a mesma pessoa?

Ligeiras, em corridinhas ali vai um bando de perdizes. Trepam pelos rochedos, ensaiam curtos voos. Gomes Ferreira,

---

Couto em 1507. Seu fº D. Diogo de Sottomayor † s.g. e o Couto vagou para a Corôa. O seg.te sr de Ronfe foi D. Jaime, 4º Duque de Bragança que dele fez doação a D. Isabel de Sottomayor, também fª de Gomes Ferreira e casada com Pedro da Silva de Menezes donatária do Couto depois de viuva, por Carta de 10.2.1530» (Arch. da Câmara de Guimarães, pergaminhos avulsos e transcrição nos livros do Couto, ANTT, liv. 3.º de Além Douro, fls. 69 e 70 e Liv. da Chancelaria de D. Manuel, liv. 13, fl. 138vº). Esta mercê foi-lhe concedida e a seus descendentes, com preferência de varões, com condição de «dar ao monarcha dous mil cruzados, que foram descontados à quantia de 1.456\$480 rs, que pela Casa da India ficou em dívida ao marido, o qual foi sr. de Ninães, Frazão, Capello Verde e Carrazêda; serviu na India e foi morto na barra de Chaul vindo de Ormuz por capitão duma nao em tempo do Governador Diogo Lopes de Sequeira».

<sup>117</sup> Id.

<sup>118</sup> A. Braamcamp Freire, «Os cadernos de Assentamentos», Alfândega de Vila do Conde, anos de 1512, 13 e 14 («Corpo Cronológico, part. III, mç. 17, doc. 110), in *Arquivo Histórico Português* (nota 47), vol. X, p. 174.

<sup>119</sup> *Pedatura* (nota 32), vol. IV, Tomo I., Ferreiras.

«fidalgo da nossa casa»<sup>120</sup> tem dois dos seus homens em cada Julgado do Porto, e outro na sua quinta e Honra de Frazão. Coutadas as suas terras por carta de D. Manuel de 15.11.1497<sup>121</sup> há proibição de matar as perdizes sob certas penas. No Porto não as podem caçar com boiz; na quinta é vedado o uso da rede, «de cevadoiro, candio e booy». Tanto faz serem «leiguos ou creli-guos», quem o fizer perde o boiz, as candeias e as armadilhas, paga mil reais de multa, mais cem reais por perdiz. Vigiam os homens de Gomes Ferreira. Gostaríamos de ter a sua argúcia, a sua vista penetrante, para termos a certeza de haver um só Gomes Ferreira, casado primeiro e sem geração de Dona Catarina de Meira e em segundas núpcias com Dona Maior de Sottomayor, a dar-lhe filhos a baterem-se em Chaul e Diu<sup>122</sup>, a extinguir-se este ramo na linha masculina. Regressa a Honra de Frazão ao ramo primogénito e volta-se também à história de

---

<sup>120</sup> D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da casa Real Portuguesa*, na Régia Of.<sup>a</sup> Sylviana e da Academia Real, MDCCXXII, Tomo II, Livro das Moradias do Senhor Rey D. João II, «comunicou-mo Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas — Cavaleiros Fidalgos —: ... Gomes Ferreira, Porteiro-mor, 1800 de moradia.

<sup>121</sup> *História Florestal, Aquícola e Cinegética* (nota 107), p. 110: «... 1497 Novembro 15 Carta da Coutada das perdizes do Porto e da honra e quinta de Frazão, pella qual é prohibido matar perdizes sob certas pemas, e de couteiro desta coutada a Gomes Ferreira (Chan. de D. Manuel, 1.<sup>o</sup> 81, fl. 86, e L.<sup>o</sup> 1, fl. 8)».

<sup>122</sup> Baseado nos Livros da Chancelaria de D. Manuel (1486) e em D. António Caetano de Sousa escreve o autor das *Memórias Genalógicas* (nota 103), que «Gomes Ferreira, marido de D. Mayor de Sottomayor foi Porteiro-Mor de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel». E segue: «E q fora Porteiro Mor do mesmo Rei consta duma carta passada a sua m.er D. Maior de Sottomayor sobre a herança da Condessa de Caminha, sua mãe feita em Santarem em Dez.<sup>o</sup> de 1487 Livro da Chancelaria do dito, fl. 462». Sousa no Tomo 3.<sup>o</sup>, fl. 312 diz que «El Rei D. Manuel dera certa recompensa ao dito Gomes Ferreira por lhe servir o o oficio de porteiro-Mor» (fl. 99 do ms.). Dá como seus filhos: Diogo de Sottomayor, sr. donatário do Couto de Ronfe, D. Isabel de Sottomayor, sr.<sup>a</sup> do mesmo Couto, x com Pedro da Silva e Meneses (já mencionados na nota 116), D. Joana de Sottomayor x com Martim Vaz de Gouveia e Fernão Anes de Sottomayor, Cavaleiro Fidalgo, Governador de Cananor, x com D. Maior Corte Real, em cujos filhos, a baterem-se nas fortalezas da Índia e um religioso a marcar presença no Concílio Tridentino, extinguiu-se a varonia de Gomes Ferreira.

À face de tudo isto, da documentação da nota 116 concluo que Gomes Ferreira, marido de D. Maior de Sottomayor, foi o sr. do Couto de Ronfe, Fidalgo

Cavaleiros para o irmão mais velho de Gomes Ferreira: Martim Ferreira, senhor da Casa.

Casado com Leonor Pinheira, filha do Doutor Pero Esteves, Ouvidor do Duque de Bragança e de sua mulher Isabel Pinheira, ambos a jazerem na Torre da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, lindas estátuas de calcário a morrerem suavemente<sup>123</sup>, mandadas erguer por seu filho o muito poderoso D. Diogo Pinheiro, pouco sabemos de Martim Ferreira. Segundo o Gayo «acrescentou o Palácio da qt<sup>a</sup> de cavaleiros onde mandou pôr as armas de Ferreiras e Pereiras». Fidalgo da Casa d'el Rei D. Manuel<sup>124</sup>, já em 1511 recebem seus filhos e herdeiros 8.000 reais de tença na Alfândega de Vila do Conde<sup>125</sup>.

Espreitar pela grade dum convento: o de Santa Clara de Vila do Conde. Nos seus claustros, agitadas, as filhas freiras de Martim Ferreira. Delas, dá mais na vista Dona Guiomar Ferreira. Mais para norte, na verde Ribeira Lima, está o convento dos frades claustrais de Vale de Pereiras, na freguesia de Santa Marinha de Arcozelo, Ponte de Lima. Quer Dona Guiomar convertê-lo em Mosteiro de Freiras. Dá razões, a 16.1.1515 consegue o breve Papal, a 25.3. está tudo resolvido. Arrasta a outra irmã, Dona Inês, freira como ela, parte com outras para o novo convento.

Lá estão, a bulirem nos claustros a Abadessa Dona Guiomar e sua vigária Dona Inês. Acalmou? Não. Obriga o irmão mais velho, Estêvão Ferreira, novo senhor de Cavaleiros a entregar-lhe as legítimas «queixando-se delle com incrível fortaleza nos Auditórios e Tribunais da Igreja e do Rei». Pede licença para transferir a sua herança, e a da irmã, pertença de Santa Clara de Vila do Conde, para Vale de Pereiras. «Na sua execução

---

e Porteiro-mor. Por o Couto e Honra de Frazão ter sido de seu genro Pedro da Silva de Meneses (nota 116), penso que Gomes Ferreira aqui citado é o mesmo Gomes Ferreira, sr. do Couto de Frazão (nota 121). Apesar de este aparecer como marido de D. Catarina de Meira, podia muito ela bem ter sido sua 1.<sup>a</sup> mulher, de quem não teve g.

<sup>123</sup> V. o meu *Capelas vinculadas na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, 1981, Capela dos Pinheiros.

<sup>124</sup> Diz que vem no Livro dos Místicos, fl. 32 do ano de 1498.

<sup>125</sup> Nota 118; o vol. é o VII.

ninguém cortou mais pella carne e pello sangue, do que ella, por grandes obrigações que tivesse a seu irmão Estevão Ferreira, o qual lhe agenciara o ser ella Abadessa e fundadora, e ficou entre todos os seus irmãos por cabeça de casal. Armou-lhe porem demandas, tirou algumas sentenças, pedio Bullas ao Papa e Provisões a El-Rei (o Senhor Dom João III) e tirando de sua mão a fazenda, em pessoa tomou posse della... Quantas passadas dava, sendo muitas, tantas forão os favores que grangeou para a Casa». Recolhe Dona Guiomar Ferreira, «nobres donzelas», transforma a Casa em «céu de candura»<sup>126</sup>, exercitam todas grandes virtudes.

Estêvão Ferreira, senhor de Cavaleiros, «Cabeça de casal entre os seus irmãos»<sup>127</sup>, a receber em 1511 13.000 reais em tenças, aumentadas em 2.000 nos anos seguintes<sup>128</sup>, contraiu, como linhagem, um grande casamento. Chama-se sua mulher Dona Brites de Eça<sup>129</sup>, dos Eças, de varonia real, descendentes do Infante D. João (filho d'el Rei D. Pedro I e de Dona Inês de Castro), punhal cravado em sua mulher, a pobre Dona Maria Teles de Meneses. São uma vergôntea régia, sacudida por escândalos, a arrebitarem ao correr das épocas. Cedo, ao enviuar,

---

<sup>126</sup> Manuel Gomes de Lima Bezerra, *Os Estrangeiros no Lima*, Tomo I, Coimbra, MDCLXXXV, pp. 207-209.

<sup>127</sup> Foram: Martim Ferreira «faleceu na India, solt<sup>o</sup>, c.g. ileg<sup>a</sup>» (4 f.as) D. Guiomar, Abadessa em Val de Pereiras, D. Inês, freira no mesmo, D. Genebra, inst<sup>a</sup> do morg. da Varzea (Rio Mau) e, no dizer do Gayo: «D. Isabel, Freira em Vairão, Duarte de Melo, com.or de Rossas, D. Catarina e mais 4 dum 2<sup>o</sup> casamento».

<sup>128</sup> Nota 118.

<sup>129</sup> Filha de D. João de Eça, Alcaide-mor de Vila Viçosa, Fidalgo da Casa do Duque de Bragança e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria de Melo; neta pat. de D. Fernando de Eça, Alcaide-mor da mesma vila e de sua m.<sup>er</sup> D. Joana de Saldanha, e mat. de Vasco Martins de Melo, Alcaide-mor de Castelo de Vide e de sua m.<sup>er</sup> D. Isabel Pereira. Era bisneta na varonia de D. Fernando de Eça, sr. de Eça na Galiza, donde tirou o apelido, e de Bragança, e «foi casado com m.tas mulheres todas vivas, devia ter boa consciência ou seguir o Alcorão» e 3.<sup>a</sup> neta na mesma linha do Inf. D. João e sua m.<sup>er</sup> D. Maria Teles de Meneses. V. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, na Régia Officina Sylviana e Academia Real, Tomo XI, MDCCXLVI, p. 653.



Dona Brites de Eça, passa a segundas núpcias<sup>130</sup>. Martim Ferreira, o filho varão, sucessor, tem em 1521 o Padrão de juro que foi de seu Pai<sup>131</sup>. Morre novo, segundo os genealogistas. Martim Ferreira foi também o nome dum seu tio, irmão de seu Pai, «a falecer na India, solteiro», sem, ou então, com geração ilegítima. Martim Ferreira, Martim Ferreira, Martim Ferreira, haverá muitos em meados do século XVI?

Os Goitacás, altos, mais claros que os outros índios, cabelos curtos e caras pintadas, vivem em choças de palha metidas na areia, mergulham constantemente nas águas, espreitam o homem branco que avança. A Capitania, doada em 1534 a Pero de Góis está no seu território, habitado também por outras tribus. Em 1539 funda-se a primeira povoação dos portugueses, «poucas braças ao sul da barra do rio Irabapoana». Chegam colonos, mudas de cana, outras plantas. O primeiro engenho, as primeiras casas, nasce vila da Rainha. Há paz, os índios até ajudam nas plantações. Para tudo correr ainda melhor é necessário mais gente, mais recursos, mais dinheiro. Pero de Góis não o tem. Em busca de ajuda, regressa a Lisboa em 1543. Martim Ferreira, homem rico, entrega-lhe o preciso. Ficam sócios. Animado, cheio de sonhos, volta Pero de Góis ao Brasil, no Reino fica Martim Ferreira, a fornecer-lhe os cabedais.

Datada de 12.8.1545 é uma carta de Pero de Góis para Martim Ferreira<sup>132</sup>. São novas das negociações que «Deus deixe acabarmos com honra e muito proveito», da «nossa fazenda» no rio Paraíba. É toda uma pintura «das auguas desta terra», por onde andou perto de dois meses «por a terra ser cheia de arvoredo e os indios pouco practicos no que nos queremos nella». São «auguas susas com paos que ao presente he trabalhosa cousa

---

<sup>130</sup> Com Fernão de Magalhães Leitão, viúvo, parente dos senhores da Barca; não tiveram g.

<sup>131</sup> Segundo as *Memórias Genealógicas* (nota 103), no Livro dos Místicos de 1521, fl. 155.

<sup>132</sup> Pedro de Azevedo, «Os primeiros donatários», VII, Pedro de Goes, donatário da Parahyba do Sul. In *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, org. por Carlos Malheiro Dias, vol. III, ed. monumental comemorativa do 1.º centenário da Independência do Brasil, Porto, Lit. Nacional, MCMXXIV.

alimparem-se», «rio arriba onde começa a cair de quedas até onde boamente podem os barcos hir», rio onde se pode fazer todos os engenhos que quiserem. Descreve os seus trabalhos: plantam para quando chegar gente haja que comer e canas, roçam, assiste aos dois engenhos de cavalos. Para estes «Santo Deus» tem gente que chegue. «Querendo Deus» poderá mandar dentro de ano e meio «um par de mil arrobas daçuquar», pois dois engenhos de cavalos «moem tanto como um daugua bõo». Já tem um «mestri de açuquar, casado com sua mulher: ganha por este ano que não mói «vinte mil reais mortos», ao diante receberá ao moer, quarenta. Pede a Martim Ferreira 60 «negros da Guinée», dez para os engenhos de cavalos para ajuda dos carros e lenha, cinquenta para os engenhos de «augua de riba». Com eles vinte homens a soldo. Pede «faugas de baixa sorte e tesouras das melhores». Aconselha: cuidado com quem o rodeia, «oulhe de quem se fia e de quem isto lhe compra». Não sabe «porque se nom lembra do que lhe escrevo», torna a recomendar «vem tudo furtado e nom perqua o seu, oulhe os feitores que mande». Beija «as maaos de vosa mercê mil vezes» «Desta sua vyla da Rainha oje 18 de agosto de 1545».

Tempo depois na ausência do donatário desfaz-se todo o sonho. Os índios, traídos pelos brancos, arrasam, destroem. Morre a Vila da Rainha. Pero de Góis não esmorece na sua fibra de fidalgo aventureiro. Ajuda noutras capitánias. Volta ao Reino, vai por duas vezes à Índia nas Armadas<sup>133</sup>. Martim Ferreira, passa à história como homem rico, «capitalista»<sup>134</sup> a sofrer grande rombo na sua sociedade com Pedro de Góis. Dele só

---

<sup>133</sup> Alberto Lamego, *A Terra Goytacá, à luz de documentos inéditos*, 1913, 1.º vol., pp.1 a 33, 5.º vol. pp. 377-379; 7.º vol., pp. 68, 140, 154, 168, 172, 226, 231 e 294. Neste excelente trabalho, estuda-se com documentos, todas as vicissitudes da Capitania de Pero de Góis e sua atribulada vida.

<sup>134</sup> Nos volumes consultados nada adiantei sobre a personalidade deste Martim Ferreira. «Homem rico do Reino» (Jaboatão, *Orbe Seraphica*, ed. de 1858, Est. IX, p. 134), «Rico negociante» («Os primeiros donatários», nota 132), «Capitalista do séc. XVI» (*Grande Enciclopédia* (nota 9), vol. XI, Ferreira (Martim —)), etc. Braamcamp Freire na «Vida de André de Resende», in *Arquivo Histórico* (nota 47), vol. IX, p. 234, cita um Martim Ferreira, entre os que veneravam o grande humanista.

sabemos, pela carta do sócio, ser sua casa «tão perto do rio e cá podem chegar as barquas asy como ahy chegão», e não ser o filho de Estêvão Ferreira, já falecido em 1545. Mas seu irmão...

À morte de Martim Ferreira, filho de Estêvão Ferreira só ficam senhoras: Dona Joana de Eça, herdeira, Dona Catarina Ferreira e Dona Maria. Senhora dos vínculos, Dona Joana de Eça é casada com seu primo António Pereira, Cavaleiro de Cristo, sobrinho de Fernão Pereira, a quem pertence a quinta de Bertandos nas margens do Lima<sup>135</sup>. Uma escura sombra avança sobre os seus bens: O morgadio de Fajozes, instituído em 1355, exclue fêmea. Em 1534, Aires Ferreira, primo co-irmão do pai de Dona Joana, faz valer os seus direitos ao vínculo. Estala a contenda. Ele representa a varonia: é filho de Álvaro Ferreira, casado com Dona Brites Pereira, o terceiro filho de Aires Ferreira, o Velho. Do segundo, Gomes Ferreira progenitor dos Ferreiras Sottomayores, acabou também a linha masculina. Arrasta-se o processo.

Desfere-se a sentença. O morgadio de Terroso, o de Recezinhos e o instituído pelo primeiro Martim Ferreira «por dizerê ande sempre em parente mais chegado E não excluir femea», permanecem com Dona Joana de Eça «que trouxe em dote a quinta de Cavaleiros». «E o de Estevão Ferr<sup>a</sup> que chamão de Fajozes se julgou a este Ayres Ferreira por chamar varõens»<sup>136</sup>; segue em seus filhos e netos.

A 19.12.1540 «em aldeia de pena, Jurisdição de Vila do Conde», António Pereira, Fidalgo da Casa Real, estando na sua quinta de Cavaleiros entrega o dote a sua cunhada Dona Maria Ferreira, «fidalga, filha que ficou de Estêvão Ferreira, fidalguo, moradora nesta Vila do Conde». Tem ela da legítima paterna quinhentos cruzados; dá-lhe metade o cunhado. Guarda o resto para entregar mais tarde. Dona Joana de Eça, senhora da Casa, dá

---

<sup>135</sup> Filho de Martim Pereira, f.º 2.º, e de sua m.ª D. Ana Vasques e neto pat. de Lopo Roiz Cerveira e de sua m.ª D. Brites Pinheiro, bisneto na varonia de Rui Lopes Cerveira, 1.º Alcaide de Vila Nova da Cerveira e de sua m.ª Maria Pereira. A avó pat. era tia da avó pat. de D. Joana de Eça, D. Leonor Pinheiro.

<sup>136</sup> *Pedatura* (nota 32), vol, IV, Tomo I, Ferreiras. na demanda que mais tarde sofreu a Casa de Cavaleiros, cita-se este processo.

o seu pleno consentimento ao dote da irmã. Dona Catarina Ferreira, a outra mana «obriga-se a fazer dentro dum ano as partilhas» entre todas, recebendo então a noiva a restante legítima. O esposado João Marinho, também fidalgo, «da villa de Baiona» dá à futura mulher «150 cruzados de arraz». Uma a uma desfilam as testemunhas do acto: Francisco Ferreira, Escudeiro Fidalgo, «morador na dita Vila do Conde», João Lopes lavrador a viver na aldeia de Touguinha, Bastião Ferreira, lavrador da aldeia de Pena, Fernão Varela da vila da Guarda e Aires de Sá «morador em Bayona e nela regedor do Reino da Galiza»<sup>137</sup>.

Em Cavaleiros? Em Vila do Conde?<sup>138</sup> nascem e crescem Estêvão Ferreira de Eça e seus irmãos: Francisco Ferreira de Eça<sup>139</sup>, Martim Ferreira, Abade da Cunha, as meninas desti-

---

<sup>137</sup> »Dote de João Marinho, Fid. da villa de Bayona, na Galiza e de Dona Maria Ferreira, Fidalga, f<sup>a</sup> que ficou de Estêvão Ferreira, fidalgo moradora nesta Vila do Conde», a 19.12.1540. Escrito pelo Tab. António Ribeiro e tresladado a 19.8.1788 pelo Tab. João Mendes Ribeiro. Tombo do Morgado dos Carvalhos (9-3-146), Arq. Mun. A. Pimenta, Guimarães.

<sup>138</sup> No 1.º Misto de Vila do Conde não constam nascimentos de Ferreiras de Cavaleiros. Os assentos da freguesia de S. Martinho do Outeiro, Vila do Conde, só se encontram, no Arq. do Porto, a partir de 1723; os da freguesia de Bagunte (a quinta de Cavaleiros abrange ambas) principiam em 1658. São datas muito posteriores às procuradas.

<sup>139</sup> No *Nobiliário das Famílias de Portugal* (nota 32): x com sua prima Antónia de Melo e tiv. 4 filhos: Estêvão Ferreira de Eça (serviu na Índia, c.g. ileg.<sup>a</sup>: Francisco Ferreira de Eça e outros), Duarte Ferreira de Melo, cav.º de Malta, Com.<sup>or</sup> de Rossas e Rio Mau (pai de Lopo Ferreira de Melo «sr. da Casa do Carmo, em Stº Estêvão de Barrosas, pelo seu casamento», c.g. (*Anuário da Nobreza de Portugal*, III, tomo II, 1985, Ferreira de Melo, da Casa das Agrad, Póvoa de Lanhoso; muito estranho este ramo não ter aparecido quando do pleito citado na nota 244), António Pereira, Cav.º de Malta, c.g. ileg.<sup>a</sup> (uma f.<sup>a</sup> freira) e Francisco Ferreira de Eça, c.g. ileg.<sup>a</sup>. Na escritura feita em 1540, mencionada na nota 137, é testemunha, Francisco Ferreira, escudeiro fidalgo, m.<sup>or</sup> em Vila do Conde. Embora novíssimo, pode ser filho segundo de António Pereira e m.<sup>er</sup>. D. João III, por C. de 27.2.1536, concede a um Francisco Ferreira, m.<sup>or</sup> em Vila do Conde (o mesmo ou outro?) as armas de Ferreiras e por diferença uma brica de prata com um —F— de preto, «por descender dessa nobre linhagem». Reg. na Chan. de D. João III, 1º, XXII, fl. 138vº (Visconde de Sanches de Baena, *Arquivo Heraldico-Genalógico*, Typ. Universal, 1872). Diz o Gayo (nota 32) que o armigerado é neto de Francisco Ferreira com quem se começa esta nota. Cronologicamente é quase impossível; para já, fica tudo no infundável terreno das possibilidades.

nadas aos Conventos<sup>140</sup> todos filhos de António Pereira, Cavaleiro e Fidalgo e sua mulher Dona Joana de Eça, Morgada de Cavaleiros, a continuarem a Casa.

\*

Ali na encosta do Monte de Santa Clara de Vila do Conde, próximo do Mosteiro, trabalham o mestre pedreiro Francisco Enes, da freguesia de Guilhabreu e seus homens. Destaca-se o cantar da pedra das frescas nortadas revigorantes, do sibilante vento sul a chamar chuva. Prossegue a obra da Capela de Santo António, no Convento de Nossa Senhora da Encarnação, instituída a 18.8.1566 por Estêvão Ferreira de Eça, morgado de Cavaleiros e sua tia Dona Catarina. Contrataram-no como Mestre. Aos poucos levanta-se a Capela «contornada por ameias» a salientar-se do lado sul do corpo da igreja<sup>141</sup>. No porto da vila entram as naus. Trazem sedas, jóias, especiarias: riquezas de remotas terras. Enxameiam pelas ruelas os calafates, os mestres, os carpinteiros, a forte vozeria da gente do mar. A que grita do alto das gáveas, a que rouqueja a rezar nas tempestades. E Vila do Conde, entre os areais, cresce, linda à beira do seu rio.

Mais acima, a bordejar pela costa encontra-se Viana do Castelo, porto também famoso, cais rico de produtos d'além-mar, altos cavernames à espera, esperançados nas futuras viagens. Ali dão mais graça à branca austeridade da Casa herdada de seus avós, Dona Catarina Pinto e seu marido Francisco de Melo Alvim,

---

<sup>140</sup> No *Nobiliário das Famílias de Portugal* (nota 32), Tomo XXII, Pereiras, § 57 vem que as meninas foram: D. Isabel, freira em Vairão, D. Maria, D. Catarina, D. Joana, D. Inês, freiras em Vale de Pereiras.

<sup>141</sup> Joaquim Pacheco Neves, «Notícia breve sobre o Convento de Nossa Senhora da Encarnação», in *Caderno de Cultura, Suplemento do Jornal de Vila do Conde*, n.ºs 166, 167 e 168. Aí se lê em nota: «A capela de Stº António, da Casa de Cavaleiros, foi instituída por D. Catarina Pereira e por Estêvão Ferreira de Eça em 18 de Agosto de 1566. O ilustre investigador Dr. Eugénio da Cunha Freitas está na posse da cópia do documento do contrato efectuado por Estêvão Ferreira e o mestre pedreiro, Francisco Enes, de Guilhabreu, no qual se refere a obra a realizar e o prazo para a sua realização». Sobre esta capela e reprodução das suas Armas, v.: Conde de Castro Solla, «Notas d'um Antiquário», in *Ilustração villacondense*, n.ºs 33 e 35, Set. 1912 e Jan. 1913.

fidalgo do Couto de Ervededo, história de combates no Oriente, a residirem então nessa casa, a vir por ela <sup>142</sup>. Uma filha destes senhores, Dona Maria de Melo, o pé a saltar das pedras de um cais para outro, vem de Viana para Vila do Conde casada com Estêvão Ferreira de Eça. Seus filhos ou filhas, fidalgos, meninas, da nobreza quinhentista, tão perto do mar, do rio, do mundo, morrem pequeninos, sem rasto nos anais, apagados pela vaga do tempo.

Em Vila do Conde, nas suas pousadas, Estêvão Ferreira de Eça «fidalgo da Casa d'el Rei Nosso Senhor», concerta-se com seu primo Gregório Marinho de Eça, «morador ao presente no Assento da quinta de S. Tomé, do termo da cidade do Porto». Entre ambos, a 2.7.1572 tinham dividido a herança que lhes ficara de seus avós, logo romperá uma demanda. Réu fora Estêvão Ferreira, autor Gregório Marinho. Mas «porque as demandas pella maior parte eram duvidosas e dellas se seguião muitos inconvenientes odios e malquerenças», concertam-se neste dia de 21.8.1574. Larga Estêvão Ferreira ao primo Gregório a metade da quinta do Assento. Entrega-lhe Gregório Marinho «o que lhe pertence da quinta de Cavaleiros ainda por dividir». Seguram-se nos outros bens <sup>143</sup>. Discreta Dona Maria de Melo, mulher de Estêvão Ferreira de Eça aparece fugaz, a dar a sua outorga <sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> Maria Augusta d'Alpoim e Maria Emília de Vasconcelos, *Casas de Viana Antiga*, 1983, p. 59. D. Maria de Melo era f.<sup>a</sup> de Francisco de Melo e Alvim, Cavaleiro Fidalgo, Alcaide-mor de Ervededo, o Galego, por lá nascer, Embaixador de D. João III ao Rei do Pegu, armado cavaleiro na Fortaleza de Chaul na Índia, onde serviu 21 anos, citado por Diogo do Couto nas *Décadas*, 4, Liv. 4, Cap. 5, fl. 6 e de sua m.<sup>er</sup> D. Catarina Pinto, herd.<sup>a</sup>, «que fizeram grandes melhoramentos na Casa em Viana»; neta pat. de João de Melo, Alc.-mor de Ervededo, que foi à Índia em 1525 e de sua m.<sup>er</sup> D. Isabel de Alvim, e mat. de Pedro Pinto, pagem de companhia do Rei D. João II, Cap. da Mina no tempo de El-Rei D. Manuel, e de sua m.<sup>er</sup> Brites Fernandes de Carvalho (v. Gayo (nota 32), Tomo XVIII, Mellos, §§ 42 e 43), inst.<sup>ores</sup> do Morg. da Carreira a 27.7.1546, e srs. da Casa.

<sup>143</sup> Diz Estêvão Ferreira: «... seguindo a demanda sobre as casas de arrematação das freiras de Valle de Pereiras com os herdeiros de António Barbosa e não havendo sentença de maneira que lhe fiquem liquidas as ditas casas, obrigar-se a fazer novas partilhas». Gregório Marinho «larga toda a aução que as ditas freiras ainda possuem em outros casais, e o t....do casal de Fernão Moço de Covas que hera seu; de maneira que ele Estevam Ferreira ficará com a m.te

Enquanto dura o impedimento de D. António de Melo, Alcaide-Mor e Capitão-Mor de Vila do Conde<sup>145</sup>, Estêvão Ferreira de Eça<sup>146</sup> é nomeado por Carta do Duque D. Duarte, de 28.11.1574, capitão-mor de Vila do Conde. A 18.2. do ano seguinte presta juramento do cargo<sup>147</sup>.

Os olhos estão postos no mar, não vá vir o inimigo. Ardem dois fachos, um no sítio do Forno, outro nas Pedras Ruivas. Três homens velam todas as noites nos fachos. Quantas vezes não vai o próprio capitão-mor perscrutar e ver o horizonte. A postos estão os tambores para chamarem a gente, a postos estão os sinos para os rebates, os homens encarregados de levarem as mulheres para sítio seguro. Vigiadas as entradas da vila pelo lado do mar, Estêvão Ferreira de Eça, capitão-mor de Vila do Conde<sup>148</sup>, aceita a responsabilidade da sua vigia e defesa.

---

das q.tas de S. Tomé que lhe couverão em sua partilha e asi lhe ficarão mais a m.te das devezas de Cuvellas e do Outeiro chamado de estavam Ferreira...» (doc. da nota seguinte).

<sup>144</sup> «Transacção entre Estêvão Ferreira de Eça e seu primo Gregório Ferreira Marinho, feita em Vila do Conde, casas do 1.º, a 21.8.1574. Tab. Francisco Rodrigues «Tab. do publico e Judicial de Villa do Conde pello Senhor Dom Duarte Nosso Senhor», e trasladada em Guimarães, a 13.2.1591, a rogo de D. Beatriz Pereira, dona viuva de Estêvão Ferreira de Eça, pelo Tab. Jerónimo de Barros e depois, a 17.9.1782, copiada pelo Tab. João Mendes Ribeiro», Tombo do Morgado dos Carvalhos (9-3-152), Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>145</sup> Alcaide-mor e Capitão-mor de Vila do Conde, Fidalgo da Casa do Duque, vedor da Sr.ª D. Catarina, era F.º 2.º de D. Diogo de Melo, Provedor de Évora e neto pat. de Gomes de Figueiredo, Guarda-Roupa, Camareiro e «muito seu privado» de El-Rei D. Afonso V.

<sup>146</sup> Livro de Actas, vol. 6, fl. 233 e vº, Arq. Mun. de Vila do Conde. Aqui ficam os meus agradecimentos ao Sr. A. Monteiro dos Santos que muito amavelmente me indicou o que me poderia interessar no Arq. de Vila do Conde. Deu grande ajuda a este estudo com os docs. e livros citados nas notas 97, 138, 141, esta, 147, 148, 149, 283, 307 e solicitação do Conde de Cavaleiros na nota 338.

<sup>147</sup> Foi na Câmara de Vila do Conde. Livro mencionado na nota anterior, fls. 234 e 234vº.

<sup>148</sup> «Acordo sobre a Guarda e Vygia do mar», feito a 18.4.1575, id., fls. 254 e 256. É um doc. com o maior interesse. Assentam a ordem das vigias: Tomé Glz e Salvador Pires, Juizes, Estêvão Ferreira de Eça, Capitão-mor Belchior de Castro e Silva, Sargento-mor e Capitão da Gente do mar e António Martins Gayo. Escreveu-o o tab. Gaspar Nunes.

«Aos quatro dias do mes de outubro de mil e quinhentos e outemta e dous annos na prasa desta villa estando presente Luis Maya carneiro Juiz q ora serve da sisa da dita villa pareceu o Snr. estevão frr<sup>a</sup> de eça fidalguo da casa del Rey nosso Senhor». Por 26\$000 réis compra umas casas sobradadas na Praça Velha em Vila do Conde, a Manuel Fernandes e mulher Apolónia Paços. De sisa, pagam o comprador e os vendedores mil e trezentos réis<sup>149</sup>. Abrigada dos ventos, das cheias, pouco ou nada resta do antigo casario da Praça Velha de Vila do Conde, o tempo, a falta de conhecimentos a impedir o tracejar, nem sequer ao de leve, destas casas de Estêvão Ferreira.

Viúvo, tornou a casar Estêvão Ferreira de Eça. De Guimarães veio a sua nova mulher e sobrinha, as sombras da Rua de Santa Maria a avançarem sobre o Morgadio de Cavaleiros. Filha de Manuel Pereira da Silva e de Dona Margarida de Carvalho, Dona Brítes (ou Beatriz?) Pereira é neta materna de João Afonso dos Quintos, aquele rico mercador «a quem el Rey D. Manuel mt<sup>o</sup> honrava e quando lhe escrevia o nomeava por fidalguo da sua casa, e assim se vio em hũa carta sua escripta hum anno antes q vasco da gama partisse p<sup>a</sup> a India, na qual lhe pedia emprestados doze mil cruzados de ouro»<sup>150</sup>. É sobrinha materna do Dr. Gonçalo Dias de Carvalho, Desembargador dos Agravos, instituidor do morgadio dos Carvalhos com capela no claustro de S. Francisco de Guimarães, estudado em outros trabalhos<sup>151</sup>. É irmã de António Pereira da Silva, sucessor ao tio, cativo em Alcácer e traz do lado direito de quem desce a Rua de Santa Maria em Guimarães, esquina para a viela do Pingalho, casa dos seus pais, parte do esplendor dos muitos cruzados dos senhores de Cavaleiros.

---

<sup>149</sup> Livro dos Bens de raiz, Arq. Mun. de Vila do Conde.

<sup>150</sup> P.<sup>c</sup> Torcato Peixoto, «Nobiliário», ms. existente na Soc. Martins Sarmiento, Guimarães, tit. de Carvalhos, Cap. II, frase transcrita no meu «*Casa de Pousada*» (nota 1), p. 43.

<sup>151</sup> Para a sua família v. o meu «*Casa de Pousada*» (nota 1), pp. 43, 44, 65, 66 e 67. Os seus avós pats. foram: o Dr. Manuel Afonso da Silva e sua m.<sup>er</sup> D. Brítes Pereira, que era irmã de António Pereira, seu sogro. (V. nota 165 onde vem a sua ascendência).



A 3.6.1585, em Guimarães «nas pousadas onde ora pouzão os s.res estevão fr<sup>a</sup> de Eça fidalguo e dona briatiz pr<sup>a</sup> sua mulher» emprazam as suas propriedades em Refoios do Lima; rendas a entregar aos senhorios, em Vila do Conde ou no termo da vila de Barcelos<sup>152</sup>. Mas é em Vila do Conde, em sua casa, que Estêvão Ferreira de Eça e «Dona Britiz Pereira», assinam outros emprazamentos e uma venda em 1581, 1583, 1585 e 1556<sup>153</sup>.

A 13.2.1591, Dona Brites Pereira, dona viúva de Estêvão Ferreira de Eça, roga o traslado dum documento<sup>154</sup>. Está em Guimarães. Como veio às mãos dos Ferreira de Eça a Casa do Arco? Uma bâtega de água. Os pingos de chuva a caírem, a terra a cheirar bem. A gente da Rua de Santa Maria à espregueira, curiosa a ver a entrada dos novos senhores. Quando? Como?

Queria-os todos aqui.

— «Senhor Francisco de Melo e Alvim! Foi Vossa Excelência que comprou a casa ao Convento de Santa Ana de Viana? Teve-a por herança ou doação, sua filha Dona Maria de Melo?».

— «Oh! Senhor Fidalgo! Oh meu rico senhor! Veio o Arco no dote de sua primeira mulher? Foi doação que lhe fizeram? Valha-me Deus, Senhor Estêvão Ferreira de Eça, aguarde mais um pouco. Comprou-o? A quem? Ao próprio Martim Vaz de Sousa antes do testamento? Às freirinhas? Querem ver que o arrematou em praça?»

— «Ai, Dona Brites. Compreende-se a sua tristeza ao ver-se longe de Guimarães, o barulho do mar a chegar às suas janelas. Não gosta de Vila do Conde? Pois olhe que é uma terra linda, emoldurada pelo mar e pelo rio. Prefere a Rua de Santa Maria? Então, está-se a ver, convenceu o senhor seu marido e tio a

---

<sup>152</sup> Nota do tab. do Cabido Manuel Gonçalves de 1585 a 1587. Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>153</sup> Secção Notarial de Vila do Conde, 1.<sup>a</sup> série, n.ºs 7, 9, 11 (1585) e 12 (1586-86), Tab. Francisco Rodrigues, Arq. Dist. do Porto.

<sup>154</sup> V. nota 144. Nos livros consultados, não encontrei a escritura a provar a passagem da Casa do Arco, dos Sousas para os Ferreira de Eça. Em Guimarães, vi, posso dizer, tudo. No Porto fiz algumas pesquisas, em Viana ignoro se há ou não doc. notarial da época. Embora seja uma grande lacuna nes estudo, continuo-o na esperança de encontrar um dia.

comprar a Casa do Arco. Ou então, os seus pais cheios de saudades. Eu é que nada posso saber. Teria sido depois de viúva?» ?

Não há resposta. Na Casa do Arco, certamente em obras, Dona Brites Pereira, a 3.3.1599 compra a Martim Dinis de Azevedo, em nome de sua filha, a morgadinha Dona Jerónima Ferreira de Eça, 24 medidas de pão meado<sup>156</sup>. O destino de sua segunda filha, uma apagada Dona Antónia, perde-se no silêncio dum convento ou numa curta vida, logo chamada por Deus.

Dona Jerónima Ferreira de Eça, senhora de Cavaleiros, muito nova, quase menina, vai casar com um grande fidalgo: Fernão Moniz, filho segundo de Vasco Martim Moniz, senhor de Angeja e doutros vínculos e neto materno de D. Fernando de Noronha. «Na das Salinas indo D. Luis Fajardo no ano de 605»<sup>155</sup>, a pelejar na Armada contra os holandeses, os barcos incendiados, as ondas a engoli-los, morre Fernão Moniz. Ainda a notícia não chegou a Guimarães outra nova corre as ruas, abre as portas, assombra as gentes. Manuel Machado de Miranda, secungénito do «senhor morgado da rua Escura»<sup>157</sup>, nos seus 16 anos incompletos rapta Dona Jerónima Ferreira de Eça, morgada de Cavaleiros.

---

<sup>155</sup> Martim Diniz de Azevedo, Cavaleiro Fidalgo da Ilha da Madeira vende estas medidas a D. Brites, que as compra para sua f.<sup>a</sup>, e todo o direito que tinha na quinta de Taide, freguesia de S. Tiago de Lordelo, L.<sup>o</sup> de notas do Tab. João Bertoles (10-1-55), Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>156</sup> *Pedatura* (nota 32), vol. I, Tomo II, p. 714. Don Luis Fajardo foi um grande almirante espanhol. Em 1598 Filipe III nomeou-o General dos Galiões da Carreira das Índias para os defender dos corsários ingleses. Passou depois a Capitão General da Armada do Oceano; em 1606 derrotou uma Armada holandesa e em 1609 venceu os turcos em La Goleta, no mesmo ano expulsou os mouriscos valencianos. Em 1614 conquistou Marmora. Nessas missões navais, ao serviço dos Reis espanhóis, também pelejaram e morreram muitos portugueses.

<sup>157</sup> Filho de Gaspar Rebelo de Carvalho, senhor dos morgados do Pinheiro e da Rua Escura em Guimarães, da Capela de Jesus em S. Francisco da mesma vila, e de sua m.<sup>er</sup> D. Ana Machado de Miranda, neto pat. de Fernão Rebelo de Carvalho, Esc.-Fid., e de sua m.<sup>er</sup> D. Ana de Almeida, herd.<sup>a</sup> dos mencionados morgados; neto mat. de António Machado Vilas-Boas, sr. do Solar em S. Clemente de Sande e de sua m.<sup>er</sup> D. Madalena Vaz da Maia (v. nota 364). Pelo casamento de Manuel Machado de Miranda entrou para a Casa de Cavaleiros a varonia Meireles. V. o meu «*Casa do Cano ou Salvador*» (nota 58), pp. 76 a 80, onde estudo esta família.

«... pello q veyo hua alçada a Guimarães na era de 1605 e elle foi degolado em estátua»<sup>158</sup>.

— «Jesus! Que vergonha! Furtaram seis a sete mil cruzados!»

— Fugiram para a Galiza. Ai minha rica menina, perdida desonrada a fugir por esses caminhos fora...

Tingem-se envergonhadas as paredes da Casa do Arco, olhadas com algum desdém pela gente que passa: «Olha a fidalga...». Pelos souts e carvalheiras soam risadas contentes. Os fugitivos! novos, felizes, despreocupados galopam por terras raianas. Devassa o caso, administra justiça, a alçada na vila de Guimarães.

Por ajudarem esta fuga há condenados à morte, há prisões. Dona Ana Machado de Miranda, mãe de Manuel Machado de Miranda, é presa em sua casa, dada em homenagem<sup>159</sup>. Tiram-lhe a homenagem, tornam a condená-la. E Dona Brites Pereira, mãe de Dona Jerónima, tem a mesma sorte, segundo o confuso manuscrito<sup>160</sup>, (o que não parece muito natural). Cosme Machado de Miranda, preso em Ponte de Lima, pela morte de Miguel de Miranda, Chantre de Braga «em que os inimigos o envolveram» é interrogado. Libertam-no; «já tinha estado preso por crimes mais vezes». Dizia não ter dado auxílio «aos delinquentes». Encarceram-no «na correição e o castelo destelhado», dão-lhe depois «homenagem em sua casa». Negam-lha a 2.1.1607, condenam-no «em hum anno de degredo para além dos lugares de além». Transcorridos dois dias «é-lhe permitido cumprir a pena em sua casa donde não sahiria». Degolado em estátua, Manuel Machado de Miranda continua pela Galiza onde recebe como sua mulher a Dona Jerónima Ferreira de Eça. Por fim «tudo se sossegou»; voltam para Portugal «e elle ficou fazendo vida com ella». Trazem já o primogénito, Gregório, nascido no dizer dos nobiliários por terras galegas.

---

<sup>158</sup> *Nobiliário* (nota 32), Tomo XIX, Machados, § 33.

<sup>159</sup> Homenagem ou menagem era o lugar designado para cumprir a pena de prisão, muitas vezes era a própria residência.

<sup>160</sup> «Ephemerides» (nota 86), caderno I, dia 4 de Janeiro, onde está copiado. Transcrevi o documento no «*Casa do Cano*» (nota 58). A *Pedatura* (nota 32), refere-se ao rapto.

Durante vinte e um anos, Dona Jerónima Ferreira de Eça, presenteará, quase anualmente, seu marido com um filho. É a primeira geração dos Ferreira de Eça a nascer na casa do Arco. Salas onde durante esses anos todos, ouvem-se além do balbuciar de Gregório, o mais velho, os primeiros vaguidos de Estêvão, João, Dona Ana, Dona Brites, Gaspar, Dona Madalena, Dona Guiomar, Fernando, Dona Maria, Francisco, Martinho e Gualter <sup>161</sup>, saudável rancho a vir ao mundo. Corredores por onde correm generosas amas, pequenos escravos a entreterem os meninos, numerosos criados para os servirem. Cozinha iluminada por grossos toros a darem calor, pote a ferver águas para os partos, espetos onde assam as peças de carne. No oratório, na sala onde se reúnem, ouve-se o bichanar das rezas, das evocações, sentem-se as lágrimas, as alegrias, as acções de graças, entre os fidalguinhos de mama, uns a gatinharem, outros a darem os primeiros passos, uns a correrem turbulentos. Vão crescer, homens e mulheres feitos, vão desprender-se das saias da mãe, das amas, das criadas. Assim viveu Dona Jerónima Ferreira de Eça, braços estendidos entre lençóis bordados, a receber com um sorriso cansado um filho ou filha, apadrinhado por parentes, a voltar cristão da vizinha igreja de Nossa Senhora da Oliveira. Durante vinte e um anos com o mesmo amor, a mesma fé, a mesma força.

---

<sup>161</sup> De Gregório, João e D. Maria desconheço a data e local do nascimento; os outros nasceram em Guimarães, todos na Casa do Arco. Estêvão foi bap. a 25.6.1611, os seus padrinhos foram: o tio pat. Fernão Rebelo de Almeida e a avó pat. (M 1 Olv<sup>a</sup>); D. Brites Pereira, bap. a 3.8.1616 e afilhada de Francisco Dias de Carvalho, primo co-irmão da avó mat., e de António de Barros, sr. da Casa do Real em Braga e marido da tia pat. D. Catarina. (D. Brites Pereira, freira em Vairão, teve segundo a *Pedatura* (nota 32), Tomo IV, vol. I, Ferreiras, p. 270, dois filhos naturais de seu primo Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, Morg.<sup>o</sup> de Fajozes. Foram para a Índia, e como tantos, lá ficaram); Gaspar, baptizado a 2.8.1618, afilhado do sr. de Abadim e Negrelos, Diogo Lopes de Carvalho, primo de sua mãe e de D. Maria, m.<sup>er</sup> de Gonçalo Teixeira, sr. de Sergude; D. Madalena, baptizada a 3.11.1619, foram seus pad.<sup>os</sup>: Pedro Machado de Miranda e D. Maria, tia pat.; D. Guiomar, bap. a 2.3.1621, afilhada de David de Miranda de Azevedo e de D. Brites Lopes de Carvalho (v. nota 196), m.<sup>er</sup> de Pedro Vieira da Maia; Fernando, bap. a 17.9.1622, foram pad.<sup>os</sup>: Cristóvão de Azeredo e Ana de Carvalho; Francisco bap. a 26.8.1626, o pad. foi seu parente Francisco Peixoto

Manuel Machado de Miranda, seu marido «grandes servissos ao reino e fora delle nas conquistas»<sup>162</sup> torna-se-nos mais conhecido pelos prazos, pelas escrituras, pela sua actuação em Guimarães. Juntamente com sua mulher, a 12.4.1621 institue vínculo por uma doação a seu irmão mais velho, Fernão Rebelo de Almeida, com obrigação de 5 missas rezadas e uma cantada na capela do Senhor Jesus, no Mosteiro de S. Francisco<sup>163</sup>. Capitão-Mor da vila de Guimarães pede a 14.7.1622 à vereação o bom acolhimento para o agrupamento de milícias, e a marcação dos dias e lugares para os exercícios<sup>163</sup>. Em seu nome já está «uma morada de casas no renque do poente» que adquiriu, frente às do Arco, na Rua de Santa Maria, prazo do Cabido, que tinham sido em tempos antigos de João Fernandes, Abade de Rossas e Filipe Alvelos, depois de seu neto Gaspar de S. Miguel e finalmente de Lourenço de Mesquita<sup>164</sup>.

Também não descuram a Casa de Cavaleiros. A 28.8.1624 com sua mulher Dona Jerónima Ferreira de Eça, institue a fábrica para a Capela de S. Jerónimo, pegada ao solar, mandada construir por eles, a vir até hoje nas suas linhas puras<sup>165</sup>. Em 1626 dois irmãos da Misericórdia, chamam a si a dívida, que a Santa Casa devia a Manuel Machado de Miranda; pagam-lhe<sup>167</sup>.

Volta-se a Vila do Conde. Querem as freiras do Mosteiro construir um aqueduto a trazer água para o seu convento. É uma grande tarefa, movem as religiosas toda a sua energia e influên-

---

de Carvalho, da Casa de Pousada; Martinho, bapt. a 22.10.1628, foram pad.<sup>os</sup> Martim Dória, da Ilha da Madeira e a m.<sup>er</sup> do tio pat., Fernão Rebelo de Almeida, D. Guiomar da Silva (M 2 Olv<sup>a</sup>); Gualter, n. a 5.8.1630, afilhado de seu primo co-irmão Manuel Peixoto da Silva e de sua irmã D. Madalena Vaz da Maia (N 1 Olv<sup>a</sup>).

<sup>162</sup> *Memórias Ressuscitadas* (nota 3), p. 391.

<sup>163</sup> Nota 254 do meu «*Casa do Cano*» (nota 58).

<sup>164</sup> Alberto Vieira Braga, *Administração Seiscentista do Município Vimaranesse*, ed. comemorativa do Centenário da Cidade de Guimarães, 1950, Parte IX, Função Deliberativa, ano de 1622, p. 149. Por não haverem os livros de 1615 a 1618, desconheço a data da nomeação para capitão-mor de Manuel Machado de Miranda.

<sup>165</sup> Livro de fazenda do cabido, n.º 36, ano de 1623, Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>166</sup> «*Ephemerides*» (nota 86), 3.º vol., dia 28 de Agosto.

<sup>167</sup> A.L. de Carvalho, *Santa Casa*, vol. II. Os irmãos da Misericórdia eram Francisco Jorge Mendes e António Dias Pimenta. Acrescenta o autor: «este

cias. Indemnizam proprietários, fiscalizam as obras. A 27.7.1628 «a Manuel Machado de Miranda pediram a cedência de uma fonte que tinha em Terrozo e ele quiz em compensação dois lugares perpétuos de freiras para suas filhas. Tão alto preço não foi aceite pelas religiosas...»<sup>168</sup>. Por algumas léguas curva-se a pedra em lindos arcos até ao Mosteiro de Santa Clara, largo caminho de graça e de força, a água a deslizar de mansinho. Nenhuma das filhas dos senhores de Cavaleiros será freira em Santa Clara. Todas irão, nos anos a virem para Vairão. Dona Ana, Dona Brites, Dona Madalena Vaz da Maia, Dona Guiomar e Dona Maria da Silva, umas abadessas, outras simples freirinhas, passarão suas vidas no Mosteiro de Vairão, donde não vêm o mar, não vêm o rio.

Por ora vão-se destas folhas os senhores de Cavaleiros. Vai ressurgir um passado remoto. Pertença da Coroa, por doação de D. Afonso V a seu tio o Duque de Bragança, entra Guimarães e mais senhorios na posse da casa ducal<sup>169</sup>. 1.º Duque de Guimarães é D. Fernando, 2.º Duque de Bragança, filho do primeiro. E logo, em Toro, a 27.7.1475, «*D. Affonso por graça de Deos Rey de Castella e de Lião e de Portugal... pello muito divido que comiguo them D. Fernando Duque de Guimaraens, meu muito prezado e amado sobrinho que me them feito e espero delle ao diante receber, e por o mui chegado divido que seu filho primogénito do dicto Duque them comiguo por ser neto de meu irmão de meu motu proprio e poder absoluto me praz e faço doação ao dicto seo filho primeiro para depois de seu falecimento do ditto Duque da Villa de Guimaraens que a aja, e seja Duque*

---

Machado de Miranda era um maioral da terra que, desembolsado de algum dinheiro emprestado à Casa, aquando no desempenho da Provedoria, deu à língua, para que lhe pagassem. Foi nesta emergência que dois irmãos se ofereceram, chamando a si a referida dívida. Arq. da Misericórdia, codice 86, fl. 53vº».

<sup>168</sup> Eugénio de Andréa da Cunha e Freitas, «O Aqueduto de Santa Clara de Vila do Conde», in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, n.º 2, p. 27.

<sup>169</sup> *O Concelho de Guimarães* (nota 50), aí se lê, pp. 73-74: «Até ao tempo de D. Afonso V, Guimarães pertencera à Coroa e orgulhava-se disso. Após a

*della assi como ora he e a tem o ditto Duque por suas cartas e doações com todos os seus privilégios e liberdades...»*<sup>170</sup>.

Avançam os anos. 1.º Duque, 2.º Duque, 3.º Duque. Este é D. Teodósio, 5.º Duque de Bragança, gostosamente a casar sua irmã, a Senhora Dona Isabel em 1536 com o Infante D. Duarte, filho d'el Rei D. Manuel I. «Tentou e concertou», D. João III este casamento entre o seu «muito amado e prezado irmão e D. Izabel minha muito prezada sobrinha». «Com licença delRey nosso Senhor», entrega o Duque em dote ao Infante, seu futuro cunhado, a vila de Guimarães com todas as suas rendas e senhores<sup>171</sup>. Senhor de Guimarães, «assi como o Duque o tinha», deixa o Infante D. Duarte, ao morrer, a Infanta viúva, duas filhas pequenas e outro por nascer. Cumprindo as cláusulas do contrato

---

victória de Alfarrobeira, o duque de Bragança, que ha muito cobiçava a villa, assim como a cidade do Porto, conseguiu do joven rei a doação das duas importantes povoações.

O Porto protestou energicamente e a sua situação, já então preponderante no norte, valeu-lhe o ser ouvido, o Bragança, que não queria vassallos contrangidos, desistiu d'aquella parte da doação, Guimarães, porem, não foi escutada em seu protesto, e ainda em 1462 reclamava perante o rei contra a renovação da doação que D. Afonso V fazia a D. Fernando, neto do duque que primeiro a possuira, mas apesar da promessa formal do monarcha, só sahio da casa de Bragança quando o duque foi executado em Evora e os seus bens confiscados. Quando D. Manuel reintegrou o filho nos bens do pai, Guimarães ahi torna outra vez. Em 31 de maio de 1496 é o senhorio dado a D. Jayme, 4º Duque e em 1521 torna-se a doação, que havia sido feita apenas a D. Jayme, extensiva a qualquer filho ou filha que nella nomeasse ... A D. Jayme succede D. Theodosio, a D. Theodosio D. Duarte casado com D. Isabel. E depois o filho destes D. Duarte.

Os de Guimarães sofrem e calam. Com a morte delle, porem, sucedida em 1576, Guimarães reverte a coroa. Mas o Bragança, primo do falecido procura reconquistá-la, motivo porque logo nas primeiras cortes, que o rei estranho faz em Santarem, em 1581, apparecem os procuradores de Guimarães pedindo a confirmação do privilégio concedido por D. Affonso V e ficado sem effeito.

Conseguiram-no? Ver-se-ha».

<sup>170</sup> «Doação da Villa de Guimaraens, feita ao Senhor D. Duarte, pella Senhora Infanta D. Izabel, sua may», Doc. 113, Ano de 1558, *Provas da História Genealógica* (nota 120), p. 602. Neste documento estão transcritas todas as doações da vila de Guimarães e as suas confirmações.

<sup>171</sup> «Contrato, e confirmação do casamento do Infante D. Duarte, com a Senhora D. Izabel», Doc. n.º 106, ano 1536, livro citado na nota anterior, p. 599.

D. João III «por folgar de fazer mercê ao Duque D. Teodósio I, faz saber que», morto o Infante, senhora de Guimarães é a Infanta viúva, Dona Isabel <sup>172</sup>. Nasce-lhe póstumo em Almeirim, em Março de 1541, um menino, o Senhor D. Duarte.

*A defesa de meos Reinos, e Senhorios, e assi de minha Pessoa, quando nos actos de guerra for ocupado, e como por isso, he cousa justa não encarregar delle senão a pessoa, sobre que muito descance, e de que muy grande confiança tenha...*» fazem D. João III nomear o senhor D. Duarte Condestável do reino, mercê confirmada por D. Sebastião <sup>173</sup>. A 11.11.1558, a «Infanta Dona Isabel sua may, nele trespasa a vila de Guimarães *«com toda a sua jurisdição civil, e crime, Castello e fortaleza da ditta villa, e padroados de Igrejas, com todalas mais preheminencias, privilégios, liberdades, graças e mercês...*» <sup>174</sup>.

5.º Duque <sup>175</sup> e senhor de Guimarães «como ditto he», senhor de Vila do Conde <sup>176</sup>, o senhor D. Duarte comanda em 1572 uma desgraçada Armada a destroçar-se no Tejo e em 1574 acompanha D. Sebastião a Tânger. Depois do Cardeal D. Henrique, seu tio, que não deve contar por eclesiástico, é o presuntivo herdeiro do Reino de Portugal. Não o quer Deus. Em Évora a 26.11.1576 fecha os olhos o Senhor D. Duarte. Ao despedir-se do mundo distribue os seus parques bens para tanta grandeza por

---

<sup>172</sup> Mercê transcrita na «Doação da villa de Guimaraens...» (nota 170).

<sup>173</sup> «Carta de confirmação do Officio de Condestavel destes Reynos, ao Senhor D. Duarte, filho do Infante D. Duarte», Doc. 111, ano 1557, *Provas da História Genealógica* (nota 120), p. 619. A carta é de D. João III, dada em Lisboa a 12.5.1557, a confirmação dela é de D. Sebastião, dada em Évora a 13.8.1573.

<sup>174</sup> V. nota 170.

<sup>175</sup> No documento mencionado na nota 170 lê-se: «D. Sebastião por graça de Deos... faço saber que D. Duarte Duque de Guimaraens, Condestable destes meus Reinos, e Senhorios meu muito amado e prezado Tio me disse, que quando ElRei meu Senhor, e Avô que Sancta gloria aja lhe fêz mercê do Titulo de Duque da dicta Villa de Guimaraens, ouvera por bem que a Infante D. Izabel sua May minha muito amada e prezada Tia podesse renunciar e trespasar nelle...». Ignoro a data do alvará de D. João III.

<sup>176</sup> «Doação feita ao Infante D. Duarte, e a seu filho o Senhor D. Duarte, Condestavel de Portugal, de Villa do Conde», datada de 16.9.1540 (D. João III),



seus familiares e servidores<sup>177</sup>. Por sua prematura morte vaga Guimarães para a Coroa.

Alcácer-Quibir. Reinado dos reis espanhóis.

«Quando Felipe II entrou em Portugal os procuradores de Guimarães, apressaram-se a pedir ao rei a confirmação dos antigos privilégios de D. Afonso V, que não mereceram o respeito de seus sucessores»<sup>178</sup>, dando à vila a liberdade. Sobrinho do Senhor D. Duarte, filho de sua irmã a senhora Dona Catarina e de seu marido D. João, Duque de Bragança, D. Teodósio II, Duque de Bragança, abre demanda sobre os direitos de Guimarães e a sua alcaidaria-mor<sup>179</sup>.

Volta-se a Guimarães, à Câmara. Lêem, a 21.8.1632 uma provisão régia em resposta a «hua petição do Juiz vreadores he procuradores do comselho della que elles para defenderem a liberdade e defensão da regualia desta villa elegerão e mandarão dous procuradores de muita autoridade a corte de Madrid...»<sup>180</sup>. «Na vreassam» de 11.10.1632 «acordaram elles

---

doc. n.º 104 das *Provas* (nota 120), p. 587. O Convento de Santa Clara de Vila do Conde arrecadara durante muitos anos a renda da dízima da Alfândega da vila, pertença da Coroa. Foram as freiras demandadas, e ao perderem, condenadas a largar o senhorio da vila (31.8.1528). Deviam 3.600\$000, para pagar, fez-se a penhora do senhorio da vila. Posto em Praça, arrematou-o o Inf. D. Duarte, pelo lance de nove mil cruzados. Por o Infante ter falecido, antes, de «ser feita Carta da dita jurisdição» (fal. a 20.11.1540), apesar de já ter tomado posse, D. Sebastião, a 16.5.1560 concede a jurisdição de Vila do Conde ao Senhor D. Duarte, filho do Infante. Exceptua, a 27.9.1564, dessa doação os ofícios das sisas e alfândegas, que guarda para a Coroa.

<sup>177</sup> «Testamento do Senhor D. Duarte», com os codicilos e aprovado a 27.11.1576, nas *Provas* (nota 120), doc. 112, p. 620. O Senhor D. Duarte, 5.º Duque e Sr. de Guimarães, † em Évora, para onde se retirara, a 28.11.1576; consta que para lá fora em 1575, desgostoso por El Rei D. Sebastião não o convidar para entrar num jogo de canas e numa corrida de touros em Xabregas.

<sup>178</sup> Nota 169.

<sup>179</sup> «Alvará d'elRey Felipe III, porque confirmou outro nele incorporado ao Duque D. João II, para poder citar o Procurador da Coroa, querendo seguir por justiça o direito que pretendia ter na villa de Guimaraens, Alcaidaria-mor e rendas della, no reguengo». Doc. n.º 107, *Provas* (nota 120), p. 605. Reza o alvará incorporado: «Eu el Rey faço saber aos que este alvará virem que havendo respeito aos muitos e grandes merecimentos e serviços do Duque de Bragança e de Barcellos D. Theodosio meu muito amado e prezado primo feitos a elRey

oficiaes da camara gente da governansa e os abaixo assinados» pelo «negocio do duque de Bragança com a villa que era necessario mandar hũ acodir nelle. Acordaram que fosse hum homem nobre a corte de Madrid requerer no dito negocio e o dinheiro gasto se pedisse por emprestimo...»<sup>181</sup>. Com a escolha de Manuel Machado de Miranda para ir até Madrid, regressam os senhores de Cavaleiros à história da Casa do Arco.

A 11.12.1632 Manuel Machado de Miranda «fidalguo da casa de Sua Magestade e Capitam mor desta villa e seu termo», verifica com os vereadores as «contas do tempo que esteve na corte de Madrid sobre o negócio da liberdade desta villa com o duque de Bragança e feitas as ditas», «vê-se que acharam que tinham dado ao dito Manoel Machado de Miranda quinhentos e sesenta e seis mil reis que confessou ter recebido e se lhe estava devendo do resto do tempo que lá tinha estado quatrocentos e tres mil reis». Obrigados a esta dívida os bens da Câmara e concelho, riscam no livro as suas assinaturas: «grigorio do amaral, Frc<sup>o</sup> Glz Gião, João Lopes damorim, Domingos de P.zos e Manoel Machado de Miranda»<sup>182</sup>. Gasta ainda a Câmara «com um presente que fizerão a Manuel Machado de Miranda vindo da Corte a negócios 2\$910 rs»<sup>182</sup>.

---

D. Sebastião que Deos tem, com o qual se achou na batalha de Alcacere e foy nella cativo, e aos que fez a elRey meo Senhor e Pay que sancta gfloria aja nos socorros de Lisboa com muita despeza de sua fazenda, e em outras cousas, e por folgar de lhe fazer merce, por estes e outros respeitos Hey por bem e me praz que se elle quizer seguir por justiça o direito que pretende ter na villa de Guimaraens e na Alcaidaria-mor e rendas della, e no Reguengo que os Duques de Bragança seus antecessores tiveram com o titulo de Duque da dita villa, podia para isso citar o meu Procurador da Coroa e estar com elle a direito sobre as ditas causas... João Marinho o fez em Valhedolid», a 23.4.1602.

<sup>180</sup> «Registo de provisão sobre os procuradores que iram a Corte de Madrid e quando lhe am de dar», Livro n.º VIII das Vereações, p. 50, Arq. Mun. A. Pimenta, Guimarães. Atribuem a cada um «dous mil reis por dia afora os gastos do caminho e ida e vinda...».

<sup>181</sup> «Acordo sobre aver hum home nobre para ir a corte de Madrid sobre o neg<sup>o</sup> da villa com o Duque», Livro acima mencionado, p. 72.

<sup>182</sup> «termo das contas de manael machado de Miranda», Id., p. 82.

<sup>183</sup> *Administração Seiscentista* (nota 164), Parte II — Função Administrativa — Livros de Receita e Despeza, ano de 1632, p. 77.

Anos depois, a 8.5.1638, nomeia Filipe III «Cinquo Juizes Dezembargadores em Portugal que determinem conforme as suas justiças», para o Duque de Bragança, D. João II «poder quando quizesse começar a demanda com a Coroa, sobre a villa de Guimarães e Alcaldaria-Mor»<sup>184</sup>. A 4.6. o mesmo «*Dom Felipe por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Affrica, Senhor da Guiné e das Conquistas, Navegação, e Comercio da Ethiopia, Persia e India...*» «... em respeito ao devido que comigo tem e ao que se tratou nas capitulações que com elle se fizerão para effeito de cazar com sua mulher a Duquesa D. Luiza Francisca de Gusmão filha dos Duques de Medina Sidonia, pelos muitos mircimentos e serviços de ambas Casas... e por folgar muito em tudo lhe mostrar muito boa vontade, que lhe tenho, de meu motu proprio, certa sciencia, poder Real e absoluto me praz e hei por bem de fazer merce», a D. João II, Duque de Bragança e Barcelos, do título de Duque de Guimarães, de juro e herdade, «ficando como ha de ficar, o Senhorio, jurisdição e mais direitos da ditta villa para a Coroa no estado em que oje esta, sem inovar nem alterar nesta parte cousa alguma...»<sup>185</sup>.

Em Guimarães, em todo o Reino, para a Índia, para Flandres, para as Armadas, vão-se os homens. Estão vazios os campos. Não há braços a cultivarem a terra; adormecem as poucas indústrias. Viceja somente a da fiação do linho, os teares<sup>186</sup> a matraquearem sua cantilena apressada, nervosa, constante. Renitente Praça de Armas<sup>187</sup>, Guimarães a 13.4.1639 vê chegar o Mestre

---

<sup>184</sup> «Alvará del Rey Filippe III, a favor do Duque D. João II, para poder, quando quisesse, começar a demanda com a Coroa, sobre a villa de Guimaraens e Alcaldaria-Mor», passado em Madrid, a 8.5.1638, *Provas* (nota 120), doc. 108, p. 607.

<sup>185</sup> «Doação do título de Duque de Guimaraens ao Duque D. João II de nome», Madrid, 4.6.1638. Id., doc. 107, p. 607.

<sup>186</sup> L.º n.º IX das Vereações (ano de 1639), Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>187</sup> Id. Na vereação de 10.3.1639, resolve a Câmara mandar uma representação a El-Rei, para não fazer praça de armas em Guimarães, porque nem a Câmara nem os moradores podiam alojar muitos soldados. A 14.4., ao saberem que a soldadesca não seria sustentada pela Câmara, mas sim por todos, sem

de Campo Álvaro de Sousa, grande fidalgo<sup>188</sup> para levantar em algumas comarcas e reunir em Guimarães 1.250 homens para a guerra.

«Posto que recebido com natural cortesia, e até facilitada a sua missão pelo capitão-mor da vila, Manuel Machado de Miranda, pessoa do qual Álvaro de Sousa fez especiais referências à Vice Rainha»<sup>189</sup>, encontra o Mestre de campo muitas dificuldades em levantar o seu Terço. Mostra grande zelo e fidelidade ao Rei espanhol. Aparenta também o reverso: no adiar, no prolongar o desempenho da sua missão, no abafar da sua voz perante quem brada: «a Portugal serviriam, a Castela não».

A documentação estudada não deixa ver, não deixa julgar os sentimentos de todos eles, a principiar pelo Duque, homens a servirem um dia um rei estrangeiro, obedientes às suas leis e decretos e a gritarem no dia a seguir, com entusiasmo por um Portugal Português. Não importa. O certo é que hoje, 1.12.1989, trezentos e quarenta e nove anos depois, a pena, para, a alma rejubila e comunga com os que aclamam D. João IV «quasi saindo do juízo, descompostos os Nobres fazião desatinos», o povo a segui-los «a arrebetarem de prazer»<sup>190</sup>. Não espanta ver Manuel Machado de Miranda, capitão-mor de Guimarães, a 10.12.1640, acabada de chegar a boa nova, na Praça da Oliveira, numa das varandas da Casa da Câmara, a tanger o sino do Senado, a clamar, já rouco: — «Real! Real! Viva D. João IV, Rei de

---

excluir os privilegiados, concorda em cumprir a ordem régia. A 9.7. tornam a pedir que se tire a praça de armas da vila, porque os habitantes estão por ela muito sobrecarregados, «e que já tinham tirado para ella empréstimos, fintas e dobramento da quarta parte do real d'agoa».

<sup>188</sup> Era filho de Gaspar de Sousa, Morgado de Alcube, e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria de Meneses. Seu pai era 3.º neto de Fernão de Sousa, antigo senhor da Casa do Arco. V. «Quadro Genealógico» (descendência de Fernão de Sousa).

<sup>189</sup> Mário Cardozo, «O Mestre de Campo Álvaro de Sousa e o terço organizado em Guimarães em 1639», in *Revista de Guimaraes*, volume especial comemorativo dos centenários da fundação e restauração de Portugal, Guimarães, MCMXL.

<sup>190</sup> Pedro Cirne de Sousa, *Relaçam de que fez a villa de Guimarães no tempo da felice aclamação de Sua Magestade, até o mes de Outubro de 1641*, Lisboa, por Jorge Rodrigues, Anno MDCXXXI.

Portugal»<sup>191</sup>. E a assinar, logo a seguir o auto da aclamação do novo Rei<sup>192</sup>.

À cautela consertam-se as portas das muralhas, colocam-se vigias de confiança, compram-se «polvera munissoins e outras cousas pertencentes à defesa desta villa». A 14.1.1641 ainda se discute em vereação as precauções a tomar. «Chegou à sala das audiencias o capitão-mor Manoel Machado de Miranda e dise a elle corregedor e Juiz e mais officiaes da Camara que era nesessario enlleger capitains porque faltavam sete e pera esta occa- zião eram nesessarios»<sup>193</sup>.

Manuel Machado, elege por ordem do General D. Gastão Coutinho, os Capitães dos Privilegiados. A 25.4.1641, surge o Cabido com embargos. Era ir contra os «irrevogáveis» privilégios «dos Reis deste reino e dos de Nossa Senhora da Oliveira». A 16.6. chega a sentença. Só nas bandeiras com capitães eleitos pelo cabido se alistarão os privilegiados, de resto, como já o provaram, nos dois rebates que houve, sempre prontos a correrem «em defesa sua e da Pátria», a acudir onde fosse, como quando «a pé com as armas às costas em jejum foram caminhando quatro léguas com desejos de pelejar...»<sup>194</sup>. Grassa por toda a raia a Guerra.

Parece ser chegada a altura de deixar Manuel Machado de Miranda. Fica a aumentar, a fazer crescer a Casa do Arco<sup>195</sup>, a

---

<sup>191</sup> Livro citado na nota 186, doc. 207.

<sup>192</sup> Id., o auto está copiado em A.L. de Carvalho, «Guimarães e a aclamação de D. João IV», in *Revista de Guimarães*, número citado na nota 189.

<sup>193</sup> Id., nota 186, doc. n.º 210.

<sup>194</sup> «Sentença do desembargo do Paço sobre a eleição de capitão para os privilegiados das Tabuas Vermelhas e sobre os ditos privilégios», pub. por João Lopes de Faria, «Arquivo da Colegiada de Guimarães», in *Revista de Guimarães*, vol. XXXII, n.º 4. Out.-Dez., ano 1922.

<sup>195</sup> Além da herdada e da mencionada na nota 165, adquiriu, para aumentar à Casa do Arco estas, que também pagavam foro ao Cabido: as que foram possuídas pelo Cónego João Fernandes, o Cabeça Boa (em 1481, L.º da Fazenda do cabido, n.º 12, fl. 8, Arq. Mun. A. Pimenta), depois de Sebastião Pires o São Pedrinha, sucedendo-lhe suas duas filhas, por alcunha as Sampedrinhas (no L.º da Fazenda, anos de 1627 e 28, ainda estão em nome delas). Venderam-se depois de 1630 (em 1642 já estão registadas em nome de Manuel Machado de

entreter-se com a herança de Dona Brites Lopes de Carvalho <sup>196</sup>. Deixa o caminho aberto para se falar de seus filhos, um a um, das vidas, só dos homens. Elas, as filhas, já o sabemos, rezam todas, sufocadas ou com alegria entre as vetustas paredes do Mosteiro de Vairão.

Não se vai falar agora de Gregório Ferreira de Eça, o primogénito, aguardará a vez de ser senhor do Morgadio. Nem de Gaspar, talvez falecido menino. Principia-se com Estêvão Ferreira de Eça a testemunhar, numa justificação de 9.12.1639, juntamente com seu pai, Manuel Machado de Miranda e Gregório, seu irmão mais velho. É abade de Coussorado, termo de Barcelos <sup>197</sup>, onde os pais devem ter terras. Em 1655 é padrinho duma sobrinha <sup>198</sup>. A 16.9.1657 falece Estêvão Ferreira de Eça «com

---

Miranda, idem pagavam de foro 300 rs e 2 galinhas, tinham portas ornamentadas (v. texto, p. 82) e eram do lado esquerdo de quem sobe a rua. Pegadas a estas, comprara às mesmas outra que em 1555 fora emprazada a Madalena Vieira e depois a sua filha Catarina Fernandes. A partir de 1642 é também sua a que foi de «Afonso André e Alvaro Rebelo depois sua neta elena velosa Hora João de Faria seu genro» e a seguinte, a de «Alvaro Rebelo e P<sup>o</sup> de Freitas Tabaliam despois sua f<sup>a</sup> Elena velosa hora o mesmo João de Faria». Destas, foi pelo Cabido feita vedoria a 21.7.1638. Eram «cazas e dous sobrados, q medidas da banda de fora pella rua tem de longo sete varas e duas terças ambas as ditas moradas e de norte a sul e de comprido de nascente a poente quatorze varas da porta da rua até à porta do quintal». O quintal era «tapado sobre si», media 18 varas de comprimento de nascente a poente e sete varas e meia de largura. Eram do mesmo lado da rua que as anteriores. Emprazara-as, o Cabido, a 22.3.1640, a D. Susana de Freitas, viúva de Gonçalo de Faria de Andrade («Prazo de huas casas na rua de St<sup>a</sup> Maria feito a Donna Suzanna v<sup>a</sup> de Gonçallo de Faria», L.<sup>o</sup> de notas do Cabido (Colegiada), n.<sup>o</sup> 29, ano de 1638 a 1640, (1-2-lh), Arq. Mun. A. Pimenta).

<sup>196</sup> «Test<sup>o</sup> de Briatis Lopes de Carvalho», a 6.5.1642, deixa herdeiros universais Manuel Machado de Miranda e m.<sup>er</sup> D. Jerónima Ferreira de Eça para nomearem os bens num dos seus filhos. Tab. Bento da Cruz Lobato. Arq. Mun. A. Pimenta. Era prima co-irmã da mãe de D. Jerónima. X primeiro na Índia com Diogo de Sousa, teve só 1 filho: Frei Luís de Sousa, rel.<sup>o</sup> de Santo Agostinho, que morreu assassinado. Seu 2.<sup>o</sup> marido foi Pedro Vieira da Maia, inst.<sup>am</sup> vínculo e não tiveram g. O vínculo seguiu nos sobrinhos do marido.

<sup>197</sup> Como abade de Santa Maria de Cossorado, é testemunha, a 9.12.1639 duma justificação. Nota 179 do meu «*Casa de Pousada*» (nota 1).

<sup>198</sup> M 2 Olv<sup>a</sup>, Arq. Mun. A. Pimenta.

todos os sacramentos»<sup>199</sup>. Há pouco a dizer do Abade de Cossorado a deixar, recolhidas em Vairão duas filhas naturais: Dona Josefa Ferreira e Dona Mécia.

Mais acção, mais movimento, mais a contar há sobre o irmão seguinte: João Machado de Eça. Aclamado D. João IV ribombam peças nas províncias do Alentejo e do Minho. Em praça de soldado, alferes e capitão de infantaria acompanha o Bailio Brás Brandão. Embarca em duas Armadas. Torna ao Minho. Vamos «Achá-lo em muitas entradas na Galiza onde se queimaram muitos lugares do inimigo, sendo dos primeiros que entraram na praça de Salvaterra e a obrar com valor»<sup>200</sup>. Aqui e além ardem as povoações raianas. De onde a onde atravessam-se rios, encalham barcos, peleja-se, desafia-se a morte. É a Guerra da Aclamação, a arrastar-se até 1668, as linhas fronteiriças a movimentarem-se, a encolherem, a crescerem, os homens a baterem-se com garbo.

Clérigo in minoribus, João Machado de Eça, braço experimentado nas sortidas raianas, a 21.3.1658 é provido pelo Cabido no Arcediago de Sobradelo, dignidade da Colegiada da Senhora da Oliveira<sup>201</sup>. Está casado com uma fidalga de Lamego, Dona Inês Maria de Alarcão, viúva com geração de Gonçalo Pereira Cardoso, senhor do morgado da Taipa e da Lagiosa, e filha de Francisco de Barros e Vasconcelos e de sua mulher Dona Paula de Vilhena e Alarcão, morgados de Santa Iria<sup>202</sup>. Passos, sabe Deus, já vacilantes é procurador por Guimarães às Cortes de 1679<sup>203</sup>, D. Pedro II a ordenar a suspensão da lei a impedir o

---

<sup>199</sup> M 3 Olv<sup>a</sup>, idem.

<sup>200</sup> No L.º de notas do tab. João Ribeiro, a 9.11.1769, Arq. Mun. A. Pimenta, está registado um «Padrão em que D. Pedro regente e governador faz saber que tendo respeito aos serviços de João Machado de Essa, fidalgo da Casa Real...», pub. por Alberto Vieira Braga, *Curiosidades de Guimarães*, XII, Para as naus da Índia e do Brasil, pp. 23 e 24.

<sup>201</sup> «... sobre este provimento houve demanda por El-Rei apresentar neste benefício que era de sua alternativa com o Cabido, a D. Diogo da Silva, filho do marquês de Gouveia...», notícia pub. no jornal *O Independente*, 6.º ano, n.º 264 nas «Ephemerides Inéditas».

<sup>202</sup> V. nota 273 do meu «*Casa do Cano e Salvador*» (nota 58). D. Inês † a 11.4.1703, em Guimarães.

<sup>203</sup> Nota 200.

casamento da herdeira do trono com um príncipe estrangeiro. Morre João Machado de Eça, em sua casa a 26.8.1684<sup>204</sup>. Pai de seis filhos, à sua descendência, dedicam-se umas breves linhas.

Na igreja de S. Miguel do Castelo, a 18.3.1685 casa<sup>205</sup> a primogénita Dona Jerónima Ferreira de Eça, com seu parente José Filipe de Sousa de Carvalho, alcaide-mor de Vila Pouca de Aguiar, Brigadeiro dos Reais Exércitos, senhor do morgado dos Carvalhos em Guimarães. Têm muita geração<sup>206</sup>, o sangue ilustre dos senhores de Cavaleiros a entrar para mais casas nobres, a entroncar noutros ramos fidalgos. As filhas seguintes: Dona Antónia Teresa de Alarcão, Dona Margarida e Dona Madalena de Alarcão e Eça, recolhem a Vairão<sup>207</sup>, onde a mais nova, falecida em 1743 é Abadessa. Com os filhos, são diferentes as linhas. Para Inácio Ferreira Machado o repetir da história, pode dizer-se heróica, da nobreza da época. Embarcado em 1653 para a Índia, como soldado, alferes e depois capitão até à sua morte em 1667, achamo-lo «no conduzir os mantimentos para Goa e a comboiar as embarcações do reino». Obra sempre, «como se esperava da sua qualidade»<sup>208</sup>, quer nas tréguas, quer nas lutas. Quanto à do mais novo Manuel Machado de Alarcão, a nascer e a morrer em Guimarães<sup>209</sup>, noivo da sua prima Dona Guiomar da Silva, a receber tenças e mercês pelos serviços de seu pai e irmão<sup>210</sup>, sua linha é curta e pouco marcada.

---

<sup>204</sup> M 1 de S. Miguel do Castelo, Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>205</sup> Id., tiveram dispensas do 4.º grau.

<sup>206</sup> A sua descendência, menos os Pachecos Pereiras, representantes dos morgados dos Peixotos de Pousada e Morgadio dos Carvalhos que vêm no texto do meu «*Casa de Pousada*» (nota 1), está citada na nota 217 desse mesmo volume. Deles descendem, como se pode ver, muita nobreza.

<sup>207</sup> Doc. no «Tombo do Morgado dos Carvalhos» (9-3-155), Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>208</sup> Nota 200.

<sup>209</sup> N. a 18.8.1666 na freguesia de S. Miguel do Castelo, aí † solt.º a 15.10.1686 (M 1 S. Miguel do Castelo, Arq. Mun. A. Pimenta). Diz a *Pedatura* (nota 32); Tomo IV, 1.ª parte, Meireles Rebelos de Guimarães: «... casado por palavras de futuro com sua parenta D. Guiomar da Silva fª de Luis Lopes de Carvalho e de D. Ana da Silva. Não se chegarão a receber por elle morrer logo tinha o habito de Xº cõ tença».

<sup>210</sup> Nota 200.



Quem passasse estes anos pela Rua de Santa Maria, por debaixo da Casa do Arco, ouviria choros, muitos ais e suspiros. Fernão Rebelo de Carvalho, o 9.º filho de Manuel Machado de Miranda e Dona Jerónima Ferreira de Eça, já casado<sup>211</sup>, mas sem geração, falece em Goa, numa batalha naval, «pelejando valerosamente contra os turcos»<sup>212</sup>. Francisco Machado de Miranda, o filho a seguir, Cavaleiro do Hábito de Cristo e Capitão-mor das Naus da Índia, escapa numa fusta da batalha onde morre Fernando. Regressa ao Reino, volta à Índia. Continua a guerra. Tomba, pela Pátria, «junto à barra de Goa pelejando contra os olandeses»<sup>213</sup>.

Restam os dois mais novos. Frei Martim Ferreira de Eça, Cavaleiro da Ordem de S. João de Jerusalém, dita de Malta, Comendador de Torres Vedras e em Trás-os-Montes, de S. João de Cerveira, muito se distinguiu na Guerra da Aclamação. Ao chegar de Rodes, alistara-se no Terço de Entre Douro e Minho, batera-se com garra. Em poucos anos, passou a «Capitam de cavallos couraças em q servio com muita glória até se celebrarem as pazes entre os dois Reinos»<sup>214</sup>. A 1.6.1667 tomara posse do cargo de Mestre de Campo e Governador da Comarca<sup>215</sup>. «Nomeado», então, «pello seu Grão-Mestre visitador das Comendas da Ordem» é, depois, Recebedor em Portugal e Governador do Priorado do Crato. Morreu em Lisboa, em 1687<sup>216</sup>, Frei Gualter Machado, Cavaleiro de Malta, como seu irmão Martim «serve de exemplo a seus companheiros». Falece «pellejando contra os turcos no sitio q a sua Religião poz à fortaleza de S. Demitre»<sup>217</sup>.

Nas guerras contra Castela, na Índia, com os cavaleiros de Rodes, todos estes filhos dos senhores de Cavaleiros, «cumprem como deles se esperava».

---

<sup>211</sup> Rezam os nobiliários que x com D. Mariana Coutinho, f.ª de Tomé de Sousa, na Índia, s.g.

<sup>212</sup> *Memórias Ressuscitadas* (nota 3), p. 391 e *Pedatura* (nota 209).

<sup>213</sup> Segundo a *Pedatura* (nota 209). Nas *Memórias Ressuscitadas* lê-se: «para onde voltou (Índia) e morreo no posto de capitão de infantaria».

<sup>214</sup> *Memórias Ressuscitadas* (nota 3).

<sup>215</sup> «Ephemerides» (nota 86), 2.º caderno.

<sup>216</sup> *Memórias Ressuscitadas* (nota 3).

<sup>217</sup> *Idem e Pedatura* (nota 209).

Já destes ninguém espera. Largam os seus campos, as suas casas colmaças, entre choros e gritos, o ranho, as fungadelas a transtornarem as suas caras de homens atemorizados, a deixarem as famílias ao desamparo. É a leva de soldados conduzidos pelo capitão da repartição de Guimarães, Gregório Machado Ferreira de Eça, primogénito e sucessor da Casa. Corre o ano de 1641. Alugaram-se cinco cavalgaduras por dois mil reis, tomaram-se mulas por dois mil e cem reis <sup>218</sup>. Desfila a triste leva. Anónimos, suportam com ânimo o frio, a fome, a lama. Quase todos crescem no combate. Avançam com poucas armas, e, sem deixarem nome, batem-se valentemente até à morte.

Tudo está triste a 29.9.1656. Guarnecem as ruas da vila «a gente da infantaria postas das Bandas em duas allas com suas Lanças cõ as pontas no chão e Arcabuzes virados às avessas». Passam as autoridades com suas varas negras nas mãos e capuzes, «vestidos cõ carapusas de baeta nas cabeças». Quebram os escudos pela morte d'El-Rei D. João IV. Na Praça, ao recolher Gregório Ferreira de Eça, capitão-mor de Guimarães e o Governador da Praça de Juromenha, «fazem as suas continências». Tocam destemperadas as caixas <sup>219</sup>.

Vai prender o capitão-mor todos os que não trouxeram o luto por El-Rei D. João IV: ai do homem que aparecer sem capuz de baeta grossa ou carapuça, pobre da mulher que não usar a baetilha tinta de negro <sup>220</sup>. A 9.6.1657 galopa um cavalo pela Rua de Santa Maria. Desmonta o mensageiro. Traz carta de Caminha. São ordens para Gregório Ferreira de Eça levantar na comarca 300 soldados pagos, a despedir mal passe a urgência, sem excepção dos privilegiados, salvo os das Tábuas Vermelhas <sup>221</sup>. É um ano de movimento: obrigam-se as pescadeiras a darem 10 arrobas de bacalhau cada uma para os soldados a irem para as fronteiras, não se dispensa os moleiros de assentarem praça, carrega-se nos marchantes para o provimento da carne. Para as

---

<sup>218</sup> V. nota 164.

<sup>219</sup> Desconheço a data da nomeação. Não existem os livros das vereações de 1644 a 1655.

<sup>220</sup> V. nota 164.

<sup>221</sup> V. nota 215.

tropas de passagem aboletam-se os moradores, prepara-se pão e vinho, e um refresco para «os de mais conta». Executa o capitão-mor as ordens do Governador das Armas da Província: perante o pasmo dos habitantes, levanta-se um polé no Toural, castigo para os desertores, fúnebres carpinteiros a martelarem, cordas a ficarem quase por estrear<sup>222</sup>. Condoídas com a miséria dos soldados algumas famílias da vila, entregam a Gregório Ferreira 20\$000 para distribuir na raia pão e vinho pela tropa, ou para outra qualquer necessidade que houvesse<sup>223</sup>. E há muitas: faltam roupas, faltam armas, falta comida.

Exigem-se mais donativos. À Câmara chegam novas: o inimigo cresce, muitos capitães estão presos. Marchem! Marche o capitão-mor! marche toda a nobreza e gente da vila capaz de tomar armas. Marchem! Quem não for é feito prisioneiro pelos ministros da justiça, ser-lhe-ão sequestrados os bens<sup>224</sup>. A levantar terços, a conduzir soldados, a vexar com tributos para a guerra correm os anos de 1659 e 1660. Nos primeiros dias de 1661, organiza o capitão-mor as milícias de turno, alista as cavalgaduras e carruagens de serviço<sup>225</sup>. Em 1661 espalha-se a nova: os castelhanos estão a oito léguas de distância. Em meados de Julho, repara-se a muralha, reforçam-se as portas do castelo e da vila. A 1.11. um aviso ao capitão-mor: prepare a defesa, o inimigo encontra-se a seis léguas. Que fechasse as portas dos muros, que vigiasse, por causa dos muitos espias de Castela, quem de fora viesse, que recorresse ao conselho do Governador. Gregório Ferreira de Eça escusa-se. Não são aceites as suas desculpas, faz-lhe saber a Câmara «que uzasse seu poder como Sua Magestade manda»<sup>226</sup>.

---

<sup>222</sup> V. nota 164, Foi mandado erguer a 18.5.1657. No *O Concelho de Guimaraães* (nota 50), a p. 89, lê-se: «Em 1657, para que os soldados não desertassem da fronteira, foi necessário recorrer aos argumentos supremos, erguendo no Toural uma força para acabar com os desertores. Felizmente que tal instrumento pouco trabalhou, pois a corda em bom estado foi emprestada aos frades capuchos, para servir na construção do seu convento».

<sup>223</sup> V. nota 164.

<sup>224</sup> Id., a resolução data de 19.9.1658.

<sup>225</sup> Id., a carta do Governador da Província para o Capitão-mor é de 2.1.1661.

<sup>226</sup> Id., vereação de 1.9.1662.

A descansar de todos estes encargos Gregório Ferreira de Eça, fidalgo da casa de Sua Majestade e seu capitão-mor e governador das milícias da vila de Guimarães e comarca, Cavaleiro Professo do Hábito de Cristo, a 5.9.1663, mora com sua mulher Dona Margarida Luísa de Vilhena Coutinho na sua quinta do Paço, na freguesia de S. Tomé de Negrelos, concelho de Santo Tirso. Dotam-na com 10 tostões cada ano, impostos no Casal da Costa da mesma freguesia<sup>227</sup>. Ornamentam o portão nobre do Paço com o escudo partido de Ferreira e Eça e por timbre a ema com a ferradura no bico<sup>228</sup>, as faixas dos Ferreiras de Cavaleiros, senhores de terras desde os séculos treze e catorze neste concelho de Refojos de Riba de Ave, depois Santo Tirso, na tampa dum abandonado túmulo no Mosteiro de Roriz<sup>229</sup>.

Não vale a Gregório Ferreira de Eça, Morgado de Cavaleiros, «Riçosinhos e dos padroados das Igrejas de S. Thomé, S. Payo da Portela, St<sup>a</sup> Maria de Coçourado e S. Mamede de Risosinhos» senhor da Casa do Arco, a grandeza da sua família. Não lhe valem «os seus muitos serviços, como constam das cartas que de seu Rei recebeu com a mercê do habito de Cristo e boa tença»<sup>230</sup>. Não lhe vale a sua saúde muito alquebrada. Tiram-lhe o cargo de capitão-mor «por culpas que nelle cometeo»<sup>231</sup>. A 3.6.1665, com cinquenta e cinco anos e na sua Casa do Arco, entrega a alma a Deus<sup>232</sup>.

Fica sua viúva Dona Margarida de Vilhena Coutinho e Alarcão, irmã de sua cunhada, a mulher de seu irmão João

---

<sup>227</sup> V. nota 215.

<sup>228</sup> Vaz-Osório da Nóbrega, *Pedras de Armas do Concelho de Santo Tirso*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1957, p. 65 «... época séc. XVII», e com o n.º 16, uma fotografia das mesmas armas. Suponho que foram mandadas colocar por Gregório Ferreira de Eça.

<sup>229</sup> Id., p. 53: «Local: São Pedro de Roriz — túmulo abandonado: tampa — Escudo vazado. Composição plena: três faixas vazadas». O autor interpreta estas armas como sendo: «... escudo dos Ferreiras de Cavaleiros, herdados no Concelho de Refojos de Riba de Ave nos séculos treze e catorze».

<sup>230</sup> *Memórias Ressuscitadas* (nota 3), p. 392.

<sup>231</sup> *Pedatura* (nota 209).

<sup>232</sup> M 3 Oliveira, Arq. Mun. A. Pimenta, Guimarães.

Machado de Eça, Dona Inês Maria de Alarcão<sup>233</sup>. Ficam-lhe cinco filhos do casamento: Dona Jerónima Ferreira de Eça, Dona Catarina de Vilhena Alarcão, Dona Antónia Maria de Alarcão, Manuel de Sant'Iago Ferreira de Eça e Dona Ana. Nascidos todos na Casa do Arco, o Morgadinho, baptizado em casa, ao primeiro choro por vir fraco e «sub-conditione» mais de um mês depois na Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira<sup>234</sup>. E deixa pelo menos três bastardos: Dona Maior e a mulatinha Dona Genebra recolhem a Vairão com suas meias-irmãs, o Padre Inácio Ferreira, abade, paroquia a freguesia de S. Mamede de Recezinhos, no termo de Penafiel<sup>235</sup>.

Na Casa do Arco ergue os seus crepes de viúva Dona Margarida Luísa Coutinho de Vilhena. Com satisfação «com favor de nosso Senhor» está concertada e contratada de casar sua filha mais velha Dona Jerónima Ferreira de Eça com seu parente Gonçalo Lopes de Carvalho Fonseca e Camões, Moço Fidalgo da Casa Real, senhor dos Coutos de Abadim e Negrelos, do Morgado dos Carvalhos em Guimarães, dos de Camões e da Camoeira na «provincia do Alentejo» e da quinta de Galegos no concelho de

---

<sup>233</sup> Filhas de Francisco de Barros Vasconcelos, morgado de Santa Iria e de sua m.<sup>er</sup> D. Paula de Alarcão (v. nota 203), netas pats. de Jorge de Barros e Vasconcelos, sr. do mesmo morg.<sup>o</sup> Cav.<sup>o</sup> de X<sup>o</sup> e de sua m.<sup>er</sup> D. Luísa de Almada e netas mats. de D. Paulo de Alarcão, cativo em Alcácer e de sua 2.<sup>a</sup> m.<sup>er</sup> D. Inês Pereira. V. Gayo (nota 32), Tomo XXVIII, Vasconcelos, § 95.

<sup>234</sup> Jerónima foi baptizada a 6.7.1653 e afilhada do avô mat. e tia pat. D. Maria, Relig.<sup>a</sup> em Vairão que passou proc. a seu irmão, tio da neófita, João Machado de Eça; Catarina foi bap. a 17.10.1655 pelo Ab. de Mouços, António de Freitas de Carvalho, os pad.<sup>os</sup> foram: o tio pat. Estêvão Ferreira de Eça e D. Maria de Miranda, f.<sup>a</sup> de David de Miranda; Antónia Maria foi bap. a 23.2.1659, afilhada de seu tio pat. Francisco Rebelo de Almeida e de sua irmã D. Jerónima (M 2 Olv<sup>a</sup>); Manuel de Sant'Iago, n. a 25.7.1660, bap. em casa ao nascer e «sub-conditione», a 23.8. na Colegiada, teve por pad.<sup>os</sup> o Dr. Lourenço Correia de Lacerda, D.<sup>zor</sup> no Porto e D. Ana da Silva; D. Ana, bap. a 14.10.1661, foi afilhada de seu tio, Frei Martim Pereira de Eça, Cav.<sup>o</sup> da O. de S. João de Jerusalém e de sua irmã D. Catarina. (N 1 Olv<sup>a</sup>, Arq. Mun. A. Pimenta).

<sup>235</sup> Um dos morg.<sup>os</sup> da Casa de Cavaleiros, era nesta freg.<sup>a</sup>.

Penafiel de Sousa, morador na sua casa da Rua da Cadeia<sup>236</sup>. A 7.9.1669 dá-lhes o dote<sup>237</sup>.

A reluzir, pronta a ser metida em cestos, a prata lavrada: o talher «com todas suas pessas», duas dúzias de pratos pequenos e seis maiores, a bacia e o jarro de barba, dois pratos grandes a que «chamão de leitão»...

— Tragam a confeiteira, o mais lindo vaso de trazer os confeitos à mesa, não esqueçam o seu pratilho.

— Onde meteram o prato de «ágoa-as-mãos» e o seu jarro?

Correm as moças, as escravas, a arrumarem com cuidado. Vem a salva grande, outra dourada, um púcaro dourado de folha da Flandres, a taça de pé dourada, outro púcaro dourado, os quatro castiçais de prata.

— Acomodem tudo. Vai mais um púcaro dourado, o de pé de tirar água, a catimplora para a água fresca, a roleira, dois pratinhos pequenos e um saleiro. Tudo, toda esta prata vale 682\$450 rs.

Combinara dar à filha pratas no valor de 900\$000. Logo, rápida Dona Margarida Luísa entrega ao futuro noivo 210\$550 rs em dinheiro de contado, que é o que faltava para perfazer a dita quantia. Rolam mais moedas: três mil cruzados na ocasião e mais 800\$000 rs, não duma vez mas a entregar em três anos. Há também umas provisões, «porque se lhe deviam seiscentos mil reis do seu Juro da Alfandega de Lx<sup>a</sup> e uma escritura de 414\$000 rs que lhe deve Manuel de Oliveira Pinto, morador em Lisboa, prezo por não pagar a dívida». Entram também no dote.

Trazem os criados oito panos de arraz «com a estória de Josef»<sup>238</sup>, doze quadros a representarem os episódios do Cerco

---

<sup>236</sup> V. o meu *Velhas Casas IV, Creixomil*, Guimarães, 1977, Quinta do Paço, pp. 51-53 e 63-64 e o «*Casa do Cano*» (nota 58), pp. 46, 84-85, 87 e 90 onde me refiro à família de Gonçalo Lopes. Foram seus pais: Luís Lopes de Carvalho Fonseca e Camões, sr. de todos esses morg.<sup>os</sup>, assassinado por mascarados em 1648 e de sua m.<sup>er</sup> e prima D. Ana da Silva de Almeida.

<sup>237</sup> «Dote do S.or G.l<sup>o</sup> Lopes de Carvalho fon.ca e Camoins com a Sr<sup>a</sup> Dona Jm<sup>a</sup> fer<sup>a</sup> de eça», a 27.9.1669, na Casa do Arco. L.<sup>o</sup> de notas do Tab. Bento da Cruz Lobato (12-3-60). Casaram a 2.10. no Oratório da Casa, M 3 Olv<sup>a</sup>, Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>238</sup> Estes panos valiam 200\$000.

de Malta. Arrastam doze cadeiras, mais os tamboretos «com sua pregaria cannellada e dourada». É tudo para ir para casa dos senhores de Abadim. Há mais cláusulas, mais dinheiro<sup>239</sup> e esta condição «sendo caso q a dt<sup>a</sup> futura esposada venha a suceder no morgado de Cavaleiros nesse caso logo elle futuro esposado sera obrigado a restituir a metade do dote prometido à futura esposada e a ella dotadora dona margarida alem disso sera obrigado a alimentar a ella dotadora porque o dt<sup>o</sup> morgado lhe ficava em lugar de dote com declarassão que elle futuro esposado e sua futura mulher<sup>240</sup> se obrigão a pagar dividas que se acharem estava devendo de m.el machado». Dota-se o noivo com todos seus bens livres e de morgadio, dá as arras. São momentos felizes.

Manuel Sant'Iago Ferreira de Eça ia fazer cinco anos ao perder o pai. Será fraquinho mas vinga, o morgadio não vai para a mana Dona Jerónima. Ao fazer dez anos seu tio e tutor Frei Martim Pereira de Eça, Fidalgo da casa de Sua Majestade e Cavaleiro Professo do Hábito de S. João de Malta acaba em seu nome com a demanda do morgado de Cavaleiros e o Convento de S. Francisco em Vale de Pereiras<sup>241</sup>. Aos onze é centro dum

---

<sup>239</sup> Deu a mãe à noiva, mais 261\$000; custo da dispensa do casamento, e os bens que David de Miranda tinha deixado a Gregório Ferreira de Eça, avaliados em nove mil cruzados. Há também uma cláusula, quase ilegível (não existem neste livro os finais das folhas) referente ao sustento das irmãs da noiva, freiras em Vairão.

<sup>240</sup> D. Jerónima † sem filhos, a 24.10.1688, na Rua da Cadeia (hoje Largo João Franco), casa dos srs. de Abadim (O 1 Olv<sup>a</sup>). Seu marido passou a segundas núpcias, c.g.; ao falecer manda em seu test.<sup>o</sup>, fazer uma capela na Sacristia do Convento de S. Domingos em Guimarães, «para nella se porem seus ossos e de sua 1<sup>a</sup> m.er D. Hjma Fer<sup>a</sup> de Eça». V. o meu «*Casa do cano ou Salvador*» (nota 58), p. 89.

<sup>241</sup> «Tranção de frei Martim pr<sup>a</sup> de eça com o p.e frei guilherme da Ordem de S. Fr.co», instrumento de concertação amigável feito a 17.4.1670, L.<sup>o</sup> de notas do Tab. Bento da Cruz Lobato (nota 237). Devia a Casa de Cavaleiros ao Convento de S. Francisco de Vale de Pereiras, além de certos legados, 11 alqueires de ... e 15 de segunda do meado pela medida velha, anualmente (não se lê desde quando), postos à sua custa no dito convento Frei Martim, como tutor de seu sobrinho, paga 58 alqueires de «migo» em dinheiro, «pellos coaes deu 20\$000 e ficou a dever 90 alqueires de «migo» e 200 de segunda meados a pagar até ao dia de S. Miguel de Setembro de 1692.

grande pleito. Vulgares na época, as questões da representação dos morgadios, consomem autores e oponentes, ocupam letrados, gastam rimas de papel.

Em 1534, Aires Ferreira tirara, por justiça, baseado que o morgadio «só andava por varões», o vínculo de Fajozes a Dona Joana Ferreira de Eça, filha de seu primo co-irmão Estêvão Ferreira, senhor deste e outros morgadios. Sucessor a Aires Ferreira foi seu filho, Rui Ferreira de Mendonça e depois o filho deste: Francisco Ferreira Furtado. À morte de Francisco, morgado de Fajozes foi seu primogénito, Rui Ferreira Furtado, casado mas, sem geração legítima. Sucedeu-lhe seu irmão, o filho segundo: Luís de Mendonça Furtado, capitão-mor das naus da Índia, «aonde servio e trouxe muita fazenda», que dum primeiro casamento teve a Duarte Pacheco Pereira, despachado para a Índia com a Capitania de Ormuz «pellos serviços de seu avô materno João Fernandes Pacheco», a falecer também sem sucessão. Vai então o vínculo para um seu meio-irmão, filho do segundo casamento de seu pai: Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, que ficou senhor de Argemil, Canidelo e Fajozes. Ao morrer deixa duas filhas e um varão: Carlos Furtado de Mendonça, solteiro, sem descendência legítima, e a falecer em 1671. Em senhora cai mais uma vez o morgadio de Fajozes; herdeira é sua irmã Dona Francisca Luísa da Silva Mendonça, anos antes a sair do Convento de Vairão para casar com D. João Manuel de Meneses, dos senhores da Barca, ramo segundo dos Meneses de Cantanhede<sup>242</sup>.

— «O morgadio exclue fêmea. Por isso o tiraram a minha bisavó Dona Joana Ferreira de Eça. O vínculo chama o varão mais próximo. Sou eu, João Machado de Eça, que combati na guerra da aclamação. Sou eu, porque meu irmão mais velho, Gregório Ferreira de Eça que o Senhor tenha, já morreu, e seu filho, o meu sobrinho Manuel ainda pequeno, encontra-se em grau mais afastado que eu. O morgado de Fajozes sou eu».

— «O meu parente mais chegado, já que por senhora a mim não me cabe, é Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º Conde de Castelo

---

<sup>242</sup> *Pedatura* (nota 32), vol. I, Tomo II.



Melhor, 6.º da Calheta, a quem se deve a organização do nosso exército, famoso ministro d'el Rei D. Afonso VI. Descende de Dona Catarina, irmã de Aires Ferreira, meu avô, argumenta Dona Francisca Luísa».

Durante o longo processo vem à baila a árvore genealógica de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Évora, a mostrá-lo 4.º neto de Gomes Ferreira, o filho segundo de Aires Ferreira, o Velho por sua filha Dona Isabel de Sottomayor, mulher de Pedro da Silva. D. Diogo de Sousa, «caridoso esmoler e modesto, mas de temperamento algo irritável»<sup>243</sup>, morreu em Évora a 23.1.1678. Fica naturalmente excluído da questão.

Em latim, em português sucedem-se os quesitos, as respostas, não tem fim a querela. É no tribunal do Porto, a 22.6.1679, «q o ffeito de João Machado de Essa & D. João Manuel de Menezes em que he parte Manoel Ferreira de Essa e escrivão Manoel de Sousa Pinheiro», que se dá a sentença, confirmada por Lisboa a 18.10.1680: — O vínculo fica para o morgado de Cavaleiros: Manuel Ferreira de Eça<sup>244</sup>. A este desfecho já não assiste sua mãe. Dona Margarida Luísa Gusmão de Vilhena, morrera nesse mesmo ano a 9.5. na Casa do Arco<sup>245</sup>.

Correm dois anos. Manuel Ferreira de Eça reconhece no «Tombo das propriedades, rendas e foros pertencentes à Insigne e Real Igreja da Collegiada de N. Sr<sup>a</sup> da Oliveira» as suas casas na Rua de Santa Maria, foreiras ou censionárias ao Cabido<sup>246</sup>. Para tal passa procuração a seu cunhado Gonçalo Lopes de Carvalho Fonseca e Camões, Professo na Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Alteza, para que ele, em seu nome

---

<sup>243</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIX, Sousa (D. Diogo —).

<sup>244</sup> Emmanuellis Alvarez Pegas, *Tractatus de Exclusionem, Inclusionem, Successione e Ereptione Maioratus*, Pars Secunda, Olyssypone, Ex Typographia Michaelis Deslandes, Sumptus António Leyte Pereyra MCCLXXXVIII, Cap. XIV, pp. 496 a 503.

<sup>245</sup> O 1 Olv<sup>a</sup>, Arq. Mun. A. Pimenta. O herdeiro foi seu filho Manuel.

<sup>246</sup> «Tombo das Propriedades, rendas e foros pertencentes a esta insigne e Real Igreja Collegiada de N. Sr<sup>a</sup> da Oliveira nesta villa», 1.<sup>a</sup> Parte, p. 372, prazo 198, Reconhecimento que fez Manuel Ferreira de Eça a 28.3.1692, Arq. Mun. A. Pimenta (A-3-4-19).

diga, quantas casas possui nestas condições na Rua de Santa Maria pegadas ao Terreiro das Freiras, todas herdadas do Pai. A 28.3.1682 o Dr. Manuel de Torres de Oliveira, Juiz de Fora com alçada nesta vila ouve a Gonçalo Lopes de Carvalho.

— «... uma morada de casas no renquo da banda do poente que se unirão e ajuntarão e comunicarão às mais casas do Arco pelas novas obras que nelas se havião feito». Por isso não se mediam, confrontavam com outras e o prazo velho, por antigo, não tinha medição. Era um pergaminho, que Gonçalo Lopes apresentou. Datava de 12.10.1511, feito a João Fernandes, Abade de Rossas, fora depois de Filipe de Alvelos, pagava de renda 140 rs e duas galinhas e de domínio do preço da arrematação a «carentena»<sup>247</sup>.

Depois, «na mesma forma o renquo do poente» outra morada de casas com quintal nas traseiras. Tem «na fronteira da rua huns portais e cada hum delles guarneidos de labores de pedra com feitio nas suas padieiras logo pegadas ao arco que fica sobre a rua». Possuídas antigamente «por pessoa que tinha o apelido de Cabeça Boa e por duas irmãs chamadas as Sampedrinhas»<sup>248</sup>, estão pegadas a outras da mesma proveniência<sup>249</sup>. Ao subir a rua «defronte da porta das freiras tem mais duas moradas de casas que sendo antigamente de dous sobrados se vierão abaixo e se reduzirão a um e hoje são serventias de estrebaria e tem quintal e palheiro nele nas suas traseiras. Tem para a banda da rua três portais nas logias com arcos de pedra:. Compradas por Gregório Ferreira de Eça, converte logo pelas obras feitas, os seus dois prazos num só<sup>250</sup>. E ainda tem a outra, que fora de «Martim Vaz de Sousa e se comunicarão por novas obras a todas as mais casas do Arco, eram casas do Cabido e foram escambadas pela quinta do Carude»<sup>251</sup>. Estas casas

---

<sup>247</sup> V. p. 190 e nota 165.

<sup>248</sup> V. nota 195.

<sup>249</sup> Id.

<sup>250</sup> Id. Como já tinham pertencido a Manuel Machado de Miranda, não foi seu filho Gregório que as adquiriu como declara o neto no Tombo (nota 246). Deve ter sido Gregório Ferreira de Eça, ao mandar tirar-lhes um andar e pelas obras feitas, que as reduziu a um só prazo.

<sup>251</sup> V. nota 65.

todas, abaixadas, alteradas, modificadas, formam com as obras uma só, com pátios, nichos, cantos e degraus, o arco a atravessar a rua a dar-lhes o nome e a resistir ao tempo.

Senhor de vários morgados, de bens livres<sup>252</sup>, para Lisboa parte Manuel Ferreira de Eça. Em 1683 realiza-se o seu casamento com Dona Francisca Benta Josefa de Távora, menina fidalga, cheia de costados, neta materna de D. Antão de Almada, o herói da Restauração e por ele descendente de Fernão de Sousa, o da Botelha, remoto senhor da Casa do Arco<sup>253</sup>. Em 1687 vivem na sua quinta de Cavaleiros<sup>254</sup>.

Foi uma grande pena não assistirmos ao baptizado de Gregório nascido a 23.6.1685, de António, de João a virem ao mundo a 2.7.1686 e 29.8.1687<sup>255</sup>. E aos de Martim e de Dona Catarina Margarida<sup>256</sup>. Pelo que sabemos do viver de seus pais podem ter nascido em Lisboa ou mais naturalmente em Cavaleiros, sua grande quinta não longe do mar e não em Guimarães

---

<sup>252</sup> Entre eles estavam a quinta, campos e quebrada de Requião na freguesia de S. Romão de Mesão Frio, comprados por ele, e que depois passou a seus descendentes. A 13.4.1768, por ordem do Rev. cabido e a requerimento de um seu tio e tutor, passou-se nova folha a D. Maria José Ferreira de Eça. In *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. V, p. 4.

<sup>253</sup> Nasceu em Lisboa, era filha de António de Eça de Castro, F.S.O. e de sua m.<sup>er</sup> D. Catarina de Távora, neta pat. de Francisco de Eça de Castro e mat. de D. Antão de Almada, herói da Restauração, e de sua m.<sup>er</sup> D. Isabel da Silva. *História Genealógica* (nota 129), Tomo X, MDCCXLI, p. 639. Pelo avô mat. D. Francisca Benta Josefa descende de Fernão de Sousa, v. «Quadro Genealógico».

<sup>254</sup> Assim se declara na Carta de Familiar do Santo Ofício de Manuel Ferreira de Eça, passada a 16.6.1687, subscrita por José Cardoso, assinada pelo Cardeal D. Veríssimo de Lancastre, Inquisidor Geral, registada no L.<sup>o</sup> 5.<sup>o</sup> «das criassoins dos familiares», fl. 469v<sup>o</sup>. In *Boletim de Trabalhos Históricos* (nota 252), I vol., 2.<sup>o</sup>, p. 35, L.<sup>o</sup> de Registos das Cartas dos Familiares do Santo Ofício, Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>255</sup> Datas publicadas na *História Genealógica* (nota 253). Nenhum é mencionado nos nascimentos da freguesia da Oliveira. Por não haverem, dessa época, livros da freguesia de S. Martinho do Outeiro, Vila do Conde (nota 138), não confirmei estas datas. Fica também, a hipótese de terem nascido em Negrelos, em Lisboa, etc.

<sup>256</sup> Na *História Genealógica* (nota 253) diz-se que Martinho n. em Nov. de 1689 e D. Catarina em Nov. de 1690. Não é possível, D. Margarida, sua irmã, n. na Casa do Arco em Abril de 1690.

como alguns afirmam. Na Casa do Arco, a 2.7.1689, dia de Santa Isabel, já mora Manuel Ferreira de Eça com sua família, é eleito provedor da Santa Casa da Misericórdia da vila de Guimarães. Tornará a sê-lo mais vezes<sup>257</sup>. Com júbilo ouvimos os sinos da Colegiada ao baptizar-se Dona Margarida, nascida na Casa do Arco a 21.4.1690, o vento a fazer voar as procurações de seus padrinhos: o senhor Marquês de Monte Belo, D. António Machado da Silva e Dona Maria Coutinho. Tornamos a escutar o alegre repique a 9.10.1692: o Reverendo Inácio Ferreira a baptizar seu sobrinho Estêvão, apadrinhado por seus irmãos Gregório e António (com procuração a representar uma das tias freiras em Vairão) e a 6.12.1693 um pequenino, João Antão, aos berros nos braços de seu padrinho e tio-avô o Excelentíssimo Dom José de Barros, Bispo do Rio de Janeiro<sup>258</sup>. Acabamos por nos desorientar: de José Filipe, o mais novo de todos estes irmãos, filho de Manuel Ferreira de Eça e sua mulher Dona Francisca Benta Josefa de Távora, não sabemos nem a data, nem o local de nascimento.

Gregório Ferreira de Eça, nome do avô paterno vai suceder na Casa. António de Eça de Castro, chamado como o avô materno destina-se à Religião. Escrivão e mais tarde Provedor da Santa Casa<sup>259</sup>, Fidalgo Cavaleiro por Alvará de 4 de Abril de 1720<sup>260</sup>, clérigo in minoribus, bacharel em Cânones (Universidade de Coimbra), Familiar do Santo Ofício<sup>261</sup>, ao vagar o Arcediago de Vila Cova «pede à Rainha Nossa Senhora» ao Senhor Dom Prior

---

<sup>257</sup> *Boletim* (nota 252), Iv vol., p. 127. Tornou a ser eleito a 2.7.1702 (id., vol. VII, p. 49), 2.7.1718 e 2.7.1719 (id., p. 51).

<sup>258</sup> N 3 Olv<sup>a</sup> (1674-96), Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>259</sup> Eleito escrivão a 2.7.1719, sendo seu pai provedor, tornou a ser eleito para esse cargo a 2.7.1745 (v. nota 257).

<sup>260</sup> João Carlos Fêo Castello Branco e Torres, *Diccionario Aristocrático*, Lisboa, Imp. Nacional, 1840, p. 113. Está registada no L.º 7 das Mercês d'el Rei D. João V, fl. 336.

<sup>261</sup> Carta passada em Lisboa a 16.11.1723, subscrita por Jácome Esteves Nogueira, Secretário do Conselho Geral, assinada pelo Inquisidor Geral D. Nuno da Cunha, Presbítero Cardeal da Santa Igreja de Roma, do tit. de Santa Anas-tácia. Registada no L.º II das «criassoins dos familiares», fl. 291 a 2.12.1724 e a 3.1.1725 na Câmara de Guimarães, in *Boletim* (nota 254).

e ao Reverendo Cabido que o apresentassem. É provido no Arce-diago a 17.12.1733, apresenta o título a 17 e começa a servir no Coro no dia de Natal <sup>262</sup>, dois dias depois de se lhe fazerem as inquirições para Cónego da Real Colegiada <sup>263</sup>. Capelão de Sua Majestade, Comissário do Santo Ofício, extingue-se a sua vida às 10 horas da noite, a 9.3.1774, contemplando em seu testamento os sobrinhos de quem por vezes foi tutor <sup>265</sup>. Para a vida religiosa entra também o terceiro filho: D. João do Loreto é Frade Crúzio, recatado em algum convento, sem o fausto da vida do mano Cónego.

Para os filhos segundos, se não iam para religiosos para a Índia ou para o Brasil, lançavam-se as vistas para outras Casas onde houvesse herdeira casadoira, pronta a continuar a sua estirpe. A Martim Francisco Ferreira de Eça, destinam-lhe Dona Maria Micaela Pereira Pinto Fagundes, sua prima <sup>266</sup>, 6.<sup>a</sup> Morgada do 2.<sup>o</sup> vínculo do Solar de Bertiaundos. Liga-se

---

<sup>262</sup> *Boletim* (nota 252), vol. VII, p. 110. Renunciou essa dignidade pouco antes de morrer, em seu sobrinho Manuel Caetano Ferreira de Eça, filho reconhecido de seu irmão Gregório.

<sup>263</sup> «Inquirição do L.dº Antº de Eça e Castro nova.mte provido no Arce-diago de Vila Cova que vagou pelo óbito do R.do Joseph Carvalho da Cunha, 1733». In *Boletim* (nota 252), vol. XVI, n.ºs 1-2. Por o Pai e o avô mat. serem F.S.O., dispensaram-se os inquiridores de irem «às naturalidades donde diviamos hir». Dizem-no nat. de Guimarães (era?).

<sup>264</sup> Ao ser inquirido numa diligência de justificação e de fraternidade, a 16.11.1756, diz ter 68 anos e ser «bacharel formado nos Sagrados Canones Fidalgo Cappelam de Sua Magestade Comissario do Stº Officio e Arcediago de Vila Cova». *Boletim* (nota 252), vol. XX, p. 33.

<sup>265</sup> Foram herdeiros seus sobrinhos: D. Maria José «Ferreira de Eça de Borbão», «António Pereira Pinto de Essa da cidade de Braga» e D. Catarina Bernarda. Deixou legados a dois sobrinhos netos: a D. Gregório, f.º de D. Rodrigo de Meneses e de D. Maria José e a D. Catarina, f.ª de António Pereira Pinto. O 4 Olvª, Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>266</sup> Filha de António Pereira Pinto, 5.º Morg.º do 2.º vínculo de Bertiaundos e de sua m.ª D. Violante de Távora; neta pat. de Francisco Pereira, 4.º adm.ª do vínculo e de sua m.ª D. Maria Lobo de Barros; neta mat. de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 7.º Morg.º de Balsemão e de sua m.ª D. Maria de Vilhena e Castro. Para encontrar o parentesco pelo lado de Bertiaundos, recua-se até Lopo Roiz Cerveira, avô de António Pereira, marido de D. Joana de Eça (nota 135) e 7.º avô de D. Maria Micaela.

também a sua descendência<sup>267</sup> à Casa dos Biscainhos em Braga, e Martim Francisco fica a pertencer à história de Bertianos, o lindo solar minhoto, o da lenda da mal degolada, o do alegre misturar de dois bandos de patos quando do casamento de sua bisneta com o 10.º administrador do 1.º vínculo unindo assim os dois morgadios<sup>268</sup>. Dona Catarina Margarida de Távora, a única filha dos senhores de Cavaleiros enche a Casa de alegria, é Baronesa da Ilha Grande de Joanes, a de Marajó na foz do Amazonas<sup>269</sup>, pelo seu casamento em 1703 com António Luís de

---

<sup>267</sup> Foram pais de: a) António Pereira Pinto de Eça Castro Fagundes, suc. nos morg.<sup>os</sup> de sua mãe, Cav.º na O. de X.º M. Fid. da C.R. x com D. Antónia Maria de Sousa Montenegro, sr.<sup>a</sup> da casa dos Biscainhos em Braga. Herd.<sup>a</sup> foi sua f.<sup>a</sup> D. Catarina Teresa Fortunata Pereira Pinto Montenegro, m.<sup>er</sup> de D. João Pereira Forjaz Coutinho, M. Fid. da C.R., pais de D. Maria Angelina Senhorinha Justa Pereira Forjaz Eça Montenegro, herd.<sup>a</sup>, que casou com seu parente Damião Pereira da Silva de Sousa e Meneses, sr. da Vila e do 1.º Morgado de Bertianos, unindo-se assim os dois morgadios, desavindos de há muito. C.g. (Condes de Bertianos e Tarouca, Marqueses de Alegrete, Viscondes de Paço de Nespereira, Martins Pereira de Meneses da casa de Minotes, Lancastre da Casa do Feital em Braga, Condes de Aurora, Alarcão Velasques Sarmento Osório da Casa das Lágrimas, Pereira Palha Van-Zeller, etc.). Tiveram mais a Diogo de Eça, n, em Fev. 1738, assassinado por um seu criado, c.g. ileg.<sup>a</sup> e D. Maria Micaela, n. a 12.11.1737. b) D. Francisca Damiana de Távora, † em 4.1741, x a 8.1739 com Gonçalo André Lopes de Carvalho Nápoles e Matos Alcáçova, sr. dos morg.<sup>os</sup> de Nomães (v. «Casa do Cano» (nota 58), p. 30, s.g. c) D. Violante Teresa de Távora, x (escr. na Casa dos Biscainhos de 27.6.1742) com José de Melo Sampaio Pereira de Figueiredo, 9.º Morg.º do Casainho, Morg.º da Graciosa, etc. de quem foi 1.<sup>a</sup> m.<sup>er</sup>, † a 16.7.1764, s.g.

<sup>268</sup> Fernão Pereira, que combateu em Arzila e no cerco de Tânger (f.º de Lopo Rodrigues Pereira e neto de Rui Lopes Cerveira), foi sr. de Bertianos por trocas. Sua m.<sup>er</sup>, Inês Pinto, fundou o 1.º e o 2.º vínculos de Bertianos; entregou-os a dois filhos, que logo se desaguizaram. Fizeram as pazes depois de passarem 10 gerações. V. *Nobres casas de Portugal* (nota 80), 1.º vol., pp. 273 e segts., Solar de Bertianos.

<sup>269</sup> A enorme ilha de Marajó, baptizada pelos portugueses Ilha Grande de Joannes, em honra de D. João III, «que de tão pintoresco modo interrompe a embocadura do Amazonas, ou para melhor dizer, que se eleva entre o Tucantins e o Maranhão, não tem menos de vinte e sete léguas portuguesas do norte a sul, e trinta e sete d'este a oeste. É banhada por muitos rios e o solo é fecundissimo», in Fernando Dinis, *Brazil*, Lisboa, Typ. de L.C. da Cunha, 1845, II vol., p. 16. Nela há várias cidades e as pastagens são famosas.

Sousa Macedo, 2.º Barão desse título, Barão de Mullingar em Inglaterra, a correr por ela, o sangue dos Ferreira de Eça na futura casa dos Condes de Mesquitela <sup>270</sup>.

Dos nascidos na Casa do Arco a história é curta: Dona Margarida e João Antão «dois anjinhos a voarem para o céu». Estêvão é mais um frade, Religioso Eremita de Santo Agostinho. Quanto ao mais novo, José Filipe Ferreira de Eça, para a Índia vai, no mar se perde <sup>271</sup>. Termina a resenha dos filhos legítimos de Manuel Ferreira de Eça; ao pai voltamos.

«Escrevendo com indagação e verdade foy muito aplicado ao estudo da genealogia» <sup>272</sup>, assim se distrai Manuel Ferreira de Eça. Deixa quatro volumes manuscritos: «Famílias Ilustres de Portugal», certamente curiosos mas hoje de paradeiro incerto.

<sup>270</sup> Seu marido além dos títulos mencionados no texto, foi Alcaide-mor de Freixo de Numão. Era f.º de Luís Gonçalo de Sousa de Macedo, 1.º Barão da Ilha Grande de Joanes (C. de 28.6.1666, D. Afonso VI), Barão de Mullingar (C. de 28.6.1661, Carlos II de Inglaterra), pelos serviços prestados por seu pai (António de Sousa de Macedo, do cons. de estado e da fazenda, sr. da ilha Grande de Joanes, sec. de Estado d'el Rei D. Afonso VI, embaixador na Holanda, ministro em Inglaterra, etc.), e de sua m.ª D. Mécia de Tavira. Foram seus filhos: a) Luís de Sousa de Macedo, 1.º Visconde de Mesquitela (C. de 28.5.1754, D. José) de juro e herdade, 3.º Barão e 4.º donatário da Ilha Grande de Joanes, Intendente General do Exército, Cor.º Com.º no regimento de Lippe, x com D. Joana Antónia Sampaio, c.g. (Condes de Mesquitela, de Estarreja, de Vila Franca do Campo, Costa Sousa Macedo Moreira, Sasseti, Sousa Macedo de Gamboa, Freitas Branco, Bessa Pais, Garcez Palha de Almeida, Condes de Marim, Marqueses da Graciosa, Perestrelo de Vasconcelos, Perestrelo Guimarães, Conde de Moser, Marqueses da Praia e Monforte, Albuquerque d'Orey, Condes de Aurora, Alpuim do Paço de Anha, etc. V. Fernando de Castro da Silva Canedo, *A Descendencia Portuguesa d'el Rei D. João II*, Lisboa, Ed. Gama, Lda., MCMXLVI, vol. III, Cap. XI. b) António de Sousa de Macedo, c) Manuel Xavier de Sousa de Macedo, d) Francisco, e) D. Maria Teresa de Távora, freira na Anunciada, f) Gonçalo de Sousa de Macedo, Cav.º na O. de Malta, g) D. Luísa Vitória de Távora, freira com sua irmã, h) outros † m.

<sup>271</sup> *História Genealógica* (nota 253).

<sup>272</sup> Há referências aos manuscritos de Manuel Ferreira de Eça em Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, ed. da Coimbra Atlântida Ed.ª, MCMLXVI, p. 266; *História Genealógica* (nota 129), Tomo VIII, MDCCXLI, — Advertências, p. 26, n.º 73 e Eduardo de Campos e Castro Azevedo Soares (Carcavelos), *Bibliographica Nobiliarchica Anno Domini MCMXVII*, p. 190.

Curioso é também o seu testamento, escrito dias antes da sua morte, a 21.1.1724 na Casa do Arco. Herdeiros são todos os filhos de seu casamento, entre eles escolhe para testamenteiros António Eça de Castro e Martim Francisco Ferreira de Eça. E apresenta-nos cinco filhas naturais: «as que tinha na freguesia de Bagunte, lugar de Covas», duas que eram as mais velhas de «Francisca do dito lugar», três de Inocência da mesma freguesia. Lega a cada uma 50\$000 «para casarem com fazenda»<sup>273</sup>. Tentei procurá-las nos livros de Bagunte. Nada consegui<sup>274</sup>. Perde-se o olhar entre campos e vinhas, pelas freguesias ao redor, não aparece a sua descendência, se a há, escondida entre a força dos milheirais, a beleza do chilrear dos pássaros. Nestas últimas vontades, omite Manuel Ferreira de Eça outra bastarda: Maria Ferreira de Eça, havida em Catarina da Silva Loureiro<sup>275</sup>.

---

<sup>273</sup> O 2 Oly<sup>a</sup>, Arq. Mun. A. Pimenta. Sua m.<sup>er</sup> † a 13.8.1727 (id.).

<sup>274</sup> Modernamente em alguns arquivos, só se pode consultar o micro-filme, e não o livro propriamente dito. Compreende-se bem tal medida; impede o manuseamento e a consequente deterioração das obras. Infelizmente, 5 minutos frente a um Leitor bastam-me para ficar mortalmente enjoada; é-me completamente impossível pesquisar seja o que for, resultam num grande fracasso todas as tentativas. Ao tentar «ler» o L.<sup>o</sup> de Nasc. de Bagunte (1658-1807), Vila do Conde, Arq. Dist. do Porto, só pude ver isto: «15.4.1659, Bap. D.os, f<sup>o</sup> de Maria solt<sup>a</sup>, f<sup>a</sup> de Manuel Pires, disse ser seu pai Ant<sup>o</sup>, criado de Cavaleiros» — «11.7.1688 Bap. Ant<sup>o</sup> f<sup>o</sup> de Francisca Ramalha, de Bagunte, não disse quem era o pai» — «24.6.1703 Bap. Catarina, f<sup>a</sup> de M.el Ferreira, homem casado, nat. da freg<sup>a</sup> de...» — «26.1.1711 n. Gilmundi, f<sup>o</sup> de Francisca da Costa, solt<sup>a</sup>». Fiquei com a impressão que nem sequer vi o verso das folhas.

<sup>275</sup> Assim se diz na C. de Armas de seu neto Joaquim José Ferreira de Leiva, datada de 10.11.1800 in *Archivo Heraldico Genealógico* (nota 139), p. 339: «escudo partido em pala: na 1<sup>a</sup> as armas dos Ferreiras; no 2<sup>o</sup> as dos Eças. Diferença: na 1<sup>a</sup> uma brica com trifólio verde e por todo o escudo um filete negro em contrabanda». Maria Ferreira de Eça houve dois filhos do Cónego Pedro Ferreira de Leiva, sendo ele clérigo in minoribus e por ele reconhecidos e legitimados a 6.3.1727 nas notas do Tab. Alexandre Vaz. O 1.<sup>o</sup> foi o Lic.<sup>do</sup> Francisco Ferreira de Leiva, † em Guimarães a 8.8.1770, x com Ana Leonor de Santa Rita. Tiveram pelo menos 7 filhos, entre eles, o acima mencionado F.C.A. Deste descendem os Ferreiras de Eça e Leiva (procedem de seu f.<sup>o</sup> o Doutor Juiz de Órfãos António Joaquim Ferreira de Eça e Leiva), os Leite de Faria e Sousa, da Casa das Portas, Pombeiro, os Leivas Sá Pereira, os Leivas de Carvalho, etc. Pedro Ferreira de Leiva, em 1704 fez as Inquirições para Cónego da Colegiada, estão publicadas no *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. IX, pp. 156 a 175.



Capitão-mor de Guimarães por patente de 24.5.1714<sup>276</sup>, Familiar do Santo Ofício<sup>277</sup>, Gregório Ferreira de Eça, sucessor no Morgadio, não tarda em ir para a Corte. Instala-se no seu palácio ao Bom-Sucesso, para os lados de Belém. Irá naquela sege, aos solavancos pelas ruas? Escapa à nossa vista entre tanta cabeleira empoada, vistosos coletes de seda, punhos de renda, fivelas de pedraria nos sapatos de salto. Esteve em Matapão? Combateu na Guerra da Sucessão? Assistiu à derrota de Almansa? Viu as comédias, frequentou o teatro, admirou pintores e arquitectos? Absorveu a cultura, passeou em belas carruagens, gozou dos divertimentos da Corte? Moço Fidalgo da Casa Real com exercício, viveu ao som dos carrilhões de Mafra, da música de Seixas, do esplendor do ouro do Brasil, dos beija-mãos reais, do pincel de Vieira Lusitano, do barroco a movimentar as formas, os quadros, os altares, os móveis, todas as artes. A 21.2.1730 em Lisboa casa com a Condessa Luísa de Gera, nascida em Linz, na Áustria<sup>278</sup>, Dama Camarista da Rainha Dona Maria Ana de Áustria.

Tudo são sorrisos, desvelos, à volta do menino, nascido a 8.2.1731, filho de Gregório Ferreira de Eça e sua mulher a Condessa austríaca. Afilhado de Sua Majestade el-Rei D. João V<sup>279</sup>, João Manuel Ferreira de Eça, muito cedo parte para Deus. À festa do seu nascimento, sucedem-se a mágoa, o vazio, o desespero. Em data que não sabemos, morre também sua mãe. Mais tarde passa o senhor de Cavaleiros a segundas núpcias. A escolhida é Dona Isabel de Bourbon, neta dos Condes de Avintes<sup>280</sup>.

<sup>276</sup> «Ephemerides» (nota 86), 2.º caderno.

<sup>277</sup> Carta de 25.6.1720, in *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal* (nota 325), Condes de Cavaleiros.

<sup>278</sup> Filha de Anton Hans Witho, Conde e sr. de Gera e de sua m.<sup>er</sup> a Condessa Eleonora Elisabeth de Katzianer, neta pat. de Hans Erasmus, sr. de Gera, Shakesberg Eschelberg e de sua m.<sup>er</sup> Benigna de Pappenheim, e mat. de Segismund Ferdinand de Katzianer, Conde de Katzenstein e da Condessa Elizabeth, sr.<sup>a</sup> de Scheissenberg e bisneta na varonia de Hans Christophorus, sr. de Gera (nobre e antiga família da Francónia que depois se estabeleceu na Áustria sobre o Ems).

<sup>279</sup> *Nobiliário das Famílias de Portugal* (nota 32), Tomo XIX, Machados, § 33, Cavaleiros.

<sup>280</sup> Filha de D. João de Almeida Portugal, Vedor da Rainha D. Maria Ana, e de sua m.<sup>er</sup> D. Joana Cecília de Noronha, neta pat. de D. António de Almeida

É em Óbidos, na sua quinta de Furadouro, freguesia de Nossa Senhora da Tornada que vai nascer, a 27.9.1753 a única filha deste casamento, a herdeira da Casa, Dona Maria José Ferreira de Eça e Bourbon.

Uma a uma fecham-se as janelas do palácio ao Bom-Sucesso. Trancam-se as portas, cobrem-se os móveis com grandes lençóis. Voltam para Guimarães. Anima-se mais uma vez a Casa do Arco com a família do senhor de Cavaleiros: os criados, os moços de cavalaria, os escravos. E também com seus filhos naturais, ambos reconhecidos: Manuel Caetano Ferreira de Eça, nascido em Santarém de Dona Violante Teresa Ferreira Sarmento<sup>281</sup>, sempre ao lado do pai e Dona Catarina Bernarda, a meia-irmã, Dona Maria José, herdeira da Casa a saltar-lhe aos joelhos.

Lúgubres, não param de dobrar os sinos na igreja da Oliveira. A 3.11.1759 na sua Casa do Arco morreu Gregório Ferreira de Eça. Amortalhado no hábito de S. Francisco com trinta ofícios e Missas Gerais de 120 réis, vai devagarinho, Rua de Santa Maria abaixo, enterrar à Colegiada. Nos ombros de seu testamenteiro, seu irmão, o Reverendo Cônego António de Eça e Castro, pesa o encargo de cuidar e encaminhar os três órfãos: Dona Maria José, a herdeira universal, Dona Catarina Bernarda a ter a terça dos bens livres e a quinta do Furadouro, Manuel Caetano donde da mesma terça sairá o preciso para lhe dar estado<sup>282</sup>.

Todos os morgadios, os de Cavaleiros, o de Recezinhos, o de S. Mamede de Negrelos, o de Fajozes seguem na menina de

---

Portugal, 2.º Conde de Avintes que se bateu na Guerra da Restauração, Cap.-General do reino do Algarve, Gov. de Armas de Trás-os-Montes, membro do Cons. de Estado e do da Guerra e de sua m.<sup>er</sup> a Condessa D. Maria Antónia de Bourbon e mat. de Fernão Jacques da Silva e de sua m.<sup>er</sup> D. Sebastiana de Noronha. Descendia D. Isabel de Bourbon, por 2 vias, de Fernão de Sousa (V. Quadro Genealógico): sua avó pat. era neta, por sua mãe, do 1.º Conde dos Arcos; a mat. era bisneta por linha feminina, de Jerónimo Correia Baharem e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria da Alcáçova.

<sup>281</sup> «Elementos para um Catálogo dos Chantres, Tesoureiros, Mestres-Escolas, Arciprestes, Arcediagos, Magistrais, Cônegos Prebendados e Meios Prebendados da Colegiada de Guimarães», in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. VII, n.º 3 (1942), p. 110.

<sup>282</sup> O 3 Oly<sup>a</sup>, Arq. Mun. A. Pimenta, onde vem transcrito o testamento.

seis anos debaixo da tutela do tio Cónego. E o cumprimento de muitos legados. Deles, só esta pequena amostra: «— Cavaleiros — Gregorio Ferreira D'Essa, Morgado de Cavaleiros tem obrigação de mandar dizer todos annos em S. Francisco de Villa do Conde todas as segundas feiras hua Missa aos Fieis de D.s, outra Missa às sextas feiras —de cada anno— às chagas de Christo; e outra ao sabbado de Nossa Senhora, pela alma de D. Catharina e diz hua cosa. Ver o caderno de refojos em S. Thome de Negrelos». «E dia da Conceição de Nossa Senhora hũa Missa cantada pella alma de D. Joanna, e por todas estas Missas, se dá de esmolla seis mil e quatrocentos reis. He hoje, D. Maria Joze Ferreira de Essa e Barbam»<sup>283</sup>.

Manuel Caetano Ferreira de Eça, a 3.10.1761, por renúncia «perscoadjutória» de seu tio o Cónego António de Eça de Castro, toma posse do Arcediago de Vila Cova, dignidade da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira<sup>284</sup>. Por vontade própria ou por dura mão alheia, está o seu destino traçado e resolvido. E há que pensar no casamento da morgadinha. Que seja o mais esplendoroso, o mais rico, o melhor que possa ser! Quanto a Dona Catarina Bernarda ficará solteira, num apagado segundo plano, anos e anos, santamente, até morrer<sup>285</sup>.

Não custa imaginar as expressões de deleite, de contentamento d'el Rei D. José, da Rainha Dona Mariana Vitória, dos Príncipes do Brasil, das Infantas e até do pequenino Príncipe da Beira. À sua volta, a fidalguia suspende a respiração, maravilhada. D. Pedro José de Alcântara António Luís Francisco Xavier Melchior de Noronha e Meneses, 4.º Marquês de Marialva, 6.º Conde de Cantanhede, Gentil Homem da Câmara d'el Rei, Tenente-General, estribeiro-Mor exhibe os seus dons de cavaleiro perante a Corte. Muito direito na sela, com rópia, cavalo e senhor fundidos num só, à sua excelente mão obedece o animal no trote, no galope, nas piruetas. Possuidor duma grande Casa e dum

---

<sup>283</sup> «Legados de Villa do Conde, Tombo de vários legados e capelas, ms. sem data, fls. 35vº e 36», Arq. Mun. de Vila do Conde.

<sup>284</sup> V. nota 281.

<sup>285</sup> «Faleceu a 4.1.1796 D. Catarina Bernarda Ferreira de Eça e Castro, fª natural da Casa do Arco», O 4 Olvª, Arq. Mun. A. Pimenta.

grande nome<sup>286</sup>, já viúvo da Marquesa Dona Eugénia de Assis de Mascarenhas, cumprimenta, numa vénia com seu chapéu de plumas os Reis, a Princesa do Brasil e sua melhor aluna, a restante comitiva. Passa para a História a arte de Marialva, o

---

<sup>286</sup> Uma das grandes casas portuguesas, tinha a varonia Meneses. Segundo os nobiliários, D. Fruela, Rei de Leão (924), foi pai de D. Ordonho o Cego, e avô de D. Afonso Ordonhes. Neto deste, sempre na linha masculina foi D. Diogo Rodrigues, Duque das Astúrias, Conde de Oviedo e sr. de Noronha, marido da Infanta D. Almena, f.<sup>a</sup> de Afonso V, Rei de Leão; bisavós de D. Telo Peres, que trocou o seu castelo de Monfalon com o Rei de Castela pela vila de Meneses de Campos, termo de Frechilla (Palencia), e outras. Da de Meneses tirou o nome a sua descendência. Assim está escrito. O 1.<sup>o</sup> a passar a Portugal foi o neto de D. Telo Peres: D. João Telo de Meneses, que acompanhou D. Afonso III na conquista do Algarve. Seu neto, D. João Afonso Telo de Meneses, foi Rico-Homem de D. Afonso IV, 1.<sup>o</sup> Conde de Ourém e avô de D. Gonçalo Telo de Meneses, 1.<sup>o</sup> Conde de Neiva, sr. de Faria, irmão da Rainha D. Leonor Teles e 7.<sup>o</sup> avô, na varonia de D. Pedro de Meneses, 1.<sup>o</sup> Conde de Cantanhede, combatente em Toro e em África, alferes-mor de D. Manuel. Este é o avô de D. António Luís de Meneses, 1.<sup>o</sup> Marquês de Marialva (C. de 11.6.1661), 3.<sup>o</sup> Conde de Cantanhede, sr. de muitas terras e senhorios, um dos conjurados de 1640, Gov. das Armas do Alentejo destróçou os espanhóis na Batalha das Linhas de Elvas (1659) e além doutras, venceu a de Montes Claros (1665). Caiu esta grande casa em Senhora, em D. Joaquina Maria Madalena da Conceição de Meneses, neta do 1.<sup>o</sup> Marquês, 3.<sup>a</sup> Marquesa de Marialva e 5.<sup>a</sup> Condessa de Cantanhede que casou com D. Diogo de Noronha, F.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup> dos Marqueses de Angeja, Marquês de Marialva pelo seu casamento, que serviu na Guerra da Sucessão e ascendeu a altos postos. Passou então a varonia desta Casa a ser Noronha, originária em D. Afonso Henriques, Conde de Noronha e de Gijon (bastardo de Henrique II, Rei de Castela e em sua m.<sup>er</sup> D. Isabel, f.<sup>a</sup> nat. de D. Fernando, Rei de Portugal. Dos 3.<sup>os</sup> Marqueses de Marialva, foi f.<sup>o</sup> o 4.<sup>o</sup> Marquês (1713-99), glória na arte de bem cavalgar. Teve este, de seu casamento com a Marquesa D. Eugénia de Assis Mascarenhas (Óbidos), além de 3 sr.<sup>as</sup>, 5 filhos: D. Diogo José Vito de Meneses e Noronha, 5.<sup>o</sup> Marquês de Marialva e 7.<sup>o</sup> Conde de Cantanhede (1739-1803), x c.g., D. Manuel José de Noronha e Meneses (1740-78), 7.<sup>o</sup> Conde dos Arcos, pelo seu casamento, cuja trágica morte, deu origem à proibição em Portugal, das corridas com touros de morte e ao romance de Augusto Rebelo da Silva, *A Última Corrida de Touros Reais em Salvaterra*, D. António Luís de Meneses (1743-1807), 3.<sup>o</sup> Marquês de Tancos e 8.<sup>o</sup> Conde de Atalaia, pelo seu casamento, D. Rodrigo José de Meneses (no texto) e outro † solteiro.

Na *Nobreza de Portugal*, Ed. Enciclopédia, Lisboa, 1960, vol. II, escreveu-se que o 4.<sup>o</sup> Marquês passou a segundas núpcias com D. Maria José Ferreira de Eça, herd.<sup>a</sup> de Cavaleiros. É um grande engano. D. Maria José foi sua nora e nunca sua mulher.

garbo da Cavalaria. Entre os seus filhos, fixamos o mais novo: D. Rodrigo José António de Meneses, rapaz de 19 anos. É o escolhido para casar com a Morgada de Cavaleiros, senhora da Casa do Arco.

A 28.9.1769, paramentado com suas melhores vestes, no Oratório da Casa do Arco, o Cónego António de Eça de Castro ouve com atenção as palavras de seu sobrinho António Pereira Pinto de Eça, chegado de Braga, procurador da noiva e do Governador das Armas do Minho, o 2.º Conde de Bobadela, a representar o noivo. São testemunhas Henrique José Jacques de Magalhães, o Cónego João Machado de Eça, José de Sousa de Carvalho e António Manuel Vieira de Melo<sup>287</sup>. Festejam-se os «contraentes». Assim se unem para sempre com a graça de Deus e aprovação dos homens D. Rodrigo José António de Meneses, «filho legítimo do Ex.mo e Ilustríssimo Marquês de Marialva e Estribeiro Mor D. Pedro José António de Menezes e da Ill.ma e Ex.ma Marqueza Dona Eugénia de Assis, natural da freg<sup>a</sup> de N. Sr<sup>a</sup> dos Olivais, extremo de Lisboa» e os desasseis anos de Dona Maria José Ferreira de Eça e Bourbon, senhora de Casa<sup>287</sup>.

Nos anos a vir é raro de, pelo menos, ano sim, ano não, quando não em todos, mãos contentes porem flores, engomarem toalhas, alindarem para os baptizados o oratório da Casa do Arco. Eis o primogénito: D. Gregório José António Ferreira de Eça e Meneses, nascido nessa Casa a 6.6.1769; são seus padrinhos Nossa Senhora da Oliveira, a padroeira de Guimarães e o avô paterno o Marquês de Marialva por procuração passada a António Pereira Pinto de Eça. Já cá está o filho segundo: D. Pedro, também cá

---

<sup>287</sup> O 1.º, Frei Professo na O. de S, Bento de Aviz, † a 29.4.1793, f.º dos Morg.<sup>os</sup> da Rua Escura e de Pinheiro, é citado no meu «*Casa do Cano*» (nota 58), pp. 91 e 94; o 2.º, Cónego da Colegiada da Senhora da Oliveira, é f.º de Filipe de Sousa Carvalho e m.<sup>cr</sup> D. Jerónima Ferreira de Eça (p. 193), Inquisidor do Santo Ofício, n. a 5.9.1703 e † a 26.8.1784 (M 1 Castelo e O 4 Olv<sup>a</sup>), o 3.º, irmão do 2.º, foi Abade sem cura na freguesia de Cambezes (V. o meu «*Casa de Pousada*» (nota 1), pp. 89 e 90). Quanto ao 4.º sr. da Casa do Toural e morg.<sup>o</sup> de Tresmonde, † s.g., sucedendo-lhe um irmão. Eram todos parentes.

<sup>288</sup> Casamentos, n.º 2 Olv<sup>a</sup>, Arq. Mun. A. Pimenta.

nascido a 22.7.1771 e baptizado a 18.8. Seus padrinhos, o Conde de Cantanhede e a Condessa dos Arcos, irmão e cunhada de seu pai, por não poderem vir, talvez tenham tardado o envio das procurações para o tio avô D. Luís Joaquim de Noronha, hóspede da Casa e D. Lourenço de Almada, Coronel de Cavalaria no Regimento de Chaves. A 1.8.1772 chega o terceiro: D. Diogo. Baptizam-no a 13.9. Volta D. Luís Joaquim de Noronha a fazer de padrinho, pelo Conde dos Arcos. D. Martinho de Almeida, Coronel em Chaves representa a madrinha, a tia Condessa de Cantanhede<sup>289</sup>.

Ah! Uma menina! Nascida a 9.3.1775 Dona Eugénia Maria José, muito enfaixada, dorme pequenina no seu berço. Tem a honra de ter por padrinho, o Senhor Infante D. Pedro, marido e tio da Princesa do Brasil. Faz suas vezes o tio materno, o Arce-diago Manuel Caetano. Madrinha é Nossa Senhora da Madre de Deus, imagem a chegar de Lisboa, recebida com muitos festejos, vestidos bordados pelas Infantas, tocada com suas melhores galas, longe, muito longe do triste destino desta menina, tão bem fadada, tão mal vivida. No próximo baptizado, o de D. António a 23.7.1777 são compadres dos senhores de Cavaleiros os Condes de Atalaia, seu irmão e cunhados. Também estes não vieram a Guimarães; representam-nos Manuel Caetano Ferreira de Eça, Arcediago de Vila Cova e Sebastião Correia de Sá, Governador do Castelo de S. João da Foz<sup>290</sup>.

Morreu El-Rei D. José. Encerrada em seus aposentos escuros, espelhos tapados, a Rainha Dona Mariana Vitória, recolhe-se por dez dias em rigoroso luto. Subiu ao trono Dona Maria I. Dá-se a Viradeira. A estreita Rua de Santa Maria, longe de todos estes sucessos a viver ao som dos sinos da Colegiada; a chegarem-lhe diluídas as novas do Paço, dos regimentos, das picardias, das terras d'África e do Brasil; o remoto mundo das aventuras, das honrarias cada vez mais longe, sufoca os dias dos senhores de Cavaleiros. No ano de 1779 fecham a casa, deixam um património

---

<sup>289</sup> Os assentos destes três baptizados estão no Olv<sup>a</sup> N 7, Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>290</sup> Os assentos destes dois encontram-se no Olv<sup>a</sup> N 8, idem. Sebastião Correia de Sá é mencionado no meu «*Casa de Sezim*» (nota 31), pp. 80-83.

à deriva<sup>291</sup>, largam para sempre a Rua de Santa Maria. D. Rodrigo José António de Meneses, agora Governador e Capitão-General de Minas Gerais, Baía e Grão-Pará, vai com os seus<sup>292</sup> até ao Brasil.

Bons ventos, mar leite, navega a nau «Gigante». Apita o contra-mestre. Agarrados ao cordame, trepam os marinheiros pelos mastros: o da proa, o grande, o da mesena, o gurupés. Soltam-se as velas. Balança a nau. Podia o gageiro subir e berrar lá do alto:

— O Senhor seja louvado! Nasceu um rapaz!

A 24.9.1779, num gasalhado da popa, Dona Maria José Ferreira de Eça, dá à luz mais um filho: D. Manuel<sup>293</sup>. Prossegue a viagem. Se pararam por vezes com as calmarias, se o mar imenso os abateu na alma, embravecido pelas tempestades, se a nau rangeu e mergulhou varrida pelas águas e vendavais, de todas as singraduras da jornada, não posso nem sei escrever. Graças a Deus chegaram a bom porto.

Iam por três anos. Para Vila Rica de Albuquerque, ainda não há muito, lugarejo perdido entre o mato cerrado, casotas cobertas de capim. Arraial que graças ao oiro principiava a ser uma sólida vila, ruas calçadas a serpentearem, muitos altares dourados, bonitos jardins a vicejarem, ornamentadas fontes. E o já levantado Palácio dos Governadores para os acolher, nichos e casas a lembrar-lhes o Reino distante. Mal chegados a terra, meses de mar, para lá foram, de carroção, a cavalo, de carro de bois.

Viveram entre catadores, ávidos, a febre do oiro a afogué-los, as mãos gastas, o olhar embrutecido. Tiveram muitos,

---

<sup>291</sup> Lê-se em *Santa Casa* (nota 166) que deixaram dívidas em Guimarães e que numa acta da Misericórdia, de 2.5.1815, resolvem escrever para o Rio numa tentativa de as cobrar.

<sup>292</sup> Não sei se os srs. de Cavaleiros levaram os filhos, ou os deixaram em Lisboa com a família. D. Pedro e D. António † meninos ou muito novos; desconheço datas e locais.

<sup>293</sup> João Carlos Feio Castello Branco e Torres e Manuel de Castro Pereira de Mesquita, *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1838, — Lousã — Conde — (Meneses Ferreira), p. 114. Da nau «Gigante» diz mais: «que se perdeu vindo da Bahia de Roses em 1793».

homens e mulheres, ricos e pobres a venerá-los, a invejá-los, a querer-lhes bem. Tiveram escravos, mais do que já tinham, foram poderosos. Viram terras novas. Rezaram nas procissões tão ricas: anjos, santas, todo o figurado cobertos de oiro, a faiscar de pedrarias preciosas. Sentiram também a terra a cansar, de tanto dar, os homens a quererem eterna fartura.

Se levaram os filhos tiveram eles os rapazes, ali em Vila Rica, três anos para chuparem jaboticadas, subir a frondosas árvores, o sumo das mangas a escorrer-lhes pelas alegres bocas. Tiveram cada um o seu moleque: fiel companheiro de todos os momentos, a fazer de boi, a «morrer» nas «guerras», a apanhar pelo sinhozinho. Conheceram ninhos, exploraram tocas, escaparam a veneno de cobra, a febres más. Tiveram um mundo novo, para correr, para admirar, para não esquecer.

Foram três anos em que D. Rodrigo José de Meneses sonha em rasgar desde Vila Rica uma nova via para o comércio. Sabe que já no século passado o Rio Doce fora o caminho para penetrar naquelas terras benditas de oiro e pedras. Quer dar mais força às explorações. Embora não seja ele a aproveitá-lo, está certo que toda aquela massa de água<sup>294</sup>, já profunda ao sair da região onde nasce, a desaguar com tanto ímpeto no mar, a conservar por largo tempo a doçura das suas águas entre o salgado das ondas é a rota certa. Estuda o rio das águas amarelas pelo muito oiro que tem, a correr longe da vila. Idealiza, traça futuras viagens, aperfeiçoadas mais tarde por outros, na tentativa de trazerem as gentes, de levarem cargas<sup>295</sup>.

No meio de tanta pedra, tanto oiro a sair, procura D. Rodrigo de Meneses suavizar um pouco os dias dos que o arrancam à

---

<sup>294</sup> O Rio Doce tem 970 Km de comprimento, 600 m de largura na foz e uma profundidade média de 3 m, in Ariosto Espinheira, *Viagem através do Brasil*, ed. ed.<sup>a</sup> prop.<sup>a</sup> Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1940, vol. IV. N. na serra da Mantiqueira, formado por dois braços: o Chopotó e o Santa Bárbara. Corre, ora sereno, ora em redemoinhos e cascatas para desaguar no Estado do Espírito Santo. Na foz, na margem norte está Povoação, na do sul, Regência. 222 Km (notícia de 1940) são navegáveis e depois de desaguar as suas águas com a força que trazem, não se misturam com as do mar durante 8 Km. O seu afluente que passa mais perto de Ouro Preto é o Tripu.

<sup>295</sup> *Brazil* (nota 269), p. 387.



custa do seu trabalho, das suas miseráveis vidas. Propõe em 1781 «a aceitação de uma metalurgia que permitisse aos mineiros, com subsídio do Estado, adquirir a baixo preços os instrumentos de trabalho que tinham de importar. Não foi aceite a sugestão»<sup>296</sup>. Aumenta a baixa na produção do oiro, leva o metal descaminho por sendeiros esconsos, fervilha o descontentamento, a vontade de fugir às derramas, ao quinto, ao fisco. É o oiro, o oiro em pó, o oiro em barra a escoar, a fazer nascer rixas, crimes, igrejas, beleza e na miséria de muitos a dar magnificência ao território governado por D. Rodrigo de Meneses, a seu Rei, a sua Pátria.

Foram três anos onde Dona Maria José Ferreira de Eça e Bourbon, senhora de Cavaleiros, da Casa do Arco na Rua de Santa Maria em Guimarães, quase ainda a embalar o seu pequeno D. Manuel no mar nascido, dá à luz mais dois filhos: Dona Isabel e D. José Tomás de Meneses<sup>297</sup>, naturais de Vila Rica, chamada pouco depois, por mofa, Vila Pobre e logo a seguir com o nome que fica: Ouro Preto, das jóias mais lindas dum Brasil bonito. Voltaram então, senhores e meninos para o Reino. Pelas minhas contas estamos em fins de 1782.

Em Guimarães, ao vagar, a 14.6.1782, o Arciprestado da vila ao Senhor D. Prior e ao Cabido, «por insinuação do Príncipe N. Sr.», que muito o protegia, é provido Manuel Caetano Ferreira de Eça, Arcediago de Vila Cova; é o novo Arcipreste da Colegiada da Oliveira. Em Lisboa, a 26.8. do mesmo ano, D. Gregório José António Ferreira de Eça e Meneses, primogénito da Casa, esporas a reluzir, sabre a estrear, com dispensa de menoridade assenta praça como cadete; promovem-no a alferes a 16.9.1784<sup>299</sup>. As reuniões, as festas são acontecimentos quase vulgares. Depressa! Não queremos perder os saraus no palácio das Picoas: ouvir a Família Real, a Corte a cantarem, a fazerem música. Ver grupos a dançarem, a galantearem-se, leques a abanar compasados. E o «bom D. Rodrigo de Meneses a contar «as últimas

---

<sup>296</sup> Veríssimo Serrão, *Historia de Portugal*, Ed. Verbo, vol. VI, p. 385.

<sup>297</sup> *Resenha* (nota 293).

<sup>298</sup> V. nota 281.

<sup>299</sup> As datas das promoções nas carreiras de D. Gregório e D. Diogo, são copiadas da *Nobreza de Portugal* (nota 286).

facécias que sabia»<sup>300</sup>. Conselheiro da Fazenda e da Casa e Estado das Rainhas é também D. Rodrigo, Mordomo-Mor e Veador da infantita espanhola Dona Carlota Joaquina, 11 anos acabados de fazer, vivos e arteiros, ao entrar pelo Caia, a 8.5.1786, desposada com o nosso Infante D. João.

Transforma-se a Corte. Se a morte duma pessoa querida arrasa tanto, destrói tanto como pode a Rainha Dona Maria I sensível, inteligente, a carregar na sua fragilidade o terrível fardo de reinar, o processo dos Távoras, a guerra dos limites do Brasil, os meandros das relações externas a enredar-nos, a asfixiar-nos, resistir a tantos golpes? A 25.5.1786 morre o Rei consorte, D. Pedro III, marido e tio a quem muito queria. Segue-se a 11.9.1788 o filho mais velho, D. José, Príncipe do Brasil, a varíola a matá-lo aos 27 anos. Dois meses depois, a 2.11., em Espanha, ainda de parto dum infantito que também morre, as bexigas levam sua muito querida filha Infanta Dona Mariana Vitória Josefa, mulher do Infante espanhol D. Gabriel. Em 1789 rebenta a revolução francesa no desvairo de assassinar os Reis, os nobres, o povo. Admira-se alguém que a Rainha, perca aos poucos e para sempre a razão? O Príncipe D. João, agora herdeiro, conduz os negócios do Reino.

D. Gregório José António Ferreira de Eça e Meneses, 2.º Tenente desde 11.1.1790 e seu irmão imediato D. Diogo de Meneses e Eça, cadete e depois alferes a 11.8.1789 no regimento de cavalaria de Alcântara correm escadas acima, ao Bomsucesso, palacete de seus pais em Lisboa. Moços-Fidalgos da Casa Real<sup>301</sup> sobem os dois manos, nascidos na Casa do Arco em Guimarães. O mais novo é agora oficial às ordens do Ajudante General o Marquês de Marialva, seu avô. Que importa que Espanha ameace, a França exija, a Inglaterra ordene? Com garbo, prontos para a refrega, ostentam as suas fardas, o seu entusiasmo. A 25.11.1796 morre-lhes a mãe, Dona Maria José Ferreira

---

<sup>300</sup> Caetano Beirão, *D. Maria I*, Imp Nacional de Publicidade, Lisboa, 1934, p. 286.

<sup>301</sup> Fidalgos Escudeiros por Alv. de 8.3.1785, acrescentados depois a Moços-Fidalgos a 7.10., Liv. 10 das Mercês da Rainha D. Maria I, fl. 305, in *Dicionário Aristocrático* (nota 260), D. Diogo Ferreira de Eça de Noronha e Meneses.

de Eça e Bourbon<sup>302</sup>, Morgada de Cavaleiros, senhora de muitos vínculos, o luto a cobrir muitas casas e certamente a alma dos seus.

Em 1798, seu viúvo, D. Rodrigo José de Meneses casa uma filha: Dona Isabel José de Meneses, a nascida em Minas Gerais<sup>303</sup>. D. João de Almeida Melo e Castro, 5.º Conde das Galveias, Ministro de Portugal em Londres, Haia e Roma, Embaixador em Viena de Áustria, delicadas missões num mundo conturbado, o noivo, é bastante mais velho. Não terão filhos<sup>304</sup>. Ao findar o século XVIII, aproveitamos para agrupar à sua volta toda a família dos fidalgos do Arco; cabeleiras empoadas, coletes de seda bordados, condecorações a brilharem. Além do Pai, de D. Gregório e D. Diogo vemos também os outros irmãos: D. Manuel de Meneses e Eça, jovem oficial da Armada Real, Dona Eugénia José de Meneses, Dama do Paço e D. José Tomás de Meneses, fardado como os mais velhos. Não resistimos a colocar mais personagens neste quadro: os doutos confessores, os reluzentes escravos, a infindável família de criados e aias, as ricas parselhas, os seus cães favoritos.

Procura D. Rodrigo de Meneses uma casa em Lisboa para seu filho mais velho, agora Morgado de Cavaleiros e de outros

---

<sup>302</sup> Data tirada da *Resenha* (nota 293) e repetida em diversos nobiliários.

<sup>303</sup> Id., desconheço a data e o local do seu falecimento, não teve geração.

<sup>304</sup> Ministro em Londres em 1801, nomearam-no Ministro dos Negócios Estrangeiros. Por não se submeter às exigências de Lannes, demitiram-no e enviaram-no para Viena de Áustria. Foi para o Brasil com a Família Real. No Rio foi em 1811 Ministro da Marinha, a partir de 1812, acumulou esta pasta com a da Guerra e a dos Negócios Estrangeiros até à morte. 5.º Conde das Galveias, Couteiro-mor da Casa Real, Conselheiro de Estado, Presidente da Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército, Grã-Cruz das Ordens de Aviz e da Torre e Espada, etc., etc. Filho de D. António de Almeida Beja e Noronha, F.C.R., e de sua m.<sup>re</sup> D. Violante Joaquina de Melo e Castro, herd.<sup>a</sup>, n. em Lisboa a 23.1.1756 e † no Rio de Janeiro a 18.1.1814 (V. *Nobreza de Portugal* (nota 286)). A influência inglesa, as negociações sobre a restituição de Olivença e parte da Guiana, os direitos da Rainha D. Carlota Joaquina sobre o Rio da Prata, os diplomas para mitigar os sofrimentos dos escravos, os projectos dos casamentos das Infantas, etc., são factos salientes nos seus ministérios. No Rio viveu num palacete que construiu no sítio de Mata-Porcos. Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, 2.ª ed., Liv. José Olympio, 1945, 1.º vol., pp. 29 e 234, faz-lhe muito más referências. A Rainha D. Carlota, tratava-o por «Doutor Pastorinha».

vínculos, senhor da Casa do Arco na Rua de Santa Maria em Guimarães, capitão de Cavalaria. Principia as negociações para a compra dum belo palácio na Rua da Junqueira não longe da casa paterna. É o mandado construir pelo Patriarca Lázaro Leitão Aranha e riscado por Carlos Mardel em 1718. Para essa casa — a Casa Nobre de Lázaro Leitão — com «sua ermida, jardim, quinta e oficinas correspondentes»<sup>305</sup>, a olhar o Tejo vai morar D. Gregório, depois do seu casamento, a 13.5.1800 com a viúva do 3.º Conde da Cunha, Dona Francisca Correia de Lacerda Melo Pita Pacheco, senhora da Honra de Farelães<sup>306</sup>, Dama das Rainhas Dona Maria I e Dona Carlota Joaquina e das Ordens de Santa Isabel e Maria Luísa em Espanha. Está instalado D. Gregório José António.

A geada amaciara a terra. Caíra a chuva, em fortes bátegas a empapá-la, ora miudinha a dar leveza. Viera o sol, aquecera, puxara as plantas. E as colheitas ali estavam, fartas, esplêndidas! Correram bem o ano de 1800. Logo baixaram os preços e uma lei proibia os frutos e géneros de circularem; quase os confinava ao local onde se colhiam. Da quinta de Cavaleiros partem carros, a chiarem, carregados de grãos e frutos. Embarcam em Vila do Conde, na azáfama do porto, à vista de todos. Como?

«Consistindo todo o rendimento da sua Casa de Cavalleiros em graos da sua produção e por os preços terem soffrido naquella Provincia huma consideravel diminuição não só pella abundancia que delles tem havido mas tambem por se achar na conformidade das Reaes ordens vedada a sua exportação», D. Rodrigo José de Meneses «do concelho de Sua Alteza Real e da Sua Real Fazenda e viador da Princeza Nossa Senhora»,

---

<sup>305</sup> Arthur Lamas, «A Rua da Junqueira», Sep. da *Arqueologia e História*, ed. do autor, 1922, pp. 24 a 28.

<sup>306</sup> Filha herd.<sup>a</sup> de Francisco Manuel Correia de Lacerda, 14.º sr. da Honra de Farelães, Moço Fid., Mestre de Campo de Auxils. no Minho e Ver.º da Câmara do Porto, e de sua m.<sup>er</sup> D. Mariana Pita Pacheco de Melo Malheiro, neta pat. de Francisco Correia de Lacerda, sr. de Ruivães e, por intromissão, na Honra de Farelães, e de sua m.<sup>er</sup> D. Francisca Luísa de Magalhães e Melo, sr.<sup>a</sup> da Casa de Mondim em Tarouca, e mat. de Gaspar Pereira Pacheco Ferraz, e de sua m.<sup>er</sup> D. Francisca Josefa de Melo Pita. N. a 1.8.1770 e † a 8.12.1829, enviuvou a 2.5.1798 de seu 1.º marido, D. Pedro Álvares da Cunha, 3.º Conde da Cunha. S.g.

redige uma suplica. Em resposta, a 17.9.1800, «Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor» «por motivos particulares» permite-lhe uma especial graça<sup>307</sup>. Todo o rendimento das suas propriedades pode seguir para onde e como ele quiser. O de Cavaleiros, «com atestações juradas e passadas pelos seus procuradores a declarar a terra para onde se dirigirem», pode embarcar em Vila do Conde para qualquer parte do Reino «onde melhor lhe convier e melhor lhe possa reputar».

Estende-se a mercê às mais quintas dos senhores de Cavaleiros. Passam-se ordens para «todas as Justiças da villa de Ponte de Lima não embarçarem o transporte dos fructos da sua quinta e Morgado dos Machados» e da mesma sorte as de Penafiel pela produção das terras do vínculo de Recezinhos. O Marquês Mordomo-Mor, o Doutor Francisco de Almada e Mendonça e todos os seus cargos<sup>308</sup>, o Juiz de Fora de Vila do Conde, o Doutor Corregedor da Comarca de Barcelos, o Escrivão das superintendências das Alfândegas, as Justiças de Ponte de Lima e Penafiel, o Procurador dos Auditórios e o escrivão do Senado de Vila do Conde, fazem saber uns aos outros, com reverência, o régio despacho, a abrir passo às colheitas do Morgado de Cavaleiros.

Não sei qual a situação dos regimentos onde prestam serviço D. Gregório José António Ferreira de Eça e Meneses e seu irmão o Sargento-Mor D. Diogo de Meneses e Eça ao acabar a primavera de 1801. Sei que Don Manuel Godoy, Duque de Alcudia, Príncipe da Paz, Capitão General, na euforia da conquista nesta invasão de 15 dias, frente a Elvas, a 20 de Maio, corta nos fossos da nossa Praça dois ramos de laranjeira em sinal de vitória.

---

<sup>307</sup> «Registo de huma Carta Precatória vinda do Juizo da provedoria da Cidade do Porto em que vinha incerto hum Avizo do Principe Nosso Senhor a favor do Fidalgo de Cavaleiros para elle poder transportar o seu pão para onde quizer», 17.9.1800, in Liv. de Registo Geral da Câmara de Vila do Conde, vol. 13, fls. 61 e 63, Arq. Mun. de Vila do Conde.

<sup>308</sup> Era Comendador na Ordem de Cristo, Moço-Fidalgo, com exercício, Dez.<sup>or</sup> dos Agravos da Casa da Suplicação na relação do Porto e sua comarca, Corregedor, Provedor e Superintendente dos Tabacos, Alfândega e Marinha, com jurisdição e Alçada. O escrivão da Câmara de Vila do Conde, era José Baptista Ribeiro de Faria.

Manda-os à rainha Espanhola. Elvas resiste, Campo Maior também. Ri-se o povo do gesto do inimigo, riem-se os grandes, estende-se o riso pela planície alentejana. Devolve o eco as gargalhadas. Amargas, perdem força, nervosas. Escondem incompetência, a nossa derrota. Nesta Guerra das Laranjas, caem vilas, cai Olivença até hoje.

Nestes anos na Casa do Arco não há a animação de outrora. Quando da partida dos seus senhores para Lisboa, nela ficaram no seu grave viver os meio-irmãos de Dona Maria José Ferreira de Eça e Bourbon: Dona Catarina Bernarda e o Reverendo Arcipreste da Real Colegiada, Manuel Caetano Ferreira de Eça. Agora só ele aí mora com seu coadjutor e fámulos. Basta-lhe descer um pouco a Rua de Santa Maria, sacudir um pouco no inverno a lama das suas vestes, entra logo na igreja da Senhora da Oliveira; tem à mão a secretaria onde exerce a autoridade sobre os párocos do termo. Basta-lhe subir a rua, no verão a limpar com o lenço o afogueamento do rosto, desemboca na da Infesta. Aguarda no Convento do Carmo os abraços de suas filhas Dona Ana Fortunata Ferreira de Eça e Dona Violante Amália de Eça e Castro, meninas de 18 e 16 anos<sup>309</sup>, por ele aí recolhidas. Pensa em dar-lhes estado.

A 22.4.1801, tinham as freiras recebido de suas mãos com várias condições e reservas três contos e duzentos mil réis para sustento e dotes das duas irmãs. Crescidas, educadas pelas madres dá-lhes então o pai uma «larga escolha». Podem se quiserem ser freiras no Carmo ou professar noutra Ordem. Podem casar «desde que seja com pessoa de qualidade e que tenha de rendimento sólido hum conto de reis e daí para cima». A eleição do futuro marido fica a gosto do pai e na sua falta ao do Reverendo Dr. Pedro Carneiro de Melo, seu coadjutor. Deles é «tambem a definição da qualidade do Espozo e seu

---

<sup>309</sup> D. Violante Amália foi bap. a 21.10.1785 como Violante Rosa, L.º de nascimentos da freguesia de S. Cipriano de Tabuadelo, Arq. Mun. A. Pimenta (1716-1803). D. Ana Fortunata foi bap. a 14.11.1783, L.º de Nascimentos n.º 10, freguesia de S. Sebastião, Arq. Mun. A. Pimenta.

rendimento»<sup>310</sup>. Perfilhadas<sup>311</sup> pelo Pai e por Alvará Regio, ambas casam<sup>312</sup>. Dão no seu destino de boas mães de família, muita descendência aos fidalgos do Arco<sup>313</sup>.

Em Lisboa a 23.11.1801 casa também D. Diogo de Meneses e Eça com Dona Mariana Antónia do Resgate de Saldanha Corte Real da Câmara, senhora da Casa de sua Mãe e herdeira presun-

---

<sup>310</sup> «Contracto do Ill.mo Manoel Caetano de Eça Arcipreste na Real Collegiada desta v<sup>a</sup>, com as Religiozas do Convento de St<sup>a</sup> Clara da m<sup>a</sup> a 22.4.1801, L.<sup>o</sup> de notas do Tab. Nicolau Teixeira de Abreu (10-3-56), Arq. Mun. A. Pimenta. O convento obriga-se a dar às ditas suas filhas, o correspondente ao juro anual de cinco por cento em pagamentos mensais, da quantia por ele entregue. À hora da morte, cada uma pode dispor de um conto de réis; se entrarem para freiras noutro convento, a comunidade será obrigada a entregar-lhes quatro mil cruzados. Na escritura há mais condições. No mesmo Tab., e a 5.8., compromete-se Manuel Caetano, no caso das filhas saírem do convento, a entregar às freiras, 100\$000 por cada uma.

<sup>311</sup> «Perfilhação do Ill.mo Manoel caetano Ferr<sup>a</sup> de Eça, Arcipreste na Colegiada desta v<sup>a</sup> em favor de suas f.as D. Anna Fortunata e D. Violante Amália», a 26.5.1801 (id. liv.<sup>o</sup> de notas), feita na Casa do Arco onde vivia; a mãe de ambas era D. Josefa Dias de Paiva. Pede Manuel Caetano, a «Sua Alteza Real que deos goarde lhes mande passar Carta de Legitimação», para que D. Ana Fortunata Ferreira de Eça e D. Violante Amália de Eça e Castro, lhe possam suceder em sua herança ou ab-intestato, e «para gozarem todas as honras, privilégios e liberdades», como se fossem filhas legítimas. Manuel Caetano Ferreira de Eça, † sem testamento a 13.12.1816 (Olv<sup>a</sup> Ob. 1800-60, Arq. Mun. A. Pimenta).

<sup>312</sup> D. Ana Fortunata Ferreira de Eça, x na Colegiada da Senhora da Oliveira a 20.5.1803 com Joaquim de Meireles Freire Pinto, nat. de S. Tiago de Lustosa (Felgueiras), f.<sup>o</sup> de Manuel Meireles de Sousa e de sua m.<sup>er</sup> D. Ana Joaquina da Costa. Tirando o f.<sup>o</sup> mencionado no texto, Gregório, n. na Casa do Arco, nada mais sei da sua descendência, viviam em S. Tomé de Negrelos e ele usava também o nome de Joaquim de Meireles Pinto Coelho. D. Violante Amália de Eça e Castro foi casada com seu parente António Pedro de Barros e Faria, sr. das Casas da Mogada em S. Clemente de Sande e dos Laranjais em Guimarães, f.<sup>o</sup> de Domingos de Barros de Faria, sr. das mesmas casas e de sua m.<sup>er</sup> D. Joana Maria Ferreira de Leiva, neto pat. de Torcato de Barros de Faria, sr. da Mogada, onde construiu uma casa nova e dos Laranjais onde mandou fazer a Torre por 1720, autor dum livro de genealogia «Segredos», existente na Bib. Mun. do Porto, e mat. de Manuel Jorge Ferreira e de sua m.<sup>er</sup> Maria Ferreira de Leiva.

<sup>313</sup> De António Pedro de Barros de Faria e sua m.<sup>er</sup> descendem: Barros de Faria e Castro, Pereira de Carvalho, Brion, Rebelo de Carvalho, Viscondes de Alvelos, Costa de Moraes, Belmarço, Ferreira Marques (v. A. Duarte Rebelo

tiva da de seu Pai, Condes da Lousã e Morgados de Cadafais<sup>314</sup>. Sucedem-se muitos mais acontecimentos: históricos, políticos e familiares. Há um, nesta narrativa a realçar, a desenvolver. Passa-se a correr, num rápido mencionar as brutalidades de Lannes, o jogo da Inglaterra, o despique das duas tendências. Nem sequer a mercê concedida, a 14.11.1802 a D. Rodrigo José de Meneses do título em duas vidas de Conde de Cavaleiros<sup>315</sup> a coroar os seus bons serviços, nos desvia do sucesso, a contar com pormenor, a repetir as línguas, boas ou más da Corte desatadas pelo escândalo.

Dona Eugénia José de Meneses, Dama da Princesa do Brasil, filha do Conde de Cavaleiros, nascida em Guimarães na Casa do Arco, afilhada do Rei D. Pedro III e de Nossa Senhora da Madre de Deus, «fugio para Filadelfia com o serurgião João fr.co foi pilhada e metida na encarnação de tavra»<sup>316</sup>. Nos corredores, nas antecâmaras, à porta das igrejas, entre cochichos e exclamações, não se fala doutra coisa. «— A Senhora Dona Eugénia vai ter um filho do Príncipe Regente».

Em Maio de 1803 sai Dona Eugénia do Paço. Vai, com licença por uns dias para o lindo palácio da Junqueira, casa de seu irmão

---

de Carvalho, *Pereiras de Carvalho da Casa de Freitas em Amarante*, Braga, 1969, pp. 38 a 106), Barros Rodrigues, Rodrigues Queirós, Barros Guimarães, Peixoto da Costa, etc., etc.

<sup>314</sup> Filha de Luís Antonio de Lancastre Basto Baharem, 2.º Conde da Lousã, sr. de Cernache d'Alhos, Alcaide-mor de Celorico da Beira, 11.º sr. do Mor.º da Marinha, Veador da Rainha D. Carlota, Grã-Cruz na O. da Conceição e Com.ºr de Cristo, Ten.-Cor. do Exército, e de sua 1.ª m.ºr D. Maria Rosa de Saldanha Azeredo Corte-Real da Câmara, herd.ª, neta pat. de D. João de Lancastre, 1.º Conde de Lousã († ao largo de Moçambique, quando ia tomar posse do governo da Índia) e de sua m.ºr a Condessa D. Maria Joaquina de Basto Baharem, sr.ª de vários morg.ºs, neta mat. de D. José Pedro da Câmara (Ribeira Grande), Gov. da Índia, marechal de campo e de sua m.ºr D. Maria Vitória de Saldanha Azeredo e Távora, sr.ª do Morgado dos Cadafais. Foi 3.ª Condessa de Lousã, ainda em vida de seu pai, por ser considerada herd.ª. Filha única até o pai tornar a casar já com muita idade, o 4.º Conde da Lousã foi o primogénito dos dois filhos havidos deste tardio matrimónio. V. *Nobreza de Portugal* (nota 286).

<sup>315</sup> Decreto de 14 e Carta de 29.11.1802 (D. João, Príncipe Regente).

<sup>316</sup> *Pedatura Lusitana* (nota 32).



D. Gregório José António, agora Sargento-Mor<sup>317</sup>. Numa noite, a 2 rapta-a o Dr. João Francisco de Oliveira, médico da Real Câmara, casado, a gozar de maior intimidade na Corte e da muita amizade de Sua Alteza Real D. João, o Príncipe Regente. Clandestinamente embarcam em Caxias, dirigem-se a Cádiz. A 2.6. desse mesmo ano é ordenada a devassa para o prender e sentenciar.

«Eu o Principe Regente Faço saber aos que este alvará virem que tendo-se verificado na minha real presença, que D. Eugénia José de Menezes, dama da princeza, minha sobre todas muito amada e prezada mulher, esquecida inteiramente da honra e decencia do paço, de si mesma, e d'aquelles de quem vem, se precipitara no crime torpe e abjecto de fugir com hum medico; ofendendo assim o respeito e decoro do mesmo paço, e injuriando a familia e casa em que nasceu, com tanta infamia propria, como escandalo geral. E sendo indispensavel, não só zelar o respeito devido à casa real, e à honestidade, e louvavel procedimento da familia d'ella, especialmente d'aquellas criadas, que pela sua qualidade e representação devem servir de exemplo na pureza dos costumes e gravidade de todas as suas acções; mas tambem conservar illesas a memoria e nobreza das familias illustres, que não pode ser representada por pessoas indignas; as quaes envilecendo por factos torpes, abjectos, e escandalosos a distincção com que nasceram, se desherdam por elles da grande representação dos seus maiores, e das prerogativas e privilegios que os mesmos lhes transmitiram por virtudes assignaladas, feitos heroicos, e sacrificios gloriosos: Sou servido mandar, que a dita D. Eugénia seja riscada do titulo de dama, privada de todas as mercês e honras, e excluida da sucessão dos bens da coroa e ordens a que tenha, ou possa ter algum direito: e outro sim ordeno, que seja degradada da familia e casa em que nasceu, e de que ficará estranha per si e seus descendentes, se os tiver, para todos os actos de feito e de direito, sem poder succeder em herança ab intestato, nem em vinculos e prazos familiares, como se houvesse nascido na infima plebe, extinctos todos os direitos de sangue.

Pelo que mando à mesa do desembargo do paço, que sendo-lhe apresentado este alvará, depois de passar pella chancelaria, o faça cumprir e executar com as ordens necessarias, sem embargo de quaesquer leis, instituições, investiduras e mais disposições em contrario, que todas hei por derogadas

---

<sup>317</sup> Patente de 13.5.1802.

para este effeito somente, como se d'ellas fizesse especial menção, não obstante a ordenação que dispõe o contrario, pois assim he minha vontade, e o determino definitivamente do meu motu proprio, certa sciencia, poder pleno e supremo para que mais não possa vir em duvida em juizo ou fora d'elle. E o mesmo observará o meu mordomo-mor, pella parte que lhe toca. Dado no palacio de Queluz em 2 de junho de 1803 — Com a assignatura do principe regente e a do ministro»<sup>318</sup>.

Ao largo de Cádiz param os fugitivos. Dona Eugénia de Meneses, banida da Corte, dá à luz ume menina: Dona Eugénia Maria de Meneses. Filha do Príncipe D. João? Filha do Dr. João Francisco de Oliveira? Cádiz marinheira, com o gosto a mar nas suas ruas, a lua a clarear os seus pátios, as grades a adensarem o mistério das suas casas, acolhe os primeiros choros da neta do Conde de Cavaleiros. Segue o médico viagem para a Califórnia.

Mais detalhes dá a sentença da Casa da Suplicação de 12.6.1804 ao condenar o Dr. João Francisco de Oliveira:

«que foi Physico-mór dos exércitos e Medico da Real Camara do mesmo Senhor. (Principe Regente) pelo torpissimo, e abominavel attentado com que prevaricou no exercicio do seu emprego, abusando da faculdade, e entrada que por ella se permitia na pousada de Dona Eugénia José de Menezes, dama do paço; alliciando-a até ao ponto de a raptar, ausentando-se com ella fugitivo...».

Provam que o réu

«prevalecendo-se da entrada no Real Paço, que lhe conferia o officio de Medico da Real Camara, temerária e aleivosamente abusára d'ella para se introduzir na frequente assistencia, que tratava na pousada da Dama do Paço D. Eugénia José de Menezes, alliciando-a até ao ponto de a raptar da casa de seu irmão, para onde sahio licenciada, com o pretexto de molestias, e donde o mesmo réu, na noite de 27 de Maio de 1803 a levou para as praias próximas ao lugar de caxias, aonde tinha preparada e prompta a embarcação, em que com ella se trans-

---

<sup>318</sup> Sentença publicada por F.A. Rodrigues de Gusmão em «Apontamentos para uma Biographia», in *Archivo Pitoresco*, vol. IV, ano 1861, donde a transcrevemos.

portou fugitivo, de sorte que seria ella achada em Cadiz, não houve noticia delle, nem consta de parte certa aonde possa ser achado...»

E logo a sentença:

«a que com baraço e pregão seja levado até ao lugar da forca, aonde morrerá morte natural para sempre; e visto estar ausente o hão banido, e mandam as justiças do dito Senhor, que appelidem contra elle todas as terras para ser preso, ou para que cada um do povo o possa matar, não sendo seu inimigo em confiscação e perdimento de seus bens para o Fisco e Camara Real...»<sup>319</sup>

A levar «uma vida regular e devota, a padecer no corpo e no espirito o que só Deus sabe», agarrada à filha, «tinha muita caridade, a sua lingoa era benedicta...»<sup>320</sup>, vive a senhora Dona Eugénia José, enclausurada em Tavira, no Mosteiro das Freiras de Cister. No convento recebe por intermédio do Esmoler-mor e do real Bolsinho um conto de réis por ano. Haverá outras provas «da Real Benevolencia e Munificencia do Senhor Rey D. João 6.<sup>o</sup>»<sup>321</sup>. Mas, até hoje, fica o segredo por desvendar, a apaixonar quem o estude, quem o procura contar.

Neste período, se aprofundado, admira-se os meandros e subtilezas da nossa diplomacia. Acossados por duas forças, uma delas unida à da vizinha Espanha, o Príncipe Regente e o seu Governo equilibram, vacilam, recuam, jogam, tudo tentam para manter a nossa neutralidade. Colocado no Regimento de cavalaria de Mecklemburgo D. Diogo José de Eça e Meneses, em breve promovido a Tenente-Coronel, é por mercê de 25.4.1804 3.<sup>o</sup> Conde da Lousã<sup>322</sup>, título da família de sua mulher. Em Guimarães na Casa do Arco, a 20.12.1806, nasce um menino: Gregório, filho

---

<sup>319</sup> Transcrita a p. 36 em «A Rua da Junqueira» (nota 305), carta n.º 7, publicada no *Diário de Lisboa*, de 29.5.1922, assinada por Eduardo Burnay.

<sup>320</sup> «Apontamentos para uma Biographia» (nota 318), testemunho duma Sr.<sup>a</sup> amiga de D. Eugénia.

<sup>321</sup> Id.

<sup>322</sup> O dec. é assinado por D. João, Príncipe Regente. A patente de Ten.-Cor. é de 15.8.1805, em 14.11.1802 tinha sido colocado no Reg.<sup>o</sup> de Cav.<sup>a</sup> de Mecklemburgo.

de Dona Ana Fortunata Ferreira de Eça e de seu marido, padrinhos do recém-nascido são o Conde de Cavaleiros (D. Gregório) primo-irmão de sua Mãe e a tia materna Dona Violante Amália por procurações passadas a Inácio Leite de Almada e José Leite de Almada <sup>323</sup>, futuros donos da Casa do Arco, talvez a olharem a degradação das paredes talvez a sonharem com obras a virem. Entra-se no ano de 1807.

D. Rodrigo José António de Meneses, 1.º Conde de Cavaleiros «passava em Villa do Conde todo o tempo que lhe era possível tirar ao exercício dos seus cargos» <sup>324</sup>. Mas é em Óbidos na sua quinta do Furadouro, que a 13.5.1807, angustiado pelo provir do Reino, dos filhos, amargurado com o destino da filha, entrega a sua alma a Deus <sup>325</sup>. A hora é muito grave, o futuro incerto. «*Em 1897, Napoleão tendo acordado em Tilsit, a paz com a Russia, decide aplicar a Portugal com todo o rigor o bloqueio continental. Finge submeter-se às exigências da França o governo português, rompe relações com a Inglaterra, sua secular aliada, chega mesmo a declarar-lhe guerra. Estas medidas tomadas a contragosto não iludem o Imperador. Decidido a liquidar a questão, conclue em Fontainebleau, no mês de Outubro de 1807, um tratado secreto com a Espanha, a prever a partilha de Portugal entre os dois aliados e a sua ocupação por um exército franco-espanhol. Antes mesmo da conclusão do tratado, o corpo de observação da Girone, composto por 25.000 homens, debaixo das ordens do General Junot, concentrava-se em Baiona. Napoleão dá-lhe ordem de marcha sobre Lisboa, com a maior urgência*» <sup>326</sup>. 1.500 soldados

---

<sup>323</sup> Olv<sup>a</sup> N 11, Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>324</sup> «Notas» d'um Antiquário (nota 141).

<sup>325</sup> Nota mencionada na *Resenha* (nota 293) e repetida por Albano da Silveira Pinto, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Emp. Ed.<sup>a</sup> Franc.º Artur da Silva, Tomo I, p. 432, Condes de Cavaleiros, Domingos de Araújo Affonso e Rui Dique Travassos Valdez, *Livro de Oiro da Nobreza*, Tip. Pax, Braga, Tomo III, MCMXXXIV; *Nobreza de Portugal* (nota 286) e no *Anuário Genealógico Brasileiro*, Dir. por Salvador de Moya, ano V, 1943: — Titulares Estrangeiros no Brasil.

<sup>326</sup> Tradução dum trecho de Roger Kahn, «Les Portugais de La Grande Armée», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1969, p. 353.

e oficiais, rotos, famintos, descalços entram em Lisboa com Junot a 30 de Novembro.

A Corte já embarcara para o Brasil! Escaleres levaram em lágrimas o Príncipe Regente, os Infantes, a Princesa do Brasil, a Princesa, os gritos duma Rainha. Barcaças carregadas de nobres, de letrados, de sacerdotes encostaram às naus. Às costas de homens, em carros de bois tinham chegado em caixas os tesouros, as baixelas, as maiores riquezas. «... Alfaias, mobiliário diverso, material das repartições publicas, um arquivo, uma biblioteca, uma tipografia encaixotada, todos os valores publicos e privados»<sup>327</sup> tinham também embarcado. Ao redor das liteiras, das cadeirinhas, das segas a transportarem as 15.000 pessoas que partiam, choraram na mesma dor os que ficaram. Até o Tejo, até o mar se levantaram: pelo mau tempo, estiveram todos, uns dias ao largo. Só a 29 de Novembro a Esquadra se fizera ao mar. Junot já não os encontrou! Portugal não caía<sup>328</sup>.

Zarparam oito naus, três fragatas, quatro brigues, duas escunas<sup>329</sup> e vinte e três navios de comércio, o melhor da Armada Portuguesa. D. Manuel de Eça e Meneses, o nascido no mar<sup>330</sup>, filho dos senhores de Cavaleiros, Capitão de Mar e

---

<sup>327</sup> Luiz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil*, Brasiliana, Bib. Pedagógica Brasileira, 1938, p. 353.

<sup>328</sup> Uma corrente de escritores, nascida com o liberalismo e guiada pela maçonaria, classifica de «fuga covarde» a partida da Família Real para o Brasil; e a D. João VI como monarca medroso, oco, a gordura dos franguinhos assados, a escorrer-lhe pelos queixos. Historiadores brasileiros, portugueses e estrangeiros mostram e provam que a ida da Corte para o Rio foi um acto político do maior alcance e que D. João VI, à luz dos documentos, foi um grande monarca, muito diferente da imagem que tentaram impingir. O mesmo sucede à caluniadíssima Rainha D. Carlota Joaquina, reabilitada sem adulações, por historiadores conscientes, apesar de concordarem todos com seu feitio instável e difícil.

<sup>329</sup> *História de Portugal* (nota 296), vol. VI, p. 337. Alfredo Botelho em «A Marinha na História Nacional» no *Livro de Ouro e Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, 1922, diz que a esquadra era composta por 8 naus, 2 brigues, 1 escuna, 1 charrua e 23 navios de comércio.

<sup>330</sup> V. p. 216. Sobre a nau do seu comando, lê-se em *D. João VI no Brasil* (nota 304), pp. 72-73: «Fora da barra a esquadra ingleza esperava a nossa para a comboiar, ajudando-a logo à saída num temporal que se levantou. Destacou-se para Inglaterra, uma das naus por incapaz, indo no seu lugar a *Martim de Freitas*».

Guerra, Cavaleiro das Ordens de S. João de Jerusalém e da de Cristo, comanda uma das naus, a «Martim de Freitas». Na comitiva real: D. Gregório José António Ferreira de Eça e Meneses, 2.º Conde de Cavaleiros, senhor desse e doutros morgadios, da Casa do Arco em Guimarães, Estribeiro-mor da Princesa do Brasil. Ambos os irmãos, a Família Real, todo o séquito além dos enormes sacrifícios da viagem sofrem a princípios de Janeiro de 1808 uma terrível borrasca. Os ventos inclementes desgarram em duas a Frota Real.

Metade da armada com a graça de Deus, a 17 de Janeiro arriba ao Rio. Não sabem do resto da esquadra. A Princesa do Brasil, viúva, a Infanta Dona Mariana, as Infantinhas Dona Maria Francisca e Dona Isabel Maria são as primeiras a entrar no deslumbramento de Guanabara. Logo chega a «Rainha de Portugal» e outros navios portugueses e ingleses. Ignorantes do paradeiro do Príncipe Regente, do resto da frota, ficam dentro dos navios, ao longe o Rio de Janeiro a tremeluzir em homenagem às Princesas. A 29.1.1808 D. Manuel de Eça e Meneses, comandante da «Martim de Freitas», morre afogado<sup>331</sup> na Baía da Guanabara.

Aportara o Príncipe Regente a 21 de Janeiro na Baía de Todos os Santos de S. Salvador. Lá ficara quase um mês, a refazerem-se os homens e navios da longa viagem. Entrara na Catedral, o povo contente por ver a Família Real, os Grandes da Corte. Abertas e vazias as melhores casas para os receberem<sup>332</sup> esboçaram os comerciantes, o Governador o projecto de reter o Príncipe na terra baiana, ladeiras a subirem, igrejas de ouro, macumbas e candomblés à luz da lua. Lá promulgara a lei a abrir os portos do Brasil às nações amigas. Mas o destino é o Rio de Janeiro.

Desembarcam no Rio a 8 de Março, ilhas luxuriantes semeadas na baía, sol a faiscar nos morros de pedra. A cidade

---

<sup>331</sup> V. nota 325.

<sup>332</sup> É tradição familiar que uma das casas escolhidas foi a de Francisco Martins da Costa Guimarães, opulento negociante na Baía, nat. de Guimarães, sr. da Casa de Minotes, v. o meu *Velhas Casas II, Fermentões*, Guimarães, 1968, Casa de Minotes.

não é rica. O povo enchera as estreitas ruelas com flores, pendurara em cada janela uma colcha. Em arcos ornamentados cantara o seu júbilo. Está todo nas ruas para reverenciar, dar tudo o que tem. Está admirado, gozoso, numa enorme onda de respeito, de amor, de devoção. Do bergantim Real saem os Augustos Senhores, beijam a Santa Cruz, aspergem-nos com água benta. Debaixo do grande pálio encarnado, bordado a ouro avança o Príncipe Regente, os olhos vivos da Princesa do Brasil Dona Carlota Joaquina a vigiarem, a curiosearem, a turbulência e a irrequieitação do Príncipe da Beira e do Infante D. Miguel, a Princesa viúva, os mais infantes. Seguem-se a nobreza, os magistrados, o exército, a longa fila de sacerdotes.

O povo com o seu instinto vê no Príncipe Regente, o bom Rei, a viver para a Pátria e para os súbditos, esclarecido, humano, a fazer-lhes bem. O Príncipe entristecido pelo dever de abandonar Portugal para o continuar e não deixar morrer, avança. Sente o calor da terra, o entusiasmo das gentes. Povo e Governante sorriem-se timidamente. Uns na sua pequenez, quase agachados. Ele no alto da sua grandeza, a mitigar o seu sofrimento. E durante os 13 anos que fica no Rio a quem dá o coração, o Príncipe Regente, depois D. João VI deita com o seu amor, a sua dedicação, as raízes dum grande Brasil.

Passada a primeira estranheza, os primeiros incómodos, toda a Corte se adapta e retoma os seus hábitos, apenas coloridos, amolecidos pelo calor dos trópicos. Governo formado, surgem os teatros, ministérios, igrejas, bancos. Instalado ao princípio em casa alheia, compra e constrói os seus palacetes. Vive o Príncipe na chácara da Boavista, a restante família instala-se no antigo Paço dos Vice-Reis ao Carmo. Rejubilam com a conquista de Caiena. Dentro das igrejas, nas residências régias ecoa a música sacra num período áureo. Há lindos passeios, mitigam-se as saudades.

A galope, montada à homem a Princeza do Brasil architecta o sonho de ser Rainha do Prata. A Província Cisplatina é incorporada à Coroa, a realizar parte do seu desejo, fruto das suas conspirações. Fogosa, pulseiras nervosas nos pulsos, arranca no seu galopar contra a Maçonaria, as ideias liberais, a História que a difamará, o marido com quem pouco se entende. Rodeiam-na os seus oficiais, a obrigarem o cumprimento estrito

da etiqueta da Corte por onde passa<sup>333</sup>. Enxameiam os afilhados, as famílias que protege, a sua bolsa a diminuir com as jóias compradas, a caridade que pratica. Irrequieta, agarrada aos filhos, a detestar o sobrinho, trabalho dá a todos. Que o diga o 2.º Conde de Cavaleiros, D. Gregório José António Ferreira de Eça e Meneses, seu estribeiro-mor, derreado, debaixo do sol ardente, ansioso pelo descanso que não vem.

Não é só a música, a caça, o deleite. No Paço é grande a azáfama. Leis e decretos nascem e regem o imenso Brasil, partem para Portugal. Em 1810 o tratado anglo-luso, forçado pela necessária ajuda à Metrópole saqueada pelas invasões francesas, pesa muito sobre a nossa economia no Brasil. Privilegiados os cargueiros ingleses cruzavam os mares. Até as autoridades portuguesas ao cumprirem a lei, atrapalham a livre circulação dos nossos barcos. «*Haja vista o caso do «Tigre», navio saído de Londres para o Maranhão em 1810 e que, depois de carregado para a torna viagem, foi detido pelo Governador D. José Thomas de Menezes por não poder o mestre do barco satisfazer e exigência legal mandando viajar com capelão e cirurgião, pela simples razão de se não encontrar eclesiástico ou facultativo na capitania ou disposto a emprender a travessia*»<sup>334</sup>.

À procura de Padre, à procura de médico, envolto nas papé-ladas dos despachos, tem graça ser no Maranhão, depois de o ter visto nascer em Minas e seguir a carreira dos irmãos, que nos aparece o filho mais novo dos senhores de Cavaleiros: D. José Tomás de Meneses «Comendador da Ordem de Aviz, Cavaleiro da de S. João de Jerusalem, Governador e Capitão General do Maranhão, Coronel da Cavalaria»<sup>335</sup>. Está casado com Dona Luísa Perpétua Carneiro Souto-Mayor, viúva com geração de Luís Carlos de Abreu Bacelar, Coronel das Milícias do Piauí<sup>336</sup> e

---

<sup>333</sup> O que chegou por vezes a provocar incidentes diplomáticos. *D. João VI no Brasil* (nota 304), pp. 287-289.

<sup>334</sup> Id., II vol., p. 406.

<sup>335</sup> V. nota 325.

<sup>336</sup> D. Luísa Perpétua houve deste 1.º casamento, pelo menos a Luís Carlos de Abreu Bacelar Castelo Branco, marido de D. Maria Amália de Saldanha Oliveira e Sousa (Rio Maior), c.g. ext.<sup>a</sup> V. Luís Moreira de Sá e Costa, S.J., *Descendência dos 1.ºs Marquês de Pombal*, Ed. da Tip. Costa Carregal, Porto, 1937, p. 194.



filha de Aires Carneiro Homem de Souto-Mayor, Coronel do regimento de Milícias do Maranhão e de sua mulher Dona Maria Joaquina Belford<sup>337</sup>. Sua filha, Dona Maria José, morre cedo. O filho, D. Rodrigo José de Meneses Ferreira de Eça, a ser um dia 3.º Conde de Cavaleiros<sup>338</sup> nasce no Rio de Janeiro a 13.5.1813 para satisfação dos pais e do tio o 2.º Conde. É no Rio, a deixar o filho pequeno, que se dá o falecimento de D. José Tomás.

---

<sup>337</sup> V. nota 325.

<sup>338</sup> O 3.º Conde de Cavaleiros n. no Brasil; muito cedo assentou praça em Cavalaria, que abandonou para se dedicar à política. X a 24.11.1834 com D. Maria das Dores de Portugal e Castro, f.ª de D. José Bernardino de Portugal, 11.º Conde de Vimioso e 5.º Marquês de Valença e de sua m.ª a Condessa D. Maria José de Noronha, neta pat. de D. Afonso Miguel de Portugal, 4.º Marquês de Valença e 10.º Conde de Vimioso e de sua m.ª a Marquesa D. Maria Teresa da Silva (Alegrete) e mat. de D. Caetano de Noronha, Conde de Peniche e de sua m.ª a Condessa D. Maria José de Almeida, herd.ª, s.g. Par do reino (5.3.1853 — D. Maria II), Gov. Civil de Braga de 22.4.1857 a 29.9.1857 (reinado de D. Pedro V) (António Manuel Pereira, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Manuel Barreira Ed., Porto, 1959), Deputado em várias legislaturas. Em 1861 ouviu-se a sua voz no Parlamento a defender energicamente as irmãs da caridade contra os fanáticos que as atacavam (Damião Peres, «Da 'regeneração' ao 'reformismo' 1869», in *História de Portugal*, ed. monumental, Portucalense Editora, Barcelos, MCMXXXV, dir. de Damião Peres, vol. VII, Cap. XII, pp. 35 e 355). O tít. de Conde de Cavaleiros foi-lhe renovado por Dec. de 17 e C. de 23.11.1865 (D. Luís). Sr. da Casa de Cavaleiros «vincullos della e mais pertenças, várias bouças e terrenos soltos mas demarcados, tudo do dominio exclusivo da mesma Casa», por os gados dos habitantes das freguesias onde se situavam os seus terrenos os invadirem, e o que era mais grave, neles se fazerem «Roços ou corte de matas ou de quaisquer arbustos ou madeiras que nelles se criem», faz uma solicitação à Câmara de Vila do Conde. Já nesse sentido, seus antepassados, Manuel Machado de Miranda e m.ª, tinham obtido sentença contra os moradores das freg.ªs de Rio Mau e Bagunte do conc. de Vila do Conde, e das freg.ªs de Beiriz, Terroso e Balazar, ora da comarca da Póvoa de Varzim. Pretendia que o Município publicasse uns editais, por os habitantes ignorarem quais as terras da Casa e quais os logradouros públicos, a dar aviso delas e também de «todas as penas dadas aos que se apossão do alheio contra a vontade dos donos». Indo à votação, a 1.8.1866, a Câmara vota a seu favor (L.º das Actas da Câmara de Vila do Conde 1865-66, fls. 169-170, Arq. Mun. de Vila do Conde). Gov. de Lisboa de 12.9.1866 a 3.1.1868 (vol. menc.º acima). Escuta-se, outra vez, a sua voz no Parlamento; em 1868, a defender a candidatura do Rei D. Fernando ao trono de Espanha (Joaquim de Carvalho,

Encontrado o mais novo, ao despedi-los, fazem a sua última aparição os outros irmãos. Em breve será o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Vasto campo para os procurar, extenso território para os rever. Ao principiar 1814 compra D. Gregório José António Ferreira de Eça e Meneses, 2.º Conde de Cavaleiros, no Rio de Janeiro «umas boas casas com sua chacra»<sup>339</sup>. Fica a passear entre a larga folhagem, atento ao exuberante crescer da natureza, distraído com os melhoramentos, as obras<sup>340</sup>. Em Tavira assiste-se a um pequeno drama: Frei Tomé de Castelo de Vide, confessor de Dona Eugénia José de Meneses foi transferido para o Convento de Santo António de Portalegre. Chega do Rio de Janeiro um Avizo: Sua Alteza determina que a confessada e sua filha sigam o director espiritual. É no gabinete da Madre Abadessa a ouvir a comunicação do Dom Abade de Alcobaça, escrita a 7.9.1814, resposta aos seus rogos<sup>341</sup>, pronta a partir para Portalegre que se deixa Dona

---

«Regimem politico dos pequenos partidos», in *História de Portugal* (acima), Cap. XIII, p. 380. Morreu a 23.5.1881.

Vendida a quinta de Cavaleiros em hasta pública, parte dela (prédios n.ºs da Matriz 28.470, 28.473 e 28.474) pertenceram depois a Manuel Fernandes de Carvalho e m.ª Albertina Ferreira de Amorim, proprietários e aí residentes. A 27.8.1932 é adquirida por D. Laura Jurado Ferreira Bessa, casada com Artur Teixeira Bessa, então moradores na Póvoa de Varzim e nats. da freg.ª de Godim, Peso da Régua. Vendem-na estes, em 1941 a Abílio Ferreira Maia, da Trofa, comerciante, armazenista de ferro em Gaia. Falecido em 1953, sucede-lhe sua irmã: Maria Ferreira Maia, a viver em S. Martinho de Bougado, concelho de Santo Tirso. Desta sr.ª, a 3.9.1948 passa para sua f.ª, Maria Duarte Ferreira Maia, da mesma localidade, casada com Agostinho Fernandes de Azevedo Maia, de Modivas, Vila do Conde. Adquirem estes, a 6.12.1961, a Abílio Leite Peixoto, comerciante e sua m.ª Áurea da Conceição Almeida Peixoto outra parte de Cavaleiros (n.º da Matriz 29.411). De tudo foi herd.º, a partir de 1971, seu f.º Arlindo Maia, actual dono da casa de Cavaleiros, eng.º, Provedor da Misericórdia de Vila do Conde, candidato do P.S.D. à presidência da Câmara de Vila do Conde em 1989, x c.g.

A representação dos Ferreira de Eça passou para a descendência de Martim Francisco Ferreira de Eça (p. 206); hoje tem-na os Marqueses de Alegrete. A do tít. está na casa dos Duques de Lafões, Marquezes de Marialva.

<sup>339</sup> D. João VI no Brasil (nota 304), II vol., p. 568.

<sup>340</sup> † s.g. a 25.12.1825. L.ºs citados na nota 325. Tinha a Grã-Cruz da O. de Santiago e era Com.ºr da Torre e Espada.

<sup>341</sup> «Apontamentos para uma biographia» (nota 310).

Eugénia José <sup>342</sup>. Quanto ao Tenente-Coronel, o senhor Conde da Lousã, demitido do exército, a seu pedido a 29.8.1808, é mais difícil encontrá-lo. No Rio de Janeiro, em 1816, o Visconde de Vila Nova da Rainha recebe a Princesa D. Carlota e suas filhas «com a maior pompa que se tem observado pelo que pertence a meza e recreio», «para se distinguir mais do Conde da Lousã» <sup>343</sup>. Criado o reino Unido, morta Sua Majestade a Rainha

---

<sup>342</sup> D. Eugénia José de Meneses, † no Convento de Portalegre a 21.1.1818. Sua f.<sup>a</sup>, D. Eugénia Maria de Meneses, conservou-se no Convento; até 1821 recebeu do «Real Bolsinho» 500\$000 anuais; saiu depois de 10.3.1826. X com Guilherme Smith, Cônsul da Grã-Bretanha em Lisboa, f.<sup>o</sup> bastardo, segundo dizem, de Guilherme III, Rei de Inglaterra. Tiv. só uma f.<sup>a</sup>: D. Isabel de Meneses Smith, † aos 15 anos na Ilha da Madeira. O Dr. João Francisco de Oliveira, é perdoado por Dec. de 15.4.1820 passado na Corte do Rio de Janeiro, onde foi bem recebido; a 6.11.1821 é agraciado com a comenda de Cristo. Nomeado ministro plenipotenciário em Londres e depois em Paris, perfilha, em 1822, D. Eugénia Maria de Meneses. Regressando a Portugal, é nomeado, a seguir à Vilafrancada, Ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo que exerceu durante dois dias. Deputado pelo Funchal (1822-23), sua terra natal, recebe do Príncipe Regente importantes doações na Madeira; com sua família, aí passa os seus últimos anos, a administrar os seus bens e foi Provedor da Santa Casa (*Grande Enciclopédia* (nota 9), vol. 16, Oliveira, João Francisco de —). Os f.<sup>os</sup> do seu casamento trataram sempre como irmã a D. Eugénia Maria de Meneses; um deles, foi João Gualberto de Oliveira, Barão e Conde de Tojal (4.4.1838 e 14.9.1844), duas vezes Ministro da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros. Para intentar a reabilitação de sua mãe, D. Eugénia Maria, pediu audiência à Rainha D. Maria II, «que a recebeu de forma verdadeiramente maternal». O doc. pub. em *A Rua da Junqueira* (nota 305), com a data de 30.6.1848, tem apensos o alvará a condenar sua mãe e uma sentença de justificação de 14.3.1836. D. Maria II, a 8.9.1849 revogou os decretos que condenaram D. Eugénia José e reabilitou a sua memória, 31 anos depois da sua morte. Além de *A Rua da Junqueira* (nota 305) e dos *Apontamentos para uma Biografia* (nota 318), há muitos mais estudos sobre este drama, uns a favor da paternidade de D. João VI e sacrifício do Dr. Oliveira; outros a advogarem ser este o pai. Inocêncio, *Dicionário Bibliográfico*, vol. X, p. 262, Alberto Pimentel, *A Última Corte do Absolutismo em Portugal*, p. 62, Frederico Gavazzo Perry Vidal, *Descendência de El-Rei D. João VI*, 1923, p. 155, Albino Neves da Costa, in *História*, vol. I, n.º 5, série A, Ernesto Soares in *Nação Portuguesa*, vol. VII, fasc. X e no *Arquivo Histórico da Madeira*: «De Rebus Pluribus», vol. III, p. 116, Eugénio de Andrêa da Cunha e Freitas, «Cartas do Dr. João Francisco de Oliveira a seu filho o Conde de Tojal», vol. IV, 1934, fasc. I e Ernesto Soares, «Ainda a bastarda de D. João VI», mesmo vol., fasc. 3.

<sup>343</sup> *D. João VI no Brasil* (nota 304), III vol., p. 954 — Carta de Luís Joaquim dos Santos Marrocos de 23.2.1816.

D. Maria I, dispõe-se o Conde da Lousã para ir na Armada até Leorne, com o comissário especial d'el Rei D. João VI o Marquês de Castelo Melhor buscar a Sereníssima Senhora arquiduquesa de Áustria Maria Leopoldina Josefa Carolina esposada com o Sereníssimo Senhor o Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, D. Pedro de Alcântara e levá-la, com o mais séquito até ao Brasil. Larga-se aqui o Conde da Lousã, entre os brilhantes e roupagens de gala, nos preparativos da sua missão <sup>344</sup>.

---

<sup>344</sup> Segue-se com os dados relativos ao Conde da Lousã, depois da venda da Casa do Arco: «Na resumida esquadra da regencia, para assistir à entrega de D. Leopoldina ao marquês de Castelo Melhor, comissário especial de D. João VI», partiu para Leorne em 1817. (*D. João VI no Brasil* (nota 304), 3.º vol., p. 910), Mordomo-mor da Princesa, acompanhou-a ao Brasil. No último Ministério de D. João VI no Rio, foi Presidente do real Erário «onde deixa uma reputação de proverbial honradêz» (id., p. 1132). Depois do pronunciamento de 26.2.1821, D. João VI, entrega de vez a seu f.º D. Pedro, assistido de um gabinete de 4 membros, a direcção autónoma dos negócios brasileiros; Lousã é ministro da Fazenda (id., p. 1167). Joaquim de Carvalho, «Irradiação do Movimento Revolucionário», in *História de Portugal* (nota 338), vol. VII, Cap. III, p. 84). Segue uma política contrária à de D. Pedro e à do Conde dos Arcos: «a mais activa campanha contra D. Pedro e a sua politica vinha-lhe de seu gabinete. Movia-lhe o Conde da Lousã que em opposição ao Conde dos Arcos queria o Brasil para Portugal». «Propõe que D. Pedro jurasse a Constituição a fim de, com o novo juramento o Brasil se prender mais à Metrópole» (Vasconcelos e Sá, «Os últimos anos do Domínio Português no Brasil», in *História de Portugal* (acima), vol. VII, 2.ª parte, Cap. I, pp. 527-529. «Os sucessos de 5 de Junho encorajaram os inimigos do Brasil que, prestamente, começaram a agir dum modo ostensivo. Em 29.9.1821 seria promulgada a carta da lei criando juntas nas capitánias que passavam a se entender directamente com a antiga Metrópole, e determinava-se o regresso do Príncipe Regente à Europa... Enquanto seguia preso para Lisboa o Conde dos Arcos, amigo do Brasil e partidário da sua autonomia, ficava o Príncipe Regente meio prisioneiro da tropa portuguesa e do seu instigador o Conde da Lousã» (Augusto de Lima Jr., *Cartas de D. Pedro I a D. João VI*, Rio de Janeiro, 1941, nota à carta de 8.6.1821). «O Conde da Lousã inimigo da causa do Brasil, vendo a marcha dos acontecimentos e, compreendendo o papel decisivo que neles havia de tomar o Príncipe Regente, procurava alarmar o espirito de D. Pedro exagerando dificuldades tais como a carência de recursos financeiros, propositadamente agravada para que a falta deles, impedisse a continuação dos tribunais e demais instituições que D. João VI criara e que os reaccionários portugueses queriam a todo o custo suprimir. D. Pedro, nessa carta, mostra-se tão impressionado com o alarmismo do Conde da Lousã, que chega a pedir a sua

A 2.2.1817 o ilustríssimo Leonardo José da Costa, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, Corregedor da Comarca de Guimarães, «procurador estabelecido do Excelentíssimo Conde de Cavaleiros residente no Rio de Janeiro», apresenta um Alvará. É «formado pelo excelentíssimo D. Diogo de Meneses, Conde da Louzã, irmão, Procurador e Administrador da Casa e bens do sobredito», «para aforar ou sub-emprazar o palácio das suas Cazas do Arco com seus quintais e mais pertenças na Rua de Santa Maria, que ha annos andavão de simples colônia e se tinham por isso deteriorado, e cada vez em maior ruina». Na Rua de Donães, onde moram, o ilustríssimo Inácio Leite de Almada e sua mulher Dona Catarina Flávia Machado de Miranda Maheiro, sub-emprazam nesta data, 2.2.1817, o Palácio do Arco «inteiro com seus quintais e mais pertenças»<sup>345</sup>.

\*

«Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, Moço Fidalgo com exercicio no Paço, Nono Senhor das Honras de Nogueira e São Cipriano, Comendador da nova Ordem da Torre e

---

chamada a Portugal» (id., nota à carta de 21.9.1821). A seu pedido demite-se do cargo de ministro da fazenda (id., carta de 23.1.1822). Meses depois regressa a Portugal; em 1826 é nomeado Par do Reino. «Durante a regência da Infanta D. Isabel Maria o governo sofrera duas remodelações, entrando nele alguns destacados miguelistas, como o Conde da Lousã e o Visconde de Santarém que, de 9 de Junho a 5 de Setembro (1827) sobraçaram as pastas da fazenda e do reino (*História de Portugal* (nota 296), vol. VII, p. 404). Ministro no 1.º ministério de D. Miguel (36.2.1828), é como quase todos os outros «declarado opositor ao regime liberal» (id., p. 105). Assim se mantêm até à Convenção de Évora-Monte. Dos excessos então havidos «torna-se justo referir que muitos conselheiros ou servidores de D. Miguel não participaram deste clima hostil ou até lhe foram desafectos. De máculas do género estão ilibados ministros como Luís de Paula de Mendonça, o 2.º Visconde de Santarém, ou D. Diogo, Conde da Lousã, Ministro da Fazenda» (id., p. 414). «Por inimigo da Constituição» e dec. de 28.5.1834, foi suspenso das funções de Par do Reino. Reintegrado pela lei de 23.5.1851 como membro da Câmara Alta; nunca mais quis lá entrar. Grã-Cruz das Ordens de N. Sr.ª da Conceição e Leopoldo da Bélgica, d'Áustria, Comendador da de Cristo e Deputado da Junta dos Três Estados (*Nobreza de Portugal* (nota 286), † a 4.2.1878.

<sup>345</sup> «Subemprazamento que faz o Ex.mo Conde de Cavaleiros aos Ill.mos Ignácio Leite de Almada e sua m.er desta v.ª de G.es», a 2.2.1817, L.º de notas do tab. Nicolau Teixeira de Abreu (10-4-14), Arq. Mun. A. Pimenta. Ficam a pagar

Espada, Marechal de campo dos Reais Exercitos, Governador das Armas da Provincia de Tras-os-Montes atesto que José Leite Pereira de Almada, Ajudante do regimento de cavalaria numero Sexto, sendo Alferes do mesmo foi hum dos primeiros officiaes que em julho de mil e oitocentos e oito se distinguio no principio da feliz restauração da Monarquia e desde esse tempo tem continuado a dar as provas mais evidentes do seu zelo, Patriotismo, honra e valor, fazendo-se digno da Graça que Sua Alteza Real houver por bem de lhe conferir. E para constar onde convenha lhe mandei passar a prezente por mim assinada e sellada com o sello das minhas armas, Quartel General das Casas dos Montes nove de Setembro de mil oitocentos e nove / Lugar do Sello / Francisco da Silveira Pinto da Fonseca <sup>346</sup>.

Pertence esta atestação ao filho varão de Inácio Leite Pereira de Almada, senhor e representante de vários vínculos, e de sua mulher Dona Catarina Flávia Machado de Miranda Malheiro, novos proprietários da Casa do Arco. A casa necessita de obras. Vai levar tempo. Escouram-na, picam-lhe as paredes, fazem-lhe naturalmente algumas modificações. Não a podem por ora habitar. Continuam por enquanto a viver na casa da Rua de Donães, a dos Machados Miranda onde a 25.8.1752 nasceu Dona Catarina <sup>347</sup>, mais tarde alguns filhos <sup>348</sup> e onde moram

---

«de foro renda e pensão ao senhorio Emphiteuta e a seus sucessores na Casa de cavaleiros, por dia de S. Miguel de Setembro em cada hum anno 80\$000 em dinheiro sem desconto nenhum».

<sup>346</sup> «Cópia dum doc. a req.tº de José Leite Pr<sup>a</sup> de Almada desta v<sup>a</sup>», Tab. José da Silva Mendes (11-2-43), Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>347</sup> N 7 Olv<sup>a</sup>, Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>348</sup> Foram seus filhos: Tomás, n. na Quinta da Azenha, Santa Marinha da Costa a 30.5.1773, bap. a 26.7., afilhado do avô pat. e da avó mat. † m.; D. Maria Antónia, herd.<sup>a</sup> da Casa, n. em Guimarães na Rua dos Fornos (Donães), a 18.9.1774, os seus pad.<sup>os</sup> foram: o Des.<sup>or</sup> do Paço José Ricalde Pereira de Castro, por proc. passada ao avô pat. e a avó pat.; D. Grácia Xavier, Viscondessa de Azenha, pelo seu casamento, n. em Bitarães (Paredes) a 19.10.1777; Miguel Leite, n. na Quinta da Azenha a 20.8.1778, apadrinhado pelo P.<sup>e</sup> João de Brito de Araújo e Nossa Senhora da Oliveira, tocou com a imagem Félix de Magalhães e Meneses, da Casa de Alvelos, Amarante; Paulo, n. ibidem, a 12.8.1782, os pad.<sup>os</sup> foram José Francisco de Araújo Mimoso, Proc.<sup>or</sup> da Vila de Guimarães e N. Sr.<sup>a</sup> da penha, representada pelo «fidalgo Pedro Machado de Melo», † m.; D. Joana Emilia, n. na rua Donães, a 20.12.1784, afilhada do Senhor Jesus (representou-O Martinho

desde o longínquo dia do seu casamento: 26.7.1772<sup>349</sup>. Martela-se, derruba-se, caia-se. Tempo mais que suficiente para averiguar quem são e donde vêm, de que famílias procedem os novos senhores do Arco.

Principia-se com a dele: Inácio Leite Pereira de Almada, senhor dos Morgados de Golpilheira para os lados da Batalha, Cainhos em Santa Senhorinha de Cabeceiras de Basto, Louredo em Paredes e da Azenha em Guimarães, da Casa do Marnel em Bitarães (Paredes), Padroeiro da Misericórdia de Penafiel, Fidalgo da Casa Real e Comendador de Cristo. Foi seu 5.º avô na varonia António Ferreira, poeta quinhentista, filho de Martim Ferreira, escrivão da fazenda do Senhor D. Jorge, Duque de Coimbra, instituidor dum morgadio no termo de Leiria e de sua mulher Dona Maria Fróis Varela, natural de Torres Novas<sup>350</sup>. Para um poeta, para António Ferreira, a atingir os píncaros do classicismo em Portugal, biografado em dois volumes por Júlio de Castilho<sup>351</sup>, para as suas odes, sonetos, elegias, élogos, cartas, epigramas, epitáfios, tragédias e comédias, sobe devagar o pano de boca a mostrar o palco, o cenário do seu dia-a-dia.

---

Leite de Azevedo) e D. Joana Clara de Brito Leite e Araújo, solt.<sup>a</sup>; D. Ana, n. ibidem, a 6.9.1783, afilhada de Heitor de Arrochela Vieira e Almada e Nossa Senhora da Oliveira, com proc. a Paulo Machado de Miranda; José, Capitão de cavalaria de Chaves (nota 346), n. ibidem, a 7.1.1787, a mad.<sup>a</sup> foi Nossa Sr.<sup>a</sup> da Oliveira e o pad. o Dez.<sup>or</sup> do Cons. da Fazenda Miguel Serrão Dinis, com pro. a Lourenço Pereira Malheiro, tio do baptizando; D. Ana Amália, n. ibidem a 22.11.1792, foram seus pad.<sup>os</sup> o Il.<sup>mo</sup> José Seabra da Silva, Ministro Sec. de Estado dos Negócios do Reino com proc. ao Dr. Gaspar do Couto Ribeiro, Dez.<sup>or</sup> da Relação Eclesiástica de Braga e D. Ana Margarida da Silva Zuzarte, Dama da Câmara de S.M.F. com proc. a D. Maria Antónia, irmã da baptizanda (N. Santa Marinha da Costa e Oliv.<sup>a</sup> N.<sup>os</sup> 9 e 10, Arq. Mun. A. Pimenta). Tiv. Mais 3, † meninos.

<sup>349</sup> C 2 Oliv.<sup>a</sup>, p. 44vº, Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>350</sup> Alguns genealogistas dizem que Martim Ferreira, escrivão da fazenda do Duque de Coimbra, Cavaleiro da Ordem de S. Tiago (tomou posse a 12.4.1492, segundo o livro mencionado na nota seguinte) descendia dos Ferreiras de Cavaleiros. Não há provas, mas assim fazem pensar seu nome e apelido. Mécia Varela Fróis, sua m.<sup>er</sup>, era bebendo na mesma fonte, aparentada com os Fróis, pessoas nobres do termo de Santarém.

<sup>351</sup> Júlio de Castilho, *António Ferreira, poeta quinhentista*, 2 tomos, Rio de Janeiro, Liv. de B.L. Garnier, Ed.<sup>a</sup>, 1875.

Nascido em Lisboa, cedo vai para Coimbra. Na algazarra da vida de estudante, nas esforçadas horas de estudo, acumulam-se as datas. 17.1.1551, bacharel em Cânones (tem 23 anos). 21.3.1555: lê a última das três lições de suficiência, é aprovado. 5.6.: lê a repetição. 6.7.: passa o exame privado. 14 do mesmo mês: recebe a borla verde de Doutor em Cânones. A 14.10.1567 uma grande mudança: nomeado Desembargador da Casa do Cível, parte para Lisboa. Aí, a 29.11.1569, morre vítima da grande peste. Tinha 41 anos<sup>352</sup>. Trouxe com sua tragédia-*A Castro*— os moldes clássicos para o Teatro Português. Fez rir o público com a «chistosa» comédia «Bristo». Acaba, de nos afazeres do cargo, deixar decair a qualidade de seus versos e diluir as suas rimas.

Camilo Castelo Branco ao estranhar não terem os seus descendentes conservado o seu apelido<sup>353</sup> faz-nos saber o nome, esquecidos, ou confundidos, pelos seus biógrafos<sup>354</sup>, das mulheres com quem casou: Dona Maria Pimentel, morta, sem filhos, aos três anos de casada, e Dona Maria Leite, esposa por 1564 e no dizer do marido «planta em que floreciam a formosura, saber e alta bondade». Natural do Porto, filha de Miguel Leite, escrivão dos Contos de Mazagão «muito bom cavaleiro e muito especial homem»<sup>355</sup>, Comendador de Santa Comba dos Vales em Lamas de Crelhão e de sua mulher, com quem casara em Arzila, Domingas Valente de Macedo, Dona Maria Leite, é

---

<sup>352</sup> Id., Tomo I, p. 73.

<sup>353</sup> Camilo Castelo Branco, *Narcóticos*, vol. II, Liv. de Clavel e C.<sup>ia</sup>, MDCCCLXXXII, pp. 165 a 189: «Os descendentes do famoso poeta quinhentista António Ferreira».

<sup>354</sup> Além de Castilho (nota 351) v.; Teófilo Braga, *História do Teatro Português*, Porto, Imp. Portuguesa, 1870-71, 1.º vol.; Fidelino de Figueiredo, *História da Literatura Clássica (1502-80)*, Lisboa, Liv. Clássica Ed., 1917; José Pereira Tavares, «A Língua Portuguesa no Século XVI», in *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, dir. de Albino Forjaz de Sampaio, Liv. Aillaud e Bertrand, 1929, 1.º vol.; José Antonio Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 12.ª ed., pp. 265-282, etc.

<sup>355</sup> *Narcóticos* (nota 353), p. 184. Ao tratar de sua família, aí se diz que sua avó pat., D. Maria Dias Leite, «q veio de Guimaraes casar no Porto com Diogo Carneiro — duas famílias muito nobres», provinha de Álvaro Anes Leite (citado no meu «*Casa do Cano ou Salvador*» (nota 58), na p. 28 e nota 94.



dotada com propriedades em Cabeceiras de Basto, onde recolhe, na sua precoce viuvez, com dois filhos pequenos.

A chorar a sua primeira mulher:

«...»

Em tanto n'estes valles, nestes montes,  
tão longas noites, e tão tristes dias,  
crescerão com meu choro hervas, e flores.  
Quando olhos meus (olhos não já, mas fontes)  
tornareis vêr as vossas alegrias?  
Quando est'alma enchereis de seus amores?»

Neste epitáfio «A João Caminha e D. Philippa de Sousa sua mulher ambos mortos, e enterrados n'um dia»:

«Não passes, caminhante; um pouco espera  
duas almas, que em nó santo Deus juntou,  
das quaes o amor um'alma só fizera,  
juntas ao mesmo amor Deus as chamou.  
Cada um sua vida pola do outro dera,  
um do outro a morte não viu nem chorou;  
ó almas santas, bemaventuradas,  
nunca na vida, nem morte apartadas!».

A exaltar, num soneto a Rainha Santa Isabel:

«...»

Rainha Santa, que na mor alteza  
da terra, mais humilde aos ceos voaste  
com o mundo fazendo força ao ceo,  
esta tua terra, ó santa, que pizaste,  
rompendo com tua luz seu escuro véo,  
de tua humildade enche, e fortalece.»

Fica António Ferreira, permanecem as suas obras<sup>356</sup>. Segue a sua descendência.

Seu filho mais velho, Miguel Leite Ferreira, edita, em 1598 os *Poemas Lusitanos* do pai; dedica-os «ao Principe D. Philippe

---

<sup>356</sup> Foram: *Tragedia muy sentida e elegante de Dona Ines de Castro, a qual foy representada na cidade de Coimbra*, impressa com licença por Manuel de Lira em 1587; *Poemas Lusitanos do Doutor António Ferreira*, dedicados por seu filho Miguel Leite Ferreira ao «Principe D. Philipe nosso senhor», Em Lisboa impressos com licença por Pedro Crasbeck, MDCVIII; *Comedias Famosas Portu-*

nosso Senhor». Casa em Basto com Dona Leonor de Távora, filha e herdeira de Rui Leite de Andrade, morgado dos Cainhos em Santa Senhorinha de Basto. Aí vive. Além das filhas tem dois varões do matrimónio; ambos casam em Guimarães. Chama-se o segundo Pedro Varela Fróis, é marido de Dona Maria de Meneses, senhora com sua irmã da Casa do Proposto<sup>357</sup>, extra-muros da vila. Não têm geração. O primogénito António Leite Ferreira, com quem se continua, une o seu destino e bens a Dona Maria de Almada Malafaia, herdeira da Torre dos Almadás na vila e do morgado da Azenha em Santa Marinha da Costa no termo de Guimarães.

---

*guesas dos Doutores Francisco de Saa de Miranda e António Ferreira*, dedicadas a Gaspar Severim de Faria. Em Lisboa, por António Alvarez impressor e mercador de livros, e feita à sua custa, Anno de 1662. Seguiu-se outra ed. de *Castro* (MDCVIII) e duas dos *Poemas Lusitanos* (1771 e 1829). As *Obras Completas do Doutor António Ferreira*, foram pub. em 1865.

<sup>357</sup> Concertaram o dote a 7.12.1653: «Dote de dona m<sup>a</sup> de menezes filha de p<sup>o</sup> cardoso de menezes desta villa com p<sup>o</sup> varella frois», L.<sup>o</sup> de notas do Tab. Domingos da Cunha, Arq. Mun. A. Pimenta. Dota-se ele, «naturall do concelho de cabeceiras de basto», com 1 capela que tem em Setúbal, instituída por seu tio Pedro Varela Pereira, «q rendera quorenta mil reis», a quinta da Machuca no termo de vila de Tomar, dizima a Deus, a render 25\$000, 100 alqueires de foros pagos em Tomar, Torres Novas e em outro lugar ilegível, o casal da Pena, foreiro ao mosteiro de Travanca, foreiro ao mesmo mosteiro, a render 30 alqueires de milho, 10 de centeio, 20 almudes de vinho, 4 galinhas e todos os seus bens móveis e de raiz. No dote dela constam a quinta do Proposto e campo anexo, 5.000 cruzados que poderão render 80\$000 por ano e metade de todos os bens móveis da casa. Sua irmã, D. Antónia de Meneses dota-lhe a quinta de Caldas, freguesia de Sequeiros, termo de Barcelos, e uma prima, Isabel da Fonseca de Carvalho o casal de Outeiro no Couto de Ronfe. As testemunhas foram: António Ferreira Leite, m.<sup>or</sup> na quinta da Azenha, freg.<sup>a</sup> da Costa, Miguel Dias, m.<sup>or</sup> na rua da Sapateira e o P.<sup>e</sup> Marcos Cardoso, m.<sup>or</sup> às Molianas. D. Maria, † viúva a 28.2.1679 (O 1 S. Paio), s.g., ficou herd.<sup>a</sup> sua irmã D. Antónia, ambas eram filhas reconhecidas de Pedro Cardoso de Meneses, sr. do Proposto, † solt.<sup>o</sup> a 26.11.1650 (M 2 S. Paio). Foi D. Maria, uma sr.<sup>a</sup> bastante pretendida: dias antes desta escritura, a 15.11., tinha feito outra e levando os mesmos bens para casar com João de Valadares, f.<sup>o</sup> do Lic.<sup>do</sup> Bartolomeu Mendes de Vasconcelos e de sua m.<sup>er</sup> Mariana de Valadares (L.<sup>o</sup> de notas do tab. Bento da Cruz Lobato). Obviamente esta ficou sem efeito.

Dona Maria de Almada Malafaia representa com duas quebras de varonia<sup>358</sup> o seu 4.º avô Pedro Álvares de Almada «*Cavaleiro da Garrotea em Inglaterra, instituiu morgado em 1507, com a capella do Senhor Crucificado, na igreja de S. Francisco*

<sup>358</sup> Catarina Álvares de Almada, f.<sup>a</sup> herd.<sup>a</sup> de Pedro Álvares de Almada, x seg.<sup>o</sup> os nobiliários com Francisco Vasques do Vale, f.<sup>o</sup> de Vasco Martins do Vale, Cónego da Colegiada de Guimarães ao enviuvar, e de sua m.<sup>er</sup> Isabel da Costa. Alão de Moraes na *Pedatura* (nota 32), vol. I, Tomo II, p. 77, dá princípio ao tít. «Hus Costas Valles de G.es» com Vasco da Costa do Vale «q parece q viveo em G.es» x com Isabel Luís Correia e irmão, no dizer do Gayo (nota 32), vol. XXVIII, Valles § 2, de Francisco Vasques (acima) e pai de, entre outros do Lic.<sup>do</sup> Cristóvão da Costa do vale. De Francisco Vasques do Vale e m.<sup>er</sup>, foi f.<sup>a</sup> herd.<sup>a</sup>, Catarina Álvares de Almada (nome de sua mãe), x com seu primo direito, o Lic.<sup>do</sup> Cristóvão da Costa do Vale. Este é um apelido muito antigo em Guimarães, com muitas ramificações, e por estes matrimónios, a varonia dos morg.<sup>os</sup> de Azenha. Nada conclui sobre a ascendência de Pedro Álvares de Almada. Suponho que este doc. trate de seus antepassados: em Fonte Arcada, a 29.11.1402, El Rei D. Pedro I dá de foro «a pedro alvarez seu vassallo e a margarida annes sua molher», e a quem eles depois nomearem os casais da Poça, o Outeiro, o que trouxe Domingos Pequeno, da Azenha e o de Pero da Silva, todos em Santa Marinha da Costa por 40 maravedis, a 28 soldos o maravedi. *Chancelaria de D. Pedro I*, Instituto Nacional de Investigação Científica. Francisco Xavier Pereira Camelo (presumido autor, 1748) no «Catálogo dos Piores do Real Mosteiro da Costa», Guimarães, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XIX, n.ºs 1-4, pp. 175-176, escreve sobre esta família: «No meyo do corpo da Igreja (Santa Marinha da Costa) perto das grades do Cruzeiro está hua sepultura com hua pedra inteira, e nella abertas as Armas, que a Nobiliarchia Portugueza asigna aos Almadás, só tem mais do canto da parte direita hum escudo com ametade de hua flor de lrio de ouro, e em duas cores, em hua parte verde, em outra de prata. Debayxo destas tem aberto o letreiro seguinte:

De Cn<sup>a</sup> Alvres de Almada  
M. do L.do Xpovão da Costa, e  
de seu Filho Ignacio de Almada  
ministradores da Capella de P<sup>o</sup> Alvres  
de Almada. A. 1567.

He da caza d'Azenha desta freguesia. A Capella de que (o Letreiro diz) são administradores está no Convento de São Francisco de Guimarães, e he a que chamão de Jezus. O escudo, q. estas armas acrescentão às dos Almadás he das armas de Henrique VII Rey de Inglaterra, que o deu pellos annos de 1501 a Pedro Alvres de Almada por serviços do seu grande vallor e exercicio militar contra os mouros, para elle, e para todos seus parentes assim por consanguinidade, como por afinidade podera uzar dellas em qualquer parte que quizerem».

de Guimarães, com missa quotidiana, e nobre jazigo, e casas no Rocio da Tulha»<sup>359</sup>. A liga da Jarreteira na perna esquerda, as armas concedidas a 9.3.1501 por Henrique VII de Inglaterra<sup>360</sup>, o vínculo cuja cabeça é o paço acastelado na rua da Tulha, hoje cercado e escondido pelo casario à volta, a torre a espreitar entre as casas, a janela quinhentista a surgir além, a quinta da Azenha e seus empraçamentos, as curvas abóbadas da capela em S. Francisco onde repousará, emprestam a Pedro Álvares de Almada, cavaleiro fidalgo nos reinados de D. João II e D. Manuel, a luz velada das viagens misteriosas, a auréola de grandes façanhas.

Na quinta da Azenha vive a sua descendência<sup>361</sup> antes e depois do casamento de Dona Maria de Almada com António Ferreira Leite. São os Leite de Almada, Morgados de Golpilheira, Cainhos e Azenha, a casar com herdeiras, em casas afidalgadas, a gastarem-se em questões com o Cabido, com a vizinhança<sup>362</sup>, preocupados com o vinho, as colheitas, longe, muito longe das

---

<sup>359</sup> *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães* (nota 3), p. 362; fazem-se-lhe mais referências na p. 392.

<sup>360</sup> Artur Norton, «Carta de Brazão de armas passada a Pedro Álvares de Almada», in *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga* (nota 48), VII vol., Tomo I, 1981, pp. 103-105.

<sup>361</sup> Começa-se com o casamento de Inácio da Costa de Almada (f.<sup>o</sup> do Lic.<sup>do</sup> Cristóvão da Costa do vale e m.<sup>er</sup> Catarina Álvares de Almada) com Brites Malafaia Mascarenhas, nat. de Arouca. Tiv.: Cristóvão, suc., Catarina de Almada Malafaia, x com Francisco Peixoto de Carvalho, s.g. (V. *Velhas casas V Casa de Pousada*(nota 1), p. 62), Helena Malafaia, freira em santa Clara e B. Salvador da Costa, Juiz de Fora em Algozo. — Cristóvão da Costa Almada, suc., x com Luísa de Meireles (f.<sup>a</sup> de Domingos Nunes da Costa (v. nota 382) e foram pais de: D. Mariana de Almada Malafaia, herd.<sup>a</sup>, m.<sup>er</sup> de António Ferreira Leite. Filhos destes foram: Miguel, suc., Inácio, Frei João Leite, Prior do Mosteiro da Costa onde fez muitas obras, † a 10.2.1726 (v. «Catálogo» (nota 358), in *Boletim*, vol. XX, pp. 141-142), Francisco da Costa de Mesquita, D. Leonor e D. Antónia. — Miguel Leite Ferreira, suc., x com D. Maria Antónia Teles de Faria, sucedeu-lhes seu f.<sup>o</sup>; — Inácio Leite de Almada Pinheiro, x com D. Isabel Abreu Lima de Brito, pais de: Tomás António Leite Pereira de Almada, suc., marido de D. Antónia Narcisa de Meireles Monteiro, sr.<sup>a</sup> do morg.<sup>o</sup> de Louredo em Paredes. Foram estes os pais de Inácio Leite Pereira de Almada (no texto). V. *Pedatura* (nota 32), vol. I, Tomo II, pp. 78 e segs. e «Gayo» (nota 32), Tomo XIV, Ferreiras § 28 e Tomo XXIV, Pinheiros § 32.

<sup>362</sup> Algumas vêm referidas no meu *Paço e Honra de Gominhões* (nota 57), p. 265 e nota 27.

poesias clássicas, dos feitos em Inglaterra, do passado dos seus remotos avós, o sol a saudá-los, todos os dias, as nascer na Penha.

Foi preciso morrerem-lhe os tios, o pai, os irmãos, um sobrinho<sup>363</sup>, para que a representação destes Machados, ramo primogénito de família muito antiga, quebrasse a varonia<sup>364</sup> e

<sup>363</sup> Seu avô António Ferreira da Maia era f.º 2.º; o primogénito, Pedro Machado de Miranda, † solt.º. Estêvão Machado de Miranda, irmão mais velho de seu pai † na rua de Donães a 19.5.1744, x s.g. Quanto a seus irmãos foram: António Machado de Miranda, suc. a seus pais, n. na Rua de Donães a 2.2.1748 e † ibid.; a 30.9.1779, x com D. Guiomar Antónia Leite de Miranda de Mesquita † a 27.4.1776 e tiv. único, Paulo Vicente Machado de Miranda, n. ibid., a 5.4.1776, † solt.º em 1808, s.g. (v. nota 374), Estêvão Machado, n. ibid., a 23.11.1749, «seguio os lugares nas Letras e Corregedor nas Ilhas» (Gayo); João Machado Malheiro, n. ibid., a 11.12.1750, Maltez e Pedro Machado de Miranda Malheiro, n. ibid., a 21.5.1760, doutorou-se em Coimbra a 7.1.1793, D.<sup>zor</sup> do Paço, Monsenhor da Patriarcal, do Conselho d'el Rei e seu Chanceler-mor, encarregado por C. régia de 6.5.1818 da inspecção do estabelecimento dum grande contingente de famílias suíças no dist. de S. Pedro de Cantagalo no Brasil. Auxiliado pelo Dr. José Feliciano de Castilho, «expostos a mil contrariedades e riscos, foram agricultores, architectos, legisladores, médicos, juizes e paes», fundaram ambos a cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. (V. Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, Tomo I, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1881, pp. 156-159 e *Guimarães* (nota 7), vol. I, pp. 244-246). Destes 3 irmãos não ficou geração legítima.

<sup>364</sup> O Gayo (nota 32), Tomo XIX, Machados § 1, principia esta linhagem com D. Moninho Viegas, o Gasco «q veio de Gasconha p<sup>a</sup> Portugal no tempo de D. Ramiro, Rei de Leão com uma poderosa Armada aportarão à Foz do Douro e pelejaram com m.tos mouros», x com D. Mumadona, f.<sup>a</sup> do Rei D. Bermudo. Citando o Conde D. Pedro, Monterroyo e outros chegam a D. Mem Moniz, de Gondarém, «o 1º que entrou em santarem rompendo com um machado as portas da villa», 4º neto de D. Moninho Viegas, mas depois conclui: «q esta filiação está toda errada». Continua com D. Pedro Mendes de Gondarém «q supõe fº de D. Mem Moniz», pai de Martim Pires Machado, «o 1º a uzar o apelido», x c. D. Maria Pires Moniz, f.<sup>a</sup> de «D. Maria Moniz manceba de D. Sancho II». Tiv. estes a: Martim Martins Machado «q Montebello quer seja fº de D. Sancho II e D. M<sup>a</sup> Moniz», pai de Martim Machado «† por 1279», sr. de muitas terras, pai de: Pedro Moniz Machado, sr. da Honra de Pinho, donde também procedem os srs. de Entre Homem e Cávado, pai de Álvaro Pires Machado, o Velho, contemporâneo de D. Pedro I e de D. Fernando, Alcaide-mor do castelo de Lanhoso, alcaidaria tirada por D. Fernando em troca de Almendra, x com D. Ana de Góis, de S. Clemente de Sande e tiv.: Pedro Álvares Machado, sr. do Assento em S. Clemente de Sande, Alcaide-mor de Lindoso, pai de: Diogo Pires Machado,

caísse na geração de Dona Catarina Flávia Machado de Miranda Malheiro, mulher de Inácio Leite Pereira de Almada e filha de Paulo de Melo Machado Pereira de Sampaio <sup>365</sup>, sucessor a seu irmão e de sua mulher Dona Grácia Pereira de Castro Malheiro, neta paterna de António Ferreira da Maia, sucessor a seus irmãos, senhor do morgado do Assento em S. Clemente de Sande, da casa dos Machados na Rua de Donães em Guimarães, Fidalgo da Casa Real e de sua mulher Dona Catarina Pereira de Melo e Almeida, e neta materna de João Malheiro Pereira, Fidalgo da Casa Real e de sua mulher Dona Senhorinha Pereira de Castro. Pondo de parte o Marquês de Monte Belo e outros a darem aos Machados quiméricas origens <sup>366</sup>, há quem ouça esta linhagem

---

o Velho, suc., viveu em Barcelos, morreu em Alfarrobeira e foram-lhe confiscados os bens, estabelecido em Sande, x com D. Ana de Góis, pais de: Lopo Machado de Góis, suc., morador em Barcelos, Guimarães e Sande, x com Brites Vasques da Maia (neta mat. de Martim Ferreira, o Velho, sr. de Cavaleiros; v. p. 16). Deles procedem dois ramos. O f.º 2.º foi Fernão Machado da Maia x com Catarina de Vilas-Boas, dos srs. de Airó, com muita g. (v. o meu *Eugénia da Cunha Peixoto ou o Morgado do Parto Suposto* (nota 28), pp. 6 e segs.). Continua o Gayo com o filho mais velho: Pedro Machado da Maia, o Velho, suc., inst.<sup>or</sup> da Capela de Santo António em Barcelos, x com Leonor Dias de Vilas-Boas, irmã de sua cunhada, pais de: Diogo Machado da Maia, que esteve em Azamor com o Duque, x c. D. Guiomar Vieira, de Guimarães, pais de: António Machado de Vilas-Boas, suc., x c. sua prima D. Madalena Vasques da Maia, pais de: Estêvão Machado de Miranda, suc., Cap.º de Inf.<sup>a</sup> na Guerra da Aclamação, F.C.R. (C. de 18.7.1666), x c. D. Catarina de Morgade Golias, herd.<sup>a</sup>, pais de: António Ferreira da Maia, suc., a seu irmão, x c. D. Catarina de Melo Pereira de Sampaio, avós pats. de D. Catarina Flávia. Seguindo esta fonte, são portanto 18 gerações desde D. Mem Moniz até esta sr.<sup>a</sup>, aonde se quebrou a varonia.

<sup>365</sup> Paulo Machado «foi Conego Prebendado da Colegiada de Ges, fez as Inq.s a 24.2.1717, entrou por ordens menores em sucessão a seu irmão natural o Conego João Machado de Miranda, e por seu irmão primogénito † sem sucessão se resolveu a casar e renunciou num futuro cunhado», in «*Casa de Sezim*» (nota 31), p. 160, onde também se trata a ascendência de sua mãe, D. Catarina de Melo, dos srs. de Pombeiro de Riba Vizela.

<sup>366</sup> Marquês de Monte Bello, *Memorial*, Anno MDCXLII, p. 54: «Martim Martins Machado, 1º deste apelido (o Conde D. Pedro não lhe dá nem pai nem mãe), sr. do vale de Iaras no rio «Cadavo», era f.º «do Rey Dom Sancho e Dona Maria Moniz». — António de Vilas-Boas e Sampaio, na *Nobiliarchia Portuguesa*, Lisboa, Occidental, na Officina Ferreyriana, MDCCXXVII, p. 298, diz: «Machados Trazem sua origem por femea do Conde D. Osorio de Cabreira q

no nascer da monarquia portuguesa: Mem Moniz, Gondarém, empunha um machado, quebra com fragor as portas de Santarém em poder dos mouros. Voam estilhaços; ecoa a tradição através do tempo, transforma-se um feito em apelido<sup>367</sup>. Há quem lhe dê raízes menos fundas<sup>368</sup>. Seguimo-los de pai para filho, sempre na linha masculina, nas suas casas em Sande, em Barcelos, na Rua de Donães, até ao pai de Dona Catarina Flávia, a surpreender de onde a onde os seus lampejos na História<sup>369</sup>.

E é da Rua de Donães que parte Inácio Leite Pereira de Almada e toda a sua família: mulher, filhos, genro, netos, criados, cavalos, escravos, pratas, seges, mobílias. Instalam-se na Casa

---

passou a Portugal no tempo do Conde D. Henrique». Na *Grande Enciclopédia* (nota 9), vol. XV, p. 748; Machado — inicia-se esta família com D. Moninho Viegas, o Gasco, indo até seu 4.º neto Martim Martins Machado com grande profusão de datas e factos, como fundações de mosteiros, forais, etc.

<sup>367</sup> Na *Grande Enciclopédia* (nota 9), vol. XVII, pp. 634-636: Momiz (Mem —), estuda-se e documenta-se esta legendária figura, confrontando-a com personagens coevos e de nome igual.

<sup>368</sup> Na *Pedatura* (nota 32), Vol. II, 1.º Tomo, p. 93, dá princípio aos Machados, repetindo o escrito no *Livro de Linhagens*, isto é que o 1.º a usar o apelido era f.º de D. Maria Moniz. Na p. 503 ao tratar dos «Hus Machados de G.es», começa com «Pº Martins Machado q viveo em tempo delRey D. Sancho Capello». na continuação da geração, poucas diferenças tem com Gayo (nota 32). Se neste, Lopo Machado de Góis é o 3.º neto de P.º Martins, Alão, dá-o como seu bisneto, Alcaide-mor do castelo de Viseu e chama-lhe Lourenço. Depois, por vezes entre ambos, as opiniões não coincidem na sequência das gerações.

<sup>369</sup> De todos destacamos Estêvão Machado de Miranda. Vereador de Guimarães, em 1640 aclamou nesta vila a D. João IV (auto de Aclamação, pub. por António Lopes de Carvalho, «Guimarães e a Aclamação de D. João IV», in *Revista de Guimaraes*, vol. esp. comemor. dos centenários da Fundação e Restauração de Portugal, MCMXL). Na guerra, acudiu a Ponte do Porto, com sua companhia e seu irmão Fernão, foi dos primeiros a lá chegar. Ofereceu-se, com seu irmão, para guardar Melgaço, o que fez com 150 arcabuzeiros; reforçaram a Ponte das Várzeas e entraram pela terra inimiga. Muito se distinguiu em toda esta guerra, foi dos primeiros a entrar na Galiza por Lindoso. (*Relação* (nota 190), onde constam os seus feitos). É mencionado no «O Mestre de campo Álvaro de Sousa» (nota 189), p. 133: «Quando Alvaro de Sousa, foi encarregado, em 1639, de organizar um terço em Guimarães, para marchar até Cádiz (ordens do rei D. Filipe), Fernão Ferreira da Maia ofereceu-se com seus amigos e parentes para formar uma companhia. Faltou ao combinado «e induzio muita gente a que se eximisse ao alistamento; teve de fugir para o não prenderem, sendo porém capturado um irmão Estevam Machado de Miranda, o qual só em princípios

do Arco, na Rua de Santa Maria. Trazem uma grande dor: o filho e sucessor, José Leite Pereira de Almada, Capitão de cavalaria no Regimento de Chaves morre ainda na Rua de Donães, a 16.7.1818<sup>370</sup>. Outros filhos, dos doze havidos, também já partiram para Deus. Quem vem então viver para o Arco?

Os pais, os anos a pesarem-lhes. A filha herdeira, Dona Maria Antónia de Almada Leite Machado Malheiro, solteira, o cinzento a pratear-lhe a cabeça. As outras: Dona Joana Emília Leite Pereira de Almada, talvez curada, resignada ao amargor da sua vida<sup>371</sup>, a mais nova Dona Ana Amália Leite Pereira de Almada e a casada: Dona Grácia Xavier Leite de Almada Machado e Melo. Seu marido<sup>372</sup> o Coronel Martinho Corrêa de Moraes e Castro, medalhas da Guerra Peninsular a tilintarem, heróicos feitos na defesa de Amarante<sup>373</sup> e todos os filhos. Repare-se na rópia

---

de Setembro recuperou a liberdade»... «Fernão da Maya não faltou ao prometido por simples comodismo, e muito menos por cobardia, senão por hostilidade às ordens de Castela, pois em Agosto de 1641, distinguiu-se brilhantemente na luta contra os espanhóis».

<sup>370</sup> Ób. de 1800 a 1860, freg.<sup>a</sup> de Oliveira, Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>371</sup> Teve esta sr.<sup>a</sup> dois filhas: Zélia Eugénia, exposta, n. a 2.9.1809 (B. 13 S. Paio, fl. 132, Arq. Mun. A. Pimenta), crismada como Emília Eugénia e Antónia Luísa. Educadas no Recolhimento do Anjo, saiu de lá a 1.<sup>a</sup> a 30.11.1837 e a 2.<sup>a</sup> a 3.7.1838, para casa de seu pai e ajudarem a tratar um seu meio irmão. Voltaram depois para o Recolhimento, s.m.n. Eram filhas do Cons. João Baptista Felgueiras, magistrado, Deputado e Secretário das Cortes Constituintes (1820), Procurador Geral da Coroa, Ministro da Justiça (por sua livre vontade não tomou posse), F.C.R., prestigiosa figura da política de então) como ele próprio o confirma nos seus «Apontamentos Inéditos e Casos Memoráveis», ms. inéditos.

<sup>372</sup> Casaram a 5.6.1802. Foram seus filhos: D. Carlota Carolina (bap. como Carlota Adelaide), n. a 1.7.1796 foi afilhada de João Baptista dos Reis, ourives da Rua da Tulha e Perpétua Joana de Oliveira (N. S. Paio) fl. 178; Bernardo n. a 30.10.1803, no Campo da Feira, bap. na Colegiada, afilhado de seu tio-avô Frei José de Moraes por procuração a José Leite de Almada e da bisavó D. Grácia (Olv.<sup>a</sup> N. 12, fl. 6vº); Inácio, n. ibidem, a 14.1.1806 afilhado de seus tios Simão Lobo de Sousa Machado e Torres e D. Rosa Ricardina n. a 1804, D. Carolina Lusitana n. em 1807 e D. Emília não devem ter nascido em Guimarães.

<sup>373</sup> «Em nome de deos Amen Saibão quantos este instrumento de Cópia de Atestação virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e nove aos vinte e cinco dias do mes de Setembro do ditto anno nesta villa de Guimaraens na rua nova das oliveiras della escritório de



do único rapaz: Bernardo Corrêa Leite de Moraes Almada e Castro, 12 anos, já cadete no Regimento de Cavalaria 9, pronto a ascender a Alferes. E muitas recordações, bastante glória, algumas cicatrizes.

Inácio Leite Pereira de Almada sobe os altos degraus da Casa da Câmara, a 30.8.1820. Vereador mais velho, Juiz pela Ordenação, acompanham-no os mais vereadores, o Procurador, o Síndico, dois mestres do povo, muita mais gente. Em cumprimento das Régias Determinações da Junta Provisional do Governo Supremo, o 2.º Vereador, o Dr. Manuel de Freitas Costa, defere o juramento de Inácio Leite e este a todos os outros. Sobre o Sagrado Evangelho juram «obediência à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino que se acaba de instaurar, e que em nome d'el Rei Nosso Senhor, o Senhor Dom João VI hade governar athe à instalação das Cortes, que deve convocar para organizar a Constituição Portuguesa...»<sup>374</sup>. A sua assinatura é a primeira das cinquenta a representarem as forças vivas da vila de Guimarães.

---

mim Tabeliao apareceu José Salgado mandatário de Martinho Corrêa de Moraes e Castro, da mesma villa, me apresentou huma attestação passada a favor do Requerente que lha copiassem nesta nota para sua segurança o que satisfiz o theor della he o seguinte // Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, Moço Fidalgo com exercicio no Paço, Professo na Ordem de Cristo, Nono Senhor das Honras de Nogueira e São Cipriano, Comendador da Nova Ordem da Torre e Espada, marechal de Campo dos Reais Exércitos, Governador das Armas da Provincia de Traz-os-Montes Atesto que o Senhor Martinho Corrêa de Moraes e Castro Mayor agregado do Regimento de cavalaria Numero nono, foi por mim nomeado comandante da cavalaria que reuni em Chaves pertencente à Divisão do meu comando em cuja comandancia, me deu maiores provas de seu valor, préstimo e zello pelo serviço de Sua Alteza Real, arrostando sempre que houve ocazião, o inimigo com intrepidez, e servindo sempre activamente na defeza de Amarante, e para constar mandei passar a presente por mim assignada e sellada com o sello das minhas Armas, Quartel General das casas dos Montes nove de Setembro de mil oitocentos e nove // Lugar do Sello // Francisco da Silveira Pinto da Fonseca // Não continha mais a dita attestação... etc., etc.» «Cópia a req.to de Martinho Corrêa de Moraes e Castro desta vª». L.º de notas do Tab. José da Silva Mendes (II-2-43), Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>374</sup> «Auto de juramento de fidelidade à «Junta Provisional do Governo Supremo do Reyno» e futura Constituição que se acha a fls. 127, 128 e 129 do Livro das vereações da Camara de Guimaraes que teve começo em 31 de Janeiro de 1818 e terminou em Dezembro de 1822», pub. no jornal *o Independente*.

Também há questões, interesses em jogo, causas nos tribunais. A 20.11.1820, morre no Porto, para onde se retirara há anos Dona Ana Margarida dos Guimarães Golias. Quem era? Grande amiga da família dos Machados da Rua de Donães, era tia materna do único sobrinho de Dona Catarina Flávia, Paulo Machado de Miranda, falecido em 1808 «arruinado pelas extravagancias, molheres e bebidas fortes a desgostar a todos com os seus desmandos»<sup>375</sup>. Órfão desde menino, criado pela tia, Paulo Machado teve como herdeira, sua avó paterna Dona Grácia Pereira de Castro, mãe de Dona Catarina Flávia. «*Não se contentando Dona Grácia com a caza q pertencia ao fallecido pella p.te paterna quiz tambem apurar contas relativas a parte materna, esquecendose q D. Anna Margarida não tinha parentes talvez nem rem.tos, e q em virtude das estreitas rellaçoens que tinham os podia vir a indemnizar posto q aquella tivesse ja gasto com seu sobrinho não só huma mas m.tas Ligitimas gastando com elle desde a idade de pueril athe ha de 32 annos em que falleceu em vestidos criados cavallos e athe pondo-lhe huma companhia de cavallaria para logo ser capitão della, sem a Avó ter concurrido com o producto dos rendimentos que como tutora devia ter recebido da caza q pertencia a seu neto pella parte paterna em mais de vinte annos que foi tutora e administradora da caza dos Machados*». Instigada pelo genro, Inácio Leite Pereira de Almada, tratou logo Dona Grácia de citar Dona Ana Margarida para fazer o inventário de todos os bens. Acabara a «melhor harmonia» em que viviam.

Em 1814 fizera Dona Ana Margarida dos Guimarães Golias o seu testamento. Quem seriam os herdeiros? Inácio Leite «logo supôz atento ao seu comportamento anterior que o testamento não lhe seria favoravel. Na duvida tratou de se apoderar dos titulos mais importantes do cartório de Dona Ana Margarida». Tinha esta senhora entregue tudo: papéis, administração da casa e recepção das rendas a seu feitor José Alexandre Salgado. Para o «comprar» Martinho Corrêa de Moraes e Castro, genro de Inácio Leite, e também para «o Lizongear anda com elle dentro da sua carruagem em passeios para as Caldas e pella Villa; de

---

<sup>375</sup> V. o meu *Velhas Casas V, Casa de Pousada* (nota 1), p. 28.

cujo facto se lembrão ainda muitas pessoas desse tempo, procedim.to q nunca teve com pessoas da ordem daquelle feitor, nem com outras m.t<sup>o</sup> acima não só porque era um coronel de cavalaria mas hum fidalgo da terra, por esta acepção he que deu no olho a todos que ainda hoje lembra». O Coronel das Lameiras<sup>376</sup> deu «parte para o Porto». Em 1815 foi despedido o feitor. O cartório tinha sido mexido.

No Porto continuava Dona Ana Margarida «na decrepita idade proxima a cem annos». Frequentava a sua casa o Cónego Jacinto Navarro de Andrade, filho «do medico que a curava e à sua familia quando vivia em Guimarães»<sup>377</sup>. Pouco a pouco «vai seduzindo e persuadindo a mesma Senhora e insinuando-se hábil e útil Reitor e Administrador da sua Caza, e tendo vencido este passo lanssou mão de todos os titulos e cartório da caza da referida Senhora e fez conduzir tudo isso para a Rezidencia do Abade de Nitães» seu irmão, «ficando assim a dita Senhora em completa dependencia». «Senhor da Caza e com ascendência em tudo, chamou a seus irmãos para ahi viverem com elle de maneira que estavam muitas vezes sinco a seis dos seus irmãos com seus competentes creados e bestas comendo e dispendendo à custa da mesma caza».

Ouvidos os boatos, os ditos, os mexericos, abre-se o testamento de Dona Ana Margarida dos Guimarães Golias. Nomeia todos os seus prazos no Cónego Jacinto Navarro de Andrade, e deixa herdeiras Dona Grácia Xavier Leite Pereira de Almada, filha de Inácio Leite, mulher de Martinho Corrêa de Moraes e

---

<sup>376</sup> Era António Cardoso de Meneses de Vasconcelos, v. o meu *Velhas Casas III, Creixomil*, Guimarães, 1971, Quinta da Boa Vista de gaia, vulgarmente Casa das Lameiras.

<sup>377</sup> Os 9 irmãos de Jacinto Navarro de Andrade, Doutor em Capelo em Teologia (U.C.), Cónego na Sé de Lisboa, cav.<sup>o</sup> Prof. na O. de Cristo, etc., n. em Guimarães a 19.9.1771, † em Alcobaça, quando regressava de Lisboa, a 6.8.1833, atacado de cólera-morbus, foram, menos um † m., distintíssimos na magistratura, medicina e diplomacia; estimadíssimos e com grande projecção nas Cortes de Portugal e Brasil, tiveram grandes honras. V. Eugénio de Andrêa da Cunha e Freitas e José de Campos e Sousa, *Navarros de Andrade*, Braga, Of. Gráf. da Pax, 1935 e Francisco Martins, *Um Friso de Vimeanenses Ilustres*, Guimarães, 1936.

Castro e Dona Matilde Vieira de Melo, casada com Sebastião Leme, da cidade do Porto. Como pré-legado a quinta do Cano «donde noutro tempo vivia» e suas pertenças são para Dona Grácia Xavier; Dona Maria Matilde recebe os prazos no Porto<sup>378</sup>. Sobre o que são ou não pertenças da casa do Cano entram em litígio o Cónego Navarro de Andrade e o Coronel Martinho Corrêa de Moraes e Castro. Não há documentação. Desistem as herdeiras da herança, tudo reverte, conforme o testamento, para o reverendo Cónego. Aparecem então como pretendentes aos vínculos parentes muito afastados: Inácio Leite Pereita de Almada, Estêvão Machado de Miranda e Melo e António Vasconcelos Leite Pereira, da Casa do Tanque em Braga<sup>379</sup>. Jacinto Navarro «neste caso disputa as posses com aquelles e aquelles tambem se disputam huns com os outros, desta dezordem» nasce o conflito. Inácio Leite reconhece os

---

<sup>378</sup> Era o do Adro de Santo Ildefonso, foreiro à Mitra do Porto; constava das casas do Adro e quinta nelas unida e foros sub-enfiteutas de casas sitas nas ruas de Santa Catarina, Formosa, Alegria e Direita, por terem aberto estas ruas em terras do sobredito prazo. D. Matilde ficou com a obrigação de dar 20 mil cruzados à Ordem Terceira de S. Domingos de Guimarães, a quem já estava o prazo hipotecado e 150\$000 a cada uma das 3 filhas de Sebastião Navarro. Aceitou e depois desistiu.

<sup>379</sup> Para encontrar o parentesco entre D. Ana Margarida dos Guimarães Golias e Inácio Leite Pereira de Almada remonta-se a um 5.º avô comum: Domingos Nunes da Costa (v. nota 380). Mais remota ainda é a ligação com Estêvão Machado de Miranda e Melo (irmão de D. Catarina Flávia). É 6.º neto de Pedro Machado de Miranda (v. nota 364), o irmão mais velho de Fernão Machado da Maia, que por sua f.ª Isabel de Miranda Peixoto, x com António Ferreira da Maia, Com.ºr de Santa Maria de Alvarenga na O. de Cristo (pais de D. Madalena Vasques da Maia, m.ºr de António Machado Vilas-Boas) é também seu avoengo: 5.º avô. Deste, descende também, por sua f.ª Brites Machado de Miranda, x em Braga c. Antão Martins, D. Ana Margarida: é sua 7.ª neta. Quanto a António de Vasconcelos Leite Pereira, sr. da Casa do Tanque em Braga, Cor.º dos Vols. Realistas, † em Salvaterra de Magos ao serviço d'el Rei D. Miguel (Domingos de Araújo Afonso, *Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo*, Braga, 1971) era 3.º neto na varonia de João Rebelo Leite (v. nota 52 do meu *Velhas Casas V, Casa de Pousada* (nota 1)); era neto mat. de Torcato Peixoto, alcaide de Guimarães, irmão de Pero de Freitas Peixoto, sr. da casa da Rua dos Fornos em Guimarães, x c. Inês de Miranda, 4.ºs avós de D. Ana Margarida (id., pp. 22 e 31).

direitos de António de Vasconcelos, desiste dos seus; limita-se em 1822 «a pedir por hum libello de Justiça ao herdeiro Jacinto Navarro, hum vincullo instituido por hum Francisco da Costa de Mesquita<sup>380</sup>, com outros mais bens q dizia pertencerenlhe como parente mais próximo e de sangue do instituidor»<sup>381</sup>.

Os acontecimentos políticos, a agitação chamam os homens às armas. Em Vila Real, em Fevereiro de 1823, o 2.º Conde de Amarante levanta o brado contra a Constituição; revolta-se com outros a favor do Absolutismo. No comando das tropas fiéis ao Governo avança o General Rego, a 13.3. é derrotado em Verdeal, perto de Chaves. Vinga-se em Amarante. A 2.4. desbaratado, o exército do Conde de Amarante abandona a Régua. A 8, a persegui-los estão os liberais em Mirandela. Cruzam a raia os absolutistas. Fica a semente. Apoiado por muitos regimentos o infante D. Miguel incarna a antiga monarquia. A 31.5. está El-Rei D. João VI em Vila Franca, aceita as razões do Infante. É a Vila-francada. Regressam a Lisboa. Desfilam esquadrões, triunfa o Conde de Amarante e as suas tropas regressadas de Espanha, galopam campinos à desfilada, aclama-se com delírio El-Rei absoluto.

A 5.6.1823 em Guimarães na casa da Câmara encontram-se as autoridades civis e militares, os da principal Nobreza, o Clero

---

<sup>380</sup> «Vinculo de morgado perpétuo sem expressar coisa certa individualmente», inst.º a 22.9.1597 por Francisco da Costa de Mesquita e sua m.ª D. Filipa de Sequeira, s.g. Em Margarida Rebelo, sobrinha dele, f.ª de seu irmão Domingos Nunes da Costa, sr. da Quinta da Costa em Santo Estêvão de Geraz na Póvoa de Lanhoso, nomearam o casal de Pousadela, pois ambos tinham gosto que casasse com um sobrinho dela. Não se efectuou o casamento, e Margarida, herd.ª do vínculo, x c. Francisco da Grã de Moraes (docs. citados na nota 381). Seu f.º e suc. foi Francisco da Costa de Mesquita, x c. D. Custódia de Macedo, pais de Francisco da Costa da Grã Mesquita, na descendência de quem seguiu o morgadio, até sua bisneta D. Ana Margarida. *Da verdadeira origem* (nota 379), Braga, 1970, XIV, Grãs. Irmã de Margarida Rebelo foi Luísa de Meireles, x c. Cristóvão da Costa Almada, 4.ª avós de Inácio Leite Pereira de Almada.

<sup>381</sup> «Lembrança das questoes com o Visconde de Azenha e cousas que derão lugar a não se ter decidido athe hoje a quem pertencem estes ou aquelles bens da herança de Dona Anna Margarida dos Guimaraes Golias; principalmente o que há da casa dos Golias», Arq. Mun. A. Pimenta. Deste maço (citado no meu *Velhas Casas* (nota 1), p. 27) tiro todos os dados sobre estas demandas do Visconde de Azenha e seu sogro, copieei textualmente as acusações de ambas as partes.

regular e secular, o Povo, o elenco camarário. É vontade geral de «aclamar o Governo monarchico absoluto na forma que era antes das instituições». Pelas ruas e «lugares mais publicos» corre a tropa, as autoridades, o povo «em continuos e altos vivas a El-Rei Absoluto, à Rainha, ao Serenissimo Infante D. Miguel, ao Principe, à Santa Religião, a todos os fieis e honrados portugueses». Enchem a Colegiada, «a renderem graças ao Altissimo». Sobe ao púlpito o Reverendo Cónego Prebendado João Baptista Gonçalves Sampaio. Faz «uma breve oração analogá às circumstancias actuais». Passam à Câmara, bandeiras desfraldadas conduzidas por Vicente Pinheiro de Melo e Fortunato Cardoso de Meneses, logo postas às janelas «com altos vivas e aplauzos». Demite-se a Câmara. Inácio Leite Pereira de Almada e os outros vereadores que exerciam em 1820 reassumem as suas funções<sup>382</sup>. «À noite saiu a nobreza com os retratos de Suas Magestades El-Rei e a Rainha dando repetidos vivas a tão sagrados objectos»<sup>383</sup>.

Deste dia fazem uma representação a El-Rei. Contam das bandeiras, dos vivas, da apoteose, da noite a brilhar com mais de 400 archotes, dos nomes de todos os que figuraram. Sentem-se incapazes de pintar «o prazer que em todos se observava, o gosto a fazer Rebentar lágrimas de prazer, cada hum a demonstrar como podia por vozes, acções e gestos o que na alma sentião, voavão os chapéus aos ares, e os archotes muitas vezes os acompanhavão, queimavam-se os vestidos e a nada reparavam nem ao mesmo corpo as dores faziam a mesma impressão. Os nomes de Suas Magestades tudo aliviavam, nada mais se ouvia, nada mais se via e escutava». Descrevem os mais dias de festividade. «Na ultima noite o Povo em triumpho conduz os Retratos para casa do honrado Martinho Corrêa de Moraes e Castro. É inex-

---

<sup>382</sup> «Auto de aclamação de El-Rey absoluto (que se acha a fls. 107, 108, 109, 110 e 111 do livro de variações da Camara Municipal, que teve começo em 18 de dezembro de 1822 e fim em 23 de julho de 1825)» pub. no *Independente* em Antiquidades II.

<sup>383</sup> Cónego José Pereira Lopes, «Lembranças e Acontecimentos que tem havido nesta villa e em todo o reino em diferentes epochas desde o anno de 1819 até o anno de 1835» (ms.). Extratos pub. no *O Independente*, 1904.

plicavel a gloria de todos os habitantes ao olhar para estes de modo que custou a apartá-los». Desfazem-se em vivas, os acenos de adeus dos lenços brancos, no cintilar dos archotes, nos rogos «ao Grande Deus de Ourique para dilatar os gloriosos dias de Vossa Magestade e para eterna glória de todos os portugueses». Entre as numerosas assinaturas desta exposição acha-se a de Inácio Leite<sup>384</sup>.

«Em recompensa dos muitos e leais serviços de Martinho Corrêa de Moraes e Castro feitos na glorioza empreza tentada para restituir à minha Real Pessoa os Direitos de soberania e a meus subditos a paz e a prosperidade de que se achavam privados por procedimentos de uma facção dezorganizada...» é-lhe feita mercê, a 12.7. do título em duas vidas de Visconde de Azenha<sup>385</sup>. «No dia 18 de Julho chega a esta villa hum proprio vindo de Lisboa o qual trazia a noticia de haverem sido despachados Gaspar Teixeira com o titulo de visconde de Peso da Régua e Martinho Correia com o titulo de visconde de Azenha e outros muitos Despachos para aquelles que cooperarão para a revolta de Traz-os-Montes a favor da Realeza. Em consequencia duma noticia tão satisfatória para os habitantes de Guimarães, estes illuminam as suas janellas trez noites consecutivas»<sup>386</sup>. Sorridente está o Visconde de Azenha: a 28 do mesmo mês D. Miguel nomeia-o comandante das forças estabelecidas em Trás-os-Montes<sup>387</sup>.

Tudo arranjado em Guimarães no Campo da Feira. Colchas garridas, povo a vir, cheiro a gado bravo. A 25.8.1823 «realiza-se uma corrida de toiros em honra do Visconde de Azenha por ter chegado a esta villa, continuando nos dias 27 e 31 a mesma corrida»<sup>388</sup>. Citam os touros os cavaleiros. Levanta-se a poei-

---

<sup>384</sup> «Representação dirigida a El-Rei D. João VI e lançada na nota do tabelião José Leite Duarte a requerimento de Luís do Couto Ribeiro», L.<sup>o</sup> de notas do mesmo tab., Arq. Mun. A. Pimenta e pub. no *O Independente*, em Antiquidades.

<sup>385</sup> «Carta de Mercê do titulo de Visconde de Azenha em duas vidas, dada no palácio da Bemposta a 12.7.1823 a Martinho Correa de Moraes e Castro», Mercês de D. João VI, A.N.T.T., liv. 17, fl. 119v<sup>o</sup>.

<sup>386</sup> Nota 383. Acontecimento n.<sup>o</sup> 26.

<sup>387</sup> *Nobreza de Portugal* (nota 286), 2.<sup>o</sup> vol. — Azenha (Conde de —).

<sup>388</sup> «Ephemerides» (nota 86), 3.<sup>o</sup> caderno.

rada do chão. Cravam-se ferros com maestria. Rompem as palmas. Ar, cor, ânimo, tudo rejubila. À Casa do Arco, a subirem triunfantes a Rua de Santa Maria, recolhem o Visconde de Azenha, sua família e adeptos. Há mais alguém? «É certo que D. Miguel, íntimo da Casa do Arco, nela repousara quando infante, naqueles tempos em que por ali alimentou os seus primeiros e desenfadados amores»<sup>389</sup>. É nesta ocasião?

Saber a verdade dos factos. Narrá-los sem paixão. Como? Ali os liberais a intrigarem, a caluniarem, títeres da maçonaria. Acolá os absolutistas a conspirarem, a arriscarem, a manobram. Exigem estes a abdicação do Rei? Tramam aqueles um conluio para assassinar D. João VI? A 30.4.1824 o Infante D. Miguel, Comandante em Chefe do Exército reúne tropas; prende ministros e dignatários, para proteger seu Augusto Pai põe o Rei sob vigilância. Chama-lhe a História a Abrilada. A nova da prisão «de cento e tantas personagens» chega a Guimarães a 6 de Maio. Os realistas festejam com três dias de iluminações e vivas<sup>390</sup>. Breve, muito breve é esta alegria. A 9.5. D. João VI refugiado numa embarcação inglesa demite o Infante dos seus cargos, ordena-lhe a retirada para o estrangeiro. Chamado a Lisboa o Visconde de Azenha, é a 24.5.1824 destituído do seu comando. «Preso em S. Julião da Barra e depois em Belem», é solto à partida do Infante para o exílio<sup>391</sup>. Não deve ter assis-

---

<sup>389</sup> *Curiosidades de Guimarães* (nota 200): A instrução, Irmandades. Visitas Régias. Cavaleiros de Cristo, p. 107: Comentários aos preparativos da visita de D. Miguel a Guimarães em 1832, ao estranhar ter sido escolhida a Casa dos Coutos e não a do Arco. E acrescenta' «... seria até por este motivo, de que só nos fala a tradição? Quando passou então por ali? Quem seria a apaixonada dos seus amores juvenis? ...».

<sup>390</sup> Nota 387. Acontecimento n.º 28 vº.

<sup>391</sup> Nota 387. Lê-se no mesmo vol.: «... nomeado comandante das forças estacionadas em Traz-os-Montes, por determinação do Infante D. Miguel, em cujo desagrado veio a cair, pelo que foi destituído em 24.5.1824 e mandado regressar a Lisboa. Prezo...» (v. texto) ... Belém obteve a libertação quando o Infante foi exilado. Ignoram-se os motivos que o levaram a cair em desgraça, pois sempre se manifestou dedicado absolutista e voltou a servir D. Miguel quando Rei de Portugal...». Discordo dos motivos da prisão. Em 24 de maio, já o Infante se achava destituído dos seus poderes, portanto não foi ele que mandou prender o Visconde de Azenha. Inclino-me para os da facção contrária; soltaram-no quando o Infante já ia longe.



tido ao casamento de sua filha Dona Carlota, a 18.5.1824 com Vicente Machado Pinto e Melo<sup>392</sup>.

São outras as mãos a acenderem as luminárias nas noites de 14.15 e 16 de Maio de 1824, não as do partido do Senhor Infante. São as mesmas que as põem a 20.11.1825 ao «chegar a esta villa a noticia da Independencia do Brazil com Portugal ficando desde então o snr D. João Sexto Rei de Portugal com o titulo de Imperador do Brasil o seu filho o snr D. Pedro governando o Brasil como Imperador»<sup>393</sup>. O tempo corre.

Que se passa na Praça da Oliveira a 11 de Abril de 1826? Que reunião é esta? Vestem todos de luto: «com capas compridas e volta, meias de lã e chapéus com avia levantada com plumas pretas e fumos, duas pontas destes cahindo pello lado esquerdo athe ós pés». Quebram-se os escudos pela morte do «fidelissimo imperador e Rey Senhor D. João Sexto, que tantos annos nos governou com amor, administrando-nos justiça»<sup>394</sup>. Nos actos públicos que se seguem: o juramento da Carta Constitucional

---

<sup>392</sup> Celebrou-o Fr. Francisco de Melo e Villas-Boas, Rel.<sup>o</sup> da O. de S. Jerónimo, m.<sup>or</sup> no Convento da Costa. As testemunhas foram: José Maria Lobo de Melo, António Cardoso de Albuquerque e o Cônego Luís de Melo Pereira de Sampaio, C. n.<sup>o</sup> 3 Olv<sup>a</sup> (1803-39), p. 65, Arq. Mun. A. Pimenta. Vicente Machado Pinto e Melo, o noivo, suc. a seu pai, n. em Guimarães na Rua do Gado (Olv<sup>a</sup>) a 2.7.1798, f.<sup>o</sup> de João Pinheiro Figueira Lobo de Melo, suc. a seu Pai e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria Angélica Pinto Falcão de Mesquita, herd.<sup>a</sup>; neto pat. de Vicente Pinheiro Lobo Guerra Machado, cav.<sup>o</sup> Prof. na O. de Cristo, Moço-Fid., sr. do Morg.<sup>o</sup> de Pindela, do Morg.<sup>o</sup> dos Guerras e Padroado de Arnoso e de sua m.<sup>er</sup> D. Ana Maria Isabel de Melo Pereira de Sampaio (v. o meu «*Casa de Sezim*» (nota 31), e mat. de Luís Pinto Falcão de Mesquita, sr. da casa do Refalcão em Basto e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria Pereira. D. Carlota Carolina e seu marido foram pais de João Machado Pinheiro Correia de Melo, 1.<sup>o</sup> Visconde de Pindela, suc. a seu Pai, Moço-Fid. etc., etc. C.g. (Viscondes de Pindela, Cardoso de Macedo e Meneses (Margaride) (ramo 2.<sup>o</sup>), Condes de Arnoso, Arruelas, Duques de Palmela, Espírito Santo Silva, Ramos de Magalhaes, Viscondes de Paço de Nespereira, Ferrão de Tavares e Távora, Condes de Paço Vitorino, Lobo Machado, etc., etc.).

<sup>393</sup> Nota 383, acontecimento n.<sup>o</sup> 31.

<sup>394</sup> Livro de vereações, vereação de 15.4.1826, Arq. Mun. A. Pimenta. — Descrição completa da cerimónia da Quebra dos escudos: «Ordenarão que se escrevesse tudo o que se praticou na manhaa de honze do corrente na ocazião emque se quebrarão os escudos pella morte do Augustissimo Imperador e Rey o Senhor D. João Sexto de Gloriosa Memoria e he o que se segue...».

a 31.7.1826, os luzidos bandos a correrem a vila, os festejos num Toural todo enfeitado ao som de morteiros e foguetes com destaque pára a figura da Constituição <sup>395</sup>, não está ninguém na Casa do Arco. Emigrado em Espanha o Visconde de Azenha <sup>396</sup>, aguarda.

Ouvem-se rumores. Na noite de 30.1.1827 circula a nova: as tropas do Conde de Amarante, já Marquês de Chaves rompem por Salamonde. Assustadas, retiram-se de Guimarães, as famílias constitucionais <sup>397</sup>. Corram! Venham às janelas! A 30.1. «entra na villa o Visconde d'Azenha Martinho Corrêa, seu filho Bernardo Corrêa, o Barão de Vila Pouca e seu irmãos, alguns oficiais e uns 40 a 50 homens a cavallo, todos da divisão do marquês de Chaves», junta-se-lhe bastante povo <sup>398</sup>.

— Viva o Senhor D. Miguel, Rei de Portugal!

— Viva!

— Viva a Rainha Senhora Dona Carlota Joaquina!

— Viva!

— Morra a Constituição!

— Morra!

No dia seguinte, 31.1., chama o Visconde todas as Autoridades à Câmara, por verificar «entre os maiores clamores e aplauzos com demonstrações de regozijo publico dos honrados

---

<sup>395</sup> «Auto da Camara Geral para se jurar a Carta Constitucional, que se aclama a fls. 84, 85, 87 88 do livro de Vereações da Camara de Guimarães que principiou em 30 de julho de 1825, terminou em 29 de julho de 29», pub. no *O Independente*, Antiguidades n.º IV. Os bandos, os Te-Deum, as luminárias, as ornamentações no Toural com «festoêns de murta, laranjas e grizetas», a figura da Constituição, todos os festejos dos Constitucionais no mesmo jornal (v. nota 383), acontecimentos n.ºs 35 e 48. V. também *Guimarães* (nota 7), vol. I, pp. 339-340 e no *O Independente*, de 25.7.1903 o artigo «Carta Constitucional».

<sup>396</sup> João Lopes de faria, «Velharias Vimaraneses», in *Gil Vicente*, vol. II, n.ºs 9 e 10, 2.ª série, 1926. Emigrou a 24.10.1826.

<sup>397</sup> Nota 383, acontecimento n.º 49.

<sup>398</sup> Id., acontecimento n.º 50 e «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. III, n.ºs 1-2, 2.ª série, 1927 onde se acrescenta: «... tiraram da cadeia da correcção 3 presos... no livro de registo o carcereiro escreveu em cada assento dos 3 presos: Tirado pela tropa e paizanos mandados à ordem de Martinho Correia em 20 de Janeiro de 1827 a cuja força não poudes resistir». V. também «Ephemerides» (nota 86).

e fieis patriotas desta villa, a aclamação do nosso legitimo e unico soberano o Senhor D. Miguel I Rey de Portugal; para que a aclamação se tornasse mais legal» lavram todos um auto<sup>399</sup>.

A 1.2. há na Colegiada um Te-Deum. Mal acabam as preces parte para Braga, o Visconde, a sua cavalaria, toda a sua comitiva. Logo entram em sua perseguição as divisões do Marquês de Angeja<sup>400</sup>. Três dias depois dá-se «a grande acção na Ponte do Prado dada pelo Conde de Vila Flor à divisão do Marquês de Chaves em que este ultimo perdeu bastante gente»<sup>401</sup>.

Portadas corridas, frestas entreabertas nos primeiros meses de 1827, vêem os realistas passar s contingentes, os batalhões, um ou outro esquadrão de cavalaria das forças contrárias. A 30.3. são presos «todos os que assignaram o auto a aclamar D. Miguel na entrada de Martinho Corrêa». A 13.4. «em observancia do indulto desta data, foi mandado, pela Relaçam do Porto, dar baixa de culpa aos pronunciados por opiniões politicas no Sumário em Guimarães em 1826»<sup>402</sup>. Bernardo Corrêa de Moraes e Castro é indultado; seu pai o Visconde de Azenha, é exceptuado como chefe de rebelião. Continua o Toural iluminado, pouco povo a prestar homenagem ao Retrato do Senhor D. Pedro Quarto.

---

<sup>399</sup> «Auto de Aclamação de D. Miguel que devia encontrar-se no livro de veriações da Camara, que teve começo em 30 de Junho de 1825 e fim em 29 de Julho de 1829, e que delle desapareceu por corte das respectivas folhas. Encontra-se nos «Documentos para a História das Cortes Gerais» impresso, certamente segundo a cópia que foi para Lisboa». Pub. no *O Independente*, Antiguidades V, mencionado nas «Lembranças...» (nota 383), acontecimento n.º 51, nas «Ephemerides» (nota 86) e nas «Velharias», in *Gil Vicente* (nota 398), 3.º vol. n.ºs 1 e 2, 2.ª série, 1927.

<sup>400</sup> Nota 383, acontecimentos n.ºs 52 e 53. No n.º 54 lê-se: «no dia 3 de fevereiro de 1827 às 10 horas da manhan principiou a chegar a esta villa a Divisão do Conde de Vila Flor, q reunida com parte das duas divisões q tinham chegado no dia antecedente marcharão sobre Braga para ir bater a Divisão do Marquez de Chaves onde a encontrassem. A força q. d'aqui marchou era de sete a oito mil homens, e quem a comandava era o Conde de Villa Flor».

<sup>401</sup> «Ephemerides» (nota 86).

<sup>402</sup> Nota 383, acontecimentos n.ºs 62 e 63. «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, 3.º vol., n.ºs 7-8, 1927.

Ambos os lados festejam o regresso do Infante D. Miguel ao Reino, o seu juramento da Carta. Nem o foguetório, nem as ornamentações acalmam os dois partidos: em qualquer rua de Guimarães há cacetadas, rebentam desordens. Os vivos realistas abafam aos poucos a euforia dos partidários da Carta. Aclama-se D. Miguel em diversos pontos do País. Em 29.4.1828 a Câmara vimaranense rectifica a aclamação «já feita a doze do corrente que então se não fez publico por se não proporcionarem as circunstancias contentando-se esta Câmara em suplicar ao mesmo Real Senhor pella Secretaria de estado dos Negocios do reyno se dignasse declarar-se Rey com todas as prerrogativas das Leis fundamentais da Monarchia feitas nas Cortes de Lamego e nas de Lisboa de vinte e oito de janeiro de mil seicentos e quarenta e um»<sup>403</sup>.

A um de Maio sai para a rua a família do Arco: levam enfeitados de flores e bandeiras, o retrato do Senhor D. Miguel, acompanha-os o povilêu. Repicam sinos, atiram-se flores, soltam-se vivas<sup>404</sup>. Consolam-se os realistas. Persistem as escaramuças. A 31.5. entra em Guimarães uma grande divisão do Governo do Porto: duas peças de artilharia, um esquadrão de Cavalaria 12, dois batalhões de Infantaria o 9 e o 18, dois contingentes de Caçadores o 6 e o 11. Gritam por D. Pedro IV, D. Maria II, pela Infanta regente, pela Santa Religião. Entra também um esquadrão de Cavalaria 6 e mais gente armada dos lados de Fafe<sup>405</sup>. Ao despontar o novo dia é redigido «hum Auto de aclamação do Snr D. Pedro Quarto na Casa da Camara pela Oficialidade da Divisão q aqui tinha chegado no dia antecedente e por algumas pessoas de todas as classes. De tarde houve Te-Deum na Colegiada a q assitiu parte do cabido»<sup>406</sup>.

---

<sup>403</sup> «Auto de Aclamação de D. Miguel desaparecido do respectivo livro de vereações da Camara. Encontra-se cópia no auto da devassa levantado aos empregados da Justiça e da Fazenda que o assignaram». Pub. no *O Independente*, Antiguidades, VI.

<sup>404</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, 4.º vol., n.ºs 7-8, 1928.

<sup>405</sup> Nota 383, acontecimento n.º 87.

<sup>406</sup> «Auto de aclamação de D. Pedro IV e da Carta Constitucional, que se acha nas 1.ªs páginas do L.º que depois serviu para as veriações de 1834 a 1836», Pub. no *O Independente*, n.º 132, Antiguidades, VII, citado nas «Lembranças...»

Nesse mesmo dia, um de Junho, morre o Comendador Inácio Leite Correia de Almada na sua casa do Arco. Sepultam-no «sem estrondo algum na madrugada do dia seguinte no seu jazigo, na sepultura do meio da Capela de Santo Inácio na igreja de S. Francisco»<sup>407</sup>. Em «seu perfeito juízo e de pé» tinha feito testamento. Encomendada a alma a Deus que a criou e à «espera da salvação pelos infinitos merecimentos de Jesus e intercessão da beatíssima Virgem», quer enterro e sufrágios «com a decência devida a minha pessoa». Nomeia todos os morgadios em sua filha Dona Maria Antónia «com obrigação de lhe pagar as dividas e dar a sua outra filha Dona Gracia» a quinta do Marnel na freguesia de Bitarães e a do Sobrado em S. Cristóvão de Louredo. Se Dona Maria Antónia não aceitar a herança, substitui-a por as outras filhas suas irmãs, por ordem de idades. Acaba esta substituição em seu neto Bernardo Corrêa «por ser o que hade figurar na Casa». A Dona Joana e Dona Ana lega o usufruto das quintas de Portela e seus foros em S. Fins do Torno, concelho de Unhão e um carro de medidas e 20 alqueires pago em S. Paio de Vizela<sup>408</sup>. Nas circunstâncias políticas contrárias às suas ideias, dobram devagar os sinos, quase sem bulha.

Com severidade, a 3.6.1828, castigam-se em Guimarães os empregados públicos que assinaram por D. Miguel<sup>409</sup>. Quem vem de fora traz novidades: aproxima-se o exército miguelista. A 8 já se vê nas praças e esquinas ufanos realistas com topes. Logo a 16 «constando-lhes que nesta Camara se tinha celebrado hum auto de Reclamação por alguns Revoltosos, agentes da facção do Porto em oposição a outro de Aclamação de Sua Alteza Real o Senhor Dom Miguel espontaneamente feito pelos fieis e

---

(nota 384), acontecimento n.º 88 e nas «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, 4.º vol. n.ºs 7 e 8, 1928.

<sup>407</sup> «Velharias» (nota anterior) e Ob. Olv<sup>a</sup> (1800 a 1860), pp. 167 e segs., Arq. Mun. A. Pimenta.

<sup>408</sup> L.º de Ob. Olv<sup>a</sup> (1800-60) (nota anterior). Conforme o test.º a sua Capela em S. Francisco é a do Senhor Jesus e não a de S. Tomás, como se lê nas «Velharias».

<sup>409</sup> «Summario de Rebelião contra todos os Empregados de Justiça e fazenda que assignarão o auto de Rebelião de 29 de abril de 1828» (v. nota 403, pub. no *O Independente*, Antiguidades, XV).

leais avitantes desta villa», rectificam de novo a Aclamação de Sua Alteza «por ser esta a vontade geral dos Povos desta comarca»<sup>410</sup>. Vontade de uns, querer de outros, tiroteios, pequenos combates. Passam divisões, prendem frades os constitucionais, feridos e alguns mortos estão atirados nas ruas. Ecos dum desembarque am Matosinhos, de batalhas em Condeixa, de laços azuis, de topes encarnados a defrontarem-se, de mágoas de uns, de vitórias de outros.

Só depois de D. Miguel ter sido, a 2 de Julho, aclamado em Lisboa, de ver os exércitos realistas marcharem com prisioneiros, de assistir a 20 às deslumbrantes Acções de Graças na Colegiada é que têm «lugar, a 29.7 na igreja de S. Francisco umas solenes exéquias pella alma do comendador Inácio Leite Pereira de Almada (Azenha), sr. da Casa do Arco, da Rua de Santa Maria. Foram feitas com a maior pompa e grandeza»<sup>411</sup>. Enquanto se buscam e prendem constitucionais, voltam, senhores da situação os miguelistas: a 13.8. chega de Espanha o Visconde de Azenha<sup>412</sup>. A 3.9. parte para Lisboa «com seu filho Bernardo Corrêa, o barão de Vila Pouca e seu irmão para beijarem a mão de Sua Magestade El-Rei D. Miguel I»<sup>413</sup>, reinado que esperam grandioso, firmado nas antigas liberdades, com todas as bênçãos de Deus. «Rei Chegou...».

Não tem grande significado, para a história da Casa do Arco, o desenrolar desta cerimónia. Na gótica porta da igreja da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira todo o Cabido com seu presidente e Chantre com capa de asperges. Recebem conforme o ritual a Frederico Augusto, Príncipe de Hesse, dão-lhe a Cruz a beijar, aspergem-no. Debaixo do pátio vai o Príncipe até à Capela do Santíssimo Sacramento. Reza, senta-se no cadeiral do D. Prior. O Chantre entoia um Te-Deum. Assistem os Viscondes de Azenha e da Costa e outros fidalgos. O vento está frio, é uma

---

<sup>410</sup> «Auto de Acclamação de D. Miguel que se encontra a fls. 238, 239, 240 e 241 do livro de vereações da Camara que teve começo em 30 de julho de 1825 e fim em 19 de julho de 1829», pub. no *O Independente*, Antiguidades, XV.

<sup>411</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. IV, n.ºs 9-10, 2.ª série, 1928.

<sup>412</sup> Id., n.ºs 11-12, 2.ª série, 1928.

<sup>413</sup> Id.

manhã de 26.10.1828. Toda esta comitiva, autoridades civis e militares e pessoas de distinção atravessam o Largo, da casa da Câmara, vão até ao Toural. Aguardam-nos formados o Regimento das Milícias da vila, o destacamento do Regimento 22 e os voluntários Realistas. Ao lado do Príncipe está um carro com a «efígie de S.M. o snr D. Miguel», a meio do Passeio. Tudo estremece! São as três descargas da tropa. O povo, varado, corresponde aos vivas. Principia a parada. À frente o carro puxado pelos conegos, por frades, pelos escrivães e plebe. Atraz o Príncipe, toda a tropa, muito povo...» «E a noite há teatro 'por curiosos', tigelinhas a tremelicarem, mais festas»<sup>414</sup>. Só que no séquito do aventureiro príncipe vem um jovem, a passar então quase despercebido. É seu filho natural Augusto Roquemont<sup>415</sup>. Hóspede dos Viscondes de Azenha, na Casa do Arco, nos próximos dez anos dará a Casa com o colorido das suas telas, a vida dos seus pincéis, um lugar romântico, caloroso na história da pintura.

Escolhido para comandante do Corpo de Voluntários Realistas de Guimarães, a 17.12.1828, o Capitão de Cavalaria Bernardo Corrêa Leite de Moraes e Castro<sup>416</sup> recebe uma procuração. José António de Oliveira Leite de Barros, do Conselho de Estado, Ministro Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Encarregado da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e da Secretaria da Sereníssima Casa e Estado de Infantado, Comendador das Comendas de S. Nicolau dos Vales, da Ordem de Cristo e da Torre e Espada, Alcaide-Mor do castelo de Guimarães, Senhor Donatário do concelho de Rossas,

---

<sup>414</sup> Id.

<sup>415</sup> Para sua vida e obra v. Júlio Brandão, *O Pintor Roquemont*, Lisboa, Liv. Morais, 1929; Pedro Vitorino, *O Pintor Augusto Roquemont*, Porto, Ed. de Maranus, 1929 e Dr. António Cruz, «Crónica dos Acontecimentos da Semana» escrita em janeiro 1952. Da família do Visconde de Azenha pintou, que se saiba os seguintes retratos: do 1.º Visconde, 2 da Viscondessa D. Grácia, do 2.º Visconde, de D. Ana Correia Leite de Almada, dos Condes de Basto (relação que vem no 1.º livro); na Casa do Arco pintou também uma Santa Ana, uma Nossa Senhora com o Menino (in «Crónica») e um S. Francisco penitente (nota 500). Fica-me a dúvida, por não as ter visto (se as visse também ficaria) se as pinturas das paredes de duas salas na Casa do Arco, são ou não da sua autoria.

<sup>416</sup> *Nobreza de Portugal* (nota 86).

padroeiro do Hospício dos Capuchinhos em Basto, condecorado com as medalhas de Vila Franca da Restauração e Guerra Peninsular, estando em Lisboa, «passa-a para poder receber na Igreja por sua mulher a Dona Catarina Lusitana Correa Leite de Moraes Almada Machado, irmã do procurador, Bernardo Corrêa<sup>417</sup>. À noiva, a julgar pelos usos da época, ninguém perguntou se quer unir os seus jovens e alegres 24 anos aos achacosos 80 do noivo, viúvo de muitos anos e com um filho mentecapto.

Principia o ano de 1829 em Guimarães com uma bela cerimónia: a Acção de Graças pelas melhoras d'el Rei. Armada com a maior riqueza, embandeirada com as armas reais, a igreja da Colegiada. Do lado do Evangelho, junto ao altar, o retrato de D. Miguel I, debaixo dum rico docel. Quase junto, senta-se imponente o Príncipe de Hesse. Prelados insignes ocupam o lado da Epístola. À direita, nos bancos, todas as autoridades; à esquerda, a Viscondessa de Azenha, «suas filhas e mais senhoras em grande gala». Monta a guarda o batalhão de Voluntários Realistas. Oficia o Chantre com dois acólitos. Tocam «habeis musicos». Ouçam o padre Mestre Frei Bento de Jesus Maria «com sua costumada eloquencia e energia mostrar os males que se propagam por Portugal e as fervorosas orações que todos devem dirigir ao Todo-Poderoso, por nos trazer e salvar a vida do nosso Bom Rei, fazendo-o com tal veemencia e claresa que os olhos dos ouvintes mostraram a compunção dos corações avivados para suplicar ao Rei dos Reis pela vida e conservação de El-Rei Nosso Senhor e Louva-Lo com o himno Te Deum Laudamos»<sup>418</sup>. Assim corre o ano para os miguelistas na vila: roupa a cheirar a incenso, corpos dobrados em cumprimentos, em vénias, prontos a dançarem nas festas, e, se pobres, o riso e perder-se no estralejar das girândolas, no deslumbramento do espectáculo.

São tudo alegrias? Que pode sentir Dona Catarina Lusitana, a 10.1.1829, frente ao Oratório da Casa do Arco e ao Padre Mestre dos Capuchos, ao trocar eternas promessas com seu irmão

---

<sup>417</sup> «Velharias» in *Gil Vicente*, vol. IV, n.<sup>os</sup> 11 e 12.

<sup>418</sup> Id., vol. V, n.<sup>os</sup> 1-2.



Bernardo, procurador de seu noivo, o Ministro de Estado José António Leite de Barros? A 19 parte para Lisboa, já Condessa de Basto; D. Miguel a 12 agraciara seu marido com esse título. No adeus «é acompanhada até fora da vila por muitas pessoas de todas as classes»<sup>419</sup>. Estende-se por toda a jornada, pelo seu viver de casada um lúgubre pano de fundo: baloçam cadáveres nas forcas erguidas por ordem de seu marido, o Conde de Basto<sup>420</sup>, nas sanguinárias Alçadas para matar o liberalismo.

Coronel do Batalhão dos Voluntários Realistas de Guimarães, a 16.3.1829, Bernardo Corrêa oferece ao Estado todos os seus soldos vencidos e por vencer<sup>421</sup>. Ao findar o ano encontra-se com o Corregedor, o Capitão do Destacamento do 12 e um troço da tropa. Procuram nas freguesias de Arões e Golães alguns constitucionais fugidos para os lados de Fafe<sup>422</sup>. Uma Banda em cheio, bem orquestrada, alegre, a tocar com força, com vida, é a que se quer, é a necessária para relatar o viver dos Azenhas nos anos de 1830 e 1831.

---

<sup>419</sup> Id.

<sup>420</sup> Filho de André de Oliveira Leite de Barros, n. em S. Gens, Fafe em 1749; além dos cargos e honras mencionados no texto, foi Dez.<sup>or</sup> da Relação e do Paço. Durante a Guerra Peninsular e enquanto Beresford comandou o Exército Português, foi Intendente Geral do Exército. Símbolo da repressão miguelista, dele se lê na *História de Portugal* (nota 296), VII vol., p. 413; «... Fortunato de Almeida pretende absolver o monarca, cuja maneira de ser era propícia a sentimentos de generosidade, pelo que atribui aos seus ministros essa tendência autoritária que redundou em descrédito da sua causa. O principal visado foi João António de Oliveira Leite de Barros (1749-1833), 1.º Conde de Basto, que exercia o cargo de Ministro do Reino e da Marinha e a partir de 31 de Julho de 1831, com o afastamento do Duque de Cadaval, passou a exercer também o de Ministro assistente do despacho o que equivalia à presidência do Ministério. Tendo feito carreira na Magistratura nunca escondeu a sua formação anti-liberal, tornando-se em 1823 Conselheiro de Estado e, no ano seguinte, Ministro do Reino e da Justiça. Convencido que a causa miguelista não admitia contestação, mandou formar uma comissão destinada a julgar todos os crimes contra D. Miguel e a segurança do estado, o que fortaleceu a repressão que, desde 1828, se fez sentir em todo o País». Ao casar com D. Carolina era viúvo, e tinha um filho mentecapto. Para detalhes sobre a sua família v. *Resenha das famílias Titulares e Grandes de Portugal* (nota 325), Conde de Basto.

<sup>421</sup> *Nobreza de Portugal* (nota 416).

<sup>422</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. V, n.ºs 11 e 12.

É o lauto jantar oferecido pelo Visconde de Azenha a toda a oficialidade dos Voluntários, a 20.4.1830, aniversário do dia em que D. Miguel assumiu os direitos da Coroa. É o Decreto Real de 2.8., a verificar em Bernardo Corrêa de Moraes e Castro, a 2.<sup>a</sup> vida do título de seu Pai. É o seu casamento em S. Miguel das Caldas, a 29.9. com Dona Maria Custódia Clemência dos Anjos de Sousa e Vasconcelos e Gouveia Coutinho, filha do Chanceler do Porto José Inácio Pais Pinto de Sousa e Vasconcelos, senhora da Casa Grande da Vila de Freixo de Numão, nascida a 15.7.1800<sup>423</sup>. São as festas dos anos de El-Rei, a 26.10.: a parte religiosa, a parada militar, a corrida de toiros e o baile na Casa do Arco, oferecido pelo Visconde de Azenha (Bernardo). Quase manhã, saem todos os convidados para a rua, à testa a Real Efigie, a empunharem archotes, tochas de cera, aos «vivas ao mesmo Augusto Senhor»<sup>424</sup>. Depois, 19.11., para a banda, findam os festejos: morre na Casa do Arco Dona Catarina Flávia Machado de Miranda Malheiro, viúva de Inácio Leite. Enteram-na no Claustro da Oliveira, jazigo da sua Casa<sup>425</sup>.

Duas cartas, escritas no Palácio de Queluz a 13.8.1831 pelo Conde de Basto a seus sogros os Viscondes de Azenha. São as procurações para representarem S.M. El-Rei e a Infanta Dona Maria da Assunção no baptismo do primogénito a vir aos Viscondes de Azenha, os novos<sup>426</sup>. Realiza-se a 4.9.1831 no

---

<sup>423</sup> (1767-1831), Bacharel em Leis (U.C.). Dz.<sup>or</sup> da Relação do Porto, Juiz da Coroa e da Casa da Suplicação, C.P.O.C., Sócio correspondente da Academia de Lisboa e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria Benedita Antónia de Gouveia Coutinho, sr.<sup>a</sup> do Morg.<sup>o</sup> de Fonte Arcada, neta pat. de José Joaquim Pais Monteiro, F.S.O., e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria Teresa da Cunha Sousa e Vasconcelos, sr.<sup>a</sup> da Casa Grande, V. *Nobres Casas de Portugal* (nota 80). Iv vol., p. 171 — Casa Grande.

<sup>424</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. VI, onde constam o banquete, o Decreto Real, o casamento e as Festas nos anos d'el Rei.

<sup>425</sup> Ob. (1800-60) Olv.<sup>a</sup>, p. 176, Arq. Mun. A. Pimenta. O jazigo em questão já não existe no Claustro da Oliveira, agora Museu de Alberto Sampaio. Em «Sepulturas da Colegiada» (1-2-13) do Arq. Mun. A. Pimenta está assim descrito: «Claustro ... Pegado ao Altar de St<sup>o</sup> André entre a porta que da claustra sai para fora estão dous muimentos de arco metidos na parede q dizem ser de Estevão Machado de Miranda tem imagens pintadas pela parte de cima dos arcos está hum escudo de armas e dous anjos tendo mão nele com um letreiro gótico que não se lê».

<sup>426</sup> Notícia pub. no *O Independente*, n.º 141.

oratório do Arco, o baptizado da pequenina Dona Maria da Assunção, afilhada de Sua Majestade e da Senhora Infanta; representam-nos os avós da neófita <sup>427</sup>. Não tarda um rapaz: Inácio, nascido a 15.6.1832 <sup>428</sup> primeiro varão dos segundos Viscondes; ao colo do seu orgulhoso avô, o Marechal <sup>429</sup> Visconde de Azenha. Mas a esquadra de D. Pedro IV, agora Duque de Bragança, largara da Ilha Terceira. Vem conquistar Portugal para sua filha, a inocente Princesa, a que chamam Rainha, a Senhora Dona Maria II.

Desembarcam a 8.7.1832 em Pampelido na Praia dos Ladrões. Não encontram resistência. Quedam-se pasmadas as tropas miguelistas. Avançam os liberais para o Porto. Lá ficam. Encurraladas, envolvidas, cercadas pela parte contrária. D. Pedro dentro da cidade vive o cerco e as privações dos portuenses. D. Miguel instala-se em Braga a acompanhar mais de perto as operações. A 20.5.1833 como um corisco visita Guimarães. De afogadilho galopa pelas ruas, olha distraído o tesouro da Colegiada, rompe pela multidão em delírio, regressa a Braga <sup>430</sup>.

Ao redor do Porto há mortos e feridos, há constantes bombardeios e sortidas. É a Guerra! Entre o eco dos combates chega a notícia: a 22.6.1833 pelas 11 horas da manhã morreu na sua quinta em Paredes, Martinho Corrêa de Moraes e Castro «Marechal de Campo dos Reais Exercitos, Comendador das Ordens de Cristo e da Torre e Espada, cavaleiro das de Aviz e Nossa Senhora da Conceição, Medalhas da Guerra Peninsular, Heroica Fidelidade Transmontana e Fidelidade ao Rei e a Patria», 1.º Visconde de Azenha em duas vidas, Presidente da Comissão Mista <sup>431</sup> a funcionar em Valongo. É sepultado a 24, na freguesia onde morreu <sup>432</sup>, a de Bitarães.

---

<sup>427</sup> Oly<sup>a</sup> N 14, p. 101, Arq. Mun. A. Pimenta. Tinha nascido a 22.8.

<sup>428</sup> Não encontro o assento em Guimarães. Foi a 15.6.1832.

<sup>429</sup> O decreto a graduá-lo em Marechal de Campo é de 2.1.1832, in «Velharias», *Gil Vicente*, (nota 396), vol. VII, n.ºs 1-2.

<sup>430</sup> Sobre esta visita v. o meu *Velhas Casas VIII*, Casa de Sezim (nota 5), pp. 71-72.

<sup>431</sup> Funcionava como Tribunal Militar.

<sup>432</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. IX, n.ºs 5-6.

A hora é grave, não permite longos cortejos nem solenes exéquias. Ficam uns momentos para se estudar a família deste morto ilustre, a viver em Guimarães desde o seu casamento. Filho de Bernardo de Moraes Madureira, sucessor a seu Pai e de sua mulher Dona Maria Josefa Corrêa de Moraes e Castro, Dama de Câmara da Princesa do Brasil. Era natural de Tarouca, terra de grande e antiga projecção, não longe de Lamego. Para essa linda vila, seu bisavô na varonia, Francisco Lopes de Carvalho, Familiar do Santo Ofício (filho de Jerónimo de Carvalho e mulher Mariana da Cunha), trouxera sua mulher Dona Ana Maria de Moraes, de velha e fidalga estirpe brigantina. Chamaram-se os pais desta senhora Álvaro Anes de Madureira Feijó, Morgado de Parada de Infanções, termo de Bragança e Dona Teodora Pinto Pereira do Lago.

Ao desenhar a árvore genealógica de Álvaro Anes chega-se por seu pai, António de Moraes Pimentel, senhor do morgadio, a seu trisavô Aleixo de Moraes Pimentel, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro de Cristo, Padroeiro do Capítulo de S. Francisco de Bragança, casado com Dona Isabel Gomes de Macedo, cujo 4.º filho António de Moraes Pimentel, o bisavô, foi marido de Dona Isabel de Madureira, senhora do Morgado de Parada de Infanções, instituição remota de largas tradições. Neste vínculo sucedeu a seu avô, António de Moraes Madureira; mulher deste foi sua prima co-irmã Dona Ana de Moraes Pimentel também neta de Aleixo de Moraes Pimentel e por sua mãe, de Francisco de Moraes, o Palmeirim. Pimentéis, Moraes, Madureiras, linhas muito antigas a mergulharem no passado ressaltam com seus solares e torres pela região de Bragança na árvore de Dona Ana Maria de Moraes<sup>433</sup>, bisavó do 1.º Visconde de

---

<sup>433</sup> Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, *Memórias Arqueológicas e Históricas do Distrito de Bragança*, Os Fidalgos, Tomo VI, Porto, Tip. da Empresa Guedes, 1928. Nas pp. 153 — tit.º de Pimentéis, 154 — tit.º de Moraes, 159 — Madureiras e 159 há referências a antepassados de D. Ana Maria de Moraes. A pp. 348-360 — Parada de Infanções — começa a Árvore Genealógica dum bisneto materno de António de Moraes Madureira, sr. da Casa e Morgado de Parada e sua m.<sup>er</sup> D. Anastácia Pereira, avós pats. de D. Ana; descreve-se toda a sua ascendência. A 2.ª genealogia, principia com : 1 — Pedro Feijó de Madureira (p. 353), segue-se a sua descendência. D. Ana Maria de Moraes, x em Tarouca com

Azenha. O vínculo de Parada continua. Do irmão mais velho de Dona Ana Maria, António de Moraes Madureira Feijó foi neto e sucessor António de Madureira Feijó de Moraes Sarmento. Em 1824 casa com sua prima em 4.º grau, Dona Maria Emília Madureira de Moraes Sarmento. A 2.11.1827 morre em Parada onde nascera, sem geração<sup>434</sup>. Por muitos parentes não terem descendência, herda o vínculo da família de sua bisavó, Martinho Corrêa, Visconde de Azenha.

Volta-se de novo a Aleixo de Moraes Pimentel. Seu filho segundo Jaime de Moraes Pimentel casou em Chaves com Dona Antónia de Castro, senhora do Morgado de Santa Catarina<sup>435</sup>. Deram origem aos Castros Moraes, Comendadores de S. Miguel de Bugalhal, morgados de Santa Catarina. Derretam os nevões de Chaves e Bragança, abrasa-os o sol, em S. Sebastião do Rio de Janeiro governado por seu bisneto e sucessor, Francisco de Castro de Moraes. Corre o ano de 1711. Corsários franceses atacam a cidade. Toma providências o Governador; entram os piratas no Rio, acabam vencidos. Dois meses depois insistem. Avançam com uma armada de 18 barcos e 2.500 homens. «Não consegue a população organizar a resistência em torno do Governador Castro Moraes»<sup>436</sup>, desencadeia-se a pilhagem. Na primeira refrega morre gloriosamente o primogénito do Governador: Gregório de Castro Moraes, «fidalgo da casa real, do habito de Cristo, que foi mestre de campo de infantaria no Rio de Janeiro», marido de Dona Sebastiana Veloso<sup>437</sup>. Foi o

---

Francisco Lopes de Carvalho, vem sob o n.º 11. Neste livro lê-se a origem destas famílias. Para a árvore de D. Ana Maria de Moraes, bisavó do 1.º Visconde, consultar também Barbosa Canais, *Costados das famílias Ilustres*, Tomo I, Lisboa, na Impressão Régia, 1829, fl. 63, Viscondes de Azenha; e *Nobiliário* (nota 32), Tomo IV de Costados, Costado 55 vº.

<sup>434</sup> *Memórias Arqueológico-Históricas* (nota 433), p. 351. Também se transcreve a instituição do vínculo dos Madureiras a 13.5.1417 «na aldeia de Parada dos Infantes».

<sup>435</sup> Id., p. 338 — Moraes. D. Antónia de castro, era f.ª de Gregório de Castro e neta pat. de João de Castro, fidalgo galego. O texto não deixa perceber qual deles é o marido de D. Catarina da Costa Chaves, herd.ª do Morg.º de Santa Catarina em Chaves, inst.º por «Pedro esteves em tempo d'El Rei D. Diniz». Além dos antepassados, nestas páginas, vêm a descendência dos Castro Moraes.

<sup>436</sup> *História de Portugal* (nota 296), vol. V, p. 314.

<sup>437</sup> *Memórias Arqueológico-Históricas* (nota 433), p. 338.

pai de Francisco Xavier de Castro e Moraes, Coronel de Infantaria, Fidalgo da Casa Real, marido de Dona Guiomar Maria de Sá e Brito, nado e criado no Rio de Janeiro, cidade de S. Sebastião.

Gonçalo Corrêa, Duarte Corrêa e Manuel Corrêa foram três irmãos entre os sete capitães «que vinham de prestar grande concurso à Corôa portuguesa, por decurso de 30 annos, nas luctas contra os francêses e seus aliados os Tupinambás e Tamoyos e na repulsa dos indigenas em S. Vicente». Ao saberem que o Governador Mem de Sá dava por sesmarias as terras das capitânicas abandonadas, requereram os sete «as comprehendidas entre o rio de Macahé e cabo de S. Thomé, sendo-lhes concedidas em 19 de Agosto de 1627»<sup>438</sup>. Exploraram, baptizaram sítios, repartiram terras entre si. Oriundos de Penaboa, quinta no concelho de Famalicão em Portugal, meios irmãos de Salvador Corrêa de Sá, o Velho, Governador do Rio de Janeiro<sup>439</sup>, vamos deixá-los na exuberância da vegetação, na grandeza de seus bens. Seguimos só com um: o Capitão Manuel Corrêa.

Depois duma vida aventureira faleceu Manuel Corrêa no Rio de Janeiro a 8.1.1648. Sepultado na capela-mor da igreja do Colégio da Companhia de Jesus<sup>440</sup>, deixava viúva Dona Maria de Alvarenga. E sete filhos. Do mais velho Tomé Corrêa de Alvarenga muito há a contar<sup>441</sup>. Do quinto, Martinho Corrêa

---

<sup>438</sup> *A Terra Goytacá* (nota 133). Neste vol. transcrevem-se e estudam-se docs. do maior interesse para a história dos Corrêas de Sá (Assecas).

<sup>439</sup> Salvador Correia de Sá, o Velho, avô do grande Salvador Corrêa de Sá Benevides, Governador do Rio de Janeiro, Restaurador de Angola, etc., era nat. do con. de Famalicão e f.º de Gonçalo Corrêa da Costa e de sua 1.ª m.ª Filipa de Sá; neto pat. de Gonçalo Eanes. Os outros 3 irmãos, são f.ºs do 2.º casamento de seu pai com Maria Ramires, realizado por 1580. V. livro acima citado e o da nota seguinte.

<sup>440</sup> Carlos G. Rheingantz, *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, Liv.ª Brasileira Ed.ª, 1965, 1.º vol., pp. 371 e segs. onde se estuda a descendência do Capitão Manuel Correia. A de seys irmãos, o Cap. Duarte Correia Vasqueanes e Gov.ºr Salvador Correia de Sá começa a ser estudada a pp. 377 e 394, respectivamente. Na dos dois primeiros, aparece por vezes, por analogia com seus primos, descendentes de Salvador, o apelido Sá, a que não tinham direito.

<sup>441</sup> *A Terra Goytacá* (nota 133), p. 69: «... Governador interino do Rio de Janeiro, prestou grandes serviços nas fortificações da Praça e fortaleza da Barra,

Vasques, vida ligeiramente menos romanesca, duas datas: nasceu no Rio de Janeiro, baptizou-se na Sé a 26.7.1627; faleceu na mesma cidade a 25.6.1710. Uma sequência de cargos: Sargento-mor do Presídio no Rio, Mestre de Campo, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Aviz. E um grande rancho de filhos: duas ilegítimas, catorze do seu casamento com Dona Guiomar de Brito, natural de Lisboa. A mais nova de todos eles é Dona Guiomar Maria de Sá e Brito, baptizada no Rio de Janeiro a 28.9.1686<sup>442</sup>, mulher como já aqui se leu do Coronel Francisco Xavier de Castro e Moraes.

Para terminar ao cabo de tantas gerações deixa-se o Rio de Janeiro, volta-se a Bragança, às árvores nuas sob o frio de inverno, às longas noites tiritantes. Martinho Corrêa de Moraes e Castro, Capitão de Infantaria do Regimento de Bragança — filho do Coronel Francisco Xavier de Castro e Moraes e sua mulher Dona Guiomar de Sá e Brito — é marido de Dona Sebastiana Guiomar Doutel de Almeida<sup>443</sup>, filha do Sargento-mor da mesma Praça. Avós maternos do 1.º Visconde de Azenha, lega-lhe ele, talvez seu padrinho, o seu nome e apelidos. Fica assim explicado, nestas voltas de Tarouca a Bragança, de Bragança ao Rio de Janeiro, de velhas terras muralhadas a humildes manhãs duma grande cidade o vínculo e sobrenomes de Martinho Corrêa de Moraes e Castro, 1.º Visconde de Azenha.

---

nas construções dos galeões que Salvador trazia a seu cargo, no abastecimento d'agoa que trouxe do Rio carioca para a cidade, dando lugar a que se extinguisse em grande parte o vício d'agoaardente». Por ocasião duma revolta no Rio, foi posto a ferros e mandado para Lisboa. Os capítulos de acusação contra ele e Salvador Corrêa de Sá Benevides, enviados pelo povo a D. João IV estão publicados nas pp. 73-84.

<sup>442</sup> Todas estas datas e dados são copiados das *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro* (nota 440), pp. 372, 373, 376. Tem certo interesse embora omita muitos filhos de Martim Corrêa Vasques, entre eles D. Guiomar Maria de Sá e Brito, Francisco de Assis Carvalho Franco, *Os Corrêa de Sá*, pub. do Instituto Genealógico Brasileiro, São Paulo, 1941.

<sup>443</sup> Filha de António Doutel de Almeida, cavaleiro de Cristo, Sarg.-mor de Bragança, Escrivão da Alfândega e de sua m.<sup>er</sup> D. Violante de Sousa, neta pat. de António Doutel de Almeida e sua m.<sup>er</sup> D. Isabel de Sá e mat. de Teotónio da Fonseca e m.<sup>er</sup> D. Brites de Meneses Borges, in *Nobiliário*, Costados (nota 433).

Esquecida a guerra durante esta longa digressão nem por isso está menos encarniçada. As tropas do Duque da Terceira avançam sobre Lisboa, numa balbúrdia retiram os miguelistas. Partem para o Norte, para Guimarães os Condes de Basto. A 4.8.1833 na passagem por Coimbra, atacado pela cólera, morre o Conde<sup>444</sup>. Sua viúva envolta em crepes, só chega a Guimarães a 10.10., com ela vem seu enteado, o filho demente de seu marido. À entrada da vila esperam-na as autoridades, todos os notáveis da terra. À Casa do Arco acorrem pesarosas as visitas de pêsames. Desde o Bispo de Pinhel D. Leonardo Bessa a 17.10.<sup>445</sup> ao mais comezinho partidário de El-Rei D. Miguel. Aproveitam para ver mais uma filha dos Viscondes de Azenha: Dona Grácia, nascida a 17.9.1833<sup>446</sup>.

Desmaia todo o brilho, toda a luz a inundar a Casa do Arco durante o reinado d'el Rei D. Miguel. Ainda um lampejo: a 27.1.1834 o Visconde de Azenha, Coronel de Infantaria é nomeado Coronel Supranumerário para o Regimento de Caçadores do Minho<sup>447</sup>. Chega o primeiro desaire: a 14.3., por ordem do Corregedor do Cabido é expulso da Colegiada, o Cónego Pedro de Moraes Corrêa de Sá e Castro, irmão do 1.º Visconde<sup>448</sup>. Está tudo a ruir, a desmoronar-se. Dum combate em Santo Tirso, a 26.3. entram em Guimarães, em fuga os soldados realistas. No dia imediato a grande divisão constitucional do Barão de Pico de Celeirós desfila vitoriosa em Guimarães. Os soldados saqueiam o Convento de S. Domingos<sup>449</sup>. A 28.3., Sexta-feira

---

<sup>444</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. VII onde se acrescenta: «Foi sepultado com o Hb. da O. de Cristo na Igreja do Colégio de S. Tomaz em Coimbra e quando em 1834, depois da extinção das Ordens religiosas os constitucionais entraram em Coimbra o cadaver, foi ignobilmente tirado do tumulo, arrastado pelo templo e dilacerado («Dicionário de Portugal»). Mas diz o nosso cronista P.L. que foi conduzido para a sua Capela de Basto».

<sup>445</sup> Factos publicados nas «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. IX.

<sup>446</sup> Não lhe encontro a data do nascimento em Guimarães. Foi a 17.9.1733.

<sup>447</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. X, n.ºs 1-2.

<sup>448</sup> Id. Recolheu-se na Casa do Arco, onde † a 9.12.1837 (Olv<sup>a</sup>, Ob. 1800-60, Arq. Mun. A. Pimenta). Era também irmão de D. Rita Bernardina de Moraes e Castro, Açafta Honorária, x com Simão Lobo de Sousa Machado e Couros, Ten.-Cor. de Milícias, F.C.R., c.g. (Viscondes de Paço de Nespereira).

<sup>449</sup> Nota 447; vol. onde se relatam estes acontecimentos.



Santa, na Casa da Câmara «o Excelentíssimo Barão de Pico de Celeirós, General comandante da Divisão de operações ao Norte do Douro, o Chefe do Estado-Maior General, o Quartel-Mestre General, o Ajudante d'Estado Maior General, os mais officiaes do mesmo Estado Maior», magistrados e «concorrendo no mesmo acto Clero, Nobreza e Povo fiel desta villa» aclamam a Carta Constitucional e o Legítimo Governo de Dona Maria II <sup>450</sup>. Para as bandas de Amarante, pelo resto do Reino continuam as derrotas miguelistas. A 1.6.1834 parte El-Rei D. Miguel para o exílio.

A Casa do Arco fica muda e quieta, alheia aos acontecimentos políticos, às desordens a rebentarem por toda a vila. Choram a sua Morgada Dona Maria Antónia de Almada Leite Machado Malheiro, falecida aos 61 anos, a 17.1.1836 <sup>451</sup>. É incomodada com os preparativos da visita de S.M. o Rei D. Fernando a Guimarães. Destina-lhe a Câmara por hóspedes o astuto ministro belga, o Cavaleiro Van der Veyer, um naco das nossas colónias no pensamento e um ajudante de Campo de Sua Alteza <sup>452</sup>. Não vêm. Enternece-se com o nascimento, a 31.7.1836 de Dona Ana Emília <sup>453</sup>, a mais nova dos senhores Viscondes. E vibra, estremece, num escancarar de portas e correrias: no domingo de S. Gualter, na noite de 7.8.1836, uma violenta carga de chumbo entra pelas janelas abertas da casa da Condessa de Basto, ao Campo da Feira, explode no seu animado sarau. Voam das mesas as cartas, chelicam damas, assustam-se dois cavalheiros feridos de raspão. Porquê? Talvez «pelo escandaloso ajuntamento de realistas (também estavam alguns constitucionais)», alvoroçados e felizes os primeiros com as notícias a virem de Espanha <sup>454</sup>.

---

<sup>450</sup> «Auto de Aclamação da Rainha a Senhora Dona Maria Segunda e da Carta Constitucional e nom.<sup>a</sup> dos Membros da Camara Municipal. Encontra-se no livro das vereações de 1834 a 1836 a seguir ao auto pub. sob o n.º VII». Pub. no *O Independente*, n.º 140, Antiguidades, IX.

<sup>451</sup> Ob. Olv<sup>a</sup> 1800-60, Arq. Mun. A. Pimenta. Não fez testamento.

<sup>452</sup> *Curiosidades de Guimarães* (nota 389), p. 111. Esta resolução foi tomada na vereação de 5.7.1836. A visita, prevista para os dias 11 e 12, não se efectuou.

<sup>453</sup> Olv<sup>a</sup> N. 1832-43, Arq. Mun. A. Pimenta. Foram seus pad.<sup>os</sup> os tios pats., Cónego Pedro de Moraes e Castro e D. Joana Emília Corrêa.

<sup>454</sup> «Velharias», in *Gil Vicente*, vol. XII, n.ºs 9 e 10.

Aonde vai o Visconde de Azenha com o Comandante dos Lanceiros? Dirigem-se à cadeia. Com eles regressa o Moreira, ourives feirante, vítima duma denúncia e duma confusão<sup>455</sup>. Credo! Como está a vila! E agora, que vem a ser isto? Primeiros dias de Janeiro de 1838. Terreiro do Cano, em parada um esquadrão de Lanceiros e um batalhão de Infantaria 18, aquartelados desde Outubro em Guimarães. Passa-lhes revista, vindo do Porto para esse fim, o Conde das Antas, hóspede da Casa do Arco<sup>456</sup>. Marcha para Lamego no dia seguinte; nas paredes da Casa, impregnadas dos ideais d'el Rei D. Miguel notam-se as primeiras marcas da Revolução de Setembro, das avançadas ideias do Conde das Antas. Um pequeno intervalo: — Dona Maria de Assunção, Inácio, Dona Grácia e Dona Ana Emília, sete, cinco, quatro e ano e meio, cobertos de escumilha e luto rigoroso por morte da mãe, a Viscondessa nova, a 20.5.1838, desolada a família, o povo a censurar por a depositarem no dia seguinte em S. Francisco e enterrarem no jazigo familiar «numa excepção à lei e por se estar a proceder contra outras pessoas que queriam que seus parentes se enterrassem nas igrejas»<sup>457</sup>. E um segredo espalhado por toda a vila: a Senhora Condessa de Basto teve uma menina<sup>458</sup>.

---

<sup>455</sup> Lê-se no caderno «Cópia de um manuscripto do snr Freitas Costa, Ephe-merides Vimaraneses pelo Conego José Pereira Lopes»: «No dia 10 de novembro (1837) tendo desertado desta villa uns soldados dos Esquadrões de Lanceiros e tendo havido uma denuncia (falsa) ao comandante dos mesmos Lanceiros (era tenente) de que tinha sido o tenente Moreira que os tinha aliciado e mandando aquelle prendello por um official e um soldado estes prenderam o irmão feirante d'ourives e o trouxeram à presença do comandante o qual encontraram no Toural e o qual o insultou o mais que foi possivel chegando-lhe a dizer publicamente que lhe havia de mandar dar tantas baradas, como elle tinha de cabellos na cabeça, mandando-o depois prezo para a cadeia. Depois de lá estar algumas horas foi lá o Visconde de Azenha com o comandante e o soltou. Neste dia presenciou Guimarães o facto mais escandaloso que se tinha visto!».

<sup>456</sup> Id., a 6.1.1838.

<sup>457</sup> Ob. Oly<sup>a</sup> 1800-60. Sepultou-se em S. Francisco no jazigo da Casa. V. também «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. XIV, n.<sup>os</sup> 1-2, e o Caderno mencionado na nota 455.

<sup>458</sup> Foi D. Maria Emília Correia Leite de Sousa, n. em 1839, perfilhada e herd.<sup>a</sup> de sua mãe (que † a 2.12.1877). X em Braga a 24.5.1861 c. José Falcão de Magalhães, de quem foi 1.<sup>a</sup> m.<sup>er</sup>, suc., f.<sup>o</sup> de João Falcão de Magalhães Araújo

Amigos, artistas, vítimas do liberalismo habitam a Casa do Arco, portas bem abertas, sem olhar a gastos, a receberem com grandeza e ostentação e por largos anos, a quem nelas bate <sup>459</sup>. Velam todos com grande pompa e sentimento, a 2.4.1840 a Viscondessa Dona Grácia, senhora da Casa, viúva do 1.º Visconde <sup>460</sup>. Mais um luto cobre suas armas, a triste sombra da Guerra Civil avoluma-se e cresce por todo o País. Contra o Governo unem-se todos os partidos, derretem-se num único fito as montanhas a separá-los, esvai-se numa só meta a lembrança de tantos mortos. É a 9.6.1845 a grande reunião no palácio de Nicolau de Arrochela, ao Cavalinho. Miguelistas, Setembristas e Cartistas amuados acotovelam-se no salão. Falam: o dono do solar, o Visconde de Azenha e o Barão de Almargem, chefe dos Setembristas. O «resto com raras excepções era composto de proletários e homens revolucionários sem moral nem religião». Todos tramam a derrota de Costa Cabral nas próximas eleições <sup>461</sup>.

---

e Silva, sr. da Casa de Rendufe em Cabeceiras de Basto e de sua m.<sup>er</sup> D. Leocádia Maria da Silva Pinto. S.g., in José de Sousa Machado, *Últimas Gerações de Entre Douro e Minho*, Ed. do autor, Tip. da Pax, 1931, 1.º Tomo, Cost. 86. Foi também legitimada por seu pai Domingos de Sousa Leite de Aguiar, Cónego Magistral da Real e Insigne Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, f.º de João de Sousa de Aguiar e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria Joaquina Salgado, in Domingos de Araújo Afonso e Rui Dique Travassos Valdez, *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tip. Pax, 1934, Tomo III, p. 611.

<sup>459</sup> Depois de Évora-Monte a Casa do Arco e a fidalga hospedagem do Visconde acolheram muitos desamparados; por vezes famílias inteiras. Ex.: «recolhidos na Casa do Arco por não terem meios de subsistência», o Ten.-Cor. miguelista José Maria Sefter e sua m.<sup>er</sup>; ela † no Arco a 21.4.1839; o Rev.<sup>do</sup> Presbítero José Machado de Melo e Castro, Abade da Paroquial Igreja de Lama Longa, Bisp. de Bragança, suspenso do seu ofício e benefício em virtude das medidas gerais, † no Arco onde vivia a 26.6.1840 «e posto que não pedisse nem recebesse por motivos, dizem de consciência os sacramentos desta Paroquial Igreja, consta-me todavia que recebeu o sacramento da Penitência e Sagrado Viático administrado no Oratório particular da dita Casa», L.º de Ob. Olv<sup>a</sup> 1800-60.

<sup>460</sup> L.º de óbitos acima mencionado, p. 199.

<sup>461</sup> «Velharias», in *Gil Vicente*, vol. XXI, n.ºs 5-6 e Caderno mencionado na nota 455. Dois dias depois «houve uma grande reunião em Vila Pouca de vários individuos de todas as classes entre os quais se encontravam o dono da casa, Barão de Vila Pouca, António de Nápoles, Luís de Mello, Luís Martins, Presidente da Camara, Meireles Guerra, Juiz de Direito, Oliveira Cardoso, admi-

Ainda há tempo para a senhora Dona Ana Leite, para a Condessa de Basto, para a senhora Dona Ana Corrêa, as senhoras do Arco, irem na companhia de Locott, Conde de Laranji (?) até às obras da nova estrada para o Porto. A 30.9.1845, saias ligeiramente erguidas por causa do pó, contemplam a futura via da Cruz da Pedra à Madalena. Olham o formigueiro humano a trabalhar: 300 homens, mulheres e rapazes. Explica-lhes o inglês o funcionamento da sua empresa e o sistema de MacDonald <sup>462</sup>. Estão interessadas? Terão mais interesse nos acontecimentos a virem: os motins nas várias freguesias, os rebates, as marchas e tiroteios.

Vão exultar com os rumores da revolta na Galiza. Vão vibrar com os Padres Casimiro, Manuel da Agra, José da Laje, com João do Cano, ferventes absolutistas a entusiasmarem o levante popular contra os impostos e enterros nos cemitérios. Vão viver a Maria da Fonte, o mulherio desgrenhado, os chuços a erguerem-se, os sinos à desfilada. Como? A 16.4.1846 retiram-se de Guimarães as forças do 8. Invade a vila a população armada; vem do lado das Taipas. Sinos e tambores a tocarem, arrombam a Administração, queimam a papelada no Toural. O rebate soa em Santa Eulália de Fermentões: há tiroteio. São 30 ou 40 homens de Infantaria 3 atacados próximo da Senhora da Conceição, há feridos. Dirigem-se aos quartéis, julgam reforçar o regimento. Emboscam-nos em Santa Clara, obrigam-nos a depor as armas. Aflitas vêm as Senhoras do Arco. Convidam os oficiais a entrarem em sua casa, tratam-lhes dos ferimentos. Envia os soldados para a Estalagem do Peixe <sup>463</sup>. Pelo chão varapaus, uma ou outra bala.

---

nistrador do concelho, e muitos proprietários, eclesiásticos, negociantes e gente boa», trabalhavam, a favor do governo. A eleição, feita a 3.8., foi perdida pela Oposição, que abandonou.

<sup>462</sup> Id., n.<sup>os</sup> 7-8: breve descrição da estrada e das visitas às obras das sr.<sup>as</sup> da Casa do Arco e do Ministro da Justiça, Conde de Tojal, hóspede de Domingos Cardoso de Macedo, ex-capitão-mor. Cada operário ganhava de 160 até 240 réis de jornal.

<sup>463</sup> Id., vol. XXII, n.<sup>os</sup> 3-4. Todo este ano é fértil em acontecimentos em Guimarães, só se citam os mais directamente ligados à família do Arco.

Rondam as guerrilhas, perseguidas ou não pela tropa. Grassa a agitação. Cruzam-se tiros. A 26 de Maio grande foguetório. Repicam todas as torres da vila. É a alegre entrada do Visconde de Azenha, «vindo da Senhora da Aparecida, onde estava quase sempre». Música de Fafe atrás, braço dado com o Padre Casimiro, íntegro miguelista o «Defensor das Cinco Chagas» vai até à casa do Barão de Almargem e depois para a sua, a do Arco. Não param os foguetes, as flores. Zanga-se o sacerdote e desta visita <sup>464</sup> nasce a Junta Governativa da Província do Minho; passados dois dias fazem-se as eleições para a sua organização. Sai presidente o Visconde de Azenha e membros Nicolau de Arrochela e o Barão de Almargem. Tenta a Junta Governativa ir a Braga, não passa da Falperra <sup>465</sup>. O povo com seus paus, chuços e espingardas, aguarda atento pelos montes e caminhos. Nomeado General das Armas do Minho, Almargem ordena o recolher; acompanhado por Azenha, alguns militares e mais umas pessoas toma o comando da Província a 9 de Junho. «Apesar do estado anárquico em que se acha todo o Reino», sai a 11 em Guimarães, a procissão do Corpus Cristi. Compassada, esplendorosa, devota, fecha-a um corpo de guerrilhas. Ao entardecer entram na vila os mais famosos, os caudilhos. Trazem uma banda de música e uns cento e tantos homens armados. Na Casa do Arco dão muitos vivas, antes de continuarem o desfile pelas ruas <sup>466</sup>.

«Por bem ter servido a causa do Povo e da Rainha ao tempo da Junta Governativa», Dona Maria II, a 28.8.1846, confirma ao Visconde de Azenha o seu título <sup>467</sup>. Os meses a virem são ricos

---

<sup>464</sup> Id. Acrescenta o cronista (P.L.): «E quem havia de dizer em 1834, que estes dois figurachos (Azenha e Almargem) se haviam de namorar e que o Visconde de Azenha havia de ter uma entrada como esta em 1846!!!». Esta visita do Visconde de Azenha ao barão de Almargem e negociações com o Padre Casimiro Vieira estão descritas em Camilo Castelo Branco, *Maria da Fonte*, ed. da Liv. Lello, s.d., pp. 77-79. Menciono o Barão de Almargem, no meu *Velhas Casas II, Fermentões*, casa de Caneiros.

<sup>465</sup> Nota 463.

<sup>466</sup> Id., n.ºs 5-6.

<sup>467</sup> Id., «nesta ocasião foram agraciados outros miguelistas por iguais serviços».

em movimento. Veja-se: Repiques e assobios à passagem do Conde das Antas, comandante das forças em operações no Minho e Trás-os-Montes, hóspede do Visconde de Azenha. As salas do Arco cheias de Setembristas a maquinarem as eleições, que não são feitas. Novo ministério, Cartistas no Poder. Revolta no Porto, prisão do Duque da Terceira, a Junta Governativa a instaurar-se na Cidade invicta. Movimentos de tropas. Brado por D. Miguel em Vieira do Minho, marcha de Almargem, Infantaria 7 e 3 a sufocar a rebelião. E o povo nem cartista, nem setembrista, ainda a viver o miguelismo com algumas excepções, a recusar o convite do Governo Provisório do Porto para formar um batalhão. E as autoridades da vila? São pelos do Porto, tremem com a aproximação do Barão do Casal, partidário da Carta. Nesta conjectura morre na Casa do Arco, a 15.11.1846, Dona Ana Leite Pereira de Almada<sup>468</sup>.

Última tia do Visconde, olhos pretos, grossos beiços, esplêndido colar, cachos presos no chapéu de enorme aba levantada e grande laço<sup>469</sup>, Dona Ana Leite, já não vê as incorporações contra a guerrilha de Vieira, não ouve o cantar da Maria da Fonte pelas ruas, não sabe do desânimo da Patuleia pelas derrotas em Trás-os-Montes. Não comunga com a alegria de sua sobrinha Dona Emília Corrêa ao receber a 26.11. o General MacDonell e os seus oficiais, muitos amnistiados em Évora-Monte, ao ver o engrossar da guerrilha miguelista e o aclamar, a 28.11., mais uma vez D. Miguel por Rei em Guimarães, um futuro Batalhão Realista a organizar-se<sup>470</sup>. Não chora pela morte de tantos homens, na derrota de MacDonell pelas forças do Barão de Casal às portas de Braga. Os miguelistas em debandada... Vêm muitos, vem um

«... para Guimarães onde se aquartellara o Mac-Donell com o seu estado-maior. Logo que chegou foi procurar o tenente-coronel Cerveira Lobo que fazia parte do cortejo do General.

---

<sup>468</sup> Ob. Olv<sup>a</sup> 1800-60. Foi sepultada em S. Francisco, na capela de sua família. Para este e outros factos relatados, v. nota anterior, n.<sup>os</sup> 7-8 e 9-10.

<sup>469</sup> Retrato pintado por Roquemont, reproduzido no *O Pintor Roquemont* (nota 415).

<sup>470</sup> Nota 463, n.<sup>os</sup> 9-10 e 11-12.

Mandaram-o ao palacete do visconde de Azenha, onde o escocês se tinha aquartelado com o seu estado-maior. O Cerveira Lobo estava a bebericar cognac velho copiosamente sobre uma mesa farta, comida sem sobresaltos. A meza onde faiscavam os cristaes, os licores, avultava, scintilando os metaes das suas fardas, o quartel-mestre general Victorino Tavares, de Tagilde, José Maria de Abreu, ajudante de ordens, o morgado de Pé de Moura, o Cerveira Lobo e o Sebastião de Castro, do Covo, commandante do batalhão de voluntários realistas de Oliveira de Azemeis, que arredondava 42 praças, e seu irmão António Carlos de Castro, ajudante de ordens do general, — dois homens gentilmente valorosos; — o coronel Abreu Freire, morgado d'Avanca, e o Bandeira de Estarreja que é hoje padre.

A noite era de 26 de dezembro de 1846, muito fria. Bebia-se forte. A garrafeira da casa do Arco era um calorífico. O Mac-Donell, muito rubro, n'aquella bebedeira chronica que lhe assistiu na vida e na morte, esmoia a ceia passeando num vasto salão, de braço dado com uma formosa senhora da caça, D. Emilia Correia Leite de Almada. Dir-se-ia que o bravo septagenário tinha vencido uma batalha decisiva, e procurava matizar com flores de Cupido os seus louros de má sorte... As 11 da noite entra na casa o Capitão Pinho Leal <sup>471</sup>, procura com urgência o quartel-mestre general.

«— Que há? — perguntou o quartel-mestre general.

— Há que estamos cercados pelos Cabraes. Os nossos piquetes de Santa Luzia e o do Castello já foram atacados, e ouve-se fogo de fuzil em outros pontos. Veja lá o que quer que eu faça.

O Victorino ficou pasmado de terror e levou o capitão à sala em que o Mac-Donell passeava pelo braço de D. Emilia Azenha, e o visconde, o hospedeiro fidalgo, palestrava com numerosos hospedes, conegos, abbades, capitães-mores, antigos magistrados. Pinho Leal repetiu ao escossez o que dissera ao seu quartel-mestre. «O alma do diabo, escreve o snr Pinho Leal — ficou com a mesma cara imperturbavel, e disse-me: Isso não vale nada. Tenho tudo prevenido. Mande recolher a gente a quarteis». Mas a dama assustada desprendeuse do braço do general e foi preparar os bahu para a fuga; e os do estado-

---

<sup>471</sup> Augusto Soares de Azevedo Barbosa Pinho Leal é o autor da notável obra *Portugal Antigo e Moderno — Dicionário* (nota 48), onde também conta estes factos por ele testemunhados.

-maior compelliram o general a fugir também. Era uma hora da noite quando o exercito realista abandonou Guimarães e entrou na estrada de Amarante...»<sup>472</sup>.

Lá vai Dona Emília Corrêa Leite de Almada. Dizem-na, os coevos, muito linda e graciosa. Apontam-lhe juvenis amores com El-Rei D. Miguel, então Infante. Recorda-a a história pela sua dedicação à causa realista, o muito que conspirou, as artimanhas que teceu, a valentia que mostrou. Uniu as paredes da Casa do Arco, onde andava, à luta contra o liberalismo, já seduzido o irmão, deu os seus corredores e salas o mistério de embuçadas figuras a conspirarem, às suas paredes muitos segredos por desvendar<sup>474</sup>.

Varrido o Reino pelas espadas dos generais, combatem entre si os três partidos com maior ou menor fortuna. Todos os lados sofrem perdas, não se proclama o vencedor. A 30.1.1847 depois duma estadia em Guimarães Reinaldo Mac-Donell é assassinado perto de Vila Pouca de Aguiar. A 20.2. realistas e os da Junta (Patuleia) defrontam-se para os lados de Pencelo. Guimarães, como outras terras está exausta. Homens, pão, cavalos, tudo deu, tudo engoliu a voragem da guerra. A parte do partido realista que aderira aos do Porto: o General Póvoas, o Coronel<sup>474</sup> Visconde de Azenha, outros oficiais, para espanto dos restantes miguelistas, estão instalados na capital do Norte, «andando nas azas da Fama»<sup>475</sup>.

Coronel de Cavalaria, inspector dos Batalhões Nacionais do Minho, entra Azenha em Guimarães a 4.3. Espera-o na Estrada Nova o Batalhão de Voluntários de Viana, toda a Patuleia<sup>476</sup>. Repicam as torres, mas as aclamações são poucas. A 10 passa revista aos batalhões da vila e Fafe. Pedida pelo Governo a inter-

---

<sup>472</sup> Camilo Castelo Branco, trechos copiados de *A Brasileira de Prazins*, 1.<sup>a</sup> ed., 1882, pp. 272-275.

<sup>473</sup> V. A.F. Oliveira Martins, «Uma conspiradora ao serviço da revolução miguelista de 1846», in semanário *Aleo*, n.º 4 do ano IV, de 6.10.1945.

<sup>474</sup> Foi agraciado a ??2.1847 pela Junta Governativa com o posto de Coronel de Cavalaria.

<sup>475</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. XXIII, n.ºs 1-2.

<sup>476</sup> Id., n.ºs 3-4. Acrescenta o autor a esta efeméride: «O Visconde de Azenha que em 1834 era o maior dos miguelistas em Guimarães tendo até orga-



venção estrangeira, a invasão espanhola, a ingerência inglesa, o labéu alastra por todo o País. A Junta, aprisionado o seu chefe, o Conde das Antas, pelos ingleses, sofre a morte lenta da derrota.

Derrota já experimentada por Don Santiago Garcia y Mendoza, cavalheiro espanhol a surgir em Braga nas hostes de D. Miguel, mão beijada em Guimarães por o confundirem com o Rei, apresentado a Mac-Donell como general carlista da Convenção de Vergara, a fugir com o Padre Casimiro cai ali, levanta acolá, depois de tristes tentativas de atacar os Sirzinos em Braga. *«Nutrido em excesso, herculeo nas espáduas, pulsos penugentos, pescoço taurino, proeminência abdominal, isto não implicava a flexuosidade grácil dos meneios cortesanescos. De casaca azul, gravata e luva branca, chapéu de pasta, com os cabelos frisados e as guias do espesso bigode negro cofiadas, tinha, encostados ao pianos umas atitudes estatuárias que para não serem irisórias careciam da sua grande e genial naturalidade»*. Assim o retratou Camilo<sup>477</sup>. É com ele que casa Dona Emília Corrêa, a genial conspiradora, irmã do Visconde, a 13.5.1847<sup>478</sup>.

Mais desordens, uns espancamentos, Junho de 1847 principia em Guimarães. Na noite de 3 a Patuleia corre as ruas. Sai da Casa do Arco; à frente o Visconde de Azenha e seu sobrinho, João Machado da Casa do Proposto, a tocarem e a cantarem o hino da Maria da Fonte. Apesar da Junta do Porto, por causa da intervenção estrangeira, aceitar no dia 6 o Armistício e recomendar sossego, nenhum dos dois fidalgos se submete. Recebe a Casa do Arco o Batalhão de Fafe, banda a tocar o hino. Distribuem-se patrulhas, espancam-se pessoas; ao falso alarme da entrada dos cartistas. Rondam as ruas o senhor do Arco e seu sobrinho a assobiarem a Maria da Fonte, com força, com companhia, com cada vez menos gente. O Porto a exultar já recebeu Saldanha,

---

nizado um Batalhão de Voluntários Realistas pela grande influência que sua família tinha nesta vila, a aceitar em 1847 graças e comissões da Junta do Porto composta de liberais e até de republicanos. Os realistas tinham dado o cavaco com este comportamento».

<sup>477</sup> *Maria da Fonte* (nota 464), p. 130. Os dados biográficos de Don Santiago, lêem-se nas pp. 123 a 140.

<sup>478</sup> Desconheço o local da boda; não foi no Arco, nem na Colegiada.

General do Partido da Rainha. A 12 de Junho assina-se a humilhante Convenção de Gramido.

A 23.6.1847 retira a Patuleia de Guimarães em direcção a S. Torcato. Acompanha-a até ao Sabugal o Visconde de Azenha. Vai depois para fora da vila. Em Fafe estão espanhóis, a 26 entram em Guimarães, já cá estão os cartistas <sup>479</sup>. Nem mesmo a luz quente do sol de Junho faz ver, com estes dados, estes factos respingados da verdade, a causa de estarem miguelistas bandeados com setembristas. Todas as hipóteses, e são muitas, perdem-se entre as frescas orvalhadas, as neblinas das claras manhãs do verão.

Nos tribunais ainda corre o libelo sobre o vínculo dos Costas Mesquitas, aberto com a morte de Dona Ana Margarida dos Guimarães Golias em 1820. Propõe a família do Arco uma composição amigável. Cada parte trará dois advogados, os papéis que tiverem e um tabelião «para ler os títulos que fossem mais ruins de ler». Em Abril e Maio de 1848 chega da Quintã <sup>480</sup> onde se achava o Visconde, D. Gaspar de Queirós, respeitável tio da dona dessa ilustre casa. Vem presidir às conferências. À noite, por não poder ser de dia pelos afazeres dos advogados, reúne-se com os representantes dos Azenhas: o Dr. Rodrigo Machado Salazar, conceituado causídico, o tabelião Francisco José da Silva Basto e Frei Domingos de S. Miguel Durães, administrador da Casa. Comparecem também a essas reuniões no Arco os dos Navarros: Henrique Navarro de Andrade, sobrinho do falecido Cónego, a presidir o advogado Dr. António Leite de Castro, o mesmo Tabelião «por ser homem de providade» e mais ninguém. Vão discutir até 1850; escreve o que se vai dizendo «um fulano Palha, cunhado do administrador da Casa do Arco» <sup>481</sup>. Abandona-se por umas linhas a muita papelada apresentada pelos

---

<sup>479</sup> Factos descritos nas «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. XXIII, n.ºs 5-6.

<sup>480</sup> Na Casa da Quintã, freg.<sup>a</sup> de Constance, conc. de Marco de Canaveses, passava o Visconde de Azenha largas temporadas. Era sua sr.<sup>a</sup> D. Maria José de Magalhães e Meneses de Lencastre, x por 1826 e aos 15 anos de idade com seu tio pat. Joaquim de Magalhães e Meneses. V. *Nobres Casas de Portugal* (nota 80), vol. IV, Casa da Quintã, p. 191.

<sup>481</sup> Nota 381.

Azenhas, os poucos títulos mostrados pelos Navarros de Andrade. Vai-se até Viana do Castelo.

Por possuir em Ponte de Lima e seus arredores alguns bens Dona Emília Leite Corrêa de Almada, ao casar fixara sua morada em Viana do Castelo. Organizara-se em Lisboa a Ordem ou Sociedade de S. Miguel da Ala; não morrera o partido realista, conspirava. Diziam-na, os liberais, ser uma sociedade secreta. Don Santiago Garcia, marido de Dona Emília, ajudara a sua propagação em Viana. Trabalha-se na clandestinidade, manobra-se com grande reserva. Não tarda, por mil deslizes, chegar a nova aos ouvidos do Governador Civil de Viana: informa imediatamente o Ministro do Reino. Urge expulsar Don Santiago, parece com agrado de Espanha desejosa de o ver longe da fronteira norte. Não se chega a este extremo por deferência a seu cunhado Bernardo Corrêa, Visconde de Azenha, mas encarceram-no. A 29.10.1848 é preso em sua casa; a 29 enviam-no para o Castelo da Foz, escoltado por Infantaria 3. Entra na fortaleza a 1.11. Apesar de não haver contra ela ordem de prisão, Dona Emília Corrêa acompanha o marido.

Ao Castelo da Foz chovem as visitas de parentes e correligionários, o próprio governador do forte suaviza-lhes o cativeiro, desvela-se em atenções. Assina, a sociedade de Viana um atestado de bom comportamento moral e político de Don Santiago Garcia y Mendoza, confirma estas afirmações, noutro, passado a Dona Emília, a Câmara desta cidade. Pese as deferências, as comodidades da cadeia ao fim de trinta dias de cativeiro, foge, sem dificuldades o cunhado do Visconde. Dona Emília é capturada em Leça, deixam-na ir. Abrigam-se na Casa do Arco. A Lisboa, até ao Duque de Saldanha, Presidente do Ministério vai a nobre senhora. Roga o perdão e a liberdade do marido. Não só a concede o Duque como intercede junto do embaixador espanhol; fixam a residência de Don Santiago em Setúbal. Meses depois, serenada a guerra em Espanha, sempre debaixo da protecção de Saldanha, é o próprio embaixador espanhol, Conde de Columbi, a comunicar a Don Santiago, por carta de 20.6.1849, a liberdade de poder voltar à província do Minho <sup>482</sup>.

---

<sup>482</sup> *Maria da Fonte* (nota 464), donde tiramos outros dados: D. Emília † em 1878, quase cega, uma sombra do que fora. Perseguido pelo governo espa-

D. Gaspar de Queirós participa na Casa do Arco estar autorizado a acabar com a questão dos Costas Mesquitas. Ficam os Viscondes de Azenha com a casa do Cano onde vivera Dona Ana Margarida. O litígio continua. Do enorme massó de papéis surge mais um vínculo, a causar enorme discussão: o dos Golias.

— «É boa! Só 28 anos depois é que aparece!».

— «Estavam entre os papéis da coudelaria, não sabíamos!».

— «Não podem ser vinculados todos estes bens, nem são Vossas Excelências os únicos parentes».

— «É a relação que temos, é tudo morgadio».

— «É espantoso que só agora os peçam. Lembrem-se Vossas Excelências que estamos em 1850!».

Na Casa do Arco apronta-se a amigável composição, manda Dona Emília Corrêa uma procuração para o efeito. Esquece-se da autorização do marido; envia outra a seguir. Apresentam os Navarros a relação dos bens de Dona Ana Margarida<sup>483</sup>. Acabam ao fim de muita peça oratória, muitos murros na mesa, confusões e mal querenças, por todos se entenderem com muito azedume<sup>484</sup>.

— «Viva a Rainha!»

— «Viva a Carta!»

— «Viva o Duque de Saldanha!»

— «Viva o Velho!»

— «Viva o das Barbas Brancas!».

---

nhol, Don Santiago Garcia, foi acusado de trair os seus princípios e de ter denunciado um antigo correligionário; defendeu-o sua mulher. Passaram privações, depois de muitas diligências, e naturalizado português, foi nomeado, a 2.7.1873 cônsul em Marselha, e a 2.8.1884, cônsul geral na mesma cidade. Sócio da Academia Real das Ciências, escreveu Don Santiago, «A Água, compilação dos principais elementos de geologia para o descobrimento dos mananciais aquáticos», Porto, 1866 e bastantes artigos no periódico *Lethes*.

<sup>483</sup> Desta relação constavam: o Palácio da Rua de Fornos (ficou para os Navarros, é o Tribunal da Polícia), 3 moradas de casas na Praça de S. Tiago, a quinta de S. Gens e o casal de Val Melhorado na freguesia de Santa Eulália de Fermentões, a quinta de Bargas em S. Pedro de Azurém, 1/2 do casal da Peixota em Santo Estêvão de Urgeses, a quinta das Lamelas em Santo Adrião de Vizela, Casal da Mota em Vila Cova, casal do Alcaide «hoje foro» em Santa Maria de Silves, a quinta de Val de Vinhas dita Romarigo de Cima no Peso da Régua, o casal dos Moinhos em S. Martinho de Frazão e um foro em Rio Tinto.

São os vivas gritados por umas 3 ou 4 mil pessoas pelas ruas de Guimarães, a 28.4.1851 ao saber que a Divisão de Braga e seu general tinham anuído ao movimento de Saldanha <sup>485</sup>. Em Julho de 1851 proclamam os sinos a vitória da Regeneração.

Janelas adamascadas, ruas atapetadas de flores, Guimarães recebe, a 15.5.1852, a visita de S.S.M.M. a Rainha Dona Maria II e o Rei D. Fernando, do Príncipe Real e do Infante D. Luís, Duque do Porto. É ver o Pavilhão Real no Toural, as sacadas cheias de senhoras, «a grande boa e uniforme fachada dos edifícios deste terreiro pintada a humas só cor ( de limão)». É ver a Rua dos Mercadores por onde passam a pé Suas Majestades e Altezas, alcatifada ao centro de baeta vermelha e pelos lados de cheirosas ervas. É ver as lágrimas de contentamento a saltarem por se ver a Rainha, o Te-Deum na Oliveira, as pessoas de distinção (lá vai o Visconde de Azenha!) e o Cabido, a acompanharem até ao coche os Reais Senhores.

Iluminações, cantos e música, cerimónias, está preenchido o dia. A 16 sai a Família Real da Casa de Vila Flor onde se hospeda, para mais uma cansativa jornada. Dá beija-mão na Câmara, escuta longos discursos. Roga a Ordem Terceira de S. Domingos uma visita ao seu hospital, e a graça de tomarem o hábito de Irmãos. Estende o convite a várias pessoas de categoria, entre elas ao Visconde de Azenha e a seu filho Inácio. Olhem! Olhem! São as felicitações da Câmara e da Universidade de Coimbra, as dos concelhos vizinhos. Trazem os povos do Gerês 3 cargas de caça morta e 7 cabrinhas selvagens vivas, olhos assustados para a multidão. São lindas! Na madrugada de 7 o rebuliço é enorme na Casa do Arco. Despedem o marechal Duque

---

Diz a parte contrária ser enorme o rol apresentado pelos Azenhas não tendo os Navarros conhecimento da maior parte dos bens dessa relação. «porq sem os titolos pelloos quaes se soubesse q bens havia na casa aonde e de quem se havia de haver mal podia o herd<sup>o</sup> de D. Ana Margarida e menos os seus sucessores porse ao facto de tudo; e portanto se têm direito a esses bens vão (Azenhas) pedillos a quem os possuir». A discussão sobre o que havia ou não havia, o que estava ou não vinculado, foi imensa. Papéis referidos na nota 381.

<sup>484</sup> Sobre o vínculo dos Golias, v. o meu *Velhas Casas II, Fermentões* (nota 332), Casa da Covilhã.

<sup>485</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. II, n.<sup>os</sup> 7-8.

de Saldanha, seu hóspede durante estes alegres dias «a casa preparada com grandeza e decencia». Vai partir às 5 da manhã na companhia de Suas Majestades em direcção a Santo Tirso<sup>486</sup>. Lá vão!

Deputado às Cortes na legislatura de 1852 a 1853, Bernardo Corrêa Leite de Moraes Almada e Castro, Visconde de Azenha é, a 27.9.1852 elevado à grandeza do reino com o título de Conde de Azenha em duas vidas<sup>487</sup>. No ano seguinte, por decreto de 19.2. e Carta de 22.6.1853, Dona Maria II ascende Guimarães à categoria de cidade, por ser berço da monarquia, «desfructar a primazia de ser uma das mais populosas villas do Minho e a mais florescente em diversos ramos de industria» e «tambem por querer dar aos seus habitantes um testemunho authentico do distinto Apreço em que tenho a sua honrada e habitual dedicação à cultura das artes e trabalhos uteis por mim presenciados»<sup>488</sup>. Nesse mesmo mês casa a primogénita do Conde, Dona Maria da Assunção, afilhada d'el Rei D. Miguel, senhora da casa de sua mãe em Freixo de Numão, com Joaquim de Magalhães e Menezes de Vilas-Boas, filho segundo dos senhores de Airó e Paço de Vilas-Boas em Barcelos e da Casa de Alvelos em Amarante<sup>489</sup>.

---

<sup>486</sup> *Curiosidades de Guimarães* (nota 452), Visita de D. Maria II.

<sup>487</sup> L.º de registo de «Títulos de Barão, Visconde, Conde, Marquez e Duque — 1832 a 1890», proveniente do antigo Ministério do Reino, n.º 32 da última incorporação, fl. 23, n.º 344 — Arq. nacional da Torre do Tombo. In *Pedras de Armas e Pedras Tumulares* (nota 505), p. 98.

<sup>488</sup> *Guimarães* (nota 7), vol. I, p. 61. «Carta pela qual Sua Magestade a Rainha Dona Maria II Eleva esta villa à categoria de cidade».

<sup>489</sup> X em S. Miguel do Castelo em 1853. F.º de José de Magalhães e Meneses, sr. da casa e quinta de Alvelos em Amarante, Moço-Fid. da C.R., C. Prof. na O. de Cristo, Cav.º da O. da Torre e Espada, etc., e de sua m.<sup>te</sup> e prima co-irmã D. Mécia Júlia de Vilas-Boas Sampaio e Barbosa, sr.<sup>a</sup> da Casa Solar dos Villas-Boas em Airó, e em Barcelos, etc., Joaquim de Magalhães e Meneses de Vilas-Boas, f.º 2.º, foi F.C.R. e 3.º Oficial da Alfândega do Porto. Tiv.: Bernardo de Magalhães e Meneses Leite de Almada, n. a 14.12.1854, † em 1928, Contador Judicial em Vila do Conde, x c. D. Maria das Dores Pais de Sande e Castro, † em 1943 em Vila do Conde, s.g.; D. Mécia de Magalhães e Meneses Correia Leite de Almada, n. em Guimarães a 21.4.1857, † solt.<sup>a</sup> na Foz do Douro a 28.6.1905; Joaquim de Magalhães e Meneses Correia Leite de Almada, n. em

Renova-se por decreto de 12.6.1855 o título de Conde de Azenha em Inácio de Moraes Corrêa de Castro Leite de Almada, em verificação da segunda vida concedida no referido título a seu Pai<sup>490</sup>. Nos restantes anos cinquenta recebe, a Casa do Arco, hóspedes ilustres: o Dr. Martens Ferrão no começo da sua brilhante carreira, António Maria Fontes Pereira de Melo a pensar em novas pontes e estradas<sup>491</sup>, outros correligionários. Assiste a muitas reuniões políticas dos progressistas, chefiados em Guimarães pelo próprio Conde<sup>492</sup> e rodopia em festejos neste final da primeira metade do século XIX. Mais um casamento, o de Dona Grácia<sup>493</sup>, mais foguetes e ornamentações no

---

Guimarães a 21.6.1860, x c. D. Augusta Adelaide Marques de Figueiredo, † em 1895, s.g.; D. Maria do Carmo de Magalhães e Meneses Correia Leite de Almada, n. a 21.1.1867, x a 1.11.1889 com o Dr. Luís de Paiva Raposo Vilar, f.º de Frederico Vilar e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria do Carmo de Paiva Raposo, c.g. (Vilar, Simões Raposo, Pinheiro (Arnos), Alves Machado, Figueiredo Cabral da Câmara (Belmonte), Viscondes de Asseca, Correia de Sá (Asseca), Borba, Castelino e Alvim Sampayo) e D. Maria Luísa de Magalhães e Meneses Correia Leite de Almada, n. a 20.11.1870 † em 1934 em Trancoso, x com Ernesto de Vilhena Coutinho Caldeira, nat. de Trancoso, f.º de Manuel Maria de Sousa Caldeira e de sua m.<sup>er</sup> D. Ana Ermelinda de Faria Coutinho, c.g. (Caldeira de Albuquerque, Leite Pereira de Seabra, Van-Zeller, etc.). V. Eng.º Matos e Silva e Arq.º Jorge de Brito e Abreu, fascículo 65, § 62, Magalhães e Meneses de Vilas-Boas (ramo), § 63 Casa Grande em Freixo de Numão, Casa da Mordomia em Trancoso, § 64 Paiva Raposo Vilar, Casa de Pomarchão, Ponte de Lima, casa de Mogadouro, in *Carvalhos de Basto*, A Descendência de Martim Pires Carvalho, Cavaleiro de Basto, Dir. Dr. Cunha e Freitas, Porto, 1982.

<sup>490</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. VI, n.ºs 11-12, 1955.

<sup>491</sup> Id., vol. VII, n.ºs 9-10, 1956 e vol. IX, n.ºs 9-10, 1959. O Dr. Martens Ferrão deixou a Casa do Arco a 2.10.1856. Fontes Pereira de Melo foi seu hóspede de 23. a 26.9.1869.

<sup>492</sup> «A comissão eleitoral progressista reúne-se no Arco. Presidente: Conde de Azenha que conclue que tem de fazer uma lista sua por a Comissão Eleitoral Conservadora ter-se juntado com a Comissão Eleitoral Monárquica pura. Delibera então não fazer parte desta eleição, deixando aos seus a liberdade de voto. 30.10.1856», in «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. VII, n.ºs 9-10, 1956 e *O Independente*, Ephemerides Inéditas.

<sup>493</sup> C. João Baptista de Meneses Correia Sequeira Loureiro Brandão, f.º de Fernando Correia Sequeira Loureiro de Barros, sr. da Casa do Paço de Carvalhais, em Lafões e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria Generosa Tomásia Henriqueta de Meneses Brandão Pereira da Silva, dos Morgados de Boialvo. Tiv.: D. Maria Generosa de Meneses Leite Correia de Almada, x com o Dr. João Carlos de Assis

regresso do Batalhão de caçadores 7 ao passarem debaixo do arco e da enfeitada janela, mais alegria no baile dado pelo Conde de Azenha a festejar os anos de D. Pedro V. Trezentas pessoas de diversas classes dançam e passeiam pelos quatro salões da casa: num deles um trono com um retrato de Sua Majestade, nesta animada Casa do Arco, a iluminar com mil tijelinhas na chegada ao Reino da encantadora Rainha Dona Estefânia; cerimonioso Te-Deum na Colegiada; na capela-mor, reverente, o Conde de Azenha. Apenas um acontecimento de certo modo triste: no carneiro «que está na Capela de St<sup>o</sup> André no claustro da Colegiada no 1<sup>o</sup> à direita da porta da entrada», a 4.2.1859, é enterado com 80 anos e «idiota de nascença», o filho do Conde de Basto, negra companhia de sua madrasta, pesada lembrança a percorrer o Arco.

Música a tocar à porta da Casa, amigos a entrarem, foguetório a estoirar. Grande regozijo a 28.6.1859. Chega a Guimarães a notícia do decreto a nomear o Conde de Azenha Governador Civil de Braga. Toma posse, cercado por muita gente a 7.7., regressa ao Arco no dia 9. Exerce o cargo até 15.12.1860<sup>494</sup>.

Tanta festa, tanta alegria, tanta cera gasta. A 1.10.1863 o último dia dos festejos do nascimento do Príncipe Real D. Carlos, «o Conde de Azenha faz iluminar à noite mais brilhantemente o seu palacete, à entrada do qual tinha uma banda de música a convidar para uma reunião os seus numerosos amigos para partilharem do seu júbilo, prova de dedicação a El-Rei». Quinze dias depois, a 16, embandeira o Conde do Arco, durante o dia, e dá à noite «uma lustrosa reunião até altas horas, a filarmónica da cidade a tocar no atrio, homenagem ao dia de anos da Rainha Dona Maria Pia». A 31 «para solenizar o aniversário natalício d'el Rei D. Luis, o Conde de Azenha manda dar um abundante rancho ao destacamento de Infantaria 8 aqui estacionado,

---

Leite Pereira de Melo, F.C.R., Deputado, etc., c.g. (Assis Pereira de Melo, Meneses Costa Ferreira); D. Maria Benedita, s.g.; António, c.g.; D. Ana e D. Rosa, x s.g. Apontamentos do Dr. Henrique Bustorff da Silva Pimenta de Freitas da Costa Ferreira.

<sup>494</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. X, 2.<sup>a</sup> série, n.<sup>os</sup> 1-2 e n.<sup>os</sup> 5-6. Quem trouxe a notícia foi Joaquim Correia de Melo, Deputado por Guimarães.



e a noite dá um aparatoso e luzido baile em sua casa»<sup>495</sup>.  
Perder esse baile? Não, antes ouvir com encanto o cronista:

«À entrada do palacete, desde o portão principal até ao patamar immediato á primeira sala, estava brilhantemente illuminada a vistosas cores por lampiões de vidro e globos de papel. O escadório estava elegantemente enflorado com festões.

No pateo da entrada tocava uma banda marcial escolhidas e variadas pessos de muzica.

Os tres salões que primeiramente estavam patentes e francos para receberem as senhoras e os cavalheiros, estavam primorosamente decorados e profuzamente illuminados.

As oito horas foi servido o chá, findo o qual se abriu e fez patente o quarto salão cuja abertura foi anunciada subindo ao ar muitos foguetes, e tocando a muzica o hymno de El Rei o Snr D. Luiz I. Logo em seguida se dançou a 1ª quadrilha.

O quarto salão, aonde se acha permanente um solio com o retracto de El-Rei, está ricamente decorado. Cobre o soalho um magnifico tapete aveludado, as cadeiras e soffás são estofados de damasco carmezim, do lado fronteiro a porta da entrada estão collocados dois elegantes tremós, e do outro lado contrário duas ricas mesas com pedras de primoroso marmore, no centro pende um rico lustre que o ex.mo Conde comprou de propósito para este salão.

A abertura deste salão deu mais comodidade á lustroza e distinta reunião que alongando-se pelos salões, illuminados por mais de cento e cincuenta luzes, apresentava n'aquelle recinto de fadas uma vista surprehendente e encantadora.

Do serviço diremos pouco se dissermos que foi profuso e variadissimo, nem nós poderiammos aqui dizer exactamente quão lauto, rico, abundante e variado o appresentou o ex.mo Conde.

Foi uma noite de intenso e inteiro gozo aquella e já a aurora do dia seguinte irradiava pela terra as suas clarezas, quando acabou o vertiginoso bulicio do baile.

Todas as senhoras e cavalheiros se apresentaram a etiqueta que aquelle solemne acto requeria, e o ex.mo conde a todos recebeu com as mais delicadas maneiras, manifestando a satisfação de se ver naquella occazião cercado dos seus numerosos amigos a quem fez gostosa companhia até ao fim do baile,

---

<sup>495</sup> Celebrações noticiadas nas «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. XIV, 2.<sup>a</sup> série, n.<sup>os</sup> 9-10, 1963.

acerca do qual seria bastante dizermos somente que foi dado pelo ex.mo Conde d'Azenha para festejar os annos do Augusto Monarcha Português»<sup>496</sup>.

«En Avant!» «Balancer!». Quem não gosta?

Vista por este prisma é uma época bonita, nostálgica, os belos salões, as formosas jóias, os impecáveis escudeiros, um viver muito diferente do de hoje, visto assim, implacável *lorignon* na mão, a não perder detalhe, a tudo querer ver.

Chega o progresso. A estrada Guimarães-Fafe é aberta a 31.3.1864; está pronta até à Cruz d'Argola. Por esse motivo o Conde de Azenha, distribui à sua custa um abundante jantar, travessas a fumar, ao destacamento de Infantaria 8<sup>497</sup>. É o ano em que casa a mais nova das suas filhas: «na noite de 14.9.1864, na igreja escura onde só brilham as velas e a noiva» Dona Ana Emília Correia Leite de Almada une o seu destino ao de António Pereira da Silva Leite, o «Freiria», nome duma sua quinta em S. João de Ponte<sup>498</sup>.

Festeja a Casa do Arco, a 29.4.1865, o aniversário da Carta Constitucional «com as demonstrações do estilo». Continuam a reunir-se nas suas salas os adeptos do actual partido do Conde de Azenha. Que vozes são estas? São seis discursos de enfiada na noite de 3.7., reunião para tratar de reeleger deputado pelo círculo 20 desta cidade, João Machado, Visconde de Pindela,

---

<sup>496</sup> *Jornal Religião e Pátria*, 2.<sup>a</sup> série, Quarta-feira, 4 de Novembro de 1863, n.º 19.

<sup>497</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. XV, 2.<sup>a</sup> série, n.ºs 3-4.

<sup>498</sup> *Meu Velhas Casas I*, S. João de Ponte Guimarães, 1967, Casa da Freiria. O noivo era f.º de Domingos António da Silva e sua m.<sup>er</sup> D. Luísa Pereira da Cunha, sr.<sup>a</sup> da Casa da Freiria, neto pat. de António da Silva e m.<sup>er</sup> Luísa Maria de Abreu e pat. de António José Pereira da Cunha Leite e sua m.<sup>er</sup> D. Ana Rita Machado, sr.<sup>a</sup> da Casa da Freiria. Tiv.: D. Ana Emília, n. na Freiria a 6.11.1865 x c. Abílio Fernandes Guimarães, c.g. (Fernandes de Almada, Costa Carvalho Pereira da Cruz Guedes Machado), D. Maria Adelaide, n. ib., a 29.10.1866 † solt.<sup>a</sup>; D. Joana Felícia, n. ib., a 4.3.1868, † solt.<sup>a</sup>; D. Margarida Francisca, x c. Manuel Wunderly de Sousa, s.g.; D. Maria da Assunção, Viscondessa de Viamonte da Silveira pelo seu casamento, n. em 1872, x com José de Viamonte de Sousa da Silveira, 1.º Visconde de Viamonte da Silveira (v. *Velhas Casas IV*, *Creixomil*, Casa dos Pombais), c.g. (Viscondes de Viamonte da Silveira, Trepa Ramos, Figueira de Sousa, Lobo Machado dos Viscondes de Paço de Nespereira, etc.); António, n. em 1873 e Domingos Leite Corrêa de Almada x c.g. (Corrêa de Almada Pires).

sobrinho do dono da casa. É opositorista o Dr. Alves Carneiro<sup>499</sup>. Corre o tempo. Em 1867 abre no Porto no Palácio de Cristal a «Exposição de Archeologia e de Objectos Raros Naturaes, Artisticos e Industriaes». É grande e curiosa. Para ela partem de Guimarães para o Porto '17 volumes, com objectos desta cidade e da de Braga». São acompanhados por «uma força de infantaria 8 e pelo Sr. Isaac Newton, empregado do Palácio de Cristal». Tem graça saber o que envia o Conde de Azenha:

«Uma espada florete, antiga, com punhos de copos.

Uma espada colubrina, antiga com punhos de copos, com relevo e rendado na orla.

Um florete, antigo, com punho de copos, com abertos e sobre-aro.

Dous capacetes, antigos, um deles com rebordos revolteados, e outro com simo acuminado.

Um pelote de anta, sem mangas, do século XVII.

Um acicate de correias de latão.

Um escudo de charão, com as armas da antiga família da Casa d'Azenha.

Dous espartilhos antigos, de Senhora.

Uma farda verde, bordada a retrós, prata e ouro, que foi do Príncipe de Hesse, com quem Augusto Roquemont veio, (na qualidade de secretário) para Portugal.

Um vestido branco de cauda, antigo.

Um mantelete verde, tecido de prata.

Dous corpetes de seda, antigos.

Uma crioline do século XVIII.

Umas anquinhos de senhora, antigas.

Dous pares de sapatos antigos, de senhora».

E para a secção de Belas Artes:

«Retrato da falecida Condessa de Azenha, por Roquemont.

Retrato d'uma irmã do Conde d'Azenha, por Roquemont.

S. Francisco, penitente, quadro original, pelo mesmo autor.

Santa Ana leccionando a Virgem, pelo mesmo artista»<sup>500</sup>.

<sup>499</sup> «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. XVI, n.ºs 3-4 e 5-6 onde se mencionam estas duas efemérides.

<sup>500</sup> Alberto Vieira Braga, *Curiosidades de Guimarães*, XV, *Guimarães nas Exposições Nacionais e Internacionais*, Guimarães, 1953, p. 55, 1867 — Catálogo

Mais graça teria se ainda fosse possível saber o paradeiro de alguns, poder admirá-los. Não é. Que teria ainda visto Miguel Eduardo Lobo de Bulhões, redactor da *Gazeta de Portugal*, hóspede da Casa do Arco durante alguns dias, festejado a 16.11.1867 «Com um jantar e brilhante soirée» <sup>501</sup>.

Por doença, cansaço, ou por achar seu dever, redige o Conde de Azenha, a 21.3.1868 o seu testamento. Deixa toda a sua Casa ao único filho varão: Inácio, Conde de Azenha. Lega-lhe a obrigação de entregar a cada uma das suas três irmãs, filhas dele testador, três contos de réis. No caso do herdeiro recusar chama à sucessão as três senhoras pela seguinte ordem: Dona Maria da Assunção, Dona Ana Emília e Dona Maria da Graça. Manda elevar a mesada de Gaspar António Lobo: de 14\$000 para 19\$220, cede-lhe casa para viver se quiser administrar os seus bens. Ordena a entrega de 90\$000 por ano a Carlota Carolina Correia, recolhida nas Ursulinas em Braga e a Joaquim Peixoto da Costa, seu familiar 72\$000, também anualmente. Para o criado Silva deixa 19\$000, ao criado Jaime 14\$500, a todos os outros 4\$800 por uma só vez <sup>502</sup>. É tudo.

Vem aí o Natal. Abalada está a Casa do Arco. Sente-se o pânico nos seus salões e recantos. Imagina-se o sofrimento! Com os conhecimentos da época, amputam os médicos uma perna ao Conde de Azenha. Dias depois, a 21.12.1869, às 4 e meia da tarde, Bernardo Corrêa Leite de Moraes Almada e Castro, 1.º Conde e 2.º Visconde de Azenha, senhor da Casa do Arco, de vários morgadios e muitas quintas, Comendador da Torre e Espada <sup>503</sup>, da Ordem de Aviz, Medalha de Comportamento Exemplar, entrega a alma a Deus <sup>504</sup>. Cobrem-se de crepes as armas da

---

Official da Exposição de Archeologia e de Objectos Raros Naturaes, Artisticos e Industriaes, Realizada no Palácio de Cristal Portuense em 1867.

<sup>501</sup> «Ephemerides Vimaraneses (nota 86), 4.º caderno.

<sup>502</sup> L.º de Testamentos Cerrados, Arq. Mun. A. Pimenta. As disposições e data da morte estão transcritas nas «Velharias» (nota 396), in *Gil Vicente*, vol. XX, n.ºs 11-12, 1969 e também há referências em Inocêncio, *Dicionário Histórico de Portugal*, vol. I, p. 919.

<sup>503</sup> A nova de ter sido agraciado com a comenda da Torre e Espada, chegou pelo correio no dia do baile em honra dos anos d'el Rei D. Luís (nota 496).

<sup>504</sup> Olvª. Conservatória do Registo Civil de Guimarães.

Casa: escudo esquartelado, no 1.º Ferreira, no 2.º Leite Pereira, no 3.º Almada, no 4.º Machado e no sobreposto a acrescentamento dado pelo Rei de Inglaterra<sup>505</sup>.

Pertence a Casa do Arco a seu filho, Inácio Leite Corrêa de Almada Machado de Moraes e Castro, 2.º Conde de Azenha. Boas matilhas de coelheiros, pêlo amarelo, pêlo avermelhado, a puxarem com força as trelas saem alegres para a caça. Caça a não faltar pela Penha e outros montes, coelhos a saltarem das luras, perdizes a voarem rasas. Para o Conde de Azenha<sup>506</sup> e seus amigos caçadas e almoçaradas enchem os dias, o jogo perde as noites. Admiram-se bons cavalos nas cavalações, escuta-se a azáfama duma grande casa e nas «janelas do rez do chão os creados pretos do Conde, vestidos de baeta escarlata, a raspar as canas e a martelar os tambores»<sup>507</sup>. Não tarda a ouvir-se a chuva a cair nas salas. Repetem-se histórias de valiosas jóias, de quadros, de móveis a venderem-se, de belas alfaias a servirem de alvo para jogos de tiro ao alvo. À volta de Dona Maria Filomena Ribeiro, Condessa de Azenha pelo seu casamento, os filhos: Adolfo, a morrer novo, a 27.12.1907<sup>508</sup>, Dona Virgínia<sup>509</sup>, Dona Maria Benedita<sup>510</sup>, Inácio, Dona Grácia, Bernardo, Dona

<sup>505</sup> *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga* (nota 48), vol. VII, Tomo I, 1981, pp. 97-98.

<sup>506</sup> «Velharias», in *Gil Vicente*, vol. VI, n.º 1, 1955: — «12.6.1855 — Decreto renovando o título de Conde de Azenha para Inácio de Moraes Correia de Castro Leite de Almada Azenha em verificação da vida concedida no referido título a seu pai.

<sup>507</sup> Alfredo Guimarães, *Guimarães, Guia de Turismo*, Ed. da Câmara Municipal de Guimarães, MCMXC, p. 99.

<sup>508</sup> † num quarto particular do Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Domingos de Guimarães, vítima de tuberculose e foi enterrado no Cemitério da Atougia. Seu irmão Inácio também † muito novo.

<sup>509</sup> X primeiro com Augusto Coelho de Pinho e em segundas núpcias c. João Vitorino da Silva Guimarães.

<sup>510</sup> D. Maria Benedita, n. na Casa do Arco a 28.6.1883, x na Póvoa de Varzim a 16.9.1907 com José Gabriel Peixoto Teles Torrado Leite de Magalhães e Meneses Soutomayor e Alvim, n. a 16.9.1883, † a 25.3.1964, sr. da Casa da Luz, freg.<sup>a</sup> de Fornelos, Fafe, f.º do Dr. José Peixoto de Magalhães e Meneses, sr. da Casa da Luz, e de sua m.<sup>er</sup> D. Josefina Rosa Alves Pinheiro de Leão Torres, neto pat. de José Camilo Peixoto de Magalhães e Meneses e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria Cândida de Oliveira Pinto de Vasconcelos e mat. de Cristóvão José Alves Pinheiro e de sua m.<sup>er</sup> D. Maria da Conceição Leão Torres. Tiv.: Armindo José Carlos

Ana, D. Joana Eduarda<sup>511</sup> e Martinho<sup>512</sup>. E também uma lenda: os seus lindos cabelos presos numa gaveta fechada a chave, pelo marido ciumento, ao partir para as suas andanças.

Finda o século XIX. Passa uma das muitas procissões, rica e solene. «À janela da Casa do Arco o conde de Azenha aparecia nessa ocasião, unica em que era visível para os vimaranenses, e creio que de uma vez, em que foi juiz da festa da Senhora da Oliveira, se mostrou na imponente figura, alta, desempenada, de consumado cavaleiro, com as veneráveis barbas brancas, a dar a nota da velha aristocracia dos tempos miguelistas...»<sup>513</sup>.

Evoca-se o Carnaval. «Nos dias de entrudo, nos três, a rapaziada mais destacada», alugava carros e landaus no Cosme,

---

Peixoto Teles Torrado Leite de Magalhães e Meneses Sotomayor e Alvim de Oliveira Vasconcelos, suc., n. a 7.7.1908, x duas vezes: a 1.ª com D. Maria Virgínia Ferreira de Sousa Machado, a 2.ª c. D. Rosa de Sousa Ribeiro, c.g. (José Gabriel Machado Peixoto de Meneses, n. a 14.4.1939 e D. Maria Isabel Machado Peixoto de Meneses, n. a 8.5.1941); José Inácio Leite Correia de Almada de Magalhães e Meneses Sotomayor e Alvim de Oliveira e Vasconcelos, n. a 3.1.1910, x a 4.1.1939 com D. Maria Aida de Magalhães Soares, c.g. (José Inácio Peixoto Teles de Meneses, Cap. da G.N.R., x c. D. Maria da Luz da Rocha Xavier, c.g. e D. Maria de Lourdes Peixoto Teles de Meneses, x c. o Dr. Teotónio Maria Correia da Silva de Seabra, c.g. (Meneses de Seabra)); José Gabriel Peixoto Teles de Magalhães e Meneses Sotomayor e Alvim de Oliveira e Vasconcelos, n. a 21.1.1911, x D. Lurdes de Santos Martins, c.g. (D. Maria Benedita Almada Teles de Meneses x c. Abílio Aurélio Mendes Teixeira da Mota, c.g.); D. Maria Alice Peixoto Teles Torrado Leite de Magalhães e Meneses Sotomayor e Alvim de Oliveira e Vasconcelos x c. o Dr. José Osório de Melo Gouveia, Juiz de Direito (D. Maria Alice, x Vítor Manuel Ramos Duarte, Dr. Jorge Magalhães e Meneses de Gouveia x D. Maria Paula Gomes de Sampaio Arroz, D. Maria Benedita x António Teixeira Aires de Magalhães, D. Maria Teresa x Dr. António Aires Soares e Rui de Azevedo Osório Magalhães e Meneses de Gouveia); D. Maria Amélia x Dr. Francisco Pessoa Jr., c.g. (José Peixoto de Magalhães Pessoa). In Francisco de Maia e Castro, fascículo 72, § 86a, Casa da Luz em Fornelos, Fafe, in *Carvalhos de Basto* (nota 489).

<sup>511</sup> X a 1.ª com o Dr. Jerónimo Martins da Rocha, Delegado do Procurador da República, c.g. e a 2.ª com o Dr. Francisco Xavier de Albuquerque Dias Freitas Costa, Juiz de Direito.

<sup>512</sup> Foi o último sobrevivente dos filhos dos Condes de Azenha. Vivia no Cano, casa que entrara para os Azenhas na herança de D. Ana Margarida. Muitos se lembram entre a vizinhança de ouvir a sua forte voz, quando irritado e de o ver nas Nicolinas, sua mulher Margarida a dar vinho aos estudantes, a cumprir essa posse na sua casa.

<sup>513</sup> Cor. António de Quadros Flores, *Guimarães na última quadra do romantismo (1898-1918)*, Ed. do autor, 1959, p. 29.

alquilador. Alegres, descuidados, «casacos vestidos do avesso percorriam as ruas da cidade». Bernardo Azenha e a sua «gemente guitarra», os Matos Chaves, os Lindoso, Adelino Jorge, Alberto Margaride, meu querido avô, novos, entusiasmados, atiram laranjas aos passantes, tremoços às janelas fechadas, pós às cabeleiras das damas, a recuarem galhofeiras nas sacadas.

Seguia-se a Quaresma com os jejuns, o luto, o recolhimento. «Anunciado por pregoeiros no alto da Quintã, quando este ainda era um campo da Casa do Arco»<sup>514</sup>, em outros sítios, «em voz que se ouvia longe

*«Quem vem, quem vem,  
À Via-Sacra do Senhor do Picoto?»*

Corria-se as Via-Sacras a começarem na capelinha do Senhor do Picoto, degraus a descerem, povinho ajoelhado, caminhos entre muros; cenas já passadas.

Em partilhas, por morte do 2.º Conde de Azenha a Casa não fica para seu filho, Bernardo Leite Correia de Almada Azenha. Em breve também este desaparece, quase recém-casado. Deixa uma filha, representante do título<sup>515</sup>. O Arco é de uma sua irmã, filha do 2.º Conde, Dona Grácia Correia Leite de Almada

---

<sup>514</sup> Id., pp. 71-72, 75.

<sup>515</sup> † a 2.8.1920 quase repentinamente, vítima de congestão pulmonar (*Comércio de Guimarães*, de 6.8.1920); ficou representante do título por morte de seus irmãos mais velhos. Era x c. D. Fernanda Pinheiro Ferro, f.ª de António Augusto da Silva Pinheiro Ferro, Bacharel em Direito, Juiz da Relação e de sua m.ª D. Maria da Conceição Oliveira. Tiveram só uma filha, actual representante do título e Casa de Azenha: D. Maria Filomena Pinheiro Ferro Correia Leite de Almada, n. em Guimarães a 27.3.1918, x no Porto a 8.6.1955 com João António Teles da Silva Pinto Coelho de Simões e Castro, sr. da Casa de Simões, em Moure, Felgueiras, n. em Leça a 8.6.1913, f.º de Francisco António Teles de Meneses e Castro e de sua m.ª D. Adelaide Branca de Noronha Pinto Coelho Pereira da Silva Guedes de Simões, e tem único: Bernardo de Almada Azenha de Simões e Castro, n. no Porto a 28.12.1959, x com D. Sofia de Olazabal Avides Moreira, f.ª de José Carlos de Viveiros Avides Moreira, Lic.º em Direito e de sua m.ª D. Teresa del Niño Jesus de Olazabal y Rebelo Valente. Têm uma filha.

Machado e Melo, casada a 21.6.1918 com o Dr. Florêncio Leite Pereira de Sousa Lobo, Bacharel em Direito, senhor da Casa de Olela em Santa Senhorinha de Basto, fidalgo descendente da Casa da Portela, em Celorico <sup>516</sup>. Morre este senhor, na Casa do Arco a 11.7.1943. Vive sua mulher, até 25.2.1968 <sup>517</sup>.

Deixam dois filhos: Bernardo e Inácio Leite Pereira Correia de Almada e Sousa Lobo Azenha, magros, a lembrarem o avô na figura, ambos casados com geração <sup>518</sup>. Têm altos, têm baixos, as suas vidas, torres levantadas na sua quinta do Outeiro em S. Paio de Figueiredo, partida para o Brasil, fortuna vária. A Casa do Arco é do mais velho. Em 1974, D. Bernardo Azenha, como é mais conhecido, vende a Casa. Solar então já repartido, alugado a diversas pessoas, as vozes dos seus muitos inquilinos a abafarem o seu antigo esplendor.

\*

---

<sup>516</sup> Bacharel em Direito, sr. da Casa de Alela em Santa Senhorinha de Basto, n. a 12.2.1882, era f.º de Bernardo Teixeira de Sousa Lobo e de sua m.ª D. Virgínia Leite Pereira da Silva, neto pat. de António Lobo de Sousa Carvalho e sua m.ª D. Maria Inácia Teixeira de Moura Coutinho e mat. do Dr. Florêncio Ribeiro da Silva e m.ª D. Ana Joaquina Pereira de Melo. V. Francisco de Maia e Castro, fascículo 72, § 86 vº de *Carvalhos de Basto* (nota 489), Casa da Torre em Santa Comba de Fornelos e Casa da Ribeira em Vila Nune, Cabeceiras de Basto.

<sup>517</sup> *Comércio de Guimarães*, de 16.7.1943, Ano LX, n.º 5315 e 2.3.1968. D. Grácia † no Porto em Rio Tinto. Ambos repousam no cemitério da freguesia de Santa Marinha da Costa.

<sup>518</sup> Bernardo Leite Pereira Correia de Almada Lobo, n. em Guimarães na Casa do Arco a 4.4.1919 x c. D. Maria Emília de Campos Moreira Sampaio, teve: Francisco Bernardo de Sampaio Almada Lobo, x c.g. e D. Maria Emília. Inácio Leite Pereira Correia de Almada e Sousa Lobo, n. a 28.9.1921 x c. D. Judite de Vasconcelos Borges e teve: Alexandre Borges de Almada Lobo e César Augusto Borges de Almada Lobo. L.º citado na nota 516.



Rapazito, órfão de pai e mãe aos 15 anos, natural da Vila das Aves. Estuda no Liceu da Póvoa de Varzim; tem necessidade de trabalhar. Chama-se Albano Martins Ribeiro. Bate à porta da fábrica do grande industrial Delfim Ferreira, em Vila do Conde. Recebe-o mal o porteiro. Chega o patrão, num carro grande, imponente, o chamado «espada». O automóvel trava. Salta o «chauffer», impecavelmente fardado, botões amarelos, polainas reluzentes. Manda aproximar o pequeno. Delfim Ferreira, atraído pelo olhar vivo do rapaz, quer saber o que pretende. Escuta-o, indaga dos seus estudos, das suas capacidades. E remata o diálogo:

— «Entra meu menino, que desses assim queria eu cá muitos».

Foi o princípio. A trabalhar na secção de tinturaria e acabamentos, cresce, especializa-se. Com as melhores referências, recomenda-o, Delfim Ferreira a um seu cunhado, Arnaldo Gonçalves, dono da Fábrica da Ponte da Pedra. Em 1939, por os maquinismos novos, já pagos, se perderem pela Europa em guerra, a Fábrica estremece. Acaba. A convite, Albano Martins Ribeiro, em 1940 parte para a Têxtil de Vizela.

Vão ser 25 anos de trabalho contínuo, em ascensão. «Chefe supremo» na Têxtil de Vizela, olha também pela «Bayonne». Despede-se por desinteligências.

Da Alemanha volta com uma representação de produtos químicos, a sua especialidade. Atinge o sucesso. Sem poder parar, entra numa sociedade, a meias, na Fábrica Empresa de Malhas S. Jorge em Fafe. Passados alguns anos vende a sociedade a conselho de sua mulher, a senhora Olívia Moreira Machado, também natural da Vila das Aves. Chega a uma meta feliz a sua vida de trabalho, pode proclamar vitória.

Em nome de sua única filha, a Dr.<sup>a</sup> Olívia Maria Machado Ribeiro, licenciada em História compram a Casa do Arco. Casa pintada por muitos pincéis, fotografada por muitos ângulos, a inspirar óleos, aguarelas, carvões e lápis. Onde na época medieval testou e instituiu vínculo (o primeiro no termo de Guimarães) um Cónego, Gonçalo Gonçalves Peixoto, atribulado pelos terrores do além-Mundo. Onde, no dizer antigo, pousou El-Rei D. Manuel acompanhado do Infante D. Henrique. Aqui nasceram fidalgos a baterem-se na raia contra os invasores espanhóis, a dilatarem

a Pátria por novos mares e terras. Também se dançou em honra de Reis, se conspirou e em muitas noites a luz das tijelinhas iluminadas misturou o seu clarão ao do luar. Caiu por fim! Onde agora, nas mãos da família de Albano Martins Ribeiro, num custoso restauro, com a ajuda de arquitectos e artistas, a graça volta aos seus recantos, a continuar a dar beleza à velha Rua de Santa Maria, Nossa Senhora de Guimarães.

*Maria Adelaide Pereira de Moraes*